

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Comunicação Social  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Paula Cunha Lopes

**MÍDIA, PODER E GÊNERO:  
a crítica feminista latino-americana a partir das representações  
das presidentas Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle  
Bachelet**

Belo Horizonte

2018

Paula Cunha Lopes

**MÍDIA, PODER E GÊNERO:  
a crítica feminista latino-americana a partir das representações  
das presidentas Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle  
Bachelet**

Dissertação apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social  
da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal de Minas Gerais,  
como requisito final para obtenção do título  
de Mestre em Comunicação Social.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea  
Linha de pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciana de Oliveira

Belo Horizonte

2018

301.16

L864m

2018

Lopes, Paula

Mídia, poder e gênero [manuscrito] : a crítica feminista latino-americana a partir das representações das presidentas Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet / Paula Cunha Lopes. - 2018.

209 f. : il.

Orientadora: Luciana de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Comunicação - Teses. 2. Feminismo - Teses . I. Oliveira, Luciana de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

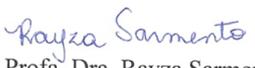
*“Mídia, poder e gênero: a crítica feminista latino-americana a partir das representações das presidentas Dilma Rouseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner”*

**Paula Cunha Lopes**

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora:

  
Prof. Dra. Luciana de Oliveira  
Orientadora (UFMG)

  
Prof. Dra. Vera Regina Veiga França  
(UFMG)

  
Prof. Dra. Rayza Sarmiento  
(UFV)

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2018.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Adelaide, de quem herdei a sensibilidade, por ter sido a primeira mulher a ensinar-me sobre força feminina e liberdade. Ao meu pai, Paulo, de quem herdei a determinação, por ter-me ensinado sobre a importância do conhecimento, que me abriu tantas portas. A vocês dois, por terem me dado asas para sair de casa, mas um lar para onde posso sempre voltar. Sem o esforço, amor e confiança de vocês, eu não teria chegado até aqui. Obrigada por tudo que sou.

À minha irmã, Patrícia, por todos os dias juntas, de choro ou riso; pela compreensão só com o olhar; por me dar a mão para seguir meus sonhos mais difíceis; pela amizade e amor mais forte que existe entre irmãs; e por ser “minha pessoa” nesse mundo.

To Davide, my love, for being always by my side, even so far away; for being so supportive and patient during this whole process; for making my life prettier, with your beautiful soul. No ocean can separate what truly comes from the heart.

À minha família, por, mesmo à distância, sempre vibrar com cada pequena conquista minha. Tenho a sorte de ter em minha vida mulheres maravilhosas e fortes, como minhas madrinhas, primas e tias; e padrinho, primos e tios também muito queridos.

Aos meus avós, Luzia e Nonô, por perdoarem minhas ausências e por ficarem felizes com minhas presenças. Obrigada por me ensinarem tanto sobre vida, simplicidade e bondade.

À minha orientadora, Luciana, por ter confiado em mim e me dado a mão nessa difícil, mas deliciosa jornada, e por ter-me ensinado sobre escuta, poder e beleza da luta. Obrigada por todo rico aprendizado e por ter semeado em mim o desejo por uma vida e uma pesquisa repletas de entusiasmo e respeito por diferentes seres e saberes.

A todas e todos do Corisco, por cada encontro nos gramados, cheios de amorosidade e reflexões, sem as quais eu não teria conseguido uma pesquisa tão crítica, subjetiva e entremeada de felicidade, ainda com toda dificuldade assumida nos nossos riscos.

A todas e todos do Gris, pelo fundamental apoio e acolhimento, desde que optei pela trajetória acadêmica, pelo enorme aprendizado e pela leveza da convivência.

Às minhas amigas e amigos da vida, que tenho a sorte de serem as melhores pessoas deste mundo, por perdoarem minhas tantas ausências, por seguirem do meu lado e me oferecerem tanto afeto e risadas de hiena. Infelizmente, não tenho espaço para citar cada nome, mas, no fundo do coração, vocês sabem quem são.

Às amigas e amigos lindas/os que o mestrado me trouxe ou me aproximou. A todas e todos que compartilharam comigo salas de aula, congressos, lanches na cantina, ou que, de alguma forma, estiveram presentes nesse penoso processo: obrigada. Os corredores ficaram mais alegres e o caminho menos solitário com vocês ao meu lado.

Às funcionárias e aos funcionários da UFMG; às pessoas da faxina, das cantinas e que cortam a grama, aos que dão auxílio técnico e fazem a Universidade ser o que é. Em especial, à

Elaine e Tatiane, pela simpatia e dedicação com documentos tão importantes.

À Lapis Raro, por ter-me apoiado a seguir esse caminho, por todo aprendizado, pela convivência com gente tão talentosa e querida, especialmente Pedro e Ju Sampaio, mais do que profissionais que admiro, pessoas pelas quais tenho enorme carinho e gratidão.

À professora Ângela, pela doçura e sabedoria, no processo cheio de aprendizado do meu primeiro estágio docente. Acredito num ensino com pessoas como você.

À minha querida professora de castelhano, Laura, pela sua dedicação, pela ajuda nas transcrições e por todo conhecimento, para além da língua, mas de vida. ¡Gracias!

À professora Laura, por toda afável ajuda a concretizar meu projeto de pesquisa e por ser, para mim, uma grande inspiração nos estudos de comunicação e gênero.

À professora Marlise, por ter contribuído tanto para minha qualificação, com seu olhar crítico, feminista, do Sul.

À professora Rayza, por ter compartilhado, gentilmente, um rico material em estudos feministas de mídia e pela enorme contribuição na minha banca de mestrado.

À professora Regiane, pela leitura cautelosa para minha qualificação e pela deliciosa troca no estágio docente. Aprender fica mais fácil com pessoas queridas como você.

À professora Vera, que me deu todo apoio quando me lancei na direção do mestrado, pelas oportunidades, pelo aprendizado, pela generosidade e pelo mais terno acolhimento.

A todas as professoras e a todos os professores que me fizeram ser quem sou hoje: da Coeducar, que construíram minha base, na maior escola de vida que já tive; do Colégio Equipe, sempre tão dedicados e afáveis; da graduação, em uma das etapas mais ricas de aprendizado. Por fim, às professoras e ao professor que tive no Mestrado: Carol, Laura, Lena, Luciana, Rousiley, Vera e Márcio. Minha eterna gratidão a vocês.

À CAPES, por dois anos de auxílio financeiro para que este projeto pudesse ser realizado da melhor forma possível.

Às feministas que me ajudaram. Às que entrevistei, por compartilharem comigo, com muita afeição, tanta sabedoria, e às que me fizeram chegar até elas, pela sororidade em ajudar-me num caminho com tantas dificuldades. Espero, com essa dissertação, honrar um pouco da luta inspiradora de vocês. Ser mulher não é fácil, mas como é lindo ter quem caminhe do nosso lado. Obrigada por me darem força para seguir até o fim. Minhas palavras jamais conseguirão narrar toda experiência, então só posso dizer que serei sempre grata a cada uma de vocês e seguirei até o fim, com o compromisso que nos une: A América Latina vai ser toda feminista.

*À dona Nega, minha avó querida, que virou estrela, antes de me ver chegar aqui. Por ter-me ensinado que sabedoria, luta e força feminina não vêm dos livros.*

## RESUMO

Esta dissertação propõe analisar, sob uma perspectiva feminista, as *representações midiáticas de gênero* das presidentas Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner, partindo de interpretações e ressignificações de grupos feministas ativistas sobre essas construções simbólicas, de forma a observar as possibilidades de resistência dessas sujeitas na busca por emancipação e erradicação das desigualdades de gênero. Primeiramente, revisamos pesquisas feministas no campo da Comunicação, ainda incipientes na área, apontando trajetórias e lacunas, como um olhar eurocêntrico predominante para observar essas questões. Em seguida, apresentamos os achados de algumas dessas pesquisas, especificamente em relação às representações das presidentas em questão. São expostas, então, as perspectivas *pós* e *decoloniais*, e as *epistemologias feministas do Sul global*, com vistas em trazer para o campo da Comunicação contribuições dessas vertentes teórico-conceituais que questionam o euro e androcentrismo do fazer acadêmico. Nesse sentido, a pesquisa opta por uma aproximação com os movimentos feministas latino-americanos, pois considera o pensamento-ação das ativistas como formas de saber, tratadas em relação de simetria com o pensamento acadêmico. Da análise do material empírico, resultante de uma *etnografia feminista* nos países, foram retirados eixos e dimensões que destacam estratégias e táticas feministas que alargam o sentido do político e da comunicação, ao aliar a ele lógicas de cuidado mútuo, tecnologias de fazer o comum, construção de corpos alegres e afirmação de direitos na arena pública.

Palavras-chave: política, representação, mídia, América Latina, feminismo, etnografia feminista.

## ABSTRACT

This study aims to analyze, from a feminist perspective, *media representations of gender* from the presidents Dilma Rousseff, Michelle Bachelet, and Cristina Kirchner, looking at the resignification interprets of Latin American feminist groups about these symbolic constructions. The intention was to observe the possibilities of resistance of these individuals in achieving emancipation and eradicating gender inequality. First, we review the tradition of *feminist media studies*, still incipient in the area of Communication, pointing out trajectories and gaps, such as a predominant Eurocentric look to observe these issues. Next, we present the findings of some of these studies explicitly concerning the representations of these presidents. Then, the *post-colonial* and *decolonial* perspectives and the *feminist epistemologies of the global South* are presented, aiming to bring to the Communication field these theoretical and conceptual contributions that question the Eurocentric and androcentric traditions of research. In this sense, the study opts for proximity with the Latin American feminist movements, once it considers the action-thought of the activists as forms of knowledge, treated in a relation of symmetry with the academic thought. From the analysis of the empirical material, resulting from a feminist ethnography in the countries, we organized axes and dimensions, highlighting strategies and tactics that broaden the sense of politics and communication, allying it with meanings of mutual care, of joyful bodies and affirmation of rights in the public arena.

Keywords: politics, representation, media, Latin American, feminism, feminist ethnography.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES, GRÁFICOS E TABELAS

Imagem 1 - Montagem de ONG feminista com mulheres políticas/públicas retratadas na mídia.....	34
Imagem 2 - Pronunciamento de Cristina Kirchner sobre a Revista Notícias.....	35
Imagem 3 - Capas de revista sexistas expostas em manifestação feminista argentina. .....	37
Imagem 4 - Capas de revistas levadas para diálogo com feministas no campo.....	68
Imagem 5 - “La niña de Chuao.” Stencil da artista Nazza S/ Plantilla em Buenos Aires.....	72
Imagem 6 - Campanha contra violência de gênero no metrô de Buenos Aires.....	77
Imagem 7 - "Aborto legal en el hospital." Intervenção assinada por <i>Las Rojas</i> em frente à Casa Rosada.....	77
Imagem 8 - Nuvem de palavras mais citadas pelas feministas, nos três países.....	80
Imagem 9 - “Pare con el machismo.” Intervenção anônima em San Pedro de Atacama.....	111
Imagem 10 - “El Estado chileno asesina mapuches.” Intervenção feminista em São Pedro de Atacama.....	134
Imagem 11 - “É Pela Vida das Mulheres.” Ato Unificado em Belo Horizonte.....	154
Imagem 12 - Intervenção feminista na Avenida Paulista em São Paulo.....	162
Quadro 1 - Resumo dos estereótipos de gênero encontrados em pesquisas acadêmicas sobre as presidentas Dilma, Cristina e Michelle (2006-2017).....	47
Quadro 2 - Grupos feministas que compuseram a pesquisa de campo.....	70

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	11
<b>1. Mídia e feminismo: perspectivas acadêmicas</b> .....	18
1.1. Estudos feministas da mídia: trajetória de diferentes reflexões e paradigmas.....	23
1.2. Presidentas latino-americanas na mídia: estereótipos de gênero em relação a mulheres políticas.....	38
<b>2. Incidências epistemo-metodológicas dos feminismos do Sul</b> .....	49
2.1. Epistemologias e metodologias feministas.....	49
2.2. Feminismos do Sul: as perspectivas (pós e de) coloniais.....	57
2.2.1 Poder-saber foucaultiano e feminismo pós/de-colonial: uma aproximação possível?.....	63
2.3. Caminhos metodológicos da pesquisa.....	67
<b>3. Argentina: lucha por igualdad y derecho a la felicidad</b> .....	72
3.1. Pedagogias feministas.....	78
3.2. Mídia e visibilidade, pelas feministas.....	87
3.3. Políticas feministas.....	101
<b>4. Chile: lucha por experiencias y saberes sororales</b> .....	111
4.1. Pedagogias feministas.....	116
4.2. Mídia e visibilidade, pelas feministas.....	134
4.3. Políticas feministas.....	138
<b>5. Brasil: luta pela vida das mulheres</b> .....	154
5.1. Pedagogias feministas.....	161
5.2. Mídia e visibilidade, pelas feministas.....	175
5.3. Políticas feministas.....	181
<b>Considerações finais</b> .....	187
<b>Referências bibliográficas</b> .....	193

## Introdução

Judith Butler e Joan Scott (1992) iniciam o livro *Feminists Theorize the Political* com a seguinte provocação: “Quais são as implicações políticas de usar ‘teoria’ para uma análise feminista, considerando que grande parte do que aparece sob o indício de ‘teoria’ foi marcada por raízes masculinas e Eurocêntricas?”<sup>11</sup>

Desde que resolvi me aventurar no mestrado, sempre tive em mente o meu interesse por questões de *gênero*<sup>12</sup> e o comprometimento em estudar algo que pudesse ser relevante não só academicamente e para o campo da Comunicação, mas também para os movimentos feministas, que mudam, todos os dias, minha visão de mundo e atuação na sociedade. Eu desejava que minha pesquisa seguisse um caminho que, de alguma forma, pudesse contribuir para a equidade de gênero, já que o fenômeno da desigualdade atravessa, de diferentes formas, o cotidiano de todas as mulheres.

Durante a elaboração de um problema de pesquisa que pudesse atender aos meus anseios acadêmicos e pessoais, deparei-me com várias questões instigantes. Primeiramente, tenho plena convicção dos meus inúmeros privilégios de mulher branca, classe média, cisgênero<sup>13</sup> e acadêmica, e é desse lugar que falo. Ainda assim, assumidamente feminista, nascida em um país da América Latina e em uma sociedade patriarcal, sempre acreditei nas

---

<sup>11</sup> What are the political implications of using ‘theory’ for feminist analysis, considering that some of what appears under the sign of ‘theory’ has marked masculinist and Eurocentric roots?

<sup>12</sup> Ao longo da dissertação, sinalizo alguns termos, acadêmicos e/ou do movimento feminista. Nas notas de rodapé clarifico melhor alguns que julguei importantes, ao partir de definições não só acadêmicas, mas também do movimento feminista. A minha intenção é, em alguma medida, facilitar a leitura e compreensão de quem possa ler este texto e não fazer parte de algum desses universos. O primeiro que marquei em itálico, *gênero*, possui diversos significados teóricos e políticos, e há muitas investidas para apreender seu sentido. Na perspectiva da filósofa Sandra Harding (1986), é uma “categoria analítica para pensar e organizar as atividades sociais, para além de uma consequência natural que diferencia os sexos” (p. 17, tradução minha). A pesquisadora Laís Lopes (2016) facilita a compreensão: “em suma, o gênero (visto, não raro, como ‘cultural’) envolve papéis, estereótipos, representações e construções simbólicas e materiais atribuídos à diferença sexual (tida, por outro lado, como ‘natural’)” (p. 30). Outras dimensões teóricas podem ser encontradas no texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, da historiadora Joan Scott (1990), que o vê como histórico e mutável. Já a perspectiva da filósofa Judith Butler (1990) tensiona a dicotomia entre gênero/sexo, ao dizer que ambas são categorias socialmente construídas e, portanto, instáveis. Dessa maneira, é possível observar um pouco a complexidade desse termo.

<sup>13</sup> Segundo a Capitolina (2015), uma revista feminista *online* focada em adolescentes, *cisgênero* é “aquela que se identifica com o gênero a ela designado ao nascer, ou seja, uma pessoa de vagina, que, dita mulher ao nascer, se identifica com o gênero feminino.” Vale lembrar que o termo tem ainda um sentido político de atribuir um nome ao que antes era pensado como a “normalidade” (transgeneridade ou homossexualidade vs. a normalidade da heteronormatividade) e tanto seu uso acadêmico quanto jornalístico tem sido incentivado por cartilhas e manuais que trabalham com o respeito à diversidade de gênero. Ver, por exemplo, *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*, de Jaqueline Gomes de Jesus (2012) e a cartilha *Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT*, do Governo do Estado de São Paulo (2014).

potencialidades do meu olhar de mulher e pesquisadora localizada no *Sul global*<sup>14</sup> (Mohanty, 2003). Da mesma forma, sempre pensei ser possível e necessário maior imbricamento entre teoria e política (não no sentido formal, mas enquanto modo de ação), e, de antemão, admito que esta pesquisa será atravessada pela minha experiência como feminista e pelo meu olhar subjetivo acerca das questões nas quais me debruçarei.

A consciência de tal olhar subjetivo que incide sobre a pesquisa se deu, principalmente, no meu contato com as *teorias feministas*, centrais a esta dissertação, que têm enfatizado, assim como pesquisas antropológicas, o papel da subjetividade enquanto recurso investigativo<sup>15</sup>, tanto no sentido de garantir interações mais simétricas com as sujeitas pesquisadas, que são também produtoras de conhecimento, quanto no sentido heurístico, na medida em que tais interações constituem relações de conhecimento que se mútuo-afetam. Esse processo de mútuo-afetação se deu no encontro com minhas entrevistadas e ressoou, fortemente, no subsequente percurso que se delineia, tanto na escrita quanto nas escolhas metodológicas. Assim, na medida em que o processo investigativo se desenhou, a escrita tornou-se mais fluida, ainda que eu admita ser difícil romper, completamente, com formatos masculinistas da academia. Da mesma forma, a insurgência provida da pesquisa em constante transformação é visível nas vicissitudes metodológicas, haja vista que minhas opções tornaram-se, igualmente, mais flexíveis. Posso dizer que a construção e desconstrução, ou *autocrítica* (Spivak, 1999) constante, árdua e apaixonada da pesquisa, levaram-me a incessantes deslocamentos no olhar e lugar de pesquisadora, cuja identidade, não fixa, também se modifica, constantemente.

A escolha temática inicial que me levou a esta pesquisa deu-se diante do contexto político do Brasil, no qual a primeira mulher, eleita democraticamente como presidenta,<sup>16</sup> sofreu *impeachment*, pois comecei a questionar o caráter *sexista*<sup>17</sup> presente nos discursos midiáticos na construção da sua imagem como figura pública. Como feminista, não era muito difícil perceber preconceitos que perpassavam discursos midiáticos ao tratar de Dilma Rousseff, os quais, na minha percepção, não acometiam homens nas mesmas incumbências

---

<sup>14</sup> Utilizo a definição de Sul/Norte global e Terceiro/Primeiro mundo da teórica indiana Chandra Mohanty (2003), que, segundo a autora, foi apropriada de Zillah Eisenstein (1998).

<sup>15</sup> Em diferentes abordagens, nota-se o esforço em Ortner (1995), Strathern (2006) e Haraway (1995).

<sup>16</sup> Assumo *presidenta*, propositalmente, enquanto um compromisso feminista. O termo flexionado no feminino questiona a neutralidade de *presidente*, comumente utilizada na escrita acadêmica e jornalística. A palavra está no dicionário tanto da língua portuguesa quanto da língua castelhana, mas o seu uso, nesta pesquisa, tem uma postura política, pois reafirma o gênero das primeiras mulheres latino-americanas nestes cargos.

<sup>17</sup> Para Roberta Guerrina (2000), *sexismo* é um conjunto de “arranjos sociais, políticas, linguagens e práticas que, promulgada por homens ou mulheres, expressam uma crença sistemática, muitas vezes institucionalizada, de que os homens são superiores, mulheres inferiores” (p. 364, tradução minha).

políticas. Ao deparar-me com um texto<sup>18</sup> que apontava a dificuldade das mulheres nesses cargos políticos, em outros países da América Latina, fiquei instigada e decidi estudar atravessamentos de gênero nas *representações midiáticas*<sup>19</sup> das primeiras presidentas eleitas da Argentina, do Brasil e do Chile, de forma a observar aproximações e diferenças culturais dos contextos de países vizinhos.

Quando comecei a investigar como concretizar a pesquisa, ficou claro, para mim, que a academia sempre foi, historicamente, um lugar de homens, assim como a política, no seu sentido mais formal. A divisão do trabalho por gênero existe na totalidade de experiências antropológicas até agora inventadas e investigadas. No entanto, às mulheres, desde tempos remotos, mas especialmente na experiência moderna, foi relegado um espaço na esfera privada, enquanto algo da sua “natureza”, e, somente com a emergência dos movimentos feministas, surgiram os primeiros estudos liderados por mulheres, para tratar questões relacionadas com elas e, posteriormente, de gênero (Matos, 2008). Diante desse cenário, que reflete questões de poder incrustadas nas relações de gênero, não por coincidência que as primeiras presidentas mulheres eleitas nesses países estariam sendo alvo de violências simbólicas, cotidianamente.

Retomando ao questionamento inicial, Butler e Scott admitem que não há uma resposta. Porém, teóricas feministas apontam a necessidade de deslocar o olhar euro e androcêntrico<sup>20</sup> para se pensar questões de gênero. Além disso, assinalam a importância de considerar saberes não-hegemônicos e conhecimentos situados (Haraway, 1995) ou muito-outros (Walsh, 2015); considerar mulheres enquanto protagonistas nas sociedades; observar os contextos locais; dar ênfase nas experiências; e contribuir com os movimentos sociais, para

---

<sup>18</sup> Ressalto que esse texto, do jornal chileno *El Ciudadano* (2015), intitulado *Los desafíos de las mujeres en latinoamérica*, chegou até mim em um grupo fechado no Facebook, do qual faço parte desde 2014, chamado *Talk Olga*. Esse grupo foi criado pela ONG feminista *Think Olga*, como um projeto para discussões, trocas e compartilhamento de questões feministas por mulheres de todo Brasil. Sou grata, imensamente, pela oportunidade de fazer parte dessa rede permeada por questionamentos instigantes e acolhimento entre mulheres.

<sup>19</sup> Conforme Laura Corrêa e Fabrício Da Silveira (2014), o conceito de *representação* é marcado por complexidade e ampla possibilidade de sentidos, a depender do campo de estudos que se localiza. Porém, uma interpretação possível é o “processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para produzir sentido” (p.123), ou “tudo aquilo que, imbuído de sentido e formalizado por alguma modalidade da linguagem, nos conecta e nos permite estabelecer relações com a cultura e com o mundo” (p. 124). Em relação às *representações midiáticas*, refiro-me àquelas relativas às instâncias midiáticas, como a publicidade, o jornalismo, ou as narrativas ficcionais, que “estão constantemente oferecendo, reutilizando e se apropriando de representações imagéticas e textuais para construir seus discursos e promover a interação com seus públicos” (p. 125).

<sup>20</sup> Amy Richlin (2000) diz que o “*androcentrismo* (do grego, andro/masculino) refere-se a práticas enraizadas que baseiam a teoria e a prática nas experiências dos homens, mascarando-as como experiências ‘humanas’ e levando-as em conta enquanto fontes inquestionáveis de conhecimento no geral. (...) Nessa forma de investigação, as experiências e preocupações das mulheres são simplesmente invisíveis” (p. 20-21, tradução minha).

além dos achados acadêmicos. Por isso, embora meu interesse de pesquisa fosse, inicialmente, pelas representações midiáticas de gênero supracitadas, após maior contato com leituras *pós/de-coloniais, metodologias e epistemologias*<sup>21</sup> *feministas* – além do meu próprio contato com o ativismo – passei a considerar, muito mais, um caminho que pudesse estabelecer maior diálogo entre mídia<sup>22</sup>, experiências e saberes de ativistas feministas latino-americanas.

Dessa forma, parto da premissa de que as representações midiáticas das presidentas, localizadas em cargos historicamente masculinos, são carregadas de estereótipos e preconceitos de gênero na mídia de massa, e ratifico essa suposição inicial com uma revisão de pesquisas que discutem tais questões, sobretudo na área de Comunicação, elaboradas após as eleições das três presidentas. Não questiono a importância dos estudos que se debruçam sobre radiografias midiáticas e buscam ver modulações nos próprios discursos e dispositivos, contudo, interessa-me, nesta pesquisa, em específico, olhar como os movimentos feministas na América Latina ressignificam tais discursos e contribuem para uma crítica feminista, tanto dos veículos midiáticos, quanto das estruturas políticas formais, como forma de resistência e busca por emancipação. A opção metodológica foi, portanto, percorrer o que Luciana de Oliveira (2014) tem chamado de circuitos *paramidiáticos*, em busca de saberes corporificados, territorializados e experienciados em práticas que produzem alternativas de subjetivação política e tecnologias do comum, ou formas de vida que se afirmam para além de modelos hegemônicos, em resposta e eles ou não.

Diante do que foi dito, este projeto objetiva tensionar e problematizar as representações midiáticas de gênero convencionais das primeiras presidentas eleitas no Brasil, Chile e Argentina, a partir das contribuições e chaves de leitura de ativistas feministas nos respectivos países, principalmente em relação a formas resistentes a essa situação estrutural. Além disso, discuto outras questões sobre política e visibilidade feminista que minhas próprias interlocutoras me colocaram durante nossa interação, agregando outras dimensões ao que eu desejava, inicialmente, observar. Os fundamentos teórico-metodológicos são amparados pela perspectiva *pós/de-colonial*, e pelas *epistemologias e metodologias*

---

<sup>21</sup> Conforme Philomena Okeke (2000), a *epistemologia* é a teoria do conhecimento, ou seja, investiga sua natureza, suas condições. Para Miriam Thalos (2000), a *metodologia* é o conjunto de métodos utilizados para a produção de uma pesquisa e, nesse sentido, a metodologia tradicional (fortemente criticada pelas feministas) “é enraizada numa epistemologia liberal-positivista, que emprega empirismo, objetividade e racionalismo como princípios fundamentais” (p. 286, tradução minha).

<sup>22</sup> Pretendia, na dissertação, utilizar os *media* para relativizar a ideia dos meios de comunicação enquanto algo uniforme, unidirecional, conforme sugestão da professora Regiane Garcez, na minha banca de qualificação. Contudo, as feministas com as quais dialoguei utilizavam *midia*, então optei por esse uso, ainda que eu não considere os meios de comunicação unívocos.

*feministas*. Assim, o movimento metodológico propõe um fazer duplo: (1) começa por uma revisão de discussões acadêmicas das quais parti, para formular o problema de pesquisa inicial e localizar-me no campo da Comunicação, além da apresentação das vertentes teóricas do Sul que afetaram minha pesquisa, e por uma discussão sobre o conceito de *poder* conforme indicavam as elaborações e o pensamento ativista em campo; (2) seguida de uma imersão no pensamento-ação de ativistas feministas, a partir, principalmente, de observações de campo e entrevistas com essas mulheres na Argentina, Brasil e Chile, em que busco ressaltar pontos de aproximação e pontos de distanciamento com o pensamento acadêmico, imaginando pontos de incidência do pensamento ativista sobre este.

O primeiro passo foi de suma importância para entender o porquê de não centrar a pesquisa nas representações midiáticas, tanto de forma a abandonar o *midia-centrismo* (isto é, a centralidade na mídia), quanto para assumir que uma das frentes mais importantes da luta *pós/de-colonial* feminista é de caráter epistemológico. O segundo passo consistiu de uma experiência vibrante junto a mulheres em suas lutas, plenas de afetos e afetações, que geraram relações e, por isso mesmo, produção de conhecimentos e vínculos de colaboração que sustentam, mas também extrapolam, a duração e os objetivos desta pesquisa.

Assim, a estrutura da dissertação compreende o desenvolvimento de 5 capítulos, separados por duas partes. A **Parte I** compreende um resumo do meu percurso acadêmico, ou seja, de onde parti (minha primeira relação com a pergunta de pesquisa) e onde cheguei (para onde o campo e as leituras me levaram), num caminho que foi sendo modificado, pouco a pouco. Dessa maneira, no **Capítulo 1**, apresento a trajetória de estudos feministas midiáticos e/ou circunscritos na Comunicação, para localizar meu percurso acadêmico e meus interesses iniciais de pesquisa na área - de forma a apontar a importância dos estudos na interseção entre mídia, política e gênero, e algumas lacunas que encontrei nas pesquisas midiáticas feministas, que me conduziram a outro lugar epistemo-metodológico. Nesse sentido, admito, desde o início, minha investigação na Comunicação como feminista, permeada pela minha própria subjetividade, mas também dou ênfase no fato de que essa trajetória de estudos foi constituída, sobretudo, em bases eurocêtricas. Assim, aponto a necessidade de um olhar mais situado nas realidades locais latino-americanas, lançando-me numa direção com maior proximidade às teorias e movimentos feministas do cone Sul.

No **Capítulo 2**, apresento as epistemologias e metodologias feministas, sobretudo do *Sul global* (Mohanty, 2003), que modificaram minhas escolhas iniciais, sobretudo as metodológicas, que me levaram a um campo de pesquisa que também reformulou minha

pergunta inicial de investigação e ampliou meus questionamentos preliminares. Nesse mesmo capítulo, descrevo, brevemente, as teorias pós e decoloniais, que foram algumas das bases teóricas que contribuíram para iluminar os dados empíricos da minha pesquisa de campo. Da mesma forma, exponho a formulação de *poder* do filósofo Michel Foucault, a partir da interpretação feminista de Margaret McLaren (2016), que contribuiu, juntamente com estudos pós-de/coloniais, para chamar minha atenção quanto à centralidade desse conceito, evidente de muitas formas no extenso material empírico. Por fim, demonstro meu percurso metodológico, que se constituiu de uma *etnografia feminista* (Castañeda, 2012; Schrock, 2013), que foi, constantemente, alterada por essas leituras e, sobretudo, pelo meu próprio contato com o ativismo feminista nos três países. É importante destacar que a articulação entre reflexão teórica e experiência de campo foi bastante imbricada e não se separa por completo no texto, mas se intercala ao longo do percurso.

Na **Parte II** da pesquisa, apresento três capítulos etnográficos, por ordem de execução: Argentina (**Capítulo 3**), Chile (**Capítulo 4**) e Brasil (**Capítulo 5**), haja vista que cada experiência de campo foi única e me proveu dados singulares, ainda que muitas reflexões, nas três localidades, se interconectem, constituindo uma noção mais ampla das redes feministas latino-americanas. Descrevo meus achados de pesquisa, meu intenso envolvimento intersubjetivo com as sujeitas que encontrei no percurso, meu olhar enquanto feminista para as experiências que vivi, meus riscos assumidos nessa jornada tão ousada, os limites de campo e da minha presença nele. Esses capítulos foram divididos em três *eixos analíticos* que considereei recorrentes nas experiências de campo, ainda que cada país seja marcado por suas especificidades. São eles: (1) *Pedagogias feministas* (ou seja, de onde as ativistas vieram e falaram, suas trajetórias e como construíram seus saberes feministas); (2) *Mídia e visibilidade, pelas feministas* (como elas enxergam a mídia hegemônica e quais são as formas expressivas que essas mulheres buscam para expor suas lutas); (3) *Políticas feministas* (como a luta dessas mulheres, mais propriamente, se constitui). Considero que o somatório desses três eixos analíticos configura o que nomeio de *saberes feministas ativistas*. Por fim, destaco os principais achados da pesquisa e a indicação de pontos de continuidade promissores à guisa de conclusão.

**PARTE I**  
**Construindo o problema de pesquisa**

## 1. Mídia e feminismo: perspectivas acadêmicas

Celebro um ensino que permita as transgressões - um movimento contra as fronteiras e para além delas. É esse movimento que transforma a educação na prática da liberdade. bell hooks<sup>23</sup>, 2013.

A primeira vez que tive contato com o movimento feminista foi em 2011, na cidade de Vitória, Espírito Santo. Estava no Encontro Regional de Estudantes de Comunicação (Enecom), no meu segundo ano da faculdade, e vi uma chamada para uma roda de conversa, cuja entrada era permitida só para mulheres. Aquele convite atiçou minha curiosidade e fui sozinha, sem meus colegas de curso e viagem, que eram, em sua maioria, homens. Quando entrei na sala, senti-me energizada por fazer parte de algo só nosso, de mulheres, mas ainda não entendia o porquê. Sentia certo *empoderamento*<sup>24</sup> por ter acesso a algo que meus colegas não tinham, mas ainda não assimilava que aquele era apenas o meu primeiro passo em direção a um caminho junto ao feminismo que, mesmo com diferentes correntes e definições, entendo, nas palavras da ativista e teórica negra bell hooks (2000), como um “movimento para pôr fim ao sexismo, à exploração sexista e à opressão” (p. 1).

Aos poucos, algumas ativistas iniciaram a sessão de conversa e percebi que era um debate feminista. Não conhecia alguns termos que elas utilizavam e tinha pouca proximidade com o movimento. Contudo, embora nunca tivesse feito parte daquele tipo de discussão, que envolvia a violência que nós mulheres sofremos diariamente, identifiquei-me com cada uma das falas. Afinal, lembravam-me minha própria experiência, como mulher. A partir de então, mudei minha relação com a academia e com a vida privada. Foi um processo paulatino, ainda contínuo, mas que justifica minha trajetória até aqui. Coisas até então adormecidas, que certamente já me incomodavam, como o sexismo silenciado no âmbito acadêmico e pessoal, tornaram-se mais e mais evidentes para mim.

Naquele encontro, vários sentimentos me assolaram. Inicialmente, senti raiva da sociedade, por ser tão desigual para mulheres e homens, sobretudo mulheres negras. Depois, senti esperança ao ouvir tantas histórias de luta e resistência. Vi que mulheres (re)unidas tinham uma força imensa. Saí de lá com um espírito transformador que me motiva a seguir meu percurso como mulher e pesquisadora feminista até hoje. Nesse processo, que se iniciou

---

<sup>23</sup> O nome em letras minúsculas é em respeito à escolha da própria teórica.

<sup>24</sup> Segundo a Revista *Capitolina* (2015), “*empoderamento* é um processo de aquisição de ferramentas para combater nossas opressões. É quando [nós, mulheres] nos tornamos mais fortes para desconstruir os papéis que nos impõem e para lutar por equidade.”

há quase seis anos, muitos foram os meus encontros com o ativismo e com as discussões feministas e de gênero. Certamente, amadureci e modifiquei minhas perspectivas iniciais, e esta dissertação mostra um pouco o rastro do meu percurso. Por isso, já na sua origem, minha pesquisa refere-se a uma construção de saber, no âmbito da universidade, mas que não passa, necessariamente, pelos conteúdos obrigatórios.

Meu primeiro ímpeto, após esse encontro de mulheres, foi modificar, aos poucos, minhas relações interpessoais e meu olhar para a Comunicação. Passei a discutir, debater e questionar mais. Como estudante de um currículo com ênfase em Publicidade e Propaganda, era impossível não observar como as mulheres eram retratadas em campanhas publicitárias e mesmo no jornalismo tradicional brasileiro. Capas de revista voltadas ao público feminino, que diziam sobre como a mulher “deve ser”, passaram a ser questionadas, diariamente, e publicidades de cerveja, que *objetificavam*<sup>25</sup> o corpo da mulher, igualmente. A partir de então, em cada trabalho de faculdade que eu tinha oportunidade, discutia questões na interseção entre mídia e gênero, acercando-me, principalmente, do debate sobre as representações midiáticas.

Ao longo da minha graduação, fiz vários trabalhos que tocavam em questões de gênero, mas foi na disciplina *Representação do Feminino na Mídia* que vi a possibilidade tangível de executar uma pesquisa feminista na área da Comunicação. Nossa professora, Fernanda Miranda, mostrou-nos alguns caminhos possíveis nessa direção. Ainda muito em torno da discussão da representação de gênero, a disciplina foi um marco na minha trajetória acadêmica. Muito diferente de inúmeras matérias que tive ao longo da minha vida curricular, suas aulas não me remetiam a um modelo masculinista de ensino, ou ao que Paulo Freire chama de uma *educação bancária*, cuja “(...) abordagem [é] baseada na noção de que tudo o que os alunos precisam fazer é consumir a informação dada por um professor e ser capazes de memorizá-la e armazená-la” (hooks, 2013, p. 26). Pelo contrário, não havia tamanha hierarquia entre ela e nós (alunas/os). Éramos aprendizes dos *problemas de gênero*<sup>26</sup>, tão complexos e nuançados. As discussões eram calorosas e levavam em consideração o que cada aluna/o problematizava, desde sua própria experiência. Nanda, como a chamávamos, mostrou-nos não só um material teórico rico na área de Comunicação e gênero, mas todo seu entusiasmo, enquanto pesquisadora feminista, para discutir questões desse universo e a

---

<sup>25</sup> Conforme a cientista política brasileira Iana de Lima (2016), “quando falamos de *objetificação* do corpo feminino estamos nos referindo à banalização da imagem da mulher, ou seja: a aparência das mulheres importa mais do que todos os outros aspectos que as definem enquanto indivíduos.”

<sup>26</sup> Faço menção ao livro *Gender Trouble*, traduzido como *Problemas de Gênero*, no Brasil, da filósofa Judith Butler (2015), que foi uma das nossas referências centrais na disciplina.

possibilidade de enfrentar, com firmeza, tais discussões na academia, ainda tão androcêntrica. O entusiasmo de aprender a cada dia sobre questões de gênero e atuar em uma área, sobretudo política, desde então, não saiu de mim.

Na mesma época, cursei a disciplina *Comunicação e Interações Sociais*, ministrada pela professora Vera França, que também me lançou na direção de um sentido mais amplo para a Comunicação, enquanto relacional, dinâmica, instituidora de sentidos. Um processo, portanto, em que as/os sujeitas/os envolvidas/os são ativas/os e que, nos momentos de interação, sofrem mútua-afetação – percepção que tive na minha própria experiência de campo, como disse na Introdução (durante as entrevistas, minhas interlocutoras me afetaram e vice-versa). Importante nome da área no Brasil, a professora Vera ensinava, com muito ardor, que a Comunicação é ampla e viva e que os estudos não devem ser voltados unicamente para a mídia, mas para processos interativos como um todo. Além disso, que é possível enxergar agência em indivíduos, mesmo mediante forças poderosas como as instituições midiáticas. Com uma perspectiva otimista da Comunicação, mas sem perder a criticidade em elementos que envolvem seus processos (como as próprias questões de gênero, das quais a professora se amparava em vários exemplos), encontrei, também, meu lugar na área. Um dos textos da disciplina dizia que esse é um campo de estudos com “extraordinária diversidade de temáticas e abordagens” que “decorre da complexidade do próprio fenômeno comunicacional que atravessa todas as atividades humanas e sociais” (Braga, 2011, p.74). Assim, também avistei a possibilidade de debruçar-me mais a fundo nas questões de gênero, que passaram a atravessar toda minha produção acadêmica comunicacional dali em diante, encontrando, depois, as teorias feministas.

No livro *Ensinando a transgredir*, bell hooks (2013) diz que o entusiasmo na sala de aula é um ato de transgressão e que a professora ou o professor precisa valorizar a presença de cada aluna/o, pois a interação é um processo de aprendizado mútuo, compartilhado. Portanto, não só do meu encontro com o ativismo feminista e com as teorias feministas e de gênero que essa pesquisa sofreu influência. Os esforços pedagógicos de várias professoras e professores na Comunicação, como Vera e Nanda, que levavam grande paixão à sala de aula, moveram-me igualmente numa direção acadêmica que considero transgressora, pois descumpra a lógica acadêmica que se propõe neutra, objetiva, distanciada (conforme abordarei melhor no Capítulo 2). Minha investigação, portanto, é resultado de anos de aprendizado junto a muitas mulheres, ativistas, pesquisadoras, professoras e teóricas que cruzaram meu caminho. Faço das palavras da teórica feminista indiana, Chandra Mohanty (2003), as minhas: “nenhuma

visão se sustenta sozinha, e a minha eu devo muito ao trabalho de inúmeras teóricas feministas e ativistas pelo mundo” (p.4). Além disso, esta pesquisa é fortemente atravessada pela minha própria subjetividade, como já é possível notar na minha escrita, em primeira pessoa, e pelo meu propósito principal, qual seja, contribuir para uma política feminista, desde o meu lugar enquanto crítica e pesquisadora na área de Comunicação, mas também enquanto mulher, com um corpo, uma história de vida e uma trajetória.

Dado o contexto precedente ao mestrado, esta pesquisa nasceu, mais especificamente, da minha indignação com a forma com que os meios de comunicação de massa retratavam a presidenta Dilma Rousseff no processo de *impeachment* que ela sofreu em 2016,<sup>27</sup> que, inclusive, foi nomeado por ativistas e por nós, pesquisadoras feministas, como um *golpe institucional*<sup>28</sup>. Inicialmente, questionava se países latino-americanos vizinhos, Chile e Argentina, que também tiveram mulheres na presidência, estariam passando por algo semelhante. Da mesma forma, indagava quais eram, mais propriamente, os principais *estereótipos de gênero* (explicarei melhor no tópico 1.2) que perpassavam tais discursos midiáticos. Nas minhas primeiras investidas teóricas, observei que essa era uma seara com inúmeras janelas. Afinal, segundo os cientistas políticos brasileiros Flávia Biroli e Luis Miguel (2009), “embora haja tradição consolidada de trabalho acadêmico para cada um dos pares de temas (investigações sobre gênero e política, sobre política e mídia, sobre gênero e mídia), a interseção das três temáticas ainda é pouco estudada” (p.1). Dessa forma, esta dissertação também se propõe a contribuir para essa tradição de estudos pouco consolidada, no Brasil e internacionalmente, embora tenha grande importância.

O ponto de partida da minha pesquisa, portanto, era observar mulheres no poder formal representadas na mídia. Minha intenção inicial era aprofundar em discussões que giravam em torno tanto da *representação política* (Por que só em 2011 tivemos uma mulher na presidência?), quanto da *representação midiática* (Por que mulheres que chegam ao poder são estigmatizadas pela mídia? Qual foi o papel de veículos tradicionais na construção da imagem de Dilma e na queda de seu governo?). Contudo, numa perspectiva comparativa aos três países, em que as outras presidentas também tiveram crises políticas em seus governos, por distintas razões. Destarte, minha pergunta preambular era: Em cenários de crise salientes

---

<sup>27</sup> Levando em consideração que o processo de impeachment iniciou-se no dia 2 de dezembro de 2015 e estendeu-se até o dia 31 de agosto de 2016.

<sup>28</sup> Alguns desses argumentos encontram-se sintetizados em uma entrevista concedida pela professora Claudia Mayorga (2017), num trabalho feito em colaboração com a minha orientadora, Luciana de Oliveira, para o livro *Mídia, Misoginia e Golpe*.

na América Latina, quais elementos de gênero a mídia tradicional utiliza para depreciar as três representantes políticas Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner?

Há vários motivos pelos quais essa pergunta não se manteve, dessa forma, na minha dissertação. Primeiramente, porque, interessada em assumir uma investigação feminista na área de Comunicação, iniciei um adensamento em leituras sobre epistemologias e metodologias feministas, que contribuíram para que eu me deslocasse em outra direção. Em segundo lugar, porque, no encontro mais adensado da discussão teórica feminista, aproximei-me também dos estudos pós/de-coloniais de gênero, que contribuíram para que eu falasse na posição de (e interessada em) um feminismo localizado no *Sul global* (Mohanty, 2003). Finalmente e, principalmente, por causa do percurso metodológico escolhido, que me levou a uma vivaz experiência feminista de campo nos três países, a qual também me direcionou a outro lugar.

Além disso, é importante enfatizar que, ao lado das teorias feministas que ampliaram meu olhar epistemológico e metodológico de pesquisa, a mudança de percurso se deu, também, graças às valiosas contribuições do Coletivo de Estudos, Pesquisas Etnográficas e Ações Comunicacionais em Contextos de Risco (Corisco). Nas nossas reuniões, ocupamos os gramados; trocamos conhecimentos a respeito de formas de fazer pesquisa que rompem com as convencionais; questionamos os cânones acadêmicos e nossa responsabilidade num espaço tão privilegiado; construímos, em conjunto, elaborações teóricas, éticas e políticas acerca do fazer pesquisa. Sou muito grata por todo conhecimento adquirido nas trocas com os demais integrantes, nesse potente espaço de pesquisa-ação, e pelas relações construídas, permeadas por entusiasmo, aprendizado e respeito às diferentes formas de saber e ser. Compartilho o manifesto, elaborado coletivamente, em que esta pesquisa se ampara:

1. Fazemos ativismo-arte-ciência.
  2. Praticamos ciência de conduta.
  3. Não temos cânones.
  4. Trabalhamos com pessoas detentoras de saber.
  5. Somos aprendizes nas formas de saber com as quais construímos vizinhanças.
  6. Nossa opção preferencial de acercamento aos mundos dos quais nos avizinhamos é a etnografia/incursão etnográfica.
  7. Nossos trabalhos são experimentais e feitos um a cada vez.
  8. Nossos trabalhos têm o desafio da forma.
  9. Estamos na fronteira de mundos.
  10. Nossos trabalhos primam por extrair potencialidades da tradição de formação ocidental.
  11. Nosso principal objetivo é produzir corpos e conhecimentos alegres.
- (Corisco, 2017).

Explicarei melhor, ao longo da dissertação, como se deu o processo de mudança da pesquisa. Porém, é importante reforçar que, mesmo envolvida nas discussões teóricas feministas e de gênero, nunca tirei meu olhar para o campo da Comunicação, no qual me localizo. Assim sendo, esta pesquisa diz de um encontro entre as vertentes teóricas feministas pós/de-coloniais com os estudos comunicacionais. É importante pontuar isso, pois creio que essa seja uma inovação da dissertação, ou seja, o deslocamento de uma perspectiva feminista midiacêntrica clássica (com foco nos veículos tradicionais) para um olhar feminista voltado para questões midiáticas (mas não só elas) - o que concretiza a própria noção de *circuitos paramidiáticos* (Oliveira, 2014), sob uma visada pós/de-colonial que privilegia saberes locais. Acredito que as vertentes teóricas feministas do Sul têm muito o que acrescentar para as discussões de mídia, política e gênero, sobretudo, quando se trata do contexto latino-americano. Contudo, muito da discussão feminista de mídia vem (ou sofreu influência) de uma tradição transdisciplinar e eurocêntrica, nomeada *feminist media studies*.

Nesse sentido, pretendo contribuir para os estudos feministas na área de Comunicação, em geral, já com uma vasta produção no Norte, sobretudo EUA e Europa, mas ainda incipientes no Brasil (Sarmiento, 2017). Porém, como venho insistindo, com uma visada que valoriza saberes feministas latino-americanos e o pensamento aqui produzido. No próximo tópico, retomo essa tradição eurocêntrica de pesquisa, que marcou o ponto de partida da minha investigação e minha primeira formulação de problema, tanto para apresentar de onde venho, quanto para mostrar questões importantes dessa tradição e lacunas que encontrei nessas pesquisas, que me também levaram à direção que optei por tomar. Não se trata, contudo, de apenas explicitar um percurso acadêmico, mas de mostrar como sua construção (repleta de deslocamentos) é, igualmente, produção de conhecimento. Se o pessoal é político, como sugerido pelos feminismos do Norte global, o pessoal é também epistemológico, como reivindicam as feministas do Sul global.

### **1.1. Estudos feministas da mídia: trajetória de diferentes reflexões e paradigmas**

O termo *feminismo* pode referir-se tanto a um conjunto de teorias, quanto a um movimento social, tendo, em ambos os casos, forte caráter político. Pelas numerosas elaborações teóricas e vertentes de militância política que constituem seus diversos sentidos, prefiro falar em feminismos, no plural. Afinal, ainda que a opressão às mulheres seja um fenômeno global, os feminismos são plurais. Da mesma forma, acredito que haja distintas

definições sobre o que é ser feminista, de acordo com diferentes perspectivas e experiências de vida. Ao longo das minhas entrevistas, observei como tal definição é subjetiva e vincula-se à história e ao lugar de fala de cada mulher. Há, contudo, um consenso de que as teorias feministas, mais especificamente, começam “com a opressão ou subordinação da mulher e todas têm como meta liberar a mulher de sua subordinação” (McLaren, 2016, p. 16), ou seja, são, por sua natureza, políticas.

Em uma versão hegemônica euro-estadunidense, os feminismos são separados em ondas. A Primeira Onda, localizada no final do século XVII, caracteriza-se, em síntese, pelo contexto sufragista, ou seja, pelo período de luta por direitos políticos às mulheres, sobretudo o direito ao voto; a Segunda Onda, entre os anos 1960 e 1970, com o lema “o pessoal é político”<sup>29</sup>, refere-se, na maior parte, ao movimento feminista radical e levanta reivindicações mais do âmbito privado; a Terceira Onda, advinda com o fenômeno da globalização, seria a versão contemporânea dos feminismos, que reclamam por outras lutas interseccionais, ou seja, relativas à etnia, classe, raça, orientação sexual, etc. (Sørensen; Kroløkke, 2005; Biswas, 2004). Outra perspectiva, mais eurocêntrica, coloca ênfase do início da Primeira Onda com o Iluminismo, no contexto da Revolução Francesa; a Segunda Onda daria início com a luta pelo sufrágio, até os escritos da francesa Simone de Beauvoir, na segunda metade do século XX; e a Terceira Onda teria se iniciado com o feminismo radical e perdura até o ciberfeminismo (Varela, 2005; Limic, 2015).

Há, ainda, outra forma de pensar os feminismos, por correntes. Entre essas posições feministas, a pesquisadora feminista estadunidense Margaret McLaren (2016) aponta algumas, quais sejam, feminismo liberal, feminismo radical, feminismo marxista, feminismo socialista, feminismo multicultural, feminismo global, e as abordagens da teoria feminista crítica social e do feminismo pós-moderno. Essa classificação da autora, contudo, não engloba todas as perspectivas, já que, como disse, são inúmeras. Para citar outros exemplos, temos os feminismos negro, afro, indígena, lésbico, islâmico, libertário, anarquista, pós-colonial, de(s)colonial, chicano, transfeminismo, ecofeminismo, entre tantas outras perspectivas. Para o propósito desta pesquisa, optei por não definir feminismos latino-americanos nessas ondas ou correntes. Afinal, defendo, junto a outras teóricas feministas do Sul<sup>30</sup>, que essas ondas e definições, tipicamente advindas do Norte, não dão conta dos

---

<sup>29</sup> *The personal is political* foi um texto escrito pela jornalista feminista estadunidense Carol Hanisch, em 1969, e tornou-se, então, *slogan* da chamada Segunda Onda feminista.

<sup>30</sup> É importante mencionar que, no contexto da chamada Segunda Onda, nos Estados Unidos, mulheres negras, sobretudo lésbicas, já estavam fortemente denunciando o racismo e a heteronormatividade dos movimentos de

feminismos latino-americanos, devido a várias questões históricas e políticas<sup>31</sup>, conforme abordarei mais à frente.

Segundo a pesquisadora Tijana Limic (2015), é preciso romper o discurso hegemônico historiográfico sobre as origens do feminismo, já que ele está pautado em características que a Modernidade reproduziu em escala mundial. A autora apresenta, assim, a crítica decolonial em relação ao conceito de Modernidade (que retomarei no Capítulo 2) e aponta que o homem ocidental (capitalista, militar, cristão, patriarcal, branco e heterossexual) instaurou, mundialmente, uma hierarquia epistêmica. Nesse sentido, segundo Limic (2015), os feminismos ocidentais também manifestaram atributos dessa razão moderna e reproduziram características do patriarcado - por exemplo, ao pretender que o feminismo surgiu no contexto iluminista, sem considerar experiências anteriores de mulheres em outras regiões. “A necessidade histórica dessas ondas demonstra os limites do feminismo iluminista e a relevância de buscar projetos feministas que atuem, simultaneamente, nas hierarquias estabelecidas pelos diferentes atributos do homem moderno”<sup>32</sup> (p. 151). Nesse sentido, opto por uma leitura situada, que olha para as nossas regiões desde um ponto de vista local, de forma a entender algumas particularidades que conformam nossos feminismos, sem caráter de generalização, conforme explicarei melhor no Capítulo 2. De qualquer forma, como as pesquisas na confluência entre mídia e gênero no Brasil são, em sua maioria, influenciadas pela tradição nomeada *feminist media studies*, de origem eurocêntrica, explico algumas correntes que marcaram esses estudos e um pouco da minha trajetória na área, até chegar na formulação do problema de pesquisa inicial.

Segundo Liesbet Van Zoonen (1994, 1996), uma pesquisadora holandesa que tem dedicado sua trajetória aos *feminist media studies*, a mídia sempre foi uma questão central para a discussão feminista. Conforme a autora, desde o livro *The Feminine Mystique*, escrito pela estadunidense Betty Friedan, em 1963, essa problemática tornou-se central, tanto para os movimentos feministas, quanto para a produção acadêmica. Essa revolucionária obra foi resultado da investigação de Friedan para entender porque mulheres estadunidenses de classe média, na década de 1950, sentiam-se tão vazias e insatisfeitas. Para isso, Friedan entrevistou

---

mulheres brancas. Conforme Mohanty (2003), alguns nomes proeminentes dessa crítica são: Audre Lorde, Barbara Smith, Cherrie Moraga, Merle Woo, Paula Gunn Allen e Gloria Anzaldúa.

<sup>31</sup> Ainda que muitos movimentos feministas do Sul se apoiem também em literaturas e obras clássicas de algumas dessas correntes elencadas.

<sup>32</sup> La necesidad histórica de estas olas evidencia los límites del feminismo ilustrado y de la pertinencia de buscar proyectos feministas que actúen simultáneamente sobre las jerarquias establecidas por los distintos atributos del hombre moderno.

diversas mulheres nos EUA, com vistas em observar certos padrões de comportamento e possíveis respostas à suas indagações.

Em sua obra, Friedan acaba por denunciar a sociedade de consumo dos Estados Unidos, pós Segunda Guerra Mundial, e a influência, por exemplo, de revistas locais da época na reprodução de papéis de gênero. Afinal, como descreve Van Zoonen (1996), a imagem da mulher colocada nessas revistas era da “feliz e heroína dona-de-casa”<sup>33</sup>. Assim, seu livro “é tido como prógono do entendimento de que os textos midiáticos são arenas fundamentais para a compreensão das dinâmicas de reprodução da desigualdade de gênero” (Sarmiento, 2017, p. 52). Ao citar este exemplo, Van Zoonen (1996) diz que a produção acadêmica feminista é intrinsecamente política e que os primeiros estudos nessa direção não prescindiam de atuação ativista junto às reflexões teóricas. Ela conta que um dos primeiros movimentos feministas da chamada Segunda Onda feminista nos EUA, o *National Organisation of Women*, foi liderado, inclusive, por Betty Friedan. A autora relata, ainda, que essa mesma organização declarou que a mídia era uma das principais lutas dos movimentos feministas da época.

Van Zoonen (1996) argumenta que, posteriormente, embora muito da produção sobre a discussão feminista em torno da mídia tenha sido canalizada para a academia, o caráter político sempre esteve presente, “minando o paradigma dominante da academia, de objetividade, neutralidade e distanciamento”<sup>34</sup> (p.32). Ela enfatiza que é o comprometimento feminista com um objetivo maior que finalmente diferencia tal perspectiva de outras em relação à mídia. A teórica também aponta que, historicamente, poucas pesquisadoras e pesquisadores na área de Comunicação interessaram-se por temáticas “da mulher” e que foi com os *estudos culturais* que tal interesse ganhou mais robustez. Contudo, ela questiona que “o aumento da sofisticação teórica e empírica nos estudos de mídia feminista não apenas prejudicou sua relevância para uma crítica feminista política, quanto diminuiu seu potencial enquanto uma crítica cultural compreensível”<sup>35</sup> (p. 33). Assim, para sistematizar essa tradição, ela formula um panorama histórico de teorias midiáticas feministas, separando-as em três grandes grupos: análises feministas liberais, radicais e socialistas da mídia<sup>36</sup>.

---

<sup>33</sup> Happy housewife-heroine.

<sup>34</sup> Undermining the dominant academic paradigm, of objectivity, neutrality and detachment.

<sup>35</sup> The growing theoretical and empirical sophistication of feminist media studies has not only jeopardized its relevance for a critical feminist media politics but also diminished its potential as a comprehensive cultural critique.

<sup>36</sup> É importante reforçar que as três correntes observadas pela pesquisadora dizem de análises feministas da mídia daquele contexto específico (entre os anos 1970 e 1980). A própria autora enfatiza que vários estudos posteriores não se encaixam em nenhuma das três perspectivas, por exemplo, os pós-modernistas ou psicanalistas. Ainda assim, ela afirma que as três correntes ainda subjazem várias análises tradicionais

Conforme a cientista política brasileira Rayza Sarmiento (2017), que dedicou parte da sua tese de doutorado a essa tradição de pesquisa, com um minucioso trabalho de compêndio das principais teorias, “a primeira corrente, atrelada à perspectiva liberal, identifica a mídia como um dos motores que perpetuam os valores desiguais de gênero” (p. 52). Nesse sentido, as análises feministas liberais da mídia eram focadas em discutir, por exemplo, estereótipos de gênero, como um conjunto de valores socialmente estabelecidos. A saída, segundo as feministas dessa corrente, seria viável apenas se as mulheres obtivessem posições mais igualitárias na sociedade, por meio de mudanças como ensinar questões de gênero em escolas de jornalismo; conscientizar jornalistas sobre estereótipos e seus efeitos; colocar pressão nas instituições midiáticas, especialmente nas publicitárias; e demandar ações políticas afirmativas em instituições midiáticas (Van Zoonen, 1996; Sarmiento, 2017).

Van Zoonen (1996) diz que as estratégias de feministas liberais tiveram consequências indesejadas, pois “a ênfase na reversão de papéis para mulheres em particular criou um novo estereótipo da ‘supermulher,’ ou seja, uma resposta da cultura comercial às demandas do feminismo liberal”<sup>37</sup>(p. 34). Assim, revistas e publicidades começaram a enquadrar mulheres como independentes, com carreiras assertivas – mas ainda com corpo e beleza padrão, ou seja, um novo ideal da mulher, tão exigente e excludente quanto o anterior. Além disso, a autora pontua que, ainda que o número de mulheres tenha aumentado nas instituições midiáticas no geral, dadas as pressões no contexto ao qual ela se refere, as condições salariais, de trabalho ou de reconhecimento não vieram junto. Assim, para ela, o erro das feministas liberais foi não levar em conta relações de *poder* (retomarei nesse conceito à frente) e optar por uma visão otimista de que a conscientização e a mudança dentro das próprias instituições midiáticas seriam suficientes, sem considerar interesses na manutenção do poder masculino e capitalista, por exemplo.

A segunda corrente de estudos feministas da mídia, a radical, coloca no centro da discussão o patriarcado, que seria “um sistema social no qual todos os homens assumem que dominam e oprimem as mulheres”<sup>38</sup> (Van Zoonen, 1996, p. 35). Segundo a pesquisadora, tal corrente de feministas radicais foi essencial para denunciar abusos de homens contra mulheres, além de outras questões tidas como do âmbito privado, como violência sexual, pornografia, incesto, turismo sexual, tráfico de mulheres, entre outras (Van Zoonen, 1996).

---

contemporâneas dessas temáticas.

<sup>37</sup> The emphasis on role reversal for women in particular has created a new stereotype of 'Superwoman', the response of commercial culture to the demands of liberal feminism.

<sup>38</sup> A social system in which all men are assumed to dominate and oppress all women.

Para essa corrente, como a mídia está nas mãos de proprietários e produtores homens, irá operar de forma a beneficiá-los. Ao contrário da perspectiva anterior, cujos trabalhos acadêmicos são majoritários, essa corrente radical não ressoou em tanta pesquisa teórica, segundo a autora. A solução para as feministas dessa vertente seria que mulheres criassem seus próprios meios de comunicação, pois, assim, não seguiriam moldes masculinistas, hierarquizantes. Contudo, a pesquisadora acrescenta, foi justamente a ideia de que não haveria hierarquia entre as integrantes desse modelo midiático que falhou, já que relações de poder existem também entre mulheres.

Por fim, a terceira corrente de análises midiáticas feministas, segundo Van Zoonen (1996), é a socialista, que, ao contrário da liberal e da radical, passa a preocupar-se com questões de classe e condições econômicas díspares entre mulheres. Nesse sentido, entra em foco, por exemplo, o valor econômico do trabalho doméstico, essencial para a manutenção do sistema capitalista e patriarcal. Com o desenvolvimento dessa corrente, outras variáveis passaram a ser levadas em consideração, como etnicidade, orientação sexual, idade, deficiências físicas, “já que as experiências de, por exemplo, mulheres negras, lésbicas e solteiras não se encaixavam bem no desequilibrado modelo anterior de gênero/classe”<sup>39</sup> (Van Zoonen, 1996, p. 36). Segundo esta autora, para as feministas dessa corrente, a mídia é percebida como ideológica e fundamental para a manutenção tanto do capitalismo quanto do patriarcado. Questões relativas ao poder, portanto, começam a entrar na centralidade das discussões, contudo, conforme a pesquisadora coloca, de forma diferente dos *estudos culturais feministas*, que virão posteriormente (e que também explicarei mais a frente). Esta autora explica que, na corrente socialista, o poder é tido como algo localizado em estruturas socioeconômicas e mediado pela ideologia, enquanto nos estudos culturais feministas subsequentes, o poder é compreendido como um conjunto de práticas discursivas, para além de conjunturas materiais.

Embora essas três primeiras correntes de estudos feministas da mídia sejam importantes para observarmos nuances iniciais que ainda perpassam muitos estudos nessa temática, elas abrangem contextos específicos, temporalmente e espacialmente, já que são

---

<sup>39</sup> Since que experience of, for example, black, lesbian and single women did not fit nicely in the biased gender/class earlier model.

ideias fortemente presentes, nos anos 1970 e 1980, da produção acadêmica do Norte. Além disso, como Van Zoonen (1996) coloca, tais perspectivas partiam de uma visão da mídia enquanto algo que distorce a realidade e cujas audiências são passivas, ou seja, uma vertente que se detém de um olhar instrumental e transmissivo dos meios de comunicação. Assim, ela aponta para a necessidade de os estudos feministas observarem resistências às instâncias midiáticas hegemônicas e declara, portanto, sua afinidade com a matriz dos *estudos culturais feministas*. Para esta autora, embora as três correntes anteriores reivindicassem importantes mudanças políticas, falharam em muitas estratégias.

Os estudos feministas da mídia começam a preocupar-se, mais fortemente, com a questão da recepção, junto ao *Centre for Contemporary Cultural Studies*, em Birmingham, na Inglaterra. De forma crítica aos estudos transmissivos, descritos anteriormente, nasceu a tradição de *estudos feministas culturais*. Muitas pesquisas da vertente culturalista vão dar foco em análises de representações midiáticas e observá-las, sobretudo, pelas análises de conteúdo, análises semióticas (Van Zoonen, 1994) e análises de discurso (Weedon, 2000), enquanto opções metodológicas predominantes. O campo dos estudos culturais foi frutífero às teorias feministas, pois tanto permitia reconhecer estruturas sociais que oprimem as mulheres, quanto possibilidades de agência e resistência contra as formas de opressão.

Segundo Rayza Sarmiento (2017), no Brasil, “a perspectiva culturalista deu a tônica dos estudos de mídia e gênero, desenvolvidos em grande parte dentro dos programas de pós-graduação em Comunicação” (p. 54). Ao citar Ana Carolina Escosteguy como maior referência dessa tradição no Brasil, ela diz que esses estudos ganharam fôlego a partir dos anos 2000 e que há, ainda, um longo caminho a percorrer. Por esse motivo, optei por fazer essa breve retrospectiva, para enfatizar como tal tradição se constituiu no nosso território e quais são algumas de suas lacunas. Várias autoras feministas e/ou que tratam de questões midiáticas e de gênero ainda focam bastante nas representações, na análise de estereótipos de gênero, nos preconceitos e nas construções discursivas na mídia que reproduzem papéis sociais de gênero. Contudo, conforme Sarmiento (2017), tais correntes “têm se mostrado pouco promissoras com o crescimento dos estudos, (...) dado o avanço de perspectivas como o feminismo negro e o feminismo pós-colonial, que não se situam em nenhuma delas por completo, atravessando-as” (p. 51).

Além dessa categorização, a pesquisadora argentina Claudia Laudano (2010) traz outra forma de observar os estudos feministas de mídia, com maior foco no contexto latino-americano. Segundo a autora, tanto os estudos de mulheres e de gênero quanto os movimentos

feministas têm se interessado, fortemente, em discutir questões relativas à mídia. Ela também separa os estudos comunicacionais feministas em três perspectivas, que dialogam com as de Van Zoonen (1996), mas que incluem outras questões, quais sejam, o enfoque determinista, o enfoque centrado na recepção e nos veículos enquanto transformadores culturais.

O primeiro enfoque, determinista, segundo a autora, marca a década de 1970 e possui influência do estruturalismo, da semiologia e do marxismo. Assim, para a autora, as análises feministas dessa época também centravam-se na questão da representação midiática, “em particular, das revistas feministas como espaços privilegiados de reprodução da ideologia dominante, incluindo os esquemas organizadores da diferença sexual”<sup>40</sup> (Laudano, 2010, p. 41). Nessa perspectiva, ela destaca a belga Michèlle Mattelard<sup>41</sup>, radicada no Chile, como uma autora paradigmática na América Latina, que se uniu a Mabel Piccini e Armand Mattelart, na Universidade Católica do Chile, e aos chamados *estudios críticos latinoamericanos*. Segundo a autora, nessa época, as mulheres burguesas chilenas estavam indo às ruas contra o governo de Salvador Allende, protagonizando os chamados *cacerolazos*, semelhantes aos *panelaços*<sup>42</sup> que tivemos no Brasil. Nesse sentido, Laudano (2010) aponta para a análise crítica e situada de Michèlle, que denunciava operações ideológicas das revistas na construção de um modelo modernista e conservador da sociedade chilena, calcado sob o argumento da “natureza feminina”, ou seja, que corrobora para a imagem da mulher “do lar”. Conforme Laudano (2010), outra crítica importante da pesquisadora belga foi em relação à publicidade, que se aproveitava até de diferenças entre mulheres brancas e negras. Michèlle denuncia, por exemplo, os chamados “cosméticos negros” e questiona que “todas as segregações são absorvidas e os conflitos são desmantelados. O objeto, o cosmético, universaliza, integra e oblitera todas as contradições”<sup>43</sup> (p. 43). Nesse sentido, já nessa primeira vertente, os estudos estavam atentos às questões de raça. Contudo, a crítica que a autora faz em relação à essa perspectiva, como o próprio nome indica, é que considerava apenas o processo de produção dos meios de comunicação, colocando-o com um “sentido

---

<sup>40</sup> Los análisis feministas se centraron en el estudio de las representaciones de los medios y en particular de las revistas femeninas como espacios privilegiados de reproducción de la ideología dominante, incluyendo los esquemas organizadores de la diferencia sexual.

<sup>41</sup> Claudia Laudano (2010) faz uma interessante observação de que essa autora belga teve seu trabalho invisibilizado na academia, já que era esposa de Armand Mattelart, um dos "pais fundadores do campo comunicacional" (p. 42).

<sup>42</sup> Panelaços, tal qual os *cacerolazos*, são manifestações que se utilizam de panelas para gerar ruídos. No Brasil, marcaram demonstrações contra a presidenta Dilma ou pró-impeachment, por exemplo, quando ela falava em rede pública de televisão.

<sup>43</sup> Se absorben todas las segregaciones y se desarman los conflictos. El objeto, el cosmético, universaliza, integra, y arrasa con todas las contradicciones.

unívoco e uniforme” (Laudano, 2010, p. 43), ou seja, uma visão também transmissiva da mídia.

O segundo enfoque, por sua vez, traz para a centralidade a questão da recepção. Já no início da década de 1980, segundo a pesquisadora, as interpretações das audiências e as distintas formas de consumo dos produtos midiáticos passam a ser centrais às discussões latino-americanas. Nesse sentido, de acordo com a autora, começam a entrar em cena na região os estudos de análises culturais, com bastante foco na recepção de telenovelas. Ela cita alguns nomes importantes dessa perspectiva, como Sonia Muñoz (1992, 1993), Rosa María Alfaro (1988) e Mabel Piccini (2000). Os estudos de recepção no Brasil ascenderam, fortemente, nesse mesmo contexto e também deram bastante atenção à mulher, enquanto espectadora. Contudo, no Brasil, não havia uma inflexão feminista nesses estudos. A forte preocupação da condição da mulher se dava “em referência a um contorno mais amplo, sobretudo, o de classe social” (Escosteguy, 2010, p. 62). Conforme Laudano (2010), tais estudos foram importantes para distanciar-se do midiacentrismo, dando maior ênfase ao cotidiano e ao consumo cultural. Contudo, acabou se tornando a versão oposta da anterior (em que sujeitas eram passivas), ou seja, dessa vez completamente ativas, sem levar em conta a complexidade das relações, atravessadas por questões de poder.

Por fim, um terceiro enfoque, que passa a receber maior atenção nos anos 1990, centra-se nas ideias complexas de “poder, ação, sujeição, subjetividade, produção de sentidos na vida cotidiana” (Laudano, 2010, p. 48). Tal perspectiva, segundo a autora, têm, como exemplo, análises de revistas femininas contemporâneas como um espaço de transformação cultural. Nesse sentido, a autora cita Angela McRobbie (1999), como proeminente nome dessa perspectiva e também pelas lentes dos *estudos culturais britânicos*, citados, anteriormente, por Van Zoonen (1996). As análises textuais e de discurso entram, portanto, em evidência, para observar de que maneira as ideias feministas foram incorporadas nos editoriais de revistas contemporâneas para adolescentes. Assim, é possível notar uma percepção mais relacional da comunicação, que não parte nem de uma análise das sujeitas enquanto passivas, tampouco completamente ativas nos processos comunicacionais. Acredito que essa perspectiva seja a que mais se aproxime da minha própria experiência acadêmica na Comunicação.

Durante meu curso de graduação, foi com os *estudos culturais feministas*<sup>44</sup> que tive

---

<sup>44</sup> É importante pontuar que, como Chris Weedon (2000) coloca, os *estudos culturais feministas*, forjados no contexto dos *estudos culturais*, não são iguais ao *feminismo cultural*, que seria uma percepção feminista de que

maior avizinhamento na área, presentes na elaboração tanto de Van Zoonen (1996) quanto de Laudano (2010). Por isso, minha pergunta de pesquisa girava em torno de alguns conceitos centrais desta corrente, como o de representação. Conforme Chris Weedon (2000), “o estudo das representações tem sido fundamental para uma grande parte do trabalho produzido por teóricas culturais feministas, porque as representações são o meio pelo qual a cultura é conhecida e formas de conhecimento embaladas e distribuídas” (p. 118). Como disse anteriormente, com um propósito acadêmico feminista, eu desejava observar, justamente, representações e estereótipos de gênero presentes nas produções textuais e imagéticas da mídia tradicional em relação às mulheres latino-americanas na presidência. Assim, almejava fazer uma análise de conteúdo em veículos tradicionais nos três países, para observar os sentidos ali produzidos, ou seja, desde o meu próprio lugar de pesquisadora. Nesta pesquisa, ainda me muno de alguns conceitos e elaborações teóricas essenciais a essa perspectiva, como as relações de poder e os estereótipos de gênero. Afinal, a vertente feminista culturalista também teve incidência nas próprias teorias pós-coloniais feministas e acredito, além disso, que seja uma perspectiva frutífera aos movimentos feministas latino-americanos. Como colocam as pesquisadoras argentinas, Valeria Hasan e Ana Soledad Gil (2016), “os estereótipos de gênero atravessam nossas representações e práticas de forma contínua” e “os meios de comunicação se encontram insertos na luta por sentido” (p. 269)<sup>45</sup>. Contudo, o andamento da pesquisa levou-me a outra direção epistemo-metodológica, diferente das usuais análises semióticas, discursivas ou de conteúdo da mídia.

Além destas e de outras contribuições acadêmicas já existentes em diferentes campos de pesquisa, é fundamental levar em conta que a atividade intelectual voltada para as questões de gênero sempre esteve fortemente imbricada com a luta feminista (Miguel;Biroli, 2014). Assim, já no início da minha pesquisa, observei que, além da crítica acadêmica, a temática de mulheres políticas representadas nos noticiários também estava sendo debatida por grupos feministas que atuam em um ativismo *online* e nas ruas. Ativistas feministas levantaram questões importantes para pensar as representações midiáticas das mulheres, inclusive daquelas inseridas em cargos políticos, o que me interessa, em particular. Essa percepção contribuiu para minhas mudanças metodológicas, pois me deu mais estímulos para a ir ao encontro com feministas argentinas e chilenas, com o objetivo de aproximar-me do que elas

---

as mulheres, naturalmente, teriam desenvolvido características "femininas". Para maior leitura sobre essa outra vertente, ver Sara Ahmed (2000).

<sup>45</sup> Los estereotipos de género atraviesan nuestras representaciones y prácticas de forma continua. (...) Los medios de comunicación, se encuentran insertos en la lucha por el sentido.

também estavam discutindo. Reforço, contudo, que, nesse momento, eu já me encontrava no contexto da descoberta da discussão sobre epistemologias/metodologias feministas (que apresento no Capítulo 2), além da aproximação com as discussões críticas do fazer pesquisa, elaboradas no Corisco. Considerava os saberes dessas feministas, na frente da luta antipatriarcal, tão valiosos e no mesmo patamar que os conhecimentos construídos por feministas na academia, porém, bem menos valorizados socialmente e academicamente, assimetria que problematizo durante todo processo da pesquisa.

Um exemplo marcante dessa percepção foi quando, no Brasil, a Revista Istoé (2016) lançou a edição *As explosões nervosas da presidente*, que trazia, na capa, uma imagem da presidenta Dilma com expressões de fúria e a chamada “em surtos de descontrole”, colocando-a como emocionalmente incapaz de conduzir o país. Nesse contexto, a ONG feminista brasileira *Think Olga*<sup>46</sup> fez um apanhado de capas de revistas (Imagem 1) que traziam fotografias de mulheres em diferentes esferas de atuação e países representadas como inaptas a liderarem cargos mais altos. Uma das questões principais que a ONG levantou foi sobre a violência simbólica que acometem mulheres, ou *gaslighting*, termo em inglês comumente empregado em discussões e reflexões dos movimentos feministas contemporâneos, sobretudo na internet. Tal termo pode ser descrito, conforme a própria ONG, como uma violência emocional, por meio de manipulação psicológica, que leva uma mulher a acreditar que está fora da sua sanidade mental e que faz parte da engrenagem social sexista que silencia mulheres, cotidianamente. Nesse sentido, elas citaram alguns *estereótipos de gênero*, como da mulher “louca”, “descontrolada” e “raivosa” (sendo esse último ainda mais recorrente às mulheres negras). Assim, surgiu um movimento na internet, com a hashtag #IstoÉMachismo, que levantou outras entusiasmadas discussões de gênero. É importante ressaltar que na Imagem 1, postada pela ONG feminista, aparece também a capa de uma revista argentina, *Noticias de la Semana*, que contém uma caricatura da presidenta Cristina Kirchner sexualizada, com o título *El goce de Cristina* (O gozo de Cristina).

---

<sup>46</sup> Segundo a descrição do próprio site, a missão da ONG Think Olga é “empoderar mulheres por meio da informação.”

**Imagem 1 - Montagem de ONG feminista com mulheres políticas/públicas retratadas na mídia**



Fonte: ONG Think Olga (2016).

Além disso, outras feministas também compararam essa edição da *Istoé* com outra intitulada *Escenas increíbles del miedo a Cristina* (Cenas incríveis de medo a Cristina), da mesma revista argentina. Diante da repercussão com a capa da Revista Istoé, a própria presidenta Cristina pronunciou-se publicamente (Imagem 2), comparando as duas publicações, citadas anteriormente. Ela disse:

Istoé é um semanário brasileiro muito importante. Aqui, veem Dilma como uma pessoa muito má e nervosa: As explosões nervosas da presidente. Agora olhem essa capa de Notícias: Cenas incríveis de medo de Cristina. (...) É um *modus operandi*. Não acontece só na Argentina. Sem queixas, alguém tem que alçar voz para dizer que essas coisas tem que parar. (Fernández, 2016)<sup>47</sup>.

<sup>47</sup> Istoé es un semanario brasileño muy importante. Acá la ven a Dilma como una persona muy mala y nerviosa: Las explosiones nervosas de la Presidente. Ahora miren esta tapa de Noticias: Escenas increíbles del miedo de Cristina. (...) Es un *modus operandi*. No sucede sólo en la Argentina. (...) Sin agravios, alguien tiene que alzar la voz para decir que estas cosas tienen que cesar.

## Imagem 2 - Pronunciamento da presidenta Cristina Kirchner sobre a Revista Notícias



Fonte: El Intransigente (2016).

Além disso, uma brasileira feminista residente em Buenos Aires, que conheci por meio da pesquisa, postou em seu Instagram uma foto com um varal com algumas capas de revista latino-americanas sexistas, expostas numa manifestação feminista argentina, convocada pelo coletivo *Ni Una Menos* (Imagem 3). Tais contribuições do ativismo feminista, contudo, não são tão centrais nas pesquisas que tratam dessas temáticas, já que os pensamentos e saberes de ativistas feministas são subalternizados em relação ao pensamento acadêmico – diálogo que proponho ser fundamental para este trabalho. Nesse sentido, foi essa percepção que também contribuiu para minha ida à Argentina e ao Chile, para estabelecer diálogos com feministas dos movimentos de lá, as quais pudessem me esclarecer melhor sobre os contextos desses países com os quais, até então, eu tinha menor proximidade. Afinal, eu desejava ouvir das próprias feministas, nesses outros países, quais eram suas percepções sobre tal conjuntura midiática que desmoralizava as primeiras presidentas eleitas nessas regiões. Conforme a pesquisadora chilena Uca Silva (2010),

Se observarmos a trajetória do movimento de mulheres, podemos concluir que foi o pioneiro a incorporar a dimensão comunicacional para suas ações. As feministas visionaram a importância dos discursos midiáticos a partir de duas tendências complementares: a função dos meios como produtores de modelos e imagens na representação das mulheres e seu potencial como ferramenta essencial para a gestão política do movimento. Desde esses dois eixos, se gera e estabelece a relação das mulheres com os meios de comunicação (p. 65)<sup>48</sup>.

<sup>48</sup> Si observamos la trayectoria del movimiento de mujeres podemos concluir que ha sido pionero en incorporar la dimensión comunicacional a su accionar. Las feministas visionaron la importancia de los discursos mediales a partir de dos tendencias complementarias: la función de los medios como productores de modelos e imágenes en la representación de las mujeres y su potencial como herramienta esencial para la gestión política del

Após minha ida a Buenos Aires e Santiago e meu encontro com mulheres ativistas, conforme abordarei, com mais detalhes, ao longo da dissertação, minha pergunta de pesquisa também se modificou. Afinal, os questionamentos que levei, inicialmente motivados pela tradição de pesquisa feminista que descrevi, não pareceram tão importantes para as feministas que encontrei, como relatarei mais à frente. Ainda assim, nossas conversas foram extremamente ricas e, surpreendentemente, elas me ofertaram saberes muito instigantes, que envolviam outra forma de imaginar e inventar as relações entre mídia, poder e gênero. Não se trata apenas de criticar e resistir às representações (política e midiática), mas de alargar a luta política para outros campos experienciais, além das representações, elas próprias incrustadas em sistemas institucionais estruturalmente patriarcais. O que me foi re-apresentado etnograficamente afetou minha pergunta de pesquisa para: Dado que a crítica das representações midiáticas de gênero das presidentas Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet não ocupam um lugar tão central (tal como eu imaginava, inicialmente) no pensamento-ação das ativistas feministas, quais são os elementos constitutivos do ativismo dessas mulheres no que tange a política/disputas de poder e a comunicação/visibilidade?

Nesse sentido, a temática das presidentas representadas na mídia se manteve, de alguma forma, porque foi o motivo que me levou a essas mulheres e oportunizou que elas me apresentassem outra visada dos significados da mulher no poder central do sistema político, bem como dos usos midiáticos de estereótipos de gênero. Contudo, minha escuta interessada e ávida do que elas diziam ampliou meus questionamentos iniciais e me conduziu a um rico arsenal de pensamento e proposições políticas que fez, em muitos sentidos, reaprender o que é poder e o que é comunicação.

É importante ressaltar que há, outrossim, estudos acadêmicos que olham para interpretações e ressignificações de mulheres ativistas feministas em relação aos discursos midiáticos, como a própria tese de doutorado da pesquisadora Rayza Sarmiento (2017), citada anteriormente. Para sua investigação, ela entrevistou grupos feministas brasileiros, para observar as interpretações desses coletivos acerca dos enquadramentos do próprio movimento feminista na mídia, entre os anos 1922 e 2016. Contudo, no campo da Comunicação, no Brasil, especificamente, não há uma prática de pesquisas feministas da mídia que coloque na centralidade conhecimentos de ativistas, ainda menos sob a perspectiva teórica pós/de-colonial. Afinal, como já disse, os estudos feministas, preocupados com a mídia, fazem parte

---

movimiento. Desde estos dos ejes se genera y establece la relación de las mujeres con los medios de comunicación.

de uma tradição pouco consolidada em território nacional e que se munem, principalmente, de um legado eurocêntrico e mais dedutivo, que parte dos questionamentos das pesquisadoras desde seus lugares científicos. Nesse sentido, pretendo somar contribuições às pesquisas feministas na Comunicação, porém, com outro olhar teórico e metodológico. Afinal, acredito, vigorosamente, na força e na potência dos saberes de ativistas latino-americanas, invisibilizados na discussão acadêmica

### **Imagem 3 - Capas de revista sexistas expostas em manifestação feminista argentina**



**Fonte: Yany Mabel (2016).**

Retomando ao livro de Betty Friedan, de onde parti para iniciar esse tópico, da mesma forma que foi marco inaugural para as pesquisas acadêmicas feministas da mídia (Van Zoonen, 1996), estreou o que os movimentos feministas do Norte chamam de Segunda Onda do feminismo. Contudo, como dito anteriormente, essas ondas, definidas para categorizar os movimentos feministas, sobretudo nos EUA e na Europa, não dão conta de abranger a história de muitos países do Sul global, como os latino-americanos. Afinal, as experiências de mulheres localizadas em países como Brasil, Argentina e Chile são marcadas por autoritarismos estatais, golpes e ditaduras, subalternização colonial, escravidão, racismo, genocídio, cultura do estupro e outras formas de violência. Algumas autoras, como a cientista política brasileira Marlise Matos (2008) e a filósofa espanhola Célia Amorós (2011), consideram pensar em um quarto momento para os feminismos do Sul, que marcaria nossas especificidades. Outras, como Tijana Limic (2015), Valeria Hasan e Claudia Anzorena (2017), defendem que sequer podemos pensar em ondas para os diversos feminismos e as realidades regionais - percepção da qual compactuo.

Foi no meu incômodo, portanto, em utilizar apenas lentes feministas do Norte para observar contextos locais na América Latina, que iniciei o processo de mudança da minha

dissertação. Muitas provocações nesse sentido vieram do adensamento de leituras de epistemologias e metodologias feministas, sobre os quais discutirei no Capítulo 2. Dessa maneira, ratifico que minha pesquisa foi reafetada tanto pelos saberes práticos de ativistas feministas, que eu desejava colocar na centralidade da discussão, quanto por teorias feministas, que dão ênfase nas realidades latino-americanas ou do cone Sul. Antes de entrar nessa seara, contudo, que é onde o corpo da dissertação ganha mais força junto à pesquisa de campo, apresento pesquisas acadêmicas feministas (ou de gênero) da mídia, algumas voltadas para as perspectivas mais tradicionais que mencionei, que trataram do caso das presidentas Cristina, Dilma e Michelle.

Como dito previamente, para confirmar e fortalecer minha pressuposição inicial de que a mídia de massa nos três países, no geral, possui caráter patriarcal e reproduz estereótipos de gênero em relação à essas mulheres em situação de poder, fiz um observatório de estudos acadêmicos, com um resumo dos estereótipos de gênero encontrados por várias pesquisadoras ao longo dos últimos anos. Além disso, desejava aprofundar nas discussões que eram centrais à minha pesquisa, mas que, como disse, me direcionaram a outro lugar insurreto, que apresento na Parte II.

## **1.2. Presidentas latino-americanas na mídia: estereótipos de gênero em relação a mulheres políticas**

Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal.  
Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal.  
Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas,  
começamos a achar “normal” que esses cargos de chefia só  
sejam ocupados por homens.  
(Chimamanda Ngozi Adichie, 2014).

O panorama de mulheres líderes na América Latina vem se reconfigurando nos últimos anos. Foram eleitas, no Chile, na Argentina e no Brasil, respectivamente, as três primeiras presidentas em cada um desses países, Michelle Bachelet, Cristina Kirchner e Dilma Rousseff, que também disputaram candidaturas com outras mulheres (Evelyn Mattei, Elisa Carrió e Marina Silva) e foram reeleitas nas eleições seguintes. Com inúmeros obstáculos, como crises de governo acionadas em torno à figura de Cristina; escândalos de corrupção com o filho de Michelle, os quais afetaram sua popularidade no país; e o recente processo de *impeachment* de Dilma, e situadas em países vizinhos cujos contextos guardam semelhanças e diferenças, as três presidentas trouxeram à tona novas relações com suas

figuras públicas na sociedade.

Antes de apresentar, brevemente, a trajetória dessas mulheres até a chegada delas ao cargo máximo do poder institucional, preciso salientar algo importante e central para essa dissertação, que pude constatar, principalmente, nas entrevistas feitas com ativistas feministas, mas também em pesquisas recentes que apontam nessa direção<sup>49</sup>: embora tenham sido as primeiras mulheres nesses cargos, nos três países, as presidentas não moveram grandes esforços em relação às pautas feministas e de mulheres. Conforme Miguel (2014), maior número de representantes mulheres na política não implica, necessariamente, maior centralidade para pautas feministas. Sarmento (2017) acrescenta que a cientista política Anne Phillips é a maior referência nesse debate, com sua formulação de “política da presença”, “que não pode estar dissociada de uma ‘política das ideias’, ou seja, do compartilhamento das perspectivas e reivindicações dos grupos marginalizados” (p.43).

As pesquisadoras Htun e Piscopo (2010) apontam que Michelle Bachelet teria sido a presidenta que mais se destacou no apoio aos direitos das mulheres, mas, ainda assim, as medidas adotadas foram muito modestas, percepção que coincide com a de ativistas feministas no Chile, conforme abordarei melhor no Capítulo 4. Contudo, sem dúvidas, como ouvi de várias ativistas feministas, suas eleições tiveram efeitos simbólicos nesses países, ao inseri-las em espaços hegemonicamente e historicamente masculinos. Conforme a cientista política brasileira Flávia Biroli (2014), ao longo da nossa história, resoluções políticas e leis que afetam diretamente as mulheres do país foram feitas por homens - fenômeno também evidente na Argentina e no Chile. Assim, há anos, mulheres são ensinadas, desde cedo, que o lugar delas não é ali.

Ainda que a presença dessas mulheres nas instâncias políticas máximas tenha sido uma grande decepção para alguns movimentos feministas latino-americanos, conforme abordarei nos capítulos posteriores, a forma como elas foram representadas na *mídia de massa patriarcal* (hooks, 2000) também foi motivo pelo qual feministas tenham as defendido e criticado a posição desses veículos midiáticos. Afinal, além de serem poucas, as mulheres na política foram e são, constantemente, submetidas a estereótipos de gênero convencionais, justamente por ocuparem cargos que, por uma visão política historicamente constituída, ou são pensados como destinados aos homens,<sup>50</sup> ou não são tidos como de direito também das mulheres.

---

<sup>49</sup> Jalalzai, 2016; Olea, 2010; Biroli e Miguel, 2014.

<sup>50</sup> Biroli, 2010, 2011; 2014; Panke, 2016; Aalberg e Jessen, 2007.

Em síntese, estereótipos consistem em organizadores cognitivos dos ambientes sociais, ou seja, um conjunto de expectativas e percepções delimitadoras acerca de determinados grupos ou indivíduos, devido à incapacidade humana de apreender o mundo em sua multiplicidade. Conforme Flávia Biroli (2011), é demasiado simplificador classificá-los como distorções da realidade, pois isso seria assumir que há uma fronteira entre a estereotipia e a realidade. Dessa forma, é mais interessante observá-los enquanto simplificadores que “participam dos exercícios de poder” (p. 75) e a base para compreender a construção de representações, identidades e papéis sociais, uma vez que essas são ideias internalizadas socialmente e que orientam ações dos indivíduos no mundo.

Os *estereótipos de gênero*, mais especificamente, relacionam-se com generalizações que reduzem a complexidade do que é ser mulher ou homem e de quais são seus respectivos papéis na sociedade. Segundo Silvana Mota-Ribeiro (2005), na prática, isso significa “um processo de redução da diversidade das experiências, de vivências e dos mundos de homens e mulheres a estereótipos, comportamentos adequados e expectativas baseadas em categorias homogêneas: o masculino e o feminino” (p. 17). As pesquisadoras Luciana Panke e Sylvia Iasulaitis (2016) agregam que as pessoas, portanto, interpretam mulheres como possuidoras de características expressivas, como sendo emotivas, compreensivas, compassivas, “enquanto os homens são avaliados como detentores de características instrumentais – são independentes, objetivos, ambiciosos, agressivos e experientes” (p. 389).

Importante teórico dos estudos pós-coloniais, o indiano Homi Bhabha (2003) faz uma leitura do estereótipo colonial bastante interessante para esta pesquisa, consoante com a concepção de algo simplificador da realidade. Segundo ele, a forma do estereótipo reside na sua própria ambivalência, que garante a validade do discurso colonial. Afinal, é uma “forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido” (Bhabha, 2003, p. 117). Assim, o estereótipo “deve aparecer sempre em excesso, mais do que ser provado empiricamente ou construído logicamente” (p. 105-106). É interessante sua proposição, sobretudo porque, segundo o próprio teórico, sua concepção é devedora das formulações feministas. Para ele, o discurso do poder colonial é assegurado nas diferenças, sejam raciais ou sexuais. “Tal articulação torna-se crucial considerando-se que o corpo se encontra sempre e simultaneamente inscrito tanto na economia do prazer e do desejo quanto na do discurso, da dominação e do poder” (p. 179). Portanto, tais modos de diferenciação e discriminação (como consequência), assentam-se em práticas discursivas e políticas de hierarquização. Dessarte, para ele, o estereótipo, além de

sustentar-se numa cadeia constante de repetições, é “incompleto e fetichista e circula dentro do discurso colonial como a forma limitada da alteridade, como a forma fixa da diferença” (p. 196). Por conseguinte, os estereótipos servem às relações de poder enquanto formas de manutenção do *status quo*, em diferentes situações. No caso específico desta pesquisa, para legitimar o privilégio masculino nos espaços políticos formais.

De acordo com Panke e Iasulaitis (2016), a falta de mulheres na política formal é retroalimentada pela permanência de estereótipos de gênero, afinal, “candidatas a cargos eletivos se deparam com estereótipos que naturalizam os homens nos cargos de liderança política e reservam às mulheres o trato dos problemas domésticos e familiares” (p. 388). Nessa continuidade, os veículos midiáticos, constantemente, ativam enquadramentos de gênero de forma a contribuir para a reprodução e ratificação dos estereótipos.

Embora a sub-representação de mulheres na política formal não seja um fenômeno unicausal (Panke e Iasulaitis, 2016), mas se dê por variáveis distintas, um ponto de partida para compreender a falta de mulheres na política e os estereótipos que permeiam a presença das que estão nestes locais de poder é a chave dicotômica entre público/privado, central na reflexão crítica feminista e discutida, sistematicamente, na *teoria política feminista*<sup>51</sup>. Tradicionalmente, às mulheres foi relegado o espaço na esfera privada, enquanto algo “natural”, ao passo que aos homens destinou-se o espaço público, configurando relações de opressão estrutural, dominação masculina, patriarcal e exclusão política. Contudo, conforme o histórico *slogan* feminista, “o pessoal é político”, não é possível pensar numa inseparabilidade entre vida doméstica e não-doméstica, já que as dinâmicas de poder também perpassam ambientes familiares. Essa dicotomia entre público (masculino) e privado (feminino), portanto, é um mecanismo que contribui tanto para a abstenção de algumas pautas feministas nas esferas políticas, como o aborto, quanto para a exclusão de mulheres no sistema político formal.

Para Flávia Biroli (2010), a naturalização da política enquanto um espaço de homens também legitima a falta de interesse das mulheres a ingressarem nos debates políticos. “As mulheres não se interessariam pelos debates políticos e, menos ainda, por participar da política institucional, porque estariam, ‘naturalmente’, voltadas para o que lhes seria mais

---

<sup>51</sup>São várias autoras da teoria política feminista que exploram essa dualidade, com distintas formulações teóricas e conclusões. Contudo, não é meu objetivo entrar nessas diferenciações ou aprofundar nessas teorias. Tais diferenciações já foram sistematizadas por outras autoras, como Dutra (2014) e Sarmento (2017). A intenção, aqui, é evidenciar a importância da distinção entre público e privado na construção ideológica que marginaliza mulheres da política formal, perpetuando “não só relações desiguais entre os sexos, como também hierarquias sociais nas mais diversas esferas da vida” (Dutra, 2014, p. 11).

caro: a vida privada, a esfera doméstica, a maternidade” (p. 48). Tal argumento será complexificado mais à frente, pois muitas ativistas feministas com quem conversei não acreditam em formas de ação política dentro das próprias instituições, ou que as estruturas patriarcais do Estado dificultam mudanças por essas vias, contrariando a visão de que é importante ter mulheres nesses espaços políticos institucionais, com formatos masculinistas. Contudo, muitas também acreditam na necessidade da presença de mulheres no governo, sobretudo para pautas como o aborto, que concernem, mais propriamente, leis políticas formais – paradoxo que também retomarei, posteriormente.

A diferenciação entre espaços masculinos/femininos reforça e naturaliza a divisão binária de gênero que sustenta a sociedade e o Estado, que, da mesma forma que omite diferenças, as utiliza como forma de inferiorizar determinados grupos (Maffia, 2007). Os movimentos feministas latino-americanos vêm resistindo a essas lógicas e conquistaram, ao longo dos anos, políticas no âmbito estatal em relação às pautas feministas, como direito a voto e delegacias especializadas a mulheres, só para citar alguns exemplos. Da mesma forma, mais espaços na política formal foram alcançados, especialmente no período de redemocratização, quando houve maior aproximação e negociação com o Estado<sup>52</sup>. Apesar disso, dinâmicas sociais ainda limitam fortemente a participação feminina nas esferas públicas e políticas. Afinal,

como dada a organização atual da sociedade, as mulheres são as principais responsáveis pela gestão de suas unidades domésticas, o tempo se torna uma barreira importante para o início ou o progresso de uma carreira política; com frequência, limitam sua ambição devido a questões como a necessidade de permanecer morando na mesma cidade, que são bem menos presentes nos cálculos dos políticos homens (Miguel, 2014, p. 215).

Diante desse cenário, as eleições das presidentas tiveram, como dito previamente, valor simbólico nesses países. Conforme Raquel Olea (2010), “algo de simbólico do feminino é colocado em crise quando a identidade feminina sai dos espaços privados e, em particular, da questão materna, e situa-se no (re)conhecimento do desejo de poder político público”<sup>53</sup> (p. 19-20). Todavia, como já mencionado, em muitas das minhas entrevistas observei que o lugar de luta, subversão e combate das mulheres feministas a essas estruturas sociais não diz, unicamente, respeito às esferas políticas formais. Afinal de contas, muitas não estão,

---

<sup>52</sup> Pinto, 2003; Matos, 2008; Miguel, 2014.

<sup>53</sup> Algo de la simbólica de lo femenino se pone en crisis cuando la identidad femenina sale de los espacios privados y, particularmente, de la cuestión materna, para situarse en el (re)conocimiento del deseo de poder político y público.

necessariamente, disputando aparatos estatais, mas uma forma de viver diferente da que está posta hegemonicamente.

Com base no contexto cultural e histórico de sub-representação de mulheres na política formal e da permanência de estereótipos de gênero em relação às suas imagens, como, então, as presidentas chegaram a essa posição em seus países? Estariam as sociedades latino-americanas mais aptas a elegerem mulheres nesses cargos? No livro *Women Presidents of Latin America: Beyond Family Ties?*, a cientista política Farida Jalalzai (2016) faz uma análise minuciosa das condições político-sociais que possibilitaram as eleições de Dilma, Michelle e Cristina, nos três países<sup>54</sup>. Segundo a autora, historicamente, mulheres ascenderam politicamente na América Latina em contextos em que elas tinham relações familiares com políticos homens, como foi o caso da argentina Isabel Perón, que sucedeu seu marido Juan Domingo Perón, após sua morte. Da mesma forma, Violeta Chamorro, na Nicarágua, tornou-se presidenta após o assassinato do seu marido, Pedro Chamorro; e Mireya Moscoso foi eleita no Panamá dez anos após a morte do seu marido, também presidente, anteriormente.

Farida Jalalzai (2016) observou que seis das oito mulheres que já foram presidentas na América Latina tinham alguma ligação familiar com os presidentes anteriores ou, ao menos, com líderes da oposição. Ao citar Magda Hinojosa (2012)<sup>55</sup>, ela explica que, ao serem associadas aos seus antecedentes, enquanto mulheres que irão perpetuar um legado familiar, há maior índice de confiabilidade popular. Assim, é indiscutível que as competências políticas sejam avaliadas socialmente a partir do gênero e que a confiança atribuída a uma mulher, enquanto política, só se dá a partir do momento em que ela possui uma conexão prévia com um homem político, este, sim, apto e capacitado para exercer tal cargo. Tal qual, para a autora, a fama e o reconhecimento por causa do sobrenome herdado do marido e a socialização política dessas mulheres (praticamente enquanto “aprendizes” dos homens que as antecederam) também contribuíram para suas ascensões no meio político. Ela acrescenta que, sob o sistema de *Marianismo*, que se fundamenta no culto católico da Virgem Maria<sup>56</sup>,

---

<sup>54</sup> Assim como de Laura Chinchilla, na Costa Rica, que não foi incluída na presente pesquisa e não receberá atenção da mesma forma que as outras.

<sup>55</sup> Hinojosa, Magda. *Selecting Women, Electing Women: Political Representation and Candidate Selection in Latin America*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2012.

<sup>56</sup> É importante destacar que a imagem de Virgem Maria, aqui problematizada, foi construída para evidenciar aspectos de subserviência e amor incondicional, pilares do patriarcado. Enfatizo essas características em uma visão específica do Cristianismo clássico, pois estudos de gênero no campo da religiosidade de matriz africana e experiências sagradas indígenas mostram que a figura da mulher nas experiências mitopoéticas apontam, ao contrário, para o respeito e a generosidade para com a mulher, sem impedir seu protagonismo político nas lógicas comunais e como lideranças para dialogar com o poder público formal. Autores como Badiou (2009) e Mondzain (2013) fazem esse movimento analítico em relação à pacificação da figura do Cristo no Ocidente,

mulheres na América Latina beneficiaram-se de laços familiares para conquistarem objetivos políticos.

O modelo do Marianismo, teorizado como «a outra face do machismo», deve ser entendido a partir do ideal de gênero simbolizado pela Virgem Maria, que reuniria todas as características esperadas das mulheres: devoção à família, subordinação aos homens, subserviência, passividade sexual, renúncia e sacrifício. Evelyn Stevens (1973) afirma que o Marianismo pode ser entendido como um código de conduta para mulheres, especialmente apropriado pelas latino-americanas. Os papéis de gênero provenientes deste modelo situam as mulheres como esposas e mães, assegurando dentro de suas culturas o respeito através do desempenho destas funções (Barcinski et al., 2013).

Da mesma forma, ao citar Elsa Chaney<sup>57</sup> (1979), Jalalzai (2016) aponta que mulheres políticas na América Latina têm sido caracterizadas como *supermadres*, ou seja, há, também, uma associação a um papel social feminino, a maternidade, inclusive para justificar a ascensão delas em âmbitos políticos formais. Esse papel social está intrinsecamente ligado a um dos estereótipos de gênero que limitam a autonomia das mulheres, uma vez que elas são subjugadas socialmente a uma compulsoriedade em relação à maternidade, já que seriam biologicamente destinadas a procriarem e, portanto, sem outras possibilidades de experiências, como mulheres.

A ênfase na maternidade, como algo intrínseco à natureza feminina, deve ser observada, especialmente, sob a lente cultural latino-americana, em que o cuidado tem um papel central nas expectativas destinadas às mulheres. Conforme Panke e Iasulaitis (2016), “a *supermadre* é uma categoria que engloba (...) candidatas latinas, muito próximas da santificação, da obrigatoriedade e do sacrifício associados à maternidade” (p. 402). Em algumas das entrevistas que fiz no Chile, feministas relataram que a crise política vivida por Bachelet, no seu segundo mandato, estaria, inclusive, ligada ao fato de que seu filho teria se envolvido em escândalos de corrupção, conforme abordarei posteriormente. Conforme Mariana Barcinski et al. (2013), ao citarem Anne Woollett (1991)<sup>58</sup>, “as mulheres são patologizadas, culpadas ou criminalizadas quando não demonstram a habilidade ou o desejo de gerar e cuidar de suas crianças” (p. 90).

---

após as experiências do Cristianismo primitivo, bastante polissêmicas, a fundação do monoteísmo e do universalismo. Estou tratando, portanto, da construção de uma afinidade seletiva - no sentido que Weber (1992) dá a esse termo - entre certa interpretação específica de Maria e certa visão de papel das mulheres, ambas construídas em matrizes culturais patriarcais.

<sup>57</sup>Chaney, Elsa M. *Supermadre: Women in Politics in Latin America*. Austin, TX: University of Texas Press, 1979.

<sup>58</sup>Woollett, Anne (1991), Having children: Accounts of childless women and women with reproductive problems. In: Ann Phoenix, Anne Woollett and Eva Lloyd (Eds.), *Motherhood: meanings, practices and ideologies*, London, Sage, pp. 47-65.

Embora o padrão de laços familiares, enquanto algo central para a ascensão das mulheres na política latino-americana, tenha se mantido por anos, sejam laços enquanto esposas ou filhas de líderes políticos, segundo Jalalzai (2016), “mulheres contemporâneas na política desafiaram as concepções de *Marianismo* e de *supermadre*” (p. 9)<sup>59</sup>. Para esta autora, apenas Cristina se enquadraria, de alguma forma, nessa primeira categorização, uma vez que sucedeu seu marido Néstor Kirchner. Porém, ela chama atenção para o fato de que “os dois iniciaram o engajamento político enquanto estudantes ativistas. Assim, seria inadequado caracterizar Fernández simplesmente como a esposa de Kirchner ou Primeira Dama”<sup>60</sup> (p.50). Não obstante, a relação com o seu marido, como motivo para sua ascensão política, foi uma das imagens estereotipadas que prevaleceram nas suas representações midiáticas, no período da sua primeira candidatura, como veremos, mais à frente.

Um primeiro motivo pela qual as três presidentas teriam rompido esse padrão de centralidade nos laços familiares, segundo Jalalzai (2016), deve-se ao fato de que, assim como Cristina, Dilma e Michelle acumularam amplas experiências políticas em suas trajetórias, antes de serem eleitas, e, portanto, não podem ser associadas, unicamente, a homens políticos anteriores. As três, inclusive, envolveram-se, fortemente, em militância contra a ditadura militar em seus países, sendo Dilma e Michelle até mesmo presas e torturadas nesses contextos. Além disso, ambas eram divorciadas, o que abriu um caminho um pouco menos conservador para mulheres nessa posição. Bachelet, ademais, era mãe solteira de três filhos, o que a aproximou das mães solteiras e divorciadas, na época da sua primeira eleição (Jalalzai, 2016; Valdés, 2010). Contudo, é importante ressaltar que inúmeros foram os enfrentamentos de gênero que elas sofreram, sobretudo na *mídia de massa patriarcal* (hooks, 2000), justamente por características da vida pessoal, distintas do que se espera de mulheres.

Nesse contexto de sub-representação de mulheres na política, segundo Cristiane Parnaíba e Maria Cristina Gobbi (2013), a candidatura, a eleição e a reeleição da presidenta Dilma alavancaram pautas nos veículos midiáticos sobre a questão de mulheres em cargos políticos. Por extensão, impulsionou-se no Brasil um aumento dos estudos sobre mulheres políticas no âmbito midiático<sup>61</sup>. A conjuntura argentina e chilena, igualmente marcada por pouca presença de mulheres nas instâncias governamentais, também impulsionou, em diferentes áreas do conhecimento, pesquisas em torno da presença feminina nos cargos de

---

<sup>59</sup> Contemporary women in politics have challenged the marianismo and supermadre.

<sup>60</sup> Both started their political engagement as student activists. As such, it is inaccurate to characterize Fernández as simply Kirchner’s wife or First Lady as though she lacked an independent identity.

<sup>61</sup> Gadret, 2010; Fernandes, 2012; Vaz, 2013; Stocker, 2016; Biroli, 2014; Dalmaso, 2016.

presidência<sup>62</sup>. Algumas pesquisas que se encontram na confluência dessas três temáticas evidenciam problemáticas importantes, como a proeminência de uma representação hegemônica de mulheres políticas na mídia, bem como a reincidência, nos veículos midiáticos, de estereótipos de gênero que, como dito anteriormente, “remetem a compreensões menos ou mais convencionais do papel da mulher nas sociedades e de sua competência para atuar na vida pública”, de forma a reforçar “a posição marginal das mulheres na política” (Biroli, 2010, p. 46). Nesse sentido, é importante observar quais valores e papéis socialmente estabelecidos trouxeram implicações nas representações midiáticas dessas mulheres, que dizem, principalmente, dos contextos culturais em que elas estão inseridas. Afinal, conforme Biroli e Miguel (2011), “os meios de comunicação tanto refletem a desigualdade quanto a promovem” (p. 15). Contudo, conforme disse, essas pesquisas não se aproximam do pensamento ativista acerca dessas questões.

Num inaugural movimento metodológico, separei algumas pesquisas que giraram em torno da questão da representação midiática dessas presidentas, com foco na proeminência de estereótipos ou enquadramentos<sup>63</sup> (outro termo comumente utilizado nessas discussões) de gênero em relação a elas, na mídia de massa. Grande parte de livros, teses, dissertações ou artigos selecionados é da área de Comunicação, mas alguns também são da Ciência Política e até de outros campos interessados na discussão no âmbito entre mídia, gênero e política. Pesquisei no Portal CAPES,<sup>64</sup> pelas palavras-chaves “Dilma Rousseff”, “Cristina Kirchner”, “Michelle Bachelet”, “representação midiática”, “estereótipo”, “enquadramento” e “gênero”, restringindo aos períodos entre 2006 a 2017 (desde quando a primeira das presidentas, Bachelet, foi eleita). Selecionei um total de 24 pesquisas acadêmicas, entre livros, artigos, teses e dissertações (1 que envolvia as três presidentas ao mesmo tempo; 2 que envolviam só Cristina e Michelle; 1 que envolvia Cristina e Dilma; 5 que envolviam apenas Cristina; 11 que envolviam apenas Dilma; e 7 que envolviam apenas Michelle), esse levantamento bibliográfico<sup>65</sup> encontra-se anexo na dissertação.

Conforme é possível observar no Quadro 1, os principais estereótipos de gênero encontrados nessas pesquisas em relação às três presidentas, os quais separei, de forma sistemática, para uma visualização geral, foram: 1) Associação das presidentas com papéis

---

<sup>62</sup> Dembroucke, 2014; Piscopo, 2011; Burotto, et al. 2010.

<sup>63</sup> Para formas de operacionalização desse conceito, ver Simões e Mendonça (2012).

<sup>64</sup> O Portal CAPES é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza material científico de mais de 25.000 revistas nacionais e internacionais, além de livros.

<sup>65</sup> Materiais que tratavam unicamente do governo das presidentas e questões estritamente políticas, ou que não envolvessem nenhuma discussão no entorno de mídia e gênero foram excluídos.

sociais femininos, como, por exemplo da maternidade; 2) Atribuição da carreira política delas ao nome familiar / Dependência política a outro homem antecedente (como Cristina com Néstor e Dilma com Lula); 3) Associação negativa à militância política, já que as três atuaram nessas frentes, nos períodos militares de seus países; 4) Características pessoais ditas “femininas” para descrever as presidentas, desfavoravelmente; 5) Descrição da aparência física delas e dos demais aspectos do corpo; 6) Exposição exacerbada das vidas privadas, como questões relativas ao cotidiano pessoal, à família, às afetividades e às amizades das presidentas; 7) Erotização das presidentas, novamente, com foco na corporalidade feminina; 8) Descrição de características tidas como “masculinas”, ou falta de atributos ditos “femininos”; 9) Incompetência associada à incapacidade de governar, ou ceticismo sobre habilidades de liderança das presidentas; 10) Passivação ou negação da agência dessas mulheres políticas; 11) Associação de suas atuações a um rompimento ou a uma rebeldia do lugar tradicional da mulher; 12) Descrição de situações emocionais dessas mulheres, sobretudo que envolvessem perda de controle emocional delas.

Ter estruturado tal quadro foi importante para que eu pudesse visualizar um panorama geral da *mídia de massa patriarcal* (hooks, 2000), nesses três países, em relação às suas presidentas, a partir de algumas pesquisas acadêmicas já feitas. Afinal, pude confirmar minha suposição inicial de que esses veículos utilizam elementos de gênero para difamar e rebaixar mulheres nesses cargos máximos da política formal. Entretanto, conforme venho insistindo, optei por entrar em diálogo com feministas ativistas argentinas, brasileiras e chilenas, para observar as próprias interpretações delas em relação a esse cenário. Contudo, nos nossos encontros, a discussão extrapolou esses questionamentos, levando-me a observar, mais fortemente, formas micropolíticas de resistência delas a esse contexto latino-americano estrutural, ou seja, essa realidade que está dada.

**Quadro 1 - Resumo dos estereótipos de gênero encontrados em pesquisas acadêmicas sobre as presidentas Dilma, Cristina e Michelle (2006-2017)**

Estereótipos/Enquadramentos	Formas de aparição
Associação com papel social feminino	Mãe, filha, avó, primeira dama, mãe do PAC, avó do Brasil, mãe do Chile, cuidadora, filhos sem valores, organização cotidiana enquanto mãe e mulher, atenção dada aos filhos.
Associação negativa à militância política	Ex-militante esquerdista, líder radical, guerrilheira, subversiva de governar, suposta ficha do arquivo militar de Dilma, roubo, militância armada, terrorismo, papel na luta contra o regime militar, Geisel de saia, menção aos tempos de combate à ditadura no geral.

Atribuição da carreira política ao nome familiar/ Dependência política a outro homem antecedente	Relação de Cristina com ex-marido Nestor, comparação de Cristina com Isabelita Perón, relação de Dilma com Lula, relação de Michelle com seu pai.
Características de personalidade ditas “femininas”	Cuidado, compaixão, vulnerabilidade, instabilidade, feminilidade, interesse, passionalidade, frivolidade, superficialidade, sensibilidade, irracionalidade, debilidade, passividade, futilidade, fragilidade, domesticidade, apreciação de programas femininos.
Descrição pela aparência física, aspectos do corpo	Estilo <i>fashion</i> de Cristina, vestimentas, uso de jóias, <i>botox</i> , penteados, inapropriadamente sexy, aparência ultra-feminina, uso de maquiagem, bolsas da Louis Vuitton, cirurgias plásticas, corte de cabelo, uso de peruca, Plano de Aprimoramento Cosmético (em referência à PAC), mudanças de vestuário, mudanças estéticas, intervenções estéticas, corpo esbelto, dieta de Dilma, entrevista com cirurgião plástico e com consultora de moda.
Erotização da presidenta	Sensualidade, performance provocativa, desnudez, erotização.
Exposição da vida privada	Fotos com filhos, exposição da viuvez de Cristina, afeições, amizades, rotina de atividades (“Dilma anda de bicicleta”), questões de saúde e estética (câncer e uso de peruca de Dilma), questões relacionais (“gosta de namorar”, “está solteira”, “está sozinha”, etc.), dieta da presidenta, exposição de divórcio, exposição de vida da filha, comentários sobre casa, afetividade, família, filhos, amizade com ex-maridos, casamentos, pai da presidenta morto pela ditadura.
Falta de atributos ditos “femininos”, ou características tidas como “masculinas”	Frieza, distância, ambição, assertividade, autoritarismo, agressividade, vaidade, egocentrismo, dominação, abrasividade, intransigência, impaciência, não afeição ao diálogo, truculência, rispidez, masculinização, dureza, rispidez, determinação, teimosia, conduta rude e rígida, líder racional, líder firme e incorruptível, dama de ferro, pessoa direta e de temperamento difícil, falta de carisma.
Incompetência associada à incapacidade de governar, ou ceticismo sobre habilidades de liderança	Governante fraca, sem soluções para a crise, presidenta acuada, vacilante, de linguagem verbal confusa, sem talentos para uma potencial candidatura à Presidência, pouca experiência na política, suavidade da mulher na política, incapacidade de governar, ignorância do cotidiano político, encontros com outras mulheres políticas vistos como bate-papo de mulheres e não para discutir política.
Passivação ou negação de agência da mulher política	Coadjuvante de ações, eventos que “não conquistou”, passividade, falta de agência.
Rompimento do lugar tradicional à mulher	Lugar da mulher privado, rebeldia por ocupar lugar não-tradicional, rompimento de padrão social, subversão do lugar da mulher.
Situação emocional	Fora de si, nervosa, raivosa, louca, descrição de humores no geral, com ênfase na perda de controle.

**Fonte: Elaborado pela autora.**

## 2. Incidências epistemo-metodológicas dos feminismos do Sul

Ahogadas, esculpimos el oscuro. Peleando con nuestra propia sombra el silencio nos sepulta. (Anzaldúa, 1987).

Desde que iniciei o mestrado, tinha o propósito de produzir uma pesquisa feminista na área da Comunicação, mas não imaginava o que esse caminho significava em termos epistemo-metodológicos. Inicialmente, pensava que seguiria a tradicional diretriz comunicacional de análises de conteúdo, de discurso, ou semióticas que, conforme mencionei no Capítulo 1, são centrais, há anos, em pesquisas feministas de mídia e que foram as primeiras possibilidades que avistei. Contudo, já no início do mestrado, tive a oportunidade de participar do minicurso *Metodologias e Epistemologias Feministas*<sup>66</sup>, ministrado pela pesquisadora mexicana Jimena Hernández, que contribuiu muito para iluminar minhas escolhas. Foi a partir de então que iniciei uma longa caminhada junto a leituras sobre epistemologias e metodologias feministas, sobretudo latino-americanas, que apresento nesta seção. No segundo ano do mestrado, também tive a oportunidade de participar do curso *Feminismos del Sur: experiencias, narrativas y activismos*<sup>67</sup>, ministrado pelas pesquisadoras latino-americanas Claudia Anzorena, Fabiana Grasselli, Mariana Alvarado, Natalia Fischetti e Valeria Hasan. Os conhecimentos adquiridos ao longo dessas duas inenarráveis experiências, cujas discussões foram ardentes, repletas de acolhimento e afetação, sem dúvidas, extrapolam as páginas desta dissertação. Ainda assim, apresento, neste capítulo, um pouco do meu encontro com as *epistemologias e metodologias feministas* do Sul, e o pensamento *pós/decolonial* (na seção seguinte), que atravessam toda a pesquisa.

### 2.1. Epistemologias e metodologias feministas

Segundo Marlise Matos (2008), por séculos, mulheres foram excluídas da produção de conhecimento científico e filosófico, por uma opressão atribuída, primeiramente, pela religião e, depois, pelas próprias organizações científicas. Como elas não eram incluídas nas reflexões acadêmicas, a hegemonia masculina do conhecimento definiu, por muito tempo, questões relevantes de pesquisa e “verdades” científicas, excluindo, então, questões caras às mulheres.

---

<sup>66</sup> Esse minicurso foi oferecido no XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades, na cidade de Campina Grande (PB).

<sup>67</sup> Esse curso foi fornecido, virtualmente, pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

Tal paradigma científico construiu um mito ocidental de que seria possível fazer ciência “sob o manto invisível da neutralidade” (Matos, 2012, p. 61), ou seja, “sem sujeito e sem história” (Fischetti, 2017, p. 20). Assim, específicas formas de conhecimento foram canonizadas e legitimadas por instituições e corpos com poder científico. A epistemologia moderna tradicional ocidental, herdeira da tradição filosófica positivista, constituiu-se, portanto, de valores como objetividade, neutralidade e distanciamento, ou seja, sem contágio de quaisquer componentes subjetivos de quem produz a pesquisa. O que se considerou verdadeiramente científico foi apenas o que poderia ser controlado por métodos e produzido num contexto de justificação (Fischetti e Alvarado, 2015).

Apenas com o movimento organizado de mulheres e feministas que houve uma reconfiguração desses espaços, que se abriram para reflexões feitas por mulheres e para mulheres. Entre os séculos XVIII e XIX, elas conquistaram lugares acadêmicos e, assim, surgiram os *estudos de mulheres* e *estudos feministas*, com um viés crítico, que passaram a problematizar, entre várias questões, a própria produção de conhecimento (Matos, 2008). Nesse sentido, tal modelo de ciência tradicional, centrado em formatos positivistas<sup>68</sup>, passou a ser fortemente questionado. Seguidamente, já com maior legitimidade e consolidação nas arenas de debate científico, feministas ampliaram o escopo de reflexões com os *estudos de gênero*. Embora tais pesquisas divergissem e ainda divirjam, em vários pontos, e possuam matrizes e interpretações diversas, conforme a antropóloga mexicana Patricia Castañeda (2008),

através da teoria de gênero, as pesquisadoras feministas contribuíram para a compreensão da dominação, da subordinação e da opressão das mulheres, ao demonstrarem que cada uma delas se baseia na articulação de gênero com outras questões que concernem organização e diferenciação social (p. 11)<sup>69</sup>.

Nessa mesma direção, bell hooks (1995) afirma, em belas palavras, sobre a importância da reflexão teórica crítica, feita por mulheres, já que “o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes” (p. 466). Assim, é essencial às mulheres - no caso da formulação de

---

<sup>68</sup> Segundo Glória Filax (2000), a concepção positivista de conhecimento, muito criticada pelas teóricas feministas, acredita apenas em pesquisas empíricas com análises “lógicas”. Qualquer afirmação subjetiva ou permeada por valores não poderia ser considerada científica.

<sup>69</sup> A través de la teoría de género, las investigadoras feministas han contribuido a la comprensión integral de la dominación, la subordinación y la opresión de las mujeres, al demostrar que cada una de ellas se basa en la articulación del género con otros referentes de organización y diferenciación social.

bell hooks (1995), mulheres intelectuais negras - ocuparem espaços científicos, que a elas não foram destinados.

O feminismo acadêmico, contudo, só se constitui, epistemologicamente, no século XX, caracterizando-se por grande complexidade e interdisciplinaridade, e com o objetivo de desconstruir conhecimentos que sustentaram o androcentrismo científico (Castañeda, 2008). Conforme Philomena Okeke (2000), a discussão epistemológica sempre foi fundamental para a teoria feminista, devido à crítica da ausência de mulheres nesses espaços, enquanto pesquisadoras e pesquisadas. A intelectual negra, Patrícia Hill Collins (2000), acrescenta a importância de epistemologia, uma vez que ela “determina quais as questões que merecem ser investigadas, quais os quadros interpretativos serão usados para analisar os achados, e em que uso serão colocados os conhecimentos subsequentes” (p. 252). Contudo, é importante sublinhar que o fato de estar no lado oprimido ou subalterno (ser mulher, por exemplo) não implica, automaticamente, partir de um local epistemológico subalterno (Matos, 2012). Afinal,

as perspectivas epistêmicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, originam uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas. E isso implica reflexividade crítica, introspecção, deslocamento e recolocação (Matos, 2012, p. 61).

Assim, não basta garantir a presença de mulheres na ciência, mas é preciso questionar e romper repetições de modelos de ensino, extensão e pesquisa masculinos. Nesse sentido, uma das principais características da epistemologia feminista é a necessidade de autocrítica de quem faz a pesquisa e constante deslocamento, de acordo com os caminhos que a investigação emana. Afinal, conforme a teórica indiana Gayatri Spivak (1999), a produção teórica é também uma prática. Assim, afirmo que fazer uma pesquisa feminista não é um processo simples, ou constituído a priori, mas que requer reflexão, já que se dá no devir da pesquisa.

Conforme Donna Haraway (1995), a objetividade reinscreve mitos masculinistas de poder e certeza. Como ela coloca, nós, pesquisadoras feministas, “desmascaramos as doutrinas de objetividade porque elas ameaçavam nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões ‘corporificadas’ da verdade” (p. 13). Assim, a autora defende que o interesse feminista é, então, de um projeto de ciência que ofereça interpretações críticas, reflexivas e subjetivas em relação às práticas de dominação, opressão, desigualdade de privilégios, etc. Nesse sentido, ela defende que a *objetividade feminista* é

constituída, então, por *conhecimentos situados*, na oposição da objetividade positivista. Dessa maneira, a epistemologia feminista amplia o que a ciência tradicional delimitou como verdade, de forma a eliminar a ideia de saberes canonizados e possibilitar outras formas de conhecimento a entrarem na discussão acadêmica. Afinal, o modelo reproduzido nas investigações tradicionais, como as pesquisadoras argentinas Natalia Fischetti e Mariana Alvarado (2015) descrevem, elimina o corpo de quem produz o conhecimento, além da subjetividade, da sensibilidade, das paixões, da singularidade e da narratividade.

As experiências de vida, os testemunhos e as autobiografias passam a ser alternativas atraentes para a produção teórica feminista, já que essas narrativas não pretendem validar ou comprovar algo a priori, tampouco intentam ser objetivas, mas, justamente, romper com a orientação empirista-positivista. Nesse sentido, Sandra Harding (1986) distingue a perspectiva que ela nomeia *feminist empiricism* (feminismo empirista) da *feminist standpoint theory* (teoria feminista desde o ponto de vista). A primeira, possui foco na obtenção de dados empíricos para comprovação, porém, distanciando-se do androcentrismo acadêmico, o que já rompe, em alguma medida, ao modelo tradicional de pesquisa. A segunda perspectiva, por sua vez, é constituída desde o ponto de vista, ou seja, opta por dar ênfase em experiências e práticas de mulheres (Harding, 1986; Okeke, 2000). Outras autoras feministas, como a própria Donna Haraway (1995), as chicanas Cherrie Moraga e Glória Anzaldúa (1983) e a feminista negra Patrícia Hill Collins (1990;2000), também defendem que os conhecimentos são sempre situados (Limic, 2015). Na minha pesquisa, compactuo com a perspectiva dessas autoras, conforme venho enfatizando, mas acredito que ambas colocadas por Harding (1986) sejam bastante importantes, pois rompem com o modelo tradicional positivista de investigação e com o paradigma científico patriarcal, e contribuem para a política feminista.

É preciso salientar que, embora o feminismo acadêmico tenha se estabelecido ao longo dos anos, tais pesquisas que se propõem críticas aos modelos de ciência hegemônicos também estão submetidas a formatos e normas acadêmicas, cujas rompeduras dificilmente são absolutas. Conforme Fischetti e Alvarado (2015) apontam, “as investigações em ciências e humanidades estão atravessadas pela mesma lógica produtiva, de eficiência, de competitividade que qualquer outra área do mercado” (p. 168). Afinal, como colocam as autoras, a ciência é ainda uma empresa masculina e, “como essa empresa é controlada por homens brancos de elite, os processos de validação de conhecimento refletem os interesses

desse grupo”<sup>70</sup> (Collins, 2000, p. 253). Assim, identicamente, são muitas as cobranças que enfrentam as estudiosas feministas, ou que se debruçam sobre questões de gênero. Às pesquisadoras que lutam por esses caminhos, são exigidos resultados e produtividade honorífica, inerentes à profissão intelectual, o que dificulta um desprendimento completo de formatos hegemônicos, masculinistas.

Além disso, desde minha própria experiência, acredito que haja ainda mais cobrança às estudiosas feministas, pois quanto maior a transgressão na escrita científica e nas escolhas teórico-metodológicas, maior o risco de essas profissionais serem julgadas por não produzirem o que se determinou, historicamente, como ciência. Se vale a pena o risco, contudo, é por um compromisso feminista e possível vislumbre de transformação desse cenário. Além disso, muitas pesquisadoras também são submetidas a duplas jornadas de trabalho, ao cuidado com o lar, às profusas pressões sociais, que, inclusive, afetam suas condições psíquicas de trabalho, e inúmeras outras demandas relacionadas com gênero, que apareceram, fortemente, nas entrevistas do campo. Ainda com dificuldades, o lugar extorsivo da ciência, mesmo às mulheres, é bastante privilegiado<sup>71</sup>.

Nesse sentido, como fazer desse lugar de privilégio um espaço factível para contribuir para a luta política feminista? Para Sandra Harding (1986), uma vez que, historicamente, as pesquisas têm sido feitas para homens, é preciso que, enquanto compromisso feminista, a pesquisa seja feita não só por, mas *para* mulheres, isto é, para auxiliá-las na compreensão dos fenômenos sociais que as interessam. Afinal, “na melhor pesquisa feminista, o propósito da pesquisa e da análise não é separável da origem do problema de pesquisa”<sup>72</sup> (p. 8). Fischetti e Alvarado (2015) acrescentam que, assim como a liberação das mulheres parte de uma luta coletiva, a fim de transformar, radicalmente, as sociedades desiguais, a produção do conhecimento feminista não poderia ser diferente. A esse respeito, as autoras afirmam que é preciso pensar com outras mulheres, a partir de um engajamento político de transformação social e reversão das injustiças que vêm de sociedades “marcadas pelo entrelaçamento do capitalismo, do patriarcado, do colonialismo, do imperialismo, do militarismo e dos regimes

---

<sup>70</sup> Because this enterprise is controlled by elite White men, knowledge validation processes reflect this group’s interests.

<sup>71</sup> Principalmente, no meu caso, mulher branca e de classe social privilegiada. O lugar da ciência para mulheres negras é ainda mais árduo e exigente, e a realidade de mulheres trabalhadoras negras, pobres, periféricas, camponesas ou com experiências não-urbanas sequer se compara à realidade acadêmica.

<sup>72</sup> In the best of feminist research, the purposes of research and analysis are not separable from the origins of research problems.

autoritários”<sup>73</sup> (p. 181). Dessa forma, é preciso muita escuta de outras mulheres, com outras experiências de vida, histórias, conhecimentos invisibilizados e deslegitimados em produções acadêmicas. Nas graciosas palavras de Natalia Fischetti (2017), as epistemologias feministas latino-americanas, mais especificamente, “advogam pela escuta e pela escritura coletiva de saberes comunitários, nos quais as experiências, as subjetividades, as vidas, cobram por profundidade, espessura, intensidade, ao tempo que se flexibilizam, se imbricam, se potencializam”<sup>74</sup> (p. 22).

Além disso, não é necessário qualquer tipo de escuta, mas uma pautada por maior simetria entre pesquisadoras e sujeitas em interlocução. Portanto, um dos pressupostos epistemológicos feministas que me interessa, particularmente, é eliminar a lógica científica de conhecimento unidirecional (sujeito-objeto), de forma a buscar, na realidade, conexões sujeito-sujeito, num processo *dialógico* (Everardo, 2012). “O resultado é uma construção compartilhada pelas pessoas participantes da pesquisa, em que ambas partes convivem, aprendem, ensinam e se transformam em seu ritmo particular” (Everardo, 2012, p. 188)<sup>75</sup>. Assim, refuto, fortemente, a ideia científica tradicional de *objeto de pesquisa*, pois minhas interlocutoras são, na realidade, sujeitas em constante construção de conhecimento. Dessa maneira, minha pesquisa não diz de uma análise dos movimentos feministas latino-americanos, mas de uma escuta respeitosa sobre o que essas mulheres, que fazem parte de um ativismo diário e construção de pensamentos próprios, pensam acerca de questionamentos que envolvem mídia, gênero e poder. Nessa direção, posiciono-me como aprendiz desses ricos conhecimentos, constituídos nas vivas experiências de luta feminista, e não como pesquisadora dotada de razão científica que tudo pode explicar e iluminar.

Diante do que foi dito, o que, então, constituiria uma metodologia feminista, amparada por tal epistemologia? Não há uma resposta simplista, mas, como Fischetti e Alvarado (2015) apontam, um começo possível para uma pesquisa numa direção feminista latino-americana é apontar as ausências, os silêncios, as perspectivas que não estão na academia, pois “há outros olhares, outras histórias que podem nos inspirar a dar à luz a algo novo” (p. 169). Elas

---

<sup>73</sup> Signadas por el anudamiento del capitalismo, el patriarcado, el colonialismo, el imperialismo, el militarismo y los regímenes autoritarios.

<sup>74</sup> Las epistemologías feministas latinoamericanas abogan por la escucha y la escritura colectiva de los saberes en entramados comunitarios, en los que las experiencias, las subjetividades, las vidas, cobran hondura, espesor, intensidad al tiempo que se flexibilizan, se imbrican, se potencian.

<sup>75</sup> El resultado es una construcción compartida de las personas participantes en la investigación, durante la cual ambas partes conviven, aprenden, enseñan y se transforman cada una a su ritmo particular.

acrescentam que, em diferentes áreas de conhecimento, é possível observar quais perspectivas foram invisibilizadas ao longo dos anos e, assim, romper com a produção acadêmica dominante. Nesse sentido, é preciso colocar ênfase em outras mulheres como sujeitas de conhecimento e ressaltar “um modo feminino de produzir que amplia a racionalidade andrógina, neutra, objetiva” (p. 180).

Ao regressar ao histórico de pesquisas feministas em relação à mídia, conforme mostrei no Capítulo 1, observei que alguns dos conhecimentos invisíveis nas discussões sobre estereótipos de gênero e representações midiáticas eram das próprias ativistas feministas. Afinal, discussões sobre como a mídia aciona estereótipos de gênero e constroi suas narrativas também são importantes para certos grupos ativistas, como mostrei, mas esse conhecimento prático e teórico não é, comumente, colocado no centro de pesquisas acadêmicas, ou sequer levado em consideração, em muitas investigações. Claro que existem teóricas e acadêmicas feministas que são também ativistas, como Ochy Curiel, bell hooks e mesmo Betty Friedan era, como já mostrei. Inclusive, para algumas, é imprescindível que essas lutas caminhem juntas. Contudo, não é sempre que os conhecimentos advindos do ativismo encontram as reflexões no âmbito acadêmico e, menos ainda, que o conhecimento ativista seja central à discussão intelectual na academia. Embora ir ao encontro de mulheres feministas latino-americanas tenha sido minha primeira escolha (num primeiro momento, sem saber avaliar todas as consequências epistemológicas dela) na direção de uma pesquisa feminista, a seguinte, já na pesquisa de campo, foi observar que minhas interlocutoras não davam tanto foco para as questões midiáticas que, inicialmente, eu levei, abrindo-me a outros caminhos, questionamentos e olhares intrigantes (que adentrarei nos capítulos posteriores) e incidindo sobre a própria formulação de meu problema de pesquisa.

Ao invés de dar centralidade, portanto, para as questões midiáticas que, inicialmente, me interessavam, optei por observar melhor as redes de interação feministas latino-americanas, numa natureza experimental, que tenta descrever os vínculos para, a partir daí, entender modos de ser, modos de fazer junto e modos de produzir conhecimentos não-hegemônicos sobre nossas realidades marcadas pelo patriarcado, pelo capitalismo, pelo colonialismo. Donna Haraway (1995) diz que nós, pesquisadoras feministas, “tampouco queremos teorizar o mundo (...) em termos de Sistemas Globais, mas precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes - e diferenciadas em termos de poder” (p. 16). A autora critica modos de fazer ciência que generalizam distintas experiências na busca por significados

universais, a partir do “reducionismo quando uma linguagem (adivinha de quem) é imposta como o parâmetro para todas as traduções e conversões” (p. 16). Nesse sentido, não pretendo, com minha pesquisa, percorrer um caminho que me possibilite generalizações sobre os pensamentos dos movimentos feministas, mas um percurso que escute mulheres com experiências e trajetórias de vida que fazem parte dessa rede feminista mais ampla (marcada por histórias de outras mulheres que as precederam, inclusive) e que muito têm a dizer sobre questões comunicacionais na América Latina.

Nesse sentido, a crítica das indianas Chandra Mohanty (2003) e Gayatri Spivak (2010) e de diversas feministas latino-americanas, como Patrícia Castañeda (2008, 2012), Everardo et al. (2012) e Marlise Matos (2010), acrescenta, para minha investigação, uma perspectiva fundamental, pois essas teóricas, influenciadas por epistemologias do Sul (De Sousa, 2010), criticam a construção de uma categoria monolítica das mulheres de Terceiro Mundo. Conforme essas autoras, as experiências advindas do Sul não podem ser universalizadas, reduzidas e tampouco entendidas a partir de lentes ocidentais generalizantes, e isso implica fazer escolhas teórico-metodológicas que não vejam as mulheres como seres descorporificados, mas, pelo contrário, como sujeitas com experiências complexas, subjetivas e formas micropolíticas cotidianas, situadas. Os saberes de ativistas feministas que busquei para essa dissertação, portanto, não partem de categorias abstratas, mas são pensamentos corporificados, territorializados, que se opõem a categorias sociológicas apriorísticas e generalizadoras.

Diante do que foi dito, uma escolha metodológica que me pareceu interessante, nesse sentido, foi a *etnografia feminista* (Castañeda, 2012; Schrock, 2013), que não possui uma definição exata, mas ampara-se em alguns compromissos éticos e políticos, que explicarei melhor no tópico 2.3. Optei por essa direção, pois acredito que possibilite um olhar desde o ponto de vista (Harding, 1987), ou seja, para as experiências e práticas de feministas latino-americanas em seus contextos situados, localizados. Conforme Patricia Castañeda (2012) coloca, a etnografia feminista “trata-se, sempre, de uma descrição parcial, derivada do olhar de quem observa, e inacabada”<sup>76</sup> (p. 221). Assim, acrescento que a pesquisa feminista, portanto, não se pretende esgotar em si própria; por isso, constituí laços com minhas interlocutoras para além da pesquisa, pois considero que a dissertação seja apenas resultado de uma luta que poderá seguir outros caminhos (acadêmicos ou não) futuramente e, portanto,

---

<sup>76</sup> Se trata, siempre, de una descripción parcial, derivada de la mirada de quien observa, e inacabada, pues se requiere hacer delimitaciones de distinto orden en relación con el objeto de la indagación, objeto que suele ser cambiante.

não se finaliza aqui.

## 2.2. Feminismos do Sul: as perspectivas (pós e de) coloniais

Deslenguadas. Somos los del español deficiente. We are your linguistic nightmare, your linguistic aberration, your linguistic mestisaje, the subject of your burla. Because we speak with tongues of fire we are culturally crucified. (...) I will overcome the tradition of silence. (Anzaldúa, 1987).

Apresento, nesta seção, duas bases de pensamento fundamentais para o delineamento da minha pergunta de investigação e para as mudanças teórico-metodológicas da dissertação: os estudos *pós-coloniais* e *decoloniais*. Conforme tenho dito, essas perspectivas perpassam toda pesquisa e, portanto, a seguir, não disseco conceitos que originaram delas e que iluminaram minhas elaborações analíticas e escolhas metodológicas, apenas exponho algumas ideias centrais para uma compreensão geral desses movimentos teóricos que modificaram minhas escolhas de campo. Em seguida, no tópico 2.3, exponho minhas opções metodológicas, também amparadas por essas reflexões, para, então, seguir aos capítulos referentes a cada um dos países. Passar por cada um dos tópicos anteriores foi extremamente importante, para que eu consolidasse uma dimensão do meu problema de pesquisa, de forma a distinguir aquilo que eu efetivamente desejava compreender daquilo que não era tão central à minha instigação inicial, no contexto da descoberta.

Como dito, o interesse inicial era conectado com as representações midiáticas das presidentas, devido, sobretudo, à minha trajetória política e acadêmica, mas, no amadurecimento da pesquisa, observei que eu já poderia partir da crítica aos meios como uma premissa, como algo que já está dado. Há, claro, espaço para resistência e subversão dessas lógicas, mas eu desejava observar esse lugar a partir das lutas feministas locais, e não de dentro dos próprios discursos midiáticos, num movimento político-epistemológico que centraliza saberes invisibilizados e coloca em circulação vozes de mulheres feministas com conhecimentos situados (Haraway, 1995).

Meu encontro com as teorias feministas latino-americanas ocorreu no meu próprio incômodo de usar apenas bases teóricas de feministas europeias e estadunidenses para a construção de um pensamento aqui elaborado. Nesse sentido, as perspectivas pós/de-colonial também foram imbuídas na minha pesquisa, pois, conforme Chandra Mohanty (2003), o processo de decolonização sempre foi central ao projeto de teóricas feministas do Sul. Foi,

portanto, na aproximação com os feminismos latino-americanos, indianos e africanos que tive a percepção de que as vertentes pós/de-coloniais eram também particularmente inspiradoras para minha pesquisa. Embora sejam projetos teóricos extremamente amplos, com distintas proposições e reflexões, retomo, brevemente, como eles se constituíram na América Latina. Antes, contudo, reforço que, no Brasil, são vertentes ainda incipientes nas ciências sociais, sobretudo na Comunicação e, portanto, um campo, ao mesmo tempo, fértil para reflexões críticas, mas passível de deslizamentos nas investidas teóricas. Assim, enfatizo que contribuir para essas vertentes é um dos objetivos desta pesquisa, ainda que eu esteja ciente das dificuldades que isso envolve.

Uma das obras importantes desses estudos, citada em vários trabalhos pós-coloniais, é o artigo *Pode o subalterno falar?*, da teórica feminista Gayatri Spivak (2010), que faz uma feroz crítica aos teóricos ocidentais, bem como uma autocrítica aos próprios estudos subalternos. Segundo Spivak (2010), o subalterno é colonizado e excluído estruturalmente e, portanto, não tem voz, tampouco escuta. Assim, teóricas e teóricos não podem se enquadrar num lugar de subalternas e subalternos, já que “o subalterno é sempre aquele que não pode falar, pois, se o fizer, já não o é” (Spivak, 2010, p. 12). Dessa maneira, para ela, intelectuais pós-coloniais também não poderiam falar em nome do subalterno. É importante pontuar que, para a intelectual indiana, o paroxismo máximo da subalternidade refere-se à condição de mulheres, negras, pobres e terceiro mundistas (Spivak, 2010; Miñoso, 2014; Lino, 2014). Contudo, ela não diz que subalternas e subalternos não possam protestar pela fala, mas que a força do imperialismo estanca a possibilidade de diálogo entre quem fala e quem ouve (Lino, 2014). A teórica feminista, portanto, faz uma crítica a teóricos e teóricas que tentam “falar por”, em vez de possibilitar maior espaço para que indivíduos subalternos possam falar por si próprios, nomeando isso de uma violência epistemológica (Spivak, 2010; Lino, 2014). Nesse sentido, muitas vezes, Spivak é interpretada como uma pensadora pessimista, por não apresentar saída às subalternas e aos subalternos.

Compactuo, contudo, com a leitura otimista da pesquisadora brasileira, Tayane Lino (2014), de que a fala é, sim, possível, a partir do momento em que, assim como Spivak (2010) propõe, assumamos assimetrias de poder nas relações e coloquemos as narrativas dos/as subalternos/as em foco na produção científica. Lino (2014) constrói sua pesquisa num diálogo com as obras de bell hooks e Glória Anzaldúa e, ao explicar sua relação com as obras dessas autoras, resume bem meu diálogo com minhas intelectuais e ativistas feministas latino-americanas: “a relação entre mim (pesquisadora) e elas (pesquisadas) foi compreendida como

uma relação entre sujeitos que podem apresentar distintos saberes sobre a realidade e que estes conhecimentos se equivalem no processo de significação da realidade” (p. 36). Nessa continuidade, defendo, portanto, que não “falo por” elas, mas, pelo contrário, coloco os saberes que elas compartilharam comigo numa posição de simetria com o pensamento acadêmico e meu próprio lugar de fala. Partilho do pensamento, de Chandra Mohanty e Alexander Jacqui (1997), de que subalternas e subalternos não estão predestinadas/os ao silêncio, mas, pelo contrário, têm resistido, fortemente, às dinâmicas de silenciamento, em seus próprios termos e linguagens (Lino, 2014). É por isso que a pesquisa precisa de outros movimentos e formas de acolhimento ao pensamento muito-outro que temos a graça de conhecer nos processos etnográficos e intersubjetivos.

Conforme Tijana Limic (2015), a crítica *decolonial* não é a mesma da *pós-colonial*, ainda que colonialidade, colonialismo e pós-colonialismo tenham forte relação entre si. Afinal, os estudos decoloniais pretendem radicalizar a perspectiva pós-decolonial (Ballestrin, 2013) e refletir sobre a cultura e política local latino-americana, tendo como principal influência o pensamento aqui elaborado (Colaço e Damázio, 2012). Além disso, conforme Marlise Matos (2012), incluem-se nessa tradição perspectivas críticas de gênero, sexualidade, raça e etnia, razão do meu interesse pela área. Um dos teóricos expoentes dessa vertente, Walter Mignolo (1998), irá criticar, vigorosamente, o uso de teorias pós-coloniais desenvolvidas em outros contextos, como o indiano, para observar o caso latino-americano. Além disso, irá refutar, radicalmente, o uso de formulações advindas do Norte e reivindicar o uso de pensamentos elaborados (e com foco) na América Latina, cujas histórias coloniais são únicas. Nesse sentido, como Ballestrin (2013) coloca, “Mignolo denuncia o ‘imperialismo’ dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos que não realizaram uma ruptura adequada com autores eurocêntricos” (p. 95).

Não compactuo com a decisão política, de Mignolo (1998), de não utilizar autores pós-coloniais de outros contextos do Sul, ou cujas formulações são influenciadas pelas do Norte, ainda que eu entenda a importância de sua radicalização. Admito isso porque muitas teóricas feministas pós-coloniais (e mesmo intelectuais do Norte) foram importantes para as minhas próprias elaborações analíticas, conforme é possível observar, ao longo do texto. Contudo, sem dúvidas, advogo pelo maior uso e centralidade de autoras e teóricas latino-americanas para olhar para nossas regiões, afinal, o apagamento do pensamento aqui produzido é também uma forma de colonização epistêmica que silencia e inferioriza os saberes dos nossos territórios.

Além disso, acredito, sobretudo, na valorização de conhecimentos subalternos não advindos de pesquisas acadêmicas e não valorizados nessas produções, como venho enfatizando. Considero, então, que as ativistas feministas com as quais conversei são também intelectuais, ainda que não estejam na academia. Afinal, elas estão, constantemente, construindo pensamentos e elaborações conceituais e linguagens próprias que, por vezes, dialogam com a academia, mas não necessariamente<sup>77</sup>. Nessa direção, prefiro localizar minha pesquisa circunscrita entre as perspectivas pós-coloniais e decoloniais, ou seja, num lugar híbrido, que bebe de várias dessas fontes teóricas, mas que se ampara nos fundamentos epistemológicos dessas duas vertentes e, sobretudo, nos pensamentos ativistas feministas. Nesse sentido, admito que utilizo lentes epistemológicas e teóricas, principalmente de *feministas do Sul global*, sejam elas pós-colonialistas, decolonialistas, ou sequer se definam em nenhuma dessas vertentes<sup>78</sup>. Por isso, desde o início, utilizo a expressão pós/de-colonial, para relativizar minhas próprias escolhas - que dizem, sobretudo, da valorização e centralidade dos conhecimentos do cone Sul.

Algumas vertentes teóricas influenciaram, profundamente, o pensamento *pós-colonial* e, em alguma extensão, o *decolonial*. Entre elas, a discussão pós-modernista, a pós-estruturalista, os estudos culturais britânicos e as teorias feministas (Matos, 2012). Ao longo desta dissertação, um pouco de cada uma dessas vertentes também se mostra, em alguma medida, presente, como bases teóricas que constituíram os estudos pós/de-coloniais. Nesse sentido, dou ênfase, sobretudo, à epistemologia feminista, apresentada no tópico anterior, pois, conforme Matos (2012), “pareceu ter sido uma das primeiras formas de produção de conhecimento científico que colocou, de fato, em xeque a posição hegemônica do conhecimento na sua chave burguesa e anglo-européia” (p. 64). Contudo, essas influências são, primeiramente, limitadas pelas especificidades empíricas e históricas da América Latina e dos demais países do Sul (como os processos de colonização e a invenção do racismo na centralidade disso), além dos saberes que aqui habitam – dos povos originários, das matrizes de conhecimento afrodescendentes, dos saberes populares e, o que me interessa em particular, dos saberes ativistas.

---

<sup>77</sup> É importante pontuar que muitas ativistas que entrevistei iniciaram suas trajetórias feministas na universidade, ou também se nutrem de formulações feministas acadêmicas. Várias delas, inclusive, me indicavam bibliografias para minha própria dissertação. Ainda assim, há um conhecimento prático da experiência de luta nas ruas e nos diálogos entre coletivos de redes feministas, que ultrapassa a vivência acadêmica e que, acredito, tenha, igualmente, potência heurística.

<sup>78</sup> Interessantemente, em uma reunião que participei do *Ni Una Menos* no Chile, uma das feministas disse que achava a perspectiva *decolonial* masculinista e patriarcal, conforme mostrarei no Capítulo 3.

Uma das elaborações que mais me interessam, na perspectiva pós-colonial, é a crítica a uma categoria acadêmica monolítica das mulheres de Terceiro Mundo, conforme Chandra Mohanty (1991, 2003). Primeiramente, é importante pontuar que a autora coloca as mulheres do Sul, inspirada no conceito do sociólogo marxista inglês Benedict Anderson, como uma *comunidade imaginada*, ou seja, sem limitá-las a territórios/fronteiras fixas, já que o poder opera sempre em redes móveis. Nesse sentido, ela estende essa categoria, por exemplo, às mulheres negras, que vivem na Inglaterra, e às mulheres migrantes, em outros países nórdicos. Além disso, ela coloca que, enquanto uma categoria analítica e política, inclui também mulheres brancas que se aliam a essa luta. Assim, a autora diz que é uma comunidade política, não essencialista. Mohanty (1991, 2003), então, irá questionar quem, historicamente, está olhando (e como) para essas mulheres e de onde esse conhecimento vem. Segundo a autora, as mulheres localizadas no Sul global são, comumente, vistas, em textos acadêmicos do Norte, como rurais, com grande nível de pobreza e fanatismo religioso, entre outras características. Tais elaborações teóricas simplistas não consideram, por exemplo, práticas feministas cotidianas de resistência das mulheres do Sul, além de as reduzirem a um grupo unitário. Ela diz que esses estudos ignoram, por exemplo, estratégias resistentes de mulheres lésbicas ou com religiosidades outras que não a católica. Nesse sentido, a crítica pós-colonial está interessada em compreender como as culturas coloniais foram consolidadas por meio de formas de poder e conhecimentos hegemônicos. As discussões, portanto, nutrem-se de preocupações epistêmicas na interseção entre raça e gênero, as quais se concentram em sociedades capitalistas e patriarcais, marcadas pelos processos de colonização.

O feminismo decolonial, por sua vez, nutre-se de dois conceitos fundamentais que também dialogam com a perspectiva pós-colonial: a *interseccionalidade* e a *colonialidade* (Espinosa-Miñoso, 2014; Curiel, s.f.), ou seja, também com forte atenção às questões cercadas por raça e gênero. As teóricas feministas decoloniais lutam para a decolonização dos feminismos, de forma a superar o binarismo teoria/prática, descentralizar o sujeito eurocêntrico universal e eliminar a subalternidade que mesmo alguns feminismos reproduzem. Nesse sentido, uma elaboração teórica importante, na perspectiva feminista decolonial, é a de *colonialidade de gênero*, formulada por Maria Lugones (2015), em resposta à *colonialidade do poder*, originalmente concebida por Aníbal Quijano (1989).

Primeiramente, o conceito de *colonialidade do poder* exprime a ideia de uma matriz de dominação global do sistema-mundo moderno/colonial capitalista (Alvarado, Hasan, 2017; Grosfoguel, 2008), ou seja, a concepção de que as formas de dominação capitalistas não

acabaram com o fim do colonialismo (Ballestrin, 2013). Segundo Quijano (1989), desde o período de colonização nas Américas, diferenças naturais serviram de justificativa ao colonizador para a opressão em relação aos colonizados, instituindo-se a ideia de raça (associada a inferioridade) que naturalizou a exploração do capitalismo colonial. Nesse sentido, criou-se a ideia de divisão racial do trabalho, justificada pela situação de inferioridade postulada por homens brancos, colonizadores.

Seguindo o mesmo raciocínio epistemológico dessa formulação, Mignolo e outros teóricos do grupo Modernidade/Colonialidade irão elaborar a ideia de *colonialidade de saber*, que vai muito de encontro com o que apresentei no tópico 2.1. Afinal, diz da instauração da produção de conhecimento hegemônica, eurocêntrica, ajustada a métodos científicos cartesianos, que hierarquiza, classifica e também contribui para a colonialidade e para o sistema capitalista (Alvarado e Hasan, 2017). Contudo, as formulações decoloniais iniciais não se atentaram a questões de gênero, e foi a teórica Maria Lugones (2015) que trouxe a crítica forte a essa compreensão de Quijano, que ela denuncia ser patriarcal, já que desconsidera o gênero na centralidade da sua formulação. Portanto, desde a perspectiva da *interseccionalidade*, ela vai ampliar os pensamentos do autor, mediante a elaboração da *colonialidade de gênero*, com vistas em defender que não se pode pensar em raça (e na sua construção colonial) sem gênero. Nas suas palavras, “a crítica contemporânea ao universalismo feminista, feita por mulheres de cor e do terceiro mundo, centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade” (p. 935), ou seja, gênero/classe/raça são “construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (p. 939).

Assim, ela propõe expandir a ideia de Modernidade colonial, proposta inicialmente por Quijano; complexificar a compreensão do autor sobre o sistema capitalista de poder; e, em suas palavras, “imaginar como pensar sobre interações íntimas e cotidianas que resistem à diferença colonial” (p. 936). Nesse sentido, ela sugere uma elaboração da qual compactuo, fortemente, nessa dissertação: “chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de 'colonialidade do gênero'. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de 'feminismo descolonial’” (p. 941), entendendo a potência dessa ideia de feminismo, ainda que algumas feministas no meu campo no Chile tenham refutado tal nomenclatura (*feminismo decolonial*), conforme abordarei, à frente.

### **2.2.1. Poder-saber foucaultiano e feminismo pós/de-colonial: uma aproximação possível?**

Conforme mencionei antes, alguns autores decoloniais, como Mignolo (1998), recusam o uso de teorias do Norte, ou mesmo pós-coloniais, que não romperam radicalmente com as ideias eurocêntricas. Já intelectuais pós-coloniais apropriam-se de vocábulos elaborados no Norte e formulações teóricas ocidentais pós-modernistas, como, por exemplo, as de Foucault e Gramsci (Grosfoguel, 2008). Compactuo com pesquisadoras e pesquisadores pós-coloniais em não radicalizar tanto as escolhas teóricas, uma vez que, como já salientei, muitas autoras feministas do Norte contribuíram para minhas próprias formulações. Nesse sentido, a crítica recai sobre o eurocentrismo e *euroexclusivismo* (Carvalho, 2010), mas não em uma atitude sectária para com teorias constituídas no Norte global. Nessa continuidade, opto pela perspectiva, da indiana Mohanty (2003), de que é necessário estabelecer “potenciais alianças e colaborações para além de fronteiras divisivas”<sup>79</sup> (p. 46), numa luta comum contra o racismo, sexismo, colonialismo e capitalismo. Isto posto, o filósofo francês Michel Foucault<sup>80</sup> desenvolve uma noção de *poder* que eu acho particularmente útil para minha pesquisa, que apresento, nesta seção, de forma a defender que esse uso é possível em relação a uma perspectiva pós-de/colonial feminista, mesmo levando em conta o lugar de fala desse intelectual.

Da mesma forma que os escritos de María Lugones (2015) e Chandra Mohanty (2003) e outras decolonialistas e pós-colonialistas contribuíram bastante para minha compreensão sobre as dimensões coloniais de poder, as ideias foucaultianas também demonstraram um aporte interessante para observar algumas questões que emergiram do meu campo de pesquisa. Afinal, Foucault extrapola a ideia de poder centrado no Estado, de forma a ampliar sua compreensão baseada nas relações e práticas sociais, ou seja, numa perspectiva não-macro, mas micropolítica. Para ele, “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares” (Foucault, 1976, p. 89). Nesse sentido, a teórica feminista Margaret McLaren (2016) elabora a ideia de que essa percepção do autor condiz com as ideias feministas de que “o pessoal é político”, já que ambas as perspectivas extrapolam o “entendimento tradicional liberal de um poder político centralizado emanado do Estado” (p. 89). Como a autora coloca, nessa formulação, as feministas também apontaram

---

<sup>79</sup> Potential alliances and collaborations across divisive boundaries.

<sup>80</sup> A própria Chandra Mohanty (2003) utiliza a concepção de poder de Foucault para questionar sobre categorias universalizantes em relação às mulheres de Terceiro Mundo.

para o fato de que a política e as relações de poder estão, também, na vida cotidiana, nas relações interpessoais, etc.

É importante ressaltar que a teórica indiana, Gayatri Spivak (2010), foi uma das grandes críticas tanto de Foucault, quanto de Deleuze. Segundo a autora, na tentativa de teorizar conhecimentos subalternos, esses teóricos ocidentais reproduziram lógicas imperialistas, deveras criticadas pelos estudos pós-coloniais, pois não discutiram sobre suas próprias condição de poder. Para ela, ao não se localizarem geograficamente e não questionarem suas próprias posições de poder e privilégio, esses autores universalizaram seu lugar de fala (Spivak, 2010; Lino, 2014). Muitas teóricas feministas também tem criticado o uso da conceituação foucaultiana, justamente por as considerarem colonizadoras, já que são advindas de um acadêmico, europeu, homem. Além disso, por julgarem que a perspectiva pós-modernista seja escassa de recursos para uma política feminista resistente.

Conforme McLaren (2016), muitas feministas acusam Foucault de forte pessimismo e passividade, o que não contribuiria para a emancipação feminista. No livro *Foucault, feminismo e subjetividade*, a autora faz uma eloquente defesa à formulação teórica do filósofo, ao pontuar a importância da sua elaboração sobre *poder*, que, como ela diz, muito pode contribuir para os movimentos feministas, bem como para as análises teóricas feministas. Não pretendo, ao utilizar a formulação foucaultiana no meu trabalho, eliminar a tensão posta por essas autoras feministas e autoras/es decoloniais e pós-coloniais, mas desejo empregá-la, de forma produtiva, a favor das perspectivas do Sul. Como venho reforçando na minha elaboração, o que estão na centralidade, de fato, são os conhecimentos de feministas ativistas que apresento nos capítulos etnográficos, para além de um olhar que se utiliza de lentes teóricas acadêmicas para defender hipóteses de pesquisa.

De acordo com McLaren (2016), “uma concepção de poder que possa contribuir para a assimetria de relações de poder entre gêneros é essencial para o feminismo,” assim, “as ideias de Foucault sobre o corpo, poder e subjetividade podem fornecer importantes fontes teóricas para feministas” (p. 12). A autora vai dizer, ademais, que Foucault desafiava estruturas normativas de verdades objetivas, com sua ideia de *poder-saber*. “Em contraste à ideia iluminista de que a verdade e o saber estão fora do poder e das relações políticas e sociais, ele insiste em que a verdade é produzida por indivíduos ocupando posições sociais específicas” (McLaren, 2016, p. 36). Nesse sentido, Foucault também faz uma crítica ao sujeito iluminista, tal qual pesquisadoras feministas que defendem o foco no sujeito corporificado, situado, conforme já abordei.

Em vista disso, em vez de uma recusa da formulação foucaultiana, devido ao lugar de fala dele, acredito que seja possível um diálogo com as perspectivas pós/de-coloniais feministas que questionam o conhecimento científico euro e androcêntrico. “O pensador afirma que o poder e o conhecimento são inseparáveis. Ele alega que todo conhecimento é formado dentro de relações e de redes de poder; o poder produz conhecimento, e em troca, o conhecimento produz poder” (McLaren, 2016, p. 57). Assim, ainda que se localize numa posição de poder, academicamente, e de dominador, pelo seu gênero, ele discute de que forma a construção do que seria a verdade objetiva fortalece e expande os efeitos do poder. Além disso, a crítica de algumas intelectuais feministas e/ou pós/de-coloniais aparenta não levar em consideração a homossexualidade de Foucault, “o que o coloca como marginal diante da cultura heterossexual dominante” (McLaren, 2016, p. 40), tampouco leva em conta sua luta também ativista nas questões carcerárias (ligadas às reflexões de *Vigiar e Punir*) e no movimento antimanicomial (ligadas ao pensamento elaborado em *História da Loucura*). Conforme McLaren (2016), “enquanto seus escritos e entrevistas não decifram soluções para problemas sociais e políticos, sua vida como ativista fornece muitos exemplos de resistência específica e local” (p. 71).

Nesse mesmo segmento, a pesquisadora McLaren (2016) faz uma crítica às feministas que consideram que sua formulação teórica não possibilitaria agência e resistência das sujeitas. De acordo com esta autora, o poder, para Foucault, é ambivalente; então, da mesma forma que há um aspecto negativo, que serve ao limite, à dominação e à normalização, também há um aspecto positivo e produtivo, uma vez que “cria novas possibilidades, produz novas coisas, ideias e relações; isto é semelhante ao que as feministas chamam de 'empoderamento'” (p.60). Nessa interpretação de Margaret, Foucault abre brecha para resistência às relações de poder e até mesmo às estruturas de dominação. A autora diz que, assim como as feministas, o filósofo rejeita “soluções abstratas e universais para problemas políticos em favor da resistência específica e local” (p. 71). Contudo, a teórica diz, ele não aponta formas de resistência específicas. Ela propõe, então, uma ideia que me pareceu produtiva: “sugiro que, em vez de procurarem em Foucault exemplos de resistência, busquem na história da resistência da mulher e do feminismo. Com o que a resistência feminina se pareceria?” (p.71). Acrescento ao seu questionamento: Com o que as resistências feministas latino-americanas se pareceriam? É uma das perguntas que meu campo de pesquisa me levou, ainda que minha intenção não seja de generalização, como venho colocando, mas de mostrar algumas potencialidades políticas feministas corporificadas. Assim, acredito que a perspectiva

foucaultiana do poder, pensado como um feixe de relações espraiado em redes e operando por dispositivos biopolíticos, que, especialmente, se notam na linguagem (discursos ou formações discursivas), seja confluyente com minha formulação teórica, a partir do material de campo, como demonstrarei nos capítulos etnográficos.

Ainda que utilize a ideia de poder foucaultiana como um conceito analítico, parto de uma visada feminista do Sul, que valoriza, em primeiro lugar, saberes e experiências subalternas na América Latina para uma pesquisa feminista na Comunicação. Além disso, enquanto escolha política, utilizarei a formulação feminista elaborada por Margaret McLaren (2016), em relação à obra de Foucault. Por ora, não adentrarei na ideia de poder do autor, tampouco nos conceitos advindos das elaborações pós/de-coloniais que mencionei, anteriormente. As ideias mais importantes dessas correntes teóricas retornarão nos capítulos posteriores, a partir de aproximações ou distanciamentos entre o pensamento acadêmico e feminista.

Diante do que foi dito, retomo que as teorias feministas e pós/de-coloniais têm tensionado a tradição intelectual do Ocidente e o saber clássico moderno - euro e androcêntrico - e são algumas das bases teóricas que contribuem para esse trabalho. Para pensar questões de comunicação e gênero na América Latina, apoio-me, principalmente, em saberes que foram historicamente invisibilizados academicamente. Formam a base da minha discussão as ideias pós/de-coloniais, citadas anteriormente, sobretudo as de *colonialidade de gênero* (Lugones, 2015); *feminismo decolonial* (Espinosa-Miñoso, 2014; Curiel, s.f.; Lugones, 2015); *crítica anticapitalista e políticas de solidariedade feminista* (Mohanty, 2003). Além disso, utilizo a ideia de *poder*, de Foucault, como instrumento analítico, a partir da teórica feminista McLaren (2016), porém, como disse, com foco na centralidade dos saberes ativistas feministas às margens do conhecimento científico. Compartilho do pensamento que consta no trecho de um manifesto escrito por várias pesquisadoras latino-americanas, presente no livro *Genealogías críticas de la colonialidad en America Latina, África, Oriente* (2016): “Reconhecer que grande parte das nossas linhagens teóricas com epicentro no velho mundo são inadequadas para o mundo que vivemos nos impulsiona a modificar as redes latino-americanas e a intensificar os esforços para consolidar uma geopolítica de conhecimento sul-sul” (p. 319).

Conforme Chandra Mohanty (2003), os processos de decolonização envolvem profundas mudanças nos indivíduos, nas sociedades e nas estruturas governamentais. Da mesma forma, esses processos só podem ser engajados a formas resistentes às estruturas

físicas e sociais de dominação. Considero a crítica da autora igualmente pertinente às estruturas acadêmicas, pois, se a universidade é um ambiente ainda extremamente masculino e eurocêntrico, é preciso instituir formas novas e resistentes na construção de saberes e resistir aos modelos hegemônicos de fazer pesquisa.

### **2.3. Caminhos metodológicos da pesquisa**

Optei por apresentar minhas escolhas metodológicas neste capítulo pois, conforme disse, sofri bastante influência das epistemologias e metodologias feministas, além do pensamento pós/de-colonial. Contudo, é importante reforçar que muitas escolhas foram fruto das elaborações e discussões coletivas no grupo de pesquisa que integro, Corisco, cuja etnografia é primordial enquanto ferramenta metodológica, além da minha própria ida à campo, quando optei por essa trajetória, que acabou me levando a uma *etnografia feminista*. Nesse sentido, a discussão epistemo-metodológica e os achados do próprio campo atravessam os capítulos etnográficos, nos quais dou mais ênfase em algumas escolhas que o campo me direcionou. Ainda assim, de forma mais geral, posso dizer que meu percurso metodológico foi composto pelas seguintes etapas (que ocorreram simultaneamente, não de forma completamente sectária): a) Pesquisa bibliográfica; b) Decisão de ir a campo, ao encontro com *ativistas feministas*<sup>81</sup>; c) Elaboração do material de campo; d) Ida à Argentina e Chile; e) Reformulação da pergunta de pesquisa e dos questionamentos iniciais; f) Transcrição das entrevistas e das reuniões das quais participei; g) Sistematização do campo pelo software NVivo (2011).

Antes de expor alguns pontos importantes de algumas dessas etapas, preciso ressaltar que, embora não tenha uma definição rígida, a *etnografia feminista* possui alguns imperativos éticos, políticos e metodológicos. Conforme Schrock (2013), envolve a produção de conhecimento acerca da realidade da vida das mulheres desde contextos culturais específicos e situados; a exploração da experiência de opressão junto às práticas e ações resistentes a ela; e uma responsabilidade ética para com essas comunidades que estão em diálogo com a pesquisa. Além disso, Castañeda (2012) acrescenta a necessidade de prover uma descrição reveladora das questões de gênero; preocupar-se com a linguagem (de como as mulheres

---

<sup>81</sup> Estou nomeando *ativistas feministas* mulheres que façam parte de alguma coletividade declaradamente feminista, seja ONG, coletivo, grupo, portal, organização (autônoma ou partidária), pois acredito que elas tenham experiências coletivas e organizadas diferentes das feministas autônomas (que não entraram no escopo da pesquisa), ainda que muitas delas se considerem/nomeiem ativistas.

definem a si mesmas, por exemplo); considerar as sujeitas enquanto criadoras e não apenas como informantes; usar procedimentos *multimetódicos* para a investigação (cujas informações são mais detalhadas e assumem a parcialidade); opor-se ao positivismo, sobretudo em relação às etnografias convencionais, carregadas de empirismo; e verificar o caráter reflexivo dos diálogos com as interlocutoras, que “supõe alteridade, conflito, negociação, cumplicidades e afetos”<sup>82</sup>(p. 225).

Em relação à pesquisa bibliográfica, constituiu, propriamente, o caminho que descrevi até aqui, que me levou à percepção de que um diálogo mais estreito com as feministas ativistas seria promissor para minha investigação. Além disso, também nesse início, fiz uma pesquisa de capas de revista que estavam sendo discutidas pelas feministas no âmbito *online*, tais como as que aparecem na Imagem 1, já apresentada, para levar ao diálogo com as ativistas feministas. As capas escolhidas<sup>83</sup>, portanto, foram as da Imagem 4.

#### Imagem 4 - Capas de revistas levadas para diálogo com feministas no campo



Fonte: Revista Noticias (2014), Istoé (2016) e The Clinic (2012).

Inicialmente, a ideia, ainda associada à primeira formulação da pergunta de pesquisa, era fazer grupos focais com coletivos, para observar quais eram as interpretações acerca das representações midiáticas. Contudo, não obtive sucesso nessa escolha em relação aos grupos focais, quando cheguei na Argentina, razão pela qual adaptei o roteiro de grupo focal a entrevistas individuais, que realizei, pessoalmente, no primeiro país, com Cecília e Natacha. Esses dois primeiros diálogos foram essenciais tanto para eu assumir que a centralidade de interesse das feministas não era na questão da representação das presidentas na mídia, quanto

<sup>82</sup> Supone alteridad, conflicto, negociación, complicidades y afectos.

<sup>83</sup> É importante pontuar que, inicialmente, levei outra capa relacionada à Bachelet, porque não encontrei nenhuma discussão feminista *online* sobre ela, previamente ao meu campo, como aconteceu com as outras. A capa anterior tinha uma foto dela, tirada por paparazzi, de traje de banho, na praia, na revista *Noticias*. Contudo, as feministas no Chile me indicaram essa revista, *The Clinic*.

para que eu tivesse dimensão de que toda experiência que compôs o meu campo, no primeiro país (palestras, fotografias urbanas, etc., que aparecerão no Capítulo 3), também configurava minha metodologia, ou seja, eu já estava no caminho de uma *etnografia feminista*.

Em relação à escolha dos grupos, também darei mais ênfase, ao longo dos capítulos etnográficos, à forma como os conheci e à forma que entrei em contato. Antes de ir a campo, desejava dialogar com grupos que tivesse alguma relação crítica com a mídia. Nesse sentido, inspirada pela formulação<sup>84</sup> da pesquisadora Danica Minić (2016), acerca dessa forma de coletividade feminista, escolhi grupos que, previamente, já conhecia. Contudo, também entrei em contato com minhas redes feministas (grupos feministas dos quais faço parte no Facebook, amigas ativistas, etc.), que também me ajudaram a localizar organizações que poderiam contribuir para minha pesquisa. Por fim, no campo, conheci outras coletividades por meio de intervenções em locais públicos (pichações, divulgação de palestra, etc.). Entrevistei 10 feministas, pessoalmente; entrevistei 3 *online*; participei de 2 reuniões feministas; e fui a 2 palestras dos grupos, num total de 11 grupos feministas que compõem meus diálogos, apresentados no Quadro 2, para uma visão ampla (já que as especificidades aparecem nos capítulos etnográficos). É importante ressaltar que eu entrava em contato diretamente com os coletivos, na maior parte das vezes por Facebook ou email, e os grupos que me indicavam as mulheres que eu iria entrevistar<sup>85</sup>.

Outras questões importantes a serem pontuadas são que quase todas as entrevistas foram feitas pessoalmente, embora três tenham sido *online*, visto que não consegui encontrá-las no período de campo. Nos capítulos etnográficos, dou maior ênfase nas entrevistas presenciais, pois foram as que mais me possibilitaram uma dimensão sensível e subjetiva das experiências dessas mulheres. Além disso, embora eu tenha tido um modelo semi-estruturado de perguntas, algumas foram sendo acrescentadas ao longo do percurso, de forma fluida. Por fim, transcrevi todas as entrevistas, reuniões e palestras gravadas no celular (algumas não tive esta possibilidade) e organizei todo material empírico no software NVivo (2011),

---

<sup>84</sup> Danica elabora uma pesquisa sobre estratégias de ativistas feministas em relação aos veículos midiáticos na Sérvia e na Croácia. Segundo a autora, as formas estratégicas de militância contra a mídia hegemônica seriam: 1) Na elaboração de uma mídia política/ativista; 2) Enquanto profissionais de mídia inseridas nos veículos hegemônicos; 3) Enquanto defensoras da agência de mudança (pressionando a mídia *mainstream*); e 4) Na elaboração de empresas próprias de mídia feminista. Nas primeiras buscas por grupos feministas, eu tinha essas categorias em mente. Contudo, com os imprevistos da pesquisa e o próprio campo, acabei flexibilizando minhas escolhas, o que me permitiu, felizmente, observar categorias próprias, constituições diversas e que todos os coletivos que conversei tem alguma forma comunicacional de atuação, para além dessas, constituindo circuitos *paramidiáticos*.

<sup>85</sup> As únicas entrevistas que não foram indicação dos próprios coletivos, mas de outras feministas foram as do Chile e, no Brasil, da Revista AzMina e da Marcha Mundial de Mulheres.

especializado em análise de dados qualitativos. Os *eixos analíticos* que criei com base na leitura e na sistematização de todo o material de campo obtido na minha imersão e da reformulação que os saberes feministas ativistas provocaram em meu problema de pesquisa são: 1) *Pedagogias feministas* (de onde vem esse saber ativista? de quais fontes elas se alimentam? como a construção do pensamento-ação se faz? quais são as trajetórias dessas mulheres? quais experiências as fizeram chegar ali?); 2) *Mídia e visibilidade, pelas feministas* (quais são as críticas aos meios hegemônicos? quais são outras formas de construir comunicação? qual é a visibilidade que se quer para a luta feminista? quais são os recursos e formas expressivas?); 3) *Políticas feministas* (qual é a luta? como se luta? com quem? contra quem? com qual conceito de poder?).

**Quadro 2 - Grupos feministas que compuseram a pesquisa de campo**

País	Grupo feminista	Forma de conhecimento	Curtidas no Facebook	Âmbito em rede feminista	Entrevistada
Argentina	Ni Una Menos Argentina	Prévia à pesquisa	293.427	Internacional	Cecília (42 anos)
	Las Rojas	Intervenção em local público	13.372	Local	Natacha (30 anos)
	Las Piqueteras	Indicação feminista	2.765	Local	Natalia (27 anos)
Brasil	Revista AZMina	Prévia à pesquisa	127.586	Nacional	Nana (32 anos) e Leticia (33 anos)
	Blogueiras Feministas	Prévia à pesquisa	93.539	Nacional	Bia (36 anos)
	Pão e Rosas Brasil	Intervenção em local público	6.055	Internacional	Flavia (34 anos)
	Marcha Mundial das Mulheres	Indicação feminista	37.799	Internacional	Bernadete (41 anos)
Chile	La Alzada	Indicação feminista	10.830	Local	Paulina (29 anos), Pilar (25 anos) e Valentina (25 anos)
	Ni Una Menos Chile	Prévia à pesquisa	19.000	Local	<i>Assembleia da coordenação</i>
	<i>Hermanas (nome alterado)</i>	Indicação feminista	33.024	Internacional	<i>Evento feminista</i>
	Frente de Género	Indicação feminista	15.742	Local	Anita e Francisca (36 anos)

Fonte: Elaborado pela autora.

**PARTE II**  
**Entre os pensamentos ativistas e acadêmicos feministas**

### 3. Argentina: lucha por igualdad, justicia y derecho a felicidad

Imagem 5 – “La niña de Chuao.” Stencil da artista Nazza S/Plantilla em Buenos Aires



Fonte: Fotografia da autora.

Ni Una Menos  
Ni Una Muerta más  
Ni Una Menos  
Ni Una Muerta más

Basta de contar asesinadas  
por machos femicidas  
que odian al amparo  
de esta sociedad

Basta de mirar para otro lado  
“que aquí nada ha pasado”  
ya la prensa “machirula”  
armó el “crimen pasional”

Ni Una Menos  
Ni Una Muerta más  
Ni Una Menos  
Ni Una Muerta más

Basta de escupir su misoginia  
sobre niñas y mujeres  
personajes vergonzosos  
de la escena nacional

Basta de negar esta emergencia  
ningunear a tantas muertas  
“terrorismo femicida”  
sos el arma patriarcal

(Silvia Palumbo, Argentina, 2015)

Em 11 de dezembro de 2016, cheguei a Buenos Aires para a primeira etapa da pesquisa de campo. Já havia entrado em contato com vários grupos, coletivos e organizações feministas das mais variadas naturezas<sup>86</sup>, por email, Facebook, Whatsapp. Não havia tido muito êxito nas investidas, sobretudo por causa da época do ano. Até minha ida, só tinha uma reunião agendada com Cecília, ativista do coletivo *Ni Una Menos*. Sentia-me extremamente insegura em relação ao campo, por vários motivos. Primeiramente, por não ter recebido muitas respostas e por questionar se o tema do meu mestrado não era de interesse desses grupos, ou se minha aproximação havia sido inadequada. Nunca tinha feito pesquisa assim na academia, já que meus trabalhos anteriores na universidade haviam sido elaborados dentro de um teto todo meu<sup>87</sup>, ou seja, sem ir a campo. Segundo, porque não me sentia confiante em relação à língua nativa. Não falava bem o castelhano, e as palavras da minha professora de espanhol me inquietaram: “entendo sua preocupação, pois se quer firmar um lugar de respeito enquanto pesquisadora, é importante falar bem a língua.”<sup>88</sup> Tinha medo também de não estabelecer laços com minhas interlocutoras, ter dificuldades de aproximação e troca subjetiva, e aparentar ser apenas mais uma pesquisadora em busca de material empírico, que nada a elas retornaria. Eu sabia que, ao optar por viajar para países diferentes, cujo idioma não dominava, corria vários riscos<sup>89</sup>.

O motivo pela qual escolhi essa data foi devido a um congresso que acontecia na Universidade de Buenos Aires, o *III Congreso de Estudios Poscoloniales y IV Jornadas de Feminismo*. Assim que cheguei, envolvi-me bastante nas atividades acadêmicas. Fui a palestras, apresentações, grupos de discussão e conheci pesquisadoras feministas de vários países na América Latina, as quais vêm desenvolvendo reflexões críticas pós-coloniais e decoloniais. Fascinava-me entrar mais em contato com a perspectiva, que passou a constituir, substancialmente, minha pesquisa. As discussões giravam em torno de questões de raça, classe econômica, orientação sexual e outras interseções que complexificam os movimentos feministas. Além disso, era um espaço que questionava, fortemente, o contexto político atual,

---

<sup>86</sup> Os grupos com os quais entrei em contato na Argentina foram: *Ni Una Menos*, *Las Rojas*, *Pan y rosas*, *Mundanas*, *Las Piqueteras*, *La Marcha de las putas*, *Red de Mujeres*, *LatFem Periodismo Feminista*, *Mala Junta Patria Grande*, *Argentinas Autoconvocadas*, *Vivas nos queremos*.

<sup>87</sup> Faço referência ao livro feminista *Um teto todo seu*, da escritora Virgínia Woolf (2014), cujo ensaio é uma elaboração crítica em relação ao fato de que dedicar-se à escrita é um privilégio de poucas mulheres que possuem dinheiro e um quarto próprio, para, assim, poder fazê-lo.

<sup>88</sup> Ela se remetia ao lugar tradicional das pesquisadoras e das expectativas que lhes são exigidas.

<sup>89</sup> Ainda assim, reforço, veementemente, meus privilégios de poder ir a campo em dois países diferentes, dada minha condição social, que me permitiu dedicar, exclusivamente, à pesquisa. Obviamente, não acredito que seja a única possibilidade para uma metodologia feminista, mas foi a que encontrei e assumi, no meu caso específico. É preciso ter criatividade e ousadia para pensar em outras formas e multimétodos (Castañeda, 2012) de pesquisa feminista, que não necessariamente requerem deslocamento físico, mas, sim, ao longo do percurso.

dada a virada conservadora em vários países latino-americanos, e as implicações disso: o aumento dos feminicídios, dos fundamentalismos e das diferentes formas de violência advindas do patriarcado. A centralidade era também nas reflexões epistemológicas dos feminismos do *Sul global* (Mohanty, 2003), especialmente na América Latina. Como constituir uma pesquisa pós-colonial ou decolonial no nosso território? Como falar e contribuir para mulheres do Sul? Quais vozes subalternas (Spivak, 2010) estão silenciadas? Qual o papel das feministas na academia?

O ambiente universitário em que o congresso ocorreu era nutrido de intervenções artísticas feministas, nas paredes, nos muros, nos banheiros, em locais inusitados. Eram sobre marchas feministas; sobre aulas de tango *queer*; pela legalização do aborto; contra a violência machista nas suas mais diversas formas; sobre o caso de Lucía Pérez, jovem de 16 anos que havia sido, há pouco tempo, brutalmente assassinada; entre outras temáticas. Em conversas que tive com feministas autônomas, na minha breve estada, observei o quanto o movimento feminista naquele país era extremamente articulado, estava se ampliando, a cada dia, e era composto por grupos com enorme pluralidade. Fascinava-me também a forma como essas mulheres carregam a causa como uma bandeira, numa atuação diária que atravessa todas as esferas da vida.

Na abertura do congresso, uma fala me marcou: “Todo mundo sabe a importância de eliminar a desigualdade de gênero. Essa é a pauta mais importante do mundo, de todas as organizações, corporações, governos. Ainda assim, nós, feministas, na frente dessa luta, somos, constantemente, silenciadas, criticadas, nomeadas *feminazi*<sup>90</sup>.” Ao andar pelas ruas, percebia que, de fato, havia inúmeras campanhas do governo argentino para promover a igualdade de gênero e diminuir a violência contra as mulheres. Ainda assim, os feminicídios só aumentavam a cada ano, e as feministas estavam se mobilizando, cada vez mais, e, por consequência, sofrendo uma “caça às bruxas” (nas palavras de uma das minhas entrevistadas na Argentina, conforme relatarei, posteriormente).

Nas minhas caminhadas pelo centro da cidade, vi alguns cartazes e intervenções nas ruas assinadas por *Las Rojas* (Imagem 7), cuja maior parte reivindicava a legalização do

---

<sup>90</sup> O termo *feminazi* pretende associar feminismo com nazismo. Contudo, conforme Cynthia Semíramis (2010), “feminazi é um termo que mostra completa ignorância a respeito não só de feminismo e luta pelos direitos das mulheres, mas de conhecimentos básicos de história. Feministas foram perseguidas pelos nazistas, que tinham uma visão extremamente limitada: mulheres deveriam obrigatoriamente ser mães, portanto estudos superiores e creches foram limitados, e aborto e métodos contraceptivos foram proibidos. (...) Feminazi, [portanto], é um termo que só é utilizado por conservadores para tentar desqualificar quem luta pela implementação dos direitos das mulheres.”

aborto. Uma das intervenções que mais impactou foi em uma grade, em frente à Casa Rosada, a sede da presidência da República Argentina. Achei transgressora e forte, pelo lugar simbólico escolhido por elas. Logo, fui em busca dessas mulheres no Facebook, encontrei a página delas e consegui, assim, meu primeiro contato com Natacha.

Em 15 de dezembro de 2016, Natacha foi minha primeira interlocutora, integrante do coletivo feminista *Las Rojas*, associado a um partido político socialista chamado *Nuevo MAS*. Inicialmente, minha intenção era conversar com feministas que fizessem parte de grupos autônomos, que não fossem ligadas ao sistema político formal, mas que tivessem, sobretudo, uma atuação de caráter mais independente e comunicacional. Contudo, não tive muito sucesso em marcar encontros com grupos que, previamente, eu desejava e, nas minhas conversas com residentes e feministas de Buenos Aires, ficou claro, para mim, que grande parte dos coletivos feministas argentinos é associada a partidos políticos. Assim, considerei não ser um problema tal escolha, pois me agregou uma perspectiva interessante que ampliou a pesquisa, já que é uma das formas de organização feminista particular e bastante expressiva nos três países<sup>91</sup>. De fato, a fala de Natacha teve dessemelhanças com a de Cecília (minha segunda entrevistada, que fazia parte de um grupo independente), em termos tanto de organização do coletivo, quanto de valores e objetivos. Contudo, como disse, considerei essas diferenças como valiosas para minha visão de distintos movimentos feministas em Buenos Aires. Por fim, acabei por observar que, na realidade, todos esses grupos produzem materialidades comunicacionais feministas, cada qual à sua maneira, e fazem também, de alguma forma, uma crítica à mídia hegemônica, conforme mostrarei adiante. Então, nesse sentido, a conversa com Natacha contemplou o que eu desejava, além de me abrir para outras questões importantes, durante a nossa interação e o processo de mútua-afetação.

---

<sup>91</sup> Estou ciente de que as falas dessas feministas são afetadas por seus posicionamentos político-partidários, mas não vejo isso como um problema, afinal, faz parte da constituição da subjetividade e da experiência dessas sujeitas. É atuação política feminista, propriamente, que me interessa aqui.

**Imagem 6 - Campanha contra violência de gênero no metrô de Buenos Aires**



**Fonte: Fotografia da autora.**

**Imagem 7 – “Aborto legal en el hospital.” Intervenção assinada por *Las Rojas* em frente à Casa Rosada**



**Fonte: Fotografia da autora.**

Devo ressaltar, também, que observei, na minha imersão, que os coletivos na capital argentina são diversos e também se diferem, em vários aspectos, dos grupos nas *regionais* (ou seja, nas cidades, vilas e comunidades do interior). Dessa forma, admito que a minha pesquisa se refere a um movimento feminista bem particular, predominantemente branco (não por escolha minha, a priori, mas porque foram os grupos que consegui encontrar), classe média, escolarizado e urbano - lugar de confluência com minha aproximação com o movimento feminista. O próprio feminismo urbano e da capital já é muito diverso no seu interior, abrindo meu trabalho a muitos planos. Como essa não é uma pesquisa que vai se encerrar na temporalidade de dois anos de um mestrado, num primeiro momento, estender a outras frentes seria uma árdua tarefa, mas outras faces, como os feminismos urbanos negros ou rurais (indígenas, de campesinas, etc.), ficam no meu horizonte.

Do ponto de vista prático da pesquisa, algumas escolhas tiveram que ser feitas, pois há muita diversidade nos movimentos feministas e as clivagens dentro da minha própria seleção, sem muita familiaridade com coletivos argentinos e chilenos, já iam se multiplicando ao longo dos encontros. Ainda assim, vários grupos com os quais dialoguei são compostos por diversidade de integrantes - negras, lésbicas, de distintas idades e classe sociais. Ao dizer de grupos que não foram centrais à pesquisa, refiro-me a coletivos feministas propriamente negros ou rurais.

Nesse sentido, optei por não diversificar em demasia os coletivos, pois já é de um esforço prodigioso, nesse espaço de tempo, dar conta de algumas das experiências que escolhi, de mulheres urbanas, trabalhadoras, inseridas numa experiência capitalista hegemônica. Ainda assim, destaco que considero as experiências das mulheres com quem conversei também contra-colonizadoras, contra-modernas, pós/de-coloniais, pois não se adequam ou se encaixam, completamente, nas lógicas postas pela Modernidade (Lugones, 2015). Ao mesmo tempo que essas feministas estão no fluxo desse sistema, vivendo vidas que se passam nas engrenagens sociais hegemônicas, elas reivindicam e lutam por uma forma de vida anticapitalista, conforme mostrarei, ao longo dos próximos capítulos.

### **3.1. Pedagogias feministas**

**Natacha**

Encontrei minha primeira interlocutora, Natacha, em uma tarde, na casa comunitária do seu partido, *Nuevo MAS*, onde encontros, assembleias, reuniões e outras atividades das associações filiadas são feitos. Lembro-me de ser um lugar próximo ao congresso do qual eu participava e de ter ido caminhando, com as mãos suando, por ser minha primeira entrevistada. Inicialmente, Natacha recebeu-me com muita simpatia e abertura ao diálogo. Foi uma conversa agradável e surpreendente, ocasião em que aprendi muito sobre o contexto argentino e a política local. A maior parte do nosso diálogo foi sobre os movimentos feministas latino-americanos e sobre o governo Kirchner (tanto de Cristina, quanto de Néstor). Natacha havia morado no Brasil, quando criança, e, ao pedir desculpas pela minha inaptidão linguística, ela sorriu e disse que eu não precisava me preocupar, pois ela entendia bem o *portuñol*.

A opinião de Natacha e, por extensão, do grupo *Las Rojas* (ela sempre falava no plural, de forma a indicar que era um pensamento comum às demais integrantes e elaborado coletivamente), era totalmente contra o governo de Cristina, chegando a dizer que elas não se uniriam em sua defesa, mesmo cientes de que ela sofria *machismo* na mídia, porque era, nas suas palavras, uma “briga entre burgueses” (mídia *versus* o Estado) e que Cristina pertencia à parte mais privilegiada do sistema capitalista. Já no começo, ela me disse: “não vamos sair em defesa de Cristina em nenhum ponto de vista, porque era uma mulher que não lutava, ou seja, era uma mulher de um partido patronal, que defende a burguesia e que também estava contra as mulheres, digamos. Não é porque é mulher, simplesmente, que é feminista.”<sup>92</sup>

É importante ressaltar que, participante de um coletivo associado a um partido socialista, Natacha afirmava, contundentemente, que o objetivo maior delas era o fim do capitalismo, já que é um sistema político que, em suas palavras, “oprime as mulheres e um dos pés que o sustenta é a opressão delas”<sup>93</sup>. Na nossa conversa, Natacha problematizou o fato de que a presidenta Cristina teria, inclusive, se aproveitado do fato de ser mulher para “se vitimizar” e levar vantagens políticas em relação à sua condição. Além disso, que, por ser cristã e extremamente religiosa, a presidenta nunca apoiou o aborto, principal demanda dos movimentos feministas argentinos e, na minha percepção, latino-americanos, no geral. Assim, o governo dela teria sido uma decepção para as feministas do país, percepção que também apareceu na fala de várias outras entrevistadas, conforme abordarei, mais à frente.

---

<sup>92</sup> No vamos a salir a defender a Cristina bajo ningún punto de vista, porque era una mujer que no peleaba, o sea, era una mujer de un partido patronal, que defiende la burguesía y que también estaba en contra de las mujeres, digamos. No es que por ser mujer simplemente sos feminista.

<sup>93</sup> Ainda assim, a luta anti-capitalista mostrou-se central em quase todos os grupos que encontrei, mesmo que os coletivos não estivessem associados a partidos políticos, como *Las Rojas*.

No momento em que me encontrei com Natacha, pensei em reformular minha pergunta, abandonar minha ideia inicial e, até mesmo, desistir da pesquisa. Não foi fácil ver minha questão central cair já na primeira conversa. Sentia-me frustrada com minha ingenuidade em presumir que todas as feministas iriam defender as presidentas pelos ataques de gênero na *mídia de massa patriarcal* (hooks, 2000). Questionava se meu tema era desinteressante aos demais movimentos feministas latino-americanos, com os quais eu desejava tanto constituir laços e contribuir com minha pesquisa. Contudo, nossa conversa, que durou aproximadamente duas horas, havia sido muito interessante, e ela tinha me recebido com tanto afeto e abertura, que pensei que aquele não era um motivo pela qual eu deveria abandonar o que havia me levado até ali, pelo contrário. Assim, persisti na temática inicial e pude observar que as feministas com quem eu conversava estavam, na realidade, me levando à direção que eu mais desejava, qual seja, a uma pesquisa feminista, cuja escuta dos saberes invisibilizados, academicamente, se coloca na centralidade (Fischetti, 2017; Harding, 1987; Fischetti e Alvarado, 2015).

A escuta interessada e entusiasmada do que Natacha tinha para me dizer, que não necessariamente tinha relação com minha pergunta inicial de pesquisa, flexibilizou-me em relação aos meus questionamentos iniciais, abrindo-me a conhecimentos outros, que eu não buscava, a priori. Ao terminar minha pesquisa de campo e as entrevistas nos três países, busquei, no software NVivo (2011), quais foram as trinta palavras mais citadas por todas, e o resultado<sup>94</sup> reforçou que, de fato, o interesse de diálogo, não só das argentinas, mas delas também, não tinha na centralidade as representações midiáticas das presidentas e os estereótipos de gênero na mídia. Assim sendo, assumi, aos poucos, a direção que elas me levavam, de mãos dadas, numa construção feminista coletiva, que apresento nesta dissertação. Compartilho das palavras de Chandra Mohanty (2003), “no final, eu penso e escrevo em conversação com teóricas, professoras e ativistas envolvidas na luta por justiça social”<sup>95</sup> (p.1). No meu caso, em diálogo com ativistas feministas, principalmente.

### **Imagem 8 - Nuvem de palavras mais citadas pelas feministas, nos três países**

---

<sup>94</sup> Também fiz uma busca separada por países, mas considerei que os resultados foram bastante semelhantes e, portanto, apresento uma visão geral dos três - motivo pela qual aparecem mais palavras em castelhano do que em português, já que visitei dois países hispanohablantes.

<sup>95</sup> In the end, I think and write in conversation with scholars, teachers, and activists involved in social justice struggles.



Nesse momento da conversa, começamos a nos aproximar, pois havia, olho no olho, histórias de mulheres com experiências singulares, corporificadas, com nome e sobrenome. Além disso, já nesse início, percebi que a minha dificuldade linguística (por não dominar o castelhano) desarmou-me completamente de um academicismo que eu não desejava, pois quebrou a hierarquia pesquisadora/pesquisada, sujeito/objeto, desorganizando relações de poder comuns às práticas acadêmicas. Porém, ao mostrar minhas fragilidades com a língua, percebi, também, grande acolhimento dela e de tantas outras feministas que entrevistei, pois criava-se uma relação espontânea e de *solidariedade feminista* (Mohanty, 2003) entre mulheres - elas, respeitando e recebendo bem meus limites com o idioma; eu, esforçando-me para me fazer compreendida e compreendê-las, dentro das minhas limitações. Não podia imaginar, lá atrás, com a fala da minha professora de espanhol, que minha inaptidão seria, na realidade, algo favorável para a forma de pesquisa que eu desejava construir.

Em relação às táticas e estratégias de subversão e militância, Natacha contou-me que a principal forma de luta e visibilidade delas era nas ruas (por isso, foi como as encontrei), e as maiores bandeiras atuais eram a legalização do aborto e a oposição ao governo do presidente Mauricio Macri. Darei mais ênfase nessas atuações micropolíticas, mais à frente, juntamente com as contribuições das outras entrevistadas. Enquanto ela contava um pouco do movimento na Argentina, disse que este cresceu muito, nos dois últimos anos (2014 e 2015), e a grande influência foi o movimento *Ni Una Menos*, que, espontaneamente, tornou-se um fio condutor importante das minhas entrevistas, por, recorrentemente, ter sido referenciado, e por ter sido um dos primeiros grupos com os quais também tive contato no Chile. Ela deu muita ênfase na importância desse coletivo de mulheres, pois elas teriam constituído uma bandeira feminista em toda a Argentina. Além disso, conseguiram mobilizar diferentes organizações feministas (várias vezes, ela citava “companheiras kirchneristas”, mostrando essa diversidade, sobretudo política) e mulheres que sequer estão em grupos feministas, para irem às ruas em outubro, na greve nacional que reuniu 70 mil mulheres na Praça de Maio (após o assassinato de Lucía Perez, que já mencionei), e para o crescimento do movimento de mulheres no país, de forma geral. O mais interessante da espontânea menção de Natacha ao *Ni Una Menos* foi que era, justamente, o segundo coletivo que eu teria contato, por meio de Cecília.

---

pasaba mucho con la izquierda que a veces me parecía machista (...) y cuando conocí a Las rojas y al Nuevo MAS fue, bueno, acá es donde son de izquierda y son feministas, “este es mi lugar”. Entré al partido por Las Rojas más que por el socialismo. Y en 2013 empecé a militar en el partido y en Las Rojas. Pero fue bueno eso, entender, primero, que la emancipación de las mujeres se iba a dar en otra sociedad.

## Cecília

Em 15 de dezembro de 2016, entrevistei Cecília, integrante do coletivo *Ni Una Menos*, na mesma tarde que Natacha. Nossa conversa, em seu apartamento, no bairro Palermo, durou aproximadamente uma hora e meia e foi um ponto de vista, ao mesmo tempo, bastante distinto de Natacha, mas com algumas similitudes. O maior contraponto da conversa anterior foi que, ainda que Cecília tenha feito inúmeras críticas ao governo de Cristina (especialmente, também, em relação à pauta do aborto), ela se posicionava na defesa dela enquanto mulher, visto que também estava sendo atacada pelo seu gênero. Ela me contou que o surgimento do coletivo *Ni Una Menos* estava, inclusive, diretamente ligado aos ataques midiáticos à Cristina, pois um grupo de intelectuais feministas (jornalistas e escritoras, principalmente) começou a reunir-se, semanalmente, para ler poemas e discutir textos que tocavam na temática do feminicídio, como (nas palavras dela) “uma chave para entender toda uma cadeia de violências”. Nesse sentido, segundo ela, as violências simbólicas, como as que Cristina teria sofrido, faziam parte dessa cadeia mais ampla de violências. Com o tempo, as pautas foram se diversificando e elas sentiram necessidade de ações mais práticas, que constituem hoje, mais fortemente, a atuação do grupo.

Enquanto eu saí da primeira entrevista, com Natacha, questionando se a temática da minha pesquisa condizia com as pautas das feministas argentinas, Cecília mostrou-me que a discussão em torno do sexismo e da misoginia na mídia, em relação a mulheres em cargos de poder, tinha, sim, importância para elas - mostrando, novamente, a diversidade dos movimentos num mesmo contexto territorial, político-cultural. Assim, ao contrário de Natacha, Cecília falou-me muito sobre o sexismo no governo da presidenta Cristina e de como isso era algo que mexia fortemente com elas, pois dizia do papel social que se espera da mulher.

Ao mesmo tempo, as duas entrevistas traziam formas insurgentes de resistência que não passavam pela política formal, o que detalharei melhor à frente, onde apresento *polícias feministas* e busco destacar as dimensões do pensamento ativista na construção de conceitos/formas de ação de comunicação e poder. Contudo, ainda que as entrevistas tenham apontado essa diferença, assim como *Las Rojas*, a pauta atual principal do *Ni Una Menos* também é contra o governo Macri, que Cecília comparou bastante com o do presidente Michel Temer, no Brasil. Ela me disse que tudo que elas conquistaram até agora, com muita

luta, estava em risco, visto que a situação era complicada, e que elas estavam preparando uma segunda greve geral, no dia 8 de março de 2017, contra, principalmente, essa virada política conservadora.

Outra diferença da conversa anterior foi que Cecília era fluente em português, pois havia feito doutorado em literatura no Brasil e, portanto, pediu-me para que a entrevista fosse nessa língua. Assim, não tive aproximação com ela pelo meu bloqueio com o idioma, como com Natacha, mas nossa proximidade se deu, sobretudo, pelo fato de Cecília conhecer muito do contexto político brasileiro e, igualmente, ter muito interesse nele. Assim, em vários momentos, ela assinalava diferenças e semelhanças entre os países, de forma a se fazer compreendida. Quando ela ia contar alguma experiência argentina, me situava numa perspectiva comparativa ao Brasil. Nesse sentido, o tempo todo, eu sentia como se estivesse conversando com alguém bastante próxima, sobre questões que fazem parte também da minha própria realidade.

Em momento algum, tive dificuldade de entender o que ela dizia, como aconteceu, em alguns instantes, com Natacha, pelas implicações linguísticas. Da mesma forma, a pesquisa tomou um rumo de simetria, princípio essencial à etnografia feminista (Castañeda, 2012, 2008; Schrock, 2013), pois ela também me perguntava, com bastante interesse, sobre o Brasil. Quando ela me contava da greve geral de mulheres na Argentina, por exemplo, questionava-me se nós também havíamos feito no Brasil e como tinha sido. Assim, ao invés de pesquisadora distanciada, ela me tratava como uma feminista representante do movimento no meu país. Nossa conversa foi muito agradável (Cecília era extremamente divertida e espontânea, o que facilitava muito a relação) e, da mesma forma que ocorreu com Natacha, em momento algum eu precisei olhar minhas perguntas ou me amparar em protocolos acadêmicos (talvez, só o uso de gravador, pois considere importante para poder revisar as conversas). Eu estava muito mais interessada na interação natural e no rumo que a conversa tomava, num processo de mútua-afetação, próprio do fenômeno comunicacional.

Ao perguntar sobre a trajetória dela enquanto feminista, Cecília contou-me que não partiu da sua família, que era muito conservadora, mas de sua paixão pela literatura e pela conseqüente leitura obstinada sobre temáticas de gênero. Ainda assim, ela reafirmou que a experiência, enquanto mulher, era muito mais importante do que ter uma faculdade, por exemplo. Ela disse:

Pela minha experiência, não é preciso fazer faculdade, sabe? É só questão de sensibilidade e senso de justiça. Porque você vai trabalhar e já vê que ganha menos que os homens e já fica puta. A família, que faz te lavar a louça e o irmão não. Assim,

os privilégios são muito evidentes para qualquer um. Então, na verdade, as leituras aprofundaram e complexificaram, mas a ideia continua sendo a mesma, que é *igualdade, justiça e direito à felicidade*. (Cecília, grifo meu).

Nesse sentido, ela enfatizou algo que se mostrou essencial na minha pesquisa: saberes e formas de resistência subversivas de ativistas feministas - ainda que algumas também estejam envolvidas no âmbito acadêmico, como Cecília - vêm, sobretudo, da experiência. Enquanto mulheres, em uma sociedade patriarcal e sexista, vivemos na pele a opressão e os enfrentamentos de gênero. Tanto é que, mesmo que em situações de privilégio, como Natacha colocou a presidenta Cristina, isso ocorre. Não há escapatória e, portanto, a luta instaura-se nos corpos e em estratégias diárias de resistência. As próprias presidentas, em distintas situações, já se manifestaram, publicamente<sup>97</sup>, sobre as *violências simbólicas*<sup>98</sup> de gênero que sofreram em seus mandatos. Obviamente, é preciso lembrar que cada experiência é atravessada por outras questões como raça, classe social, orientação sexual, etc. Conforme Mohanty (2003), Espinosa-Miñoso (2014) e outras teóricas pós/de-coloniais, não se pode generalizar a experiência de mulheres como unívoca, dada apenas pelo gênero. Assim, os conhecimentos das ativistas feministas, que são mulheres que experienciam violência diariamente, mas que também refletem conscientemente e estrategicamente sobre essas questões, de forma a produzir conhecimentos e resistência a essas realidades constitui uma forma de saberes importantes para a discussão de gênero também na academia. Retomando, brevemente, à discussão posta no Capítulo 2, conforme Spivak (1999) a questão dos cânones intelectuais é, sobretudo, política, pois estabelece quem são as autoridades asseguradas a falar. Como a autora diz, os cânones são, ao mesmo tempo, uma condição para as instituições e o efeito delas. Nesse sentido, colocar as experiências ativistas na centralidade da discussão feminista e de gênero é uma forma de tentar transformar o que Spivak (1999) chama da “velha academia”.

Dada essa situação estrutural, ou seja, a realidade do *biopoder*, conforme Foucault (1989), as táticas feministas de resistência estão num labor de inventar a vida, de fazer os laços de solidariedade entre mulheres acontecerem. Além disso, há também uma luta por afirmar essas formas de vida em um entorno hostil, violento, que mata, que não quer que essa forma de vida exista - neste sentido, retomo à fala inicial do congresso sobre o uso de termos

---

<sup>97</sup> Conforme entrevistas dadas pelas próprias presidentas: Dilma, no *The Washington Post* (Weymouth, 2015), Cristina, no *Minuto Uno* (2017) e Michelle, em *La Tercera* (O’Shea e Trujillo, 2017). Cristina, inclusive, menciona que *Clarín*, o jornal de maior circulação da Argentina, assumiu que fez “jornalismo de guerra” contra ela.

<sup>98</sup> Violência simbólica de gênero é um termo utilizado pelas entrevistadas.

como *feminazi* para tratar das feministas. Todas as minhas entrevistadas na Argentina comentaram sobre a forma como a sociedade (e a mídia, em consequência) estereotipa mulheres feministas, militantes. Um terceiro tipo de batalha consiste, mais propriamente, em ir para as ruas, fazer passeatas, lutar por visibilidade e, também, por direitos nas esferas públicas e, por vezes, nas arenas institucionais - isto é, lutar, do ponto de vista das instituições, de direito mesmo no sentido jurídico do termo, como é o caso da luta pela legalização do aborto. Dessa forma, posteriormente, dedico as análises a essas práticas de produção de conhecimento, em que as pessoas importam, o sensível importa, e, nesse sentido, a força subversiva das estratégias está justamente em promover bem-estar das mulheres, promover geração de grupo de de emancipação, enquanto a estratégia é feita mesmo, na própria tessitura.

Apresentei as histórias de Natacha e Cecília, nesse eixo analítico, pois foram as únicas mulheres feministas na Argentina com os quais conversei pessoalmente, tendo uma dimensão mais sensível da trajetórias delas.<sup>99</sup> Além de *Las Rojas* e *Ni Una Menos*, e conversas mais informais com feministas argentinas, outros grupo que contribuiu para minha pesquisa foi *Las Piqueteras*<sup>100</sup>. Mesmo que eu tenha feito poucas entrevistas<sup>101</sup>, após minha visita a Buenos Aires, um material empírico imenso estava em minhas mãos. As duas entrevistas, de quase duas horas cada, foram transcritas em um pouco mais de 60 páginas. Além disso, tinha um material que Natacha me deu (panfletos, jornais, etc.); fotografias; anotações de campo, com todas as dificuldades e conquistas durante a viagem; conversas informais com outras feministas e moradoras de Buenos Aires; palestras, discussões e mesas do congresso; enfim, uma vivência feminista curta (temporalmente), mas intensa e rica.

---

<sup>99</sup> Também tive o azar de, por ser dezembro, não conseguir participar de nenhuma marcha ou reunião presencial. Tinha a intenção de voltar à Argentina, em 2017, mas não foi possível, por questões logísticas, financeiras e de tempo.

<sup>100</sup> Segundo a entrevistada Natalia, a *Agrupación de Mujeres en lucha Las Piqueteras* é um coletivo de mulheres que surgiu em 2009, em resposta à luta de estudantes secundaristas que lutavam contra o governo de direita e em Buenos Aires e se reivindicavam socialistas. O grupo nasceu com o nome de Las Piqueteras porque, segundo ela, foi a demonstração máxima do país em relação à luta das mulheres. Assim, o coletivo foi inspirado na luta das *Piqueteras* que ocorreu em 2001 e 2002.

<sup>101</sup> Ainda assim, conversei com muitas mulheres que estavam no congresso, que conheci na viagem e mesmo *online*, como disse. Também acompanhei, ao longo dos últimos anos, postagens e ações dos coletivos que conheci, no Facebook. Não cheguei a fazer uma sistematização do material captado *online*, pois não era meu foco metodológico, mas contribuiu para minha compreensão geral e subjetiva desses grupos e dos movimentos feministas com os quais estive em contato. Além disso, o olhar para as materialidades produzidas no contexto virtual colocou-se como uma opção metodológica para estudos futuros. Há uma tradição de estudos de gênero, com foco em compreender, por exemplo, diásporas e processos migratórios, que já vem utilizando *etnografias virtuais* (Hine, 2000).

### 3.2. Mídia e visibilidade, pelas feministas

Nesse eixo analítico, congrego o olhar das próprias ativistas para a mídia, que apareceu, sobretudo, por causa dos questionamentos que, inicialmente, levei, bem como as formas de visibilidade que, em contraponto, têm sido construídas pela ação feminista. Em relação ao olhar para a mídia, o pensamento das feministas, nos três países, contribuiu para reforçar a percepção de um esgarçamento na mídia em relação às imagens dessas mulheres na presidência. Ainda que a questão da representação midiática das presidentas não tenha sido tão central às entrevistas<sup>102</sup>, como, primeiramente, eu desejava, outras discussões em torno da importância da mídia de massa em reforçar noções culturais *patriarcais, imperialistas, branco-supremacistas e capitalistas* (hooks, 2003) nas sociedades latino-americanas mostraram-se presentes na pesquisa de campo nos três países, cada qual com suas especificidades.

Cinco dimensões, portanto, compõem essa seção: 1) O olhar das ativistas, especificamente, para as representações midiáticas das presidentas, sobretudo a partir de comentários em relação às capas de revista que levei para estabelecer diálogo com elas; 2) O olhar delas para como a mídia representa mulheres outras, especialmente as próprias militantes feministas; 3) Uma crítica aos meios de comunicação de massa, enquanto detentores de poder a serviço da manutenção do *patriarcado capitalista* (Mohanty, 2003); 4) Formas insurgentes contra-hegemônicas de comunicação feminista em resistência à mídia patriarcal; 5) Formas de visibilidade experienciadas e desejadas pelas feministas como adequadas às ações e aos movimentos feministas. Apresento essas dimensões, a seguir, ressaltando que todas estão, de alguma forma, interligadas e, por isso, não aparecem de forma linear, mas se interconectam ao longo dessa seção.

Em relação à primeira dimensão, como disse, minhas entrevistadas realizaram análises diferentes em relação à forma como a mídia utilizou-se de elementos de gênero para depreciar a imagem das presidentas. Enquanto Natacha, do coletivo *Las Rojas*, me disse que elas não entraram (e não entrariam) em defesa de Cristina, porque a presidenta também está inserida num núcleo de privilégios no sistema capitalista; Natalia, do grupo *Las Piqueteras*, posicionou-se mais na defesa da presidenta, já que, para elas, a mídia comportou-se de forma *machista* e patriarcal em relação a ela; Cecília, do *Ni Una Menos*, por sua vez, contou que a

---

<sup>102</sup> No software NVivo (2011), onde separei trechos do material empírico por *nós* (sendo cada *nó* referente ao que nomeio de *eixo analítico*), o olhar das feministas para a mídia apresentou menos de 20% do total das conversas.

criação do seu grupo foi motivada, justamente, por um desejo de criticar e discutir a violência contra as mulheres na mídia, inclusive contra Cristina. Contudo, ainda que algumas feministas entrassem na defesa da presidenta, elas ressaltavam, a todo instante, que era pelo fato de ela ser mulher e ter sofrido misoginia e sexismo no seu governo, não pelas suas escolhas como política, como relatarei mais à frente.

Cecília me disse que o fenômeno do feminicídio (ou seja, crimes contra mulheres, motivados pelo gênero), iniciou-se com a humanidade, mas que, em 2015, havia tido um grande crescimento na Argentina (aumento também pontuado por Natacha) e que, diante desse cenário, um grupo de mulheres intelectuais se reuniu para discuti-lo e tentar compreendê-lo, formando, assim, o coletivo *Ni Una Menos*, que, depois, tornou-se uma bandeira (*consigna*) apropriada por vários outros grupos, conforme ela, Natacha, Natalia e várias outras feministas com as quais conversei me relataram<sup>103</sup>. Como já antecipei, Cecília associava o aumento dos feminicídios como o ápice de uma *cadeia estrutural* que se inicia com *violências simbólicas* (que naturalizam a misoginia e o sexismo na sociedade), como aconteceu com a presidenta. Contudo, como disse, ela afirmava que a intenção do grupo não era defender a presidenta enquanto política, mas enquanto mulher.

Nos ataques contra Cristina, atacavam todas as mulheres, e aí nasceu o grupo. Nasceu como uma coisa de defesa das mulheres, não ligada ao partido do governo, não ligada a nenhum partido, na verdade. Tem ativistas que participam de alguns partidos, mas o grupo, não. (...) *Não é uma coisa de proteger a presidenta, mas nasceu no negócio de nós protegermos nós.* (Cecília, grifo meu).

Na sua fala, a ativista aponta para o senso de coletividade do grupo na luta pela proteção entre mulheres, bem como para o que penso ter algum parentesco, em termos acadêmicos, com uma *política de solidariedade feminista* (Mohanty, 2003), em relação a mulheres em situações distintas de violência, independente do nível hierárquico social, como, no caso da presidenta Cristina, a mulher no cargo de maior importância política do país. Além disso, Cecília foi uma das poucas entrevistadas que deu bastante ênfase à questão dos estereótipos de gênero que perpassaram as representações midiáticas da presidenta, numa perspectiva que condiz com o que, primeiramente, eu desejava observar.

Ao convergir com pesquisas acadêmicas que mostrei no Capítulo 1, o pensamento de Cecília destaca como a mídia utilizou de questões da aparência física e de características pessoais para desqualificar a presidenta. Segundo ela, os veículos tradicionais argentinos

---

<sup>103</sup> Até mesmo no Brasil, essa bandeira chegou, na tradução “nenhuma a menos”, conforme apareceu no manifesto que o grupo brasileiro *Pão e Rosas* me apresentou.

atuaram com a intenção de promover um golpe institucional no governo de Cristina, fazendo referência ao que aconteceu no Brasil, com a presidenta Dilma. Nas suas palavras, “(...) Clarín e La Nación<sup>104</sup>, que é a mídia opositora ao governo Kirchner, foi uma mídia golpista, foram quem fizeram todos os intentos de golpe. Um dos intentos foi a onda de misoginia.” Além disso, novamente, ela reforçou a ideia de que críticas misóginas em relação à Cristina estendiam-se a todas as mulheres, já que estavam sustentadas pelo seu gênero.

Criticavam como ela se vestia, como ela falava, o cabelo dela, a maquiagem, o estilo pessoal dela, e não as políticas concretas. (...) *No ataque contra ela, atacavam as mulheres, em geral.* Porque não conseguiam atacar ela por questões políticas mesmo, como fariam com um homem, por exemplo. E acho que nessa ideia de atacar ela, caímos todas. *Porque quando você fala insultos misóginos, você está falando contra as mulheres em geral, não contra a pessoa só.* (Cecília, grifos meus).

Alguns dos estereótipos que ela pontuou, além da aparência física, foi da mulher enquanto *louca e bruxa* (esse segundo, explicarei, mais à frente). Para a compreensão desse fenômeno, Cecília sugeriu-me a leitura de uma entrevista da pesquisadora brasileira Suely Rolnik, sobre sessões micropolíticas que envolvem a mídia no Brasil atual. Na interpretação da ativista Cecília, a pesquisadora Rolnik mostra como “a mídia hegemônica cria um mundo paralelo da verdade”, em que, por exemplo, “Dilma seria corrupta e Lula seria assassino, mesmo sem apresentar provas concretas desses fatos.” Em suas palavras, ela estabelece o comparativo com o caso da Argentina, a partir da leitura desse texto citado:

Aqui também, [dizem] que Cristina é a louca, (...) que eles queriam proibir a Frente Para a Vitória, como eles querem proibir o PT, no Brasil. Assim, com argumentos loucos, e, milagrosamente, por exemplo, a presa política mais famosa é também uma vítima da mídia, o que é uma loucura. Falam que ela roubou trinta milhões de dólares, não tem prova nenhuma. Imagina que se você rouba trinta milhões, vai ter provas. (Cecília).

Natalia, da agrupação de mulheres *Las Piqueteras*, acrescentou que a mídia se utilizou do fato de Cristina ser mulher para patologizar suas decisões políticas, colocando-a como louca, instável e irracional. Nesse sentido, ela comenta que as capas de revista que levei tinham clara intenção de associar mulheres na presidência enquanto incapazes de fazer política, “por seus corpos e mentes de mulheres”<sup>105</sup>. Nas suas palavras: “Por um lado como se, por gozar, ficar com raiva ou não ser magra, não se possa fazer política. Por outro lado, como se, por ser mulher, as decisões fossem menos racionais, e mais animais e passionais.”<sup>106</sup> Assim, Natalia traz para o centro da discussão a ideia de que tais narrativas midiáticas reforçam o binarismo

---

<sup>104</sup> La Nación é um dos principais jornais diário argentino, de circulação nacional, com sede em Buenos Aires.

<sup>105</sup> Por sus cuerpos y mentes de mujeres.

<sup>106</sup> Por un lado como si por gozar, enojarse o no ser delgada no se pueda hacer política. Por otro lado como si por ser mujer las decisiones fuesen menos racionales y más animales y pasionales.

colonial de gênero, ou seja, a imagem da mulher como inferior ao homem, incapaz de exercer determinadas atividades, por suas características “naturais”, como a “irracionalidade”. Retomando à discussão do Capítulo 2, sobre o sujeito iluminista racional, McLaren (2016) formula uma elaboração que condiz com a essa discussão: “a hipótese de um sujeito racional universal sempre significou a exclusão da mulher, porque historicamente a mulher tem sido associada a emoções e ao corpo” (p. 101). Dessa forma, as representações da mulher como irracional e instável, mencionadas pela ativista Natalia, contribuem para hierarquizar, segundo o gênero, e marginalizar o lugar das mulheres na política. Além disso, conforme a pesquisadora decolonial Maria Lugones (2015), a própria ideia de hierarquia constitui a colonialidade, devido à “relação íntima com a violência” (p. 947), afinal, “a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade” (p. 935).

Uma segunda dimensão, nas entrevistas, foi a análise das feministas de como que a mídia representa mulheres que sofreram feminicídios e as próprias mulheres do movimento feminista. Uma terceira dimensão, que vai ao encontro com as duas primeiras apresentadas, foi uma visão dos meios de comunicação enquanto parte de grandes redes de poder nessas sociedades. Cecília disse, de forma bastante contundente, “a mídia não é um reflexo da sociedade, a mídia é o que os grupos de poder querem fazer da sociedade”, ou seja, a mídia atua na manutenção de certos grupos privilegiados dentro do sistema capitalista patriarcal. Tanto Cecília quanto Natalia analisaram que a mídia argentina, em determinado momento, fazia forte ataque às mulheres, culpabilizando-as por casos de feminicídio, num sentido conservador que questionava, por exemplo, quais roupas as vítimas usavam, o que estavam fazendo, porque estavam nas ruas à noite, ou seja, as causalidades dos crimes centradas nas formas de vidas das mulheres. Segundo Cecília, após muita pressão dos movimentos feministas, que criticavam, fortemente, essas formas de representação, houve uma virada midiática de, em suas palavras, *re-vitimização* das mulheres assassinadas, no sentido oposto, de recusar uma agência das sujeitas, “negando o caráter de sujeitos de desejo das mulheres e, portanto, sujeitos de direito”, como disse ela.

Então [era] como se nós mulheres fossemos só passivas, receptoras da sociedade, do patriarcado, ou do que for. E a mídia tomando a representação das mulheres, mas num tom que a gente não gosta, que continua a vitimização, perpetua até, faz com que a gente não poderia se manifestar, não poderíamos fazer nada, só ficar no lugar de vítimas. E daí não tem como sair, ficamos num lugar paralisante, político, anti-luta, e outros estereótipos femininos. A puta, a santa. Então passamos das putas para as santas. As pobres, as coitadinhas. Aí a gente também começou intervenções e ainda estamos brigando com isso, né? Porque a mídia quer mostrar que o Ni Una Menos é uma moda e quer negar as questões políticas que a gente está falando. (Cecília)

Nesse sentido, da mesma forma que Cecília indica o poder hegemônico da mídia, ao manipular discursos e construir representações estereotipadas, da mulher “puta”, “santa” ou “coitadinha”, a ativista aponta o caráter relacional e de mútua-afetação dos meios, que, a partir da crítica dos movimentos feministas, modificou seu discurso central, ainda que, na sua leitura, também de forma estereotipada e negativa para elas, reproduzindo e não modificando estruturas de poder. Assim, ela elabora uma visão dinâmica dos meios (afetados, também, pela recepção feminista), mas sem tirar da centralidade o poder de reprodução das estruturas midiáticas na construção e manutenção de representações sociais hegemônicas. Afinal, segundo ela, essa mudança de discurso só foi possível dada a pressão do movimento. Nesse sentido, ela sugere a possibilidade de resistência e luta, mesmo diante de situações de opressão e dominação das estruturas midiáticas. Por fim, ela, assim como outras entrevistadas, apontou, fortemente, o caráter mercadológico da mídia tradicional, que atua a favor de grupos empresários com bastante poder e capital. Dessa maneira, para ela, essa mudança de discurso é, também, uma estratégia mercadológica desses grupos, e não em respeito às demandas feministas.

Em outra dimensão do pensamento sobre a mídia, as entrevistadas também apontaram para a forma como elas, enquanto feministas e ativistas, eram retratadas, midiaticamente. Nesse sentido, os meios tradicionais ora invisibilizavam suas pautas e lutas, ora criticavam as formas de atuação política delas. Natalia conta que, da mesma forma que a mídia atacava mulheres vítimas de feminicídios, sempre golpeou mulheres feministas militantes, estigmatizando-as. Natacha atentou para a invisibilização do movimento feminista na mídia: “bom, os meios escolhem mostrar a mulher vítima. Lucía morta. Não mostram todas as mulheres que estão lutando”<sup>107</sup>. Natacha contou que a mídia argentina ignorava muitas das ações políticas das feministas nas ruas, o que não foi possível na greve geral, em 2015, já que seria impossível desconsiderar 70 mil mulheres em uma praça. Assim, o movimento se fez presente nos veículos midiáticos, tamanha era sua presença no espaço público.

Natacha relatou, por exemplo, que, sempre que voltava de uma manifestação, contava para sua mãe que havia sido enorme, e ela respondia “mas não saiu em lugar algum”<sup>108</sup>, ou seja, em nenhum veículo midiático tradicional. Ela respondia, “bom, as vezes os meios não

---

<sup>107</sup> Bueno, los medios aparte eligen mostrar a la mujer víctima. A Lucía muerta. Y no muestran a todas las mujeres que están luchando.

<sup>108</sup> Pero sí no salió en ningún lado.

quiseram mostrar,<sup>109</sup> de forma a apontar para essa invisibilização das pautas feministas nesses espaços. Igualmente, ela contou que vários jornalistas enquadraram as marchas das mulheres como algo *apolítico*. A partir disso, ela ironizou: “Por que, então, estamos na Plaza de Mayo? Por que é linda? Não.”<sup>110</sup> Ela acrescentou: “Todas as mulheres que estavam ali, se as escutava, eram contra Macri. A greve foi contra Macri. Não houve dúvida. Ainda que alguns meios quiseram mostrar de outra maneira, tampouco puderam.”<sup>111</sup> Nesse sentido, ela deu destaque para a escolha das manifestações serem sempre na *Plaza de Mayo*, que é o centro político de Buenos Aires, onde se localiza a sede do poder executivo e que, historicamente, se tornou o palco de manifestações de diversos movimentos sociais importantíssimos da Argentina. A ativista Cecília contou, igualmente, que o discurso dominante dos principais veículos argentinos, *La Nación* e *Clarín*, era de mostrar o movimento feminista como apolítico e uma “questão de moda, uma questão frívola”, nas suas palavras. Além disso, ela relatou que, após essa notável greve de mulheres, o jornal *Clarín* fez uma matéria contando a história de um homem que havia participado da marcha, pois, desde criança, havia sofrido muito vendo a violência do pai com a mãe. Assim, ela criticou o jornal, que retirou o protagonismo de mais de 70 mil mulheres que estavam nas ruas.

Outra maneira que a mídia têm caracterizado o movimento feminista, apontada pelas entrevistadas, é como um grupo de vândalas. Cecília colocou essa situação de forma bem crítica: “Eles falavam ‘ah, as mulheres vandalizam a cidade!’ Bom, e nós falávamos ‘e os homens vandalizam os nossos corpos!’”. De forma semelhante, Natacha expressou sua indignação a essa representação delas, pois, como ela disse, não dá para comparar uma pintura em um monumento às formas de violência tão brutais que as meninas e mulheres sofrem na Argentina. Ela mencionou que, na greve geral, os jornalistas enfatizaram o fato de que o *Cabildo*, um prédio histórico, localizado na *Plaza de Mayo*, havia sido pintado de aerosol, atacando, fortemente, as feministas. Em suas palavras: “Empalaram uma menina e não colocam nada, mas horrorizam porque pintaram o Cabildo! Ou seja, sim, tem que quebrar tudo, porque todos os dias mulheres morrem e não acontece nada.”<sup>112</sup>

Ressalto que, durante a colonização espanhola, funcionava, no *Cabildo*, a *Real Audiencia de Buenos Aires*, ou seja, um espaço em que se executavam as audiências públicas,

---

<sup>109</sup> Bueno, los medios a veces no la quieren mostrar.

<sup>110</sup> ¿Por qué [entonces] estamos en Plaza de Mayo?, ¿porque es linda? No.

<sup>111</sup> Todas las mujeres que estaban ahí, vos las escuchabas y era contra Macri. El paro fue contra Macri. Y no hubo duda. Y aunque algunos medios lo quisieron mostrar de otra manera, tampoco pudieron.

<sup>112</sup> Empalaron una piba y vos no ponés nada. Y te horrorizás porque pintarrajear el Cabildo! O sea, sí, tienen que romper todo, porque todos los días se mueren mujeres y no pasa nada.

entre a coroa e os cidadãos. Durante o processo de independência do país, inclusive, o monumento foi um local de marcante luta política do povo argentino. Assim, é importante enfatizar o sentido de pintar o *Cabildo* e do “quebrar tudo”, no contexto atual, pelas ativistas feministas. Afinal, não há canais de conversação/negociação com o Estado e, portanto, pintá-lo é reivindicar um lugar de fala, um parlatório, ou denunciar que esse lugar (de audiência) não mais existe, a não ser numa memória histórica, de um tempo que não existe mais e que, quando existia, era hostil às mulheres. É, dessa maneira, um símbolo do sistema colonial, mas também de resistência a ele.

Retomando às representações de mulheres vítimas de feminicídio, Cecília também problematizou o caráter disciplinador dos meios de comunicação, que se lançavam numa direção discursiva conservadora que, nas suas palavras, queria dizer: “fica em casa, a rua está muito perigosa para as mulheres e a mulher que sai de casa morre”. Faço uma associação com a ideia de Foucault (2008), de que “a disciplina fixa; ela imobiliza ou regulamenta os movimentos” (p. 181), “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (p. 119). Nesse sentido, as atuações feministas contra essa docilidade e passividade revelam um potencial subversivo às normas de dominação impostas a elas. Segundo Cecília, “como o feminicídio tem muita imprensa, porque também a mídia e a sociedade usam isso para disciplinar as mulheres, começamos a tomar esse tema e dar a volta a ele”. Assim, ela narra que, jornalistas e escritoras, algumas participantes do *Ni Una Menos*, começaram a escrever sobre essa temática nas redes sociais e narrou que elas sempre se reúnem e escrevem textos que têm bastante circulação. Da mesma forma, ela relatou que até chegou a escrever, regularmente, para o jornal *Clarín*, fazendo propaganda anti-conservadora, mas que, em determinado momento, “eles se ligaram” e, assim, ela deixou de escrever lá. Conforme McLaren (2016), “essa estratégia de usar o poder para resistir ao poder faz parte de exemplos de resistência feminina ao poder patriarcal” (p. 72).

Ainda que essa tenha sido uma forma de atuação feminista resistente dentro das próprias instâncias hegemônicas de poder, Cecília e Natacha ressaltaram que a saída a essa situação estrutural não se daria pelos meios de comunicação tradicionais, mas por via de mídias alternativas. Ao mesmo tempo, Cecília expôs que, se transformados, os meios de comunicação massa poderiam, sim, ter um papel importante na mudança social, mais do que a própria política formal. Ela me contou sobre a instauração, na Argentina, de uma lei que criminalizava o assédio nas ruas, e que, a seu ver, nada resolveria, afinal, após o assédio já ter sido cometido, de nada adiantaria cobrar uma pena ínfima ao assediador. Para ela, “tem que

mudar as bases. É como se tivesse uma ferida forte e colocasse um *bandaid*.” Assim, ela enfatizou que era preciso uma mudança discursiva na televisão e na mídia, no geral. Cecília disse: “com educação e informação correta na mídia, poderia mudar muito mais coisa, do que simplesmente fazermos as leis [como essa], que, finalmente, não fazem nenhuma diferença.” Nesse sentido, ela apontou para uma perspectiva otimista da função pedagógica da mídia tradicional, que contrariou, logo em seguida. Quando a perguntei sobre formas de fazer um jornalismo mais humanizado em relação às mulheres, ela ressaltou o fato de que os meios de comunicação fazem parte de um negócio, a favor de determinados grupos sociais privilegiados no sistema capitalista. Dessa maneira, sua resposta, sobre possibilidades de mudança, foi:

Na mídia *mainstream* não vai ser, porque eles estão trabalhando para uma concentração de capital, então eles têm um objetivo muito claro, que não é só humilhar as mulheres, eles estão fazendo um negócio. Então eles vão baixar a linha que precisam para fazer o negócio que eles tem que fazer. A mídia está trabalhando para os grupos de empresários, para os grupos que estão no governo, para as igrejas que estão no governo, que no caso da gente é a Igreja Católica. (Cecília).

Nesse sentido, é possível observar que a visão sobre a mídia, de acordo com algumas feministas com quem conversei, foi ambivalente, ou seja, ao mesmo tempo que propunham mudanças nos formatos tradicionais, negavam uma possibilidade de transformação dentro dessas estruturas de poder, advogando por mídias alternativas ou outras formas resistentes contra a *mídia de massa patriarcal* (hooks, 2003). Cecília, por exemplo, contou sobre a potência das mídias feministas alternativas na América Latina, que estão crescendo, segundo ela. Natalia também apontou para a necessidade de mídias alternativas que levassem em consideração a linguagem utilizada, ao contrário da forma como os meios tradicionais instituem um discurso neutro. Assim, ela disse que é preciso uma linguagem que inclua, por exemplo, o uso das letras “e” ou “x” - substituindo “todos” por “todes” ou “todxs” - ou seja, de maneira que seja uma linguagem feminista e que leve em consideração a diversidade sexual. Nesse sentido, Natacha também enfatizou o poder das redes sociais como formas de divulgação de material contra mídias hegemônicas.

Por fim, Cecília contou-me um episódio de intervenção artística e política do *Ni Una Menos*, feito após uma capa sexista da revista *Notícias de la Semana*, muito interessante para pensar tanto sobre a tática criativa resistente do grupo às estruturas de poder, quanto a questão das representações midiáticas em torno da presidenta Cristina em si, unificando meus interesses de pesquisa. Cecília relatou que, enquanto as integrantes do coletivo estavam lendo

um livro chamado *Caliban y la bruja*, de uma teórica feminista italiana chamada Silvia Federici, a Revista *Noticias de la Semana*<sup>113</sup> lançou uma edição com Cristina representada como uma *bruja*, crucificada, num contexto em que Macri acabara de ser eleito.

[A capa] é ela, vestida de bruxa medieval, queimada na fogueira, e todos os homens do governo vestidos tipo de monges medievais, com uns capuzes pretos, e Macri no centro, falando “el pacto para que nunca vuelva” e atrás ela sendo queimada na fogueira. A gente ficou puta! E aí fizemos uma ação, resolvemos fazer um escracho na redação da Notícias, que é uma editora muito grande chamada Perfil. (Cecília).

Nesse momento, dada a coincidente leitura sobre o tema da caça às bruxas, Cecília e suas companheiras do *Ni Una Menos* indignaram-se com a situação e convocaram mulheres argentinas, pelas redes sociais, para irem à redação da revista protestar contra a capa. Contudo, ela conta que era 26 de dezembro, próximo às festas de final de ano, então, a ideia não vingou muito. Quando elas chegaram à redação, eram em torno de 30 mulheres, mas havia, discrepantemente, em torno de 300 policiais que as esperavam.

Claro que ninguém iria. Mas a gente super empolgou e começamos a convocar imprensa, a mídia, o Facebook. (...) Chegamos lá e tinha mais policiais que ativistas. Os policiais tinham se instalado todos ao redor da Perfil, com sei lá quantos carros de polícia, ônibus de policial, sei lá quem que eles pensavam em levar presos. (...) Nós vestidas de bruxas, eles tiveram que ir embora, porque estava uma vergonha mesmo. A gente fez um ritual, jogamos uns ovos e fomos embora. Tinham muitos jornalistas e muitos policiais. Não tinha ninguém. (Risos). Claro, porque a gente chama e vão 200 mil pessoas, dessa vez a gente chamou e foram trinta, né? (Cecília).

Assim, muito inspirada pela leitura que ela menciona, ela faz uma instigante e provocativa associação da capa de revista, que retrata uma mulher como *bruja*, com o sistema capitalista. Ela diz: “era tão evidente, que vêm os homens tirando o dinheiro de nós, o dinheiro do Estado, porque as propriedades comuns são o Estado. Não temos terras mais como naquela época, então, tem que queimar as bruxas, que *somos nós*” (grifo meu). Segundo Cecília, o livro retrata a caça às bruxas no século XIII e XIV, na Europa. Ela disse que Silvia explica que, ao estudar a história das bruxas, é possível compreender como o capitalismo, a medicina moderna e a Igreja se constituíram ao tirar o poder das bruxas, queimando-as. Assim, nesse contexto, surgiram leis que proibiam mulheres de terem propriedades, de trabalharem, enfim, iniciou-se todo aparato de repressão às mulheres da época, porque eram médicas - segundo ela, a medicina alopática era a própria negação da medicina química. Cecília estabelece, então, a relação dessa leitura com a ação política delas:

---

<sup>113</sup> *Noticias de la Semana* (também chamada apenas por Revista *Noticias*) é uma revista argentina de circulação semanal, pertencente ao grupo editorial Perfil. Segundo as feministas que entrevistei, os temas, em sua maioria relativos à política, são tratados de forma sensacionalista.

Então, nós estávamos muito ligadas com o que significava a queima de bruxas, que era um processo de concentração de capital, porque foi assim que se lançou o capitalismo, concentrando capital na burguesia e acumulação originária. (...) Nesses processos de acumulação de capital, que se dão as crises do capitalismo. O neoliberalismo é uma volta dessas coisas. (Cecília).

Ainda que a ação do coletivo *Ni Una Menos* não tenha sido grande, em termos de participantes, Cecília afirma que foi uma das melhores intervenções que elas já fizeram, dado o caráter criativo, político, que imprimia uma série de reflexões que elas já vinham fazendo em torno do tema da caça às bruxas – sejam as mulheres, no geral, ou as próprias feministas. Ela conta que, assim como Cristina, elas também são tratadas como bruxas, como loucas, por serem, além de mulheres, feministas. Como já disse, em diversas outras entrevistas, inclusive nos outros países, ouvi sobre como feministas são estigmatizadas na mídia. Coincidentemente, a intervenção relatada por Cecília foi feita contra a mesma revista das capas que separei para levar nas entrevistas. Em relação às outras capas que eu mostrei, ela disse:

Todos os estereótipos que eles reproduzem: ela é feia, fica sozinha, louca, bruxa, sexualizada. Que novidade, né? Tem umas coisas que eles falam há quatro mil anos. Contra a Dilma também, que ela é louca. Claro que nós mulheres, somos loucas, né? Que não podemos ser presidentas. É um estereótipo mais velho do que a cultura mesmo. (Cecília).

A discussão em torno do capitalismo, enquanto sistema econômico opressor do corpo e da vida da mulher, também foi central à fala de Natacha. Ela problematizou, o tempo todo, a necessidade do capitalismo, de que a mulher não tenha decisão sobre o seu corpo, pois é assim que se reproduz a classe obreira que depois vai produzir os bens da sociedade. Tal percepção é muito advinda do contato com os ideias socialistas, que ela enfatizou em vários momentos. Conforme Mohanty (2003), “de várias maneiras, a crítica feminista anticapitalista tem muito em comum com as primeiras formulações feministas socialistas”<sup>114</sup> (p. 9). Contudo, a centralidade da discussão no capitalismo foi um dado interessante da pesquisa, condizente com as teóricas feministas pós/de-coloniais que escolhi para iluminarem essa dissertação, junto ao conhecimento das ativistas localizadas nessas sociedades. Ainda que minha intenção, com essa dissertação, não seja de generalização, mas por uma perspectiva situada dos movimentos feministas latino-americanos, posso dizer que a luta é, sobretudo, anticapitalista.

---

<sup>114</sup> In many ways, an anticapitalist feminist critique has much in common with earlier formulations of socialist feminism.

Até agora, já mencionei algumas das principais formas de visibilidade feminista que as ativistas com quem conversei apontaram: a) intervenções artísticas nas ruas (como a pintura em frente à Casa Rosada, que reivindicava aborto legal, do grupo *Las Rojas*, ou grafites, que Cecília perguntou se eu tinha visto na *Plaza de Mayo*, pois é onde os protestos ocorrem); b) protestos em massa (como no 8 de março, ou contra o assassinato de Lucía Pérez, que reuniu 70 mil mulheres); c) protestos mais pontuais (como na frente da *Revista Noticias*, após a capa em que a presidenta Cristina estava representada enquanto bruxa); d) algumas intervenções nos meios tradicionais (como textos anti-conservadores escritos por feministas nesses espaços, conforme Natalia e Cecília); e) nas redes sociais digitais (como a criação da hashtag #ElEstadoEsResponsable). Contudo, considere importante destacar algumas especificidades das formas feministas de se mostrarem presentes e visíveis, enquanto um saber comunicacional que vem de práticas, diálogos e estratégias construídas coletivamente e diariamente. Afinal, da mesma forma que as ativistas estão discutindo a forma como a mídia retrata a mulher e contribui para a manutenção do *patriarcado capitalista* (Mohanty, 2003), elas estão elaborando e (re)inventando materialidades comunicacionais inventivas outras - utilizando-se de estruturas de poder (como a mídia e as redes sociais), ou não.

Um episódio do movimento feminista argentino resume bem o que acredito que seja a visibilidade que essas mulheres com quem conversei querem: pautada pela política da presença do corpo, pela coletividade solidária entre elas e por uma reflexão anticapitalista por trás. Refiro-me ao *Paro de Mujeres*, que ocorreu, pela primeira vez, em 2016, mas que também se repetiu em 2017, internacionalmente, e eu tive a oportunidade de participar da marcha que compôs esse movimento, em Belo Horizonte. Quando fui a Buenos Aires, em dezembro de 2016, as feministas estavam se articulando para essa segunda marcha, no dia 8 de março, que, para elas, seria ainda maior que a primeira. Nesse sentido, elas me convidaram a participar e integrar essa luta, conforme relatarei no capítulo referente ao Brasil.

O *Paro de Mujeres*, em Buenos Aires, ocorreu no dia 19 de outubro de 2015, quando 70 mil mulheres se reuniram na *Plaza de Mayo*, após o brutal feminicídio de Lucía Pérez, uma jovem de 16 anos, em Mar del Plata, além da forte repressão policial no *Encuentro Nacional de Mujeres*, na cidade de Rosário. Tal encontro, segundo Natacha, reúne, anualmente, várias mulheres no país, de coletivos feministas, autônomas, jovens, ou mais velhas. Contudo, no ano de 2015, ainda no governo de Cristina, a polícia o reprimiu fortemente, pela primeira vez, conforme elas. Nas palavras da ativista, o incidente repetiu-se,

no ano seguinte, em 2016, já no governo Macri. Natacha relatou o motivo pela qual ela acredita que o encontro foi reprimido: “Digamos, há todo um ataque, justamente por isso, porque somos as que mais estamos [nas ruas]... Você quer retirar as pessoas das ruas, uma das primeiras coisas que tem que retirar é o movimento de mulheres”<sup>115</sup>, que, segundo ela, é o maior movimento social da Argentina. Uma semana depois desse encontro de mulheres, a jovem Lucía foi morta, empalada por um grupo de homens. Diante dessa situação de repressão estatal e depois do feminicídio de Lucía, o movimento feminista argentino em Buenos Aires começou a articular-se, mais fortemente para uma greve geral. Já nesse sentido, é possível observar uma *política de solidariedade feminista* (Mohanty, 2003) que moveu tantas mulheres a lutar, juntas, nas ruas, contra o assassinato de uma mulher, que poderia ser qualquer outra.

Como as feministas relataram, a convocatória para essa greve partiu do coletivo *Ni Una Menos*, após esses episódios de violência e de “uma cadeia de feminicídios, sensacionalismo na mídia e violência nas ruas”, nas palavras de Cecília. Porém, a marcha tomou uma dimensão jamais antes vista no país. Ela contou que, há dois anos, o grupo já tinha vontade de fazer uma greve de mulheres; proposta por uma das integrantes, artista, e inspiradas pela greve das polonesas<sup>116</sup>, o projeto, enfim, saiu do papel. “A ideia de levar a criatividade da arte para a vida, né? Dar imaginação ao poder, como lema surrealista. Essa amiga, que é uma artista muito muito interessante, falou, ‘a gente tem que fazer uma greve!’” Assim, desde sua idealização, o grupo já tinha a intenção de usar a criatividade como instrumento político de luta, o que mostra a capacidade subversiva do movimento de, mesmo em situação de grande opressão, produzir materialidades inventivas. Cecília relata a forma como essa articulação tomou forma:

A gente chamou uma assembleia para organizar a greve, todo mundo topou, na hora. Assim, a ideia da greve se espalhou muito rapidamente, foi muito necessária, porque foi a primeira na história da América Latina, e as polonesas tinham feito uma greve duas semanas antes. Então, na verdade, a piada da greve começou a ficar mais real com a greve das polonesas. Então, foi essa conjunção, de uma ideia louca, com uma realidade que surpreendeu o mundo inteiro. Bom, e aí aconteceu. Vamos fazer! E deu super certo, foi enorme, o protesto que teve também foi enorme. A América Latina inteira. (...) As redes *Ni Una Menos* na América Latina já estavam feitas, bom, e aí

---

<sup>115</sup> Digamos, hay todo un ataque justamente por eso, porque somos las que más estamos... Vos querés sacar a la gente de la calle, una de las primeras cosas que tenés que sacar es el movimiento de mujeres.

<sup>116</sup> A greve na Polônia, que ficou conhecida como *Black Monday*, ocorreu no dia 3 de outubro de 2016 e foi motivada por um projeto de lei no parlamento do país que baniria, completamente, a possibilidade de aborto. Milhares de mulheres passaram o dia sem trabalhar e se reuniram, vestidas de preto, nas ruas de Varsóvia. Assim, conseguiram recuar a aprovação da lei.

todo mundo topou. E até teve réplicas em Paris, Madrid, Barcelona, Estocolmo, Londres, Nova York, Miami, Oakland, não só América Latina inteira. (Cecília).

É importante ressaltar que as assembleias que Cecília menciona constituem ações em rede, abertas a qualquer mulher, autônoma ou ligada a algum movimento/partido. Ela explica melhor: “Qualquer uma pode ser parte desse movimento. Por que? Por causa dessa coisa que nós chamamos de assembleias. Para cada ação nós chamamos, sei lá, três, quatro assembleias.” Nesse sentido, ela aponta para o caráter democrático e coletivo do movimento feminista *Ni Una Menos*, aberto a qualquer mulher que queira se unir. Assim como ela, Natacha também deu muita importância para esse dia da greve geral e contou que marcou o início de uma forte ampliação do movimento feminista na Argentina. Ela afirmou que, na assembleia convocada antes da greve, havia mais de 50 organizações feministas, de diferentes movimentos, coletivos, partidos, posicionamentos políticos, etc. “Tinha que chamar uma greve de mulheres já!”<sup>117</sup> Ela me contou que, ao ir para a marcha, observava mulheres no metrô, nas ruas, todas vestidas de preto, e que começou a achar que aquilo não era casual. Ao chegar na *Plaza de Mayo*, ela teve noção da dimensão do protesto e que, de fato, aquelas mulheres estavam ali pelo mesmo motivo. Natacha, então, disse: “É muito lindo ver que se contagia.”<sup>118</sup>

Esse episódio traz algumas dimensões criativas e potentes do movimento. Em primeiro lugar, porque a greve diz de uma tática que promove a retirada dos corpos de mulheres dos seus âmbitos de trabalho, de forma a negar o corpo enquanto força produtiva do sistema capitalista. Conforme Foucault (1989), “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo” (p. 82). Como McLaren (2016) explica, a obra do filósofo demonstra como as normas operam no nível do corpo e, portanto, é fértil para observar as potencialidades dos movimentos feministas. Segundo o autor, “foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista”, portanto, “o corpo é uma realidade biopolítica” (Foucault, 1989, p. 80), ou seja, também com potencialidade em resistir às opressões e dominações. Em 2017, o *Ni Una Menos* convocou uma segunda greve de mulheres, dessa vez internacional, cujo lema era “se nossas vidas não importam, que produzam sem nós”, mais uma vez, na negação do corpo enquanto instrumento do sistema *capitalista patriarcal* (Mohanty, 2003).

---

<sup>117</sup> Había que llamar un paro de mujeres ya!

<sup>118</sup> Es muy lindo ver que se contagia.

Ressalto novamente que, nas duas entrevistas, elas me convidaram a somar a essa segunda greve, tanto na divulgação, quanto na participação, e, claro, entrei como agente política dessa história, oferecendo-me a isso. Nesse sentido, enfatizo o que já vinha dizendo do deslocamento do lugar de pesquisadora-pesquisadas a uma relação de feministas, criando laços políticos e uma *irmandade de afetos*, nos termos de Audre Lorde (1985). Em segundo lugar, é preciso ressaltar a força criativa e subjetiva da greve, que veio de uma proposta artística, marcando uma conformação elástica potente do movimento, em dinâmicas e performances que fogem de padrões, cujas sujeitas participantes configuram sensibilidades e solidariedades coletivas. Conforme abri o capítulo, com um stencil feminista, encontrado nas ruas de Buenos Aires, e uma canção, elaborada por uma cantora que integra o grupo feminista argentino *Desbandadas*, a bandeira por “nenhuma a menos” é apropriada também em diferentes propostas artísticas feministas, que mostram a beleza criativa da luta.

Por fim, é preciso levar em consideração a influência das polonesas nesse acontecimento, num movimento feminista transnacional e, ao mesmo tempo, local. Conforme Mohanty (2003), não podemos universalizar o movimento feminista (como se tem feito, academicamente, em pesquisas do Norte), sem levar em consideração as diferenças dos feminismos, mas há, sim, como pensar em uma solidariedade não-colonizadora para além de fronteiras. Nessa perspectiva, a ativista Natacha ressaltou o fato de que, embora as polonesas tenham inspirado as argentinas, numa luta que se soma contra as estruturas capitalistas patriarcais, nos países do Sul, as mulheres ainda tem de lutar por direitos que as do Norte já possuem, como o aborto.

Isso mostra que o sistema capitalista é patriarcal e que oprime em todo [mundo]... mas, obviamente, nos países subdesenvolvidos, a opressão se sente muito mais do que num país desenvolvido, em que as mulheres puderam lutar e ter conquistas como o aborto legal. Mas, igualmente... Polônia, que alguém pensa que é Primeiro Mundo, teve essa mobilização, e tem coisas pelo que lutar. (Natacha).<sup>119</sup>

O corpo, portanto, mostrou-se central nas estratégias anti-coloniais e resistentes das ativistas feministas argentinas com quem conversei. Da mesma forma que o corpo dessas mulheres foi utilizado como forma de negação do sistema capitalista, com a ideia da greve, foi usado para dar visibilidade à luta feminista, já que, como Natacha disse, é impossível

---

<sup>119</sup> Eso demuestra que el sistema capitalista es patriarcal y que oprime en todo [mundo]... más, obviamente, en los países subdesarrollados, la opresión se siente mucho más que por ahí en un país desarrollado [en el] que las mujeres pudieron luchar y tener conquistas como el aborto legal. Pero igual... Polonia, que uno cree que es el primer mundo, tuvo esa movilización, y tiene cosas por las que luchar.

ignorar 70 mil mulheres presentes na *Plaza de Mayo*, demonstrando o poder político coletivo das mulheres.

### 3.3. Políticas feministas

Conforme já expus, a crítica das representações midiáticas de gênero das presidentas não ocupou um lugar tão central nas minhas entrevistas, tal como eu imaginava. Embora tenha sido a temática que me trouxe à esta pesquisa e que me levou de encontro às minhas interlocutoras, nossas conversas extrapolaram a discussão sobre as presidentas na mídia, de forma espontânea. Nesse sentido, enquanto um compromisso político-feminista, eu não as interrompia ou redirecionava o curso das conversas ao que me interessava, inicialmente, mas tentei, ao máximo, ouvir o que elas tinham a me dizer, levada pelo fluxo da conversa. Acompanhei, em alguma medida, o roteiro semi-estruturado de perguntas, e sei que minha presença nos ambientes afetou minhas entrevistadas (e vice-versa). Em muitos momentos, por exemplo, observava que elas retomavam às questões que eu, a princípio, as tinha levado. Por vezes, elas diziam frases como “isso pode ser interessante para sua pesquisa”, “desculpa por ter fugido do tópico”, ou “acho que fui muito além do que você perguntou”. Eu sempre respondia algo como “sinta-se livre para falar do que é do seu interesse”, numa troca entusiasmada. Desde o começo, deixei claro que estava ali para ouvi-las e, por ter me posicionado como uma pesquisadora feminista, senti liberdade, da parte delas, de se abrirem mais em relação ao movimento feminista, em si, e ao que nos unia: a luta feminista, cada qual no seu lugar (eu, na academia; elas, enquanto ativistas; nós, entremeadas e presentes, de alguma forma, em ambas as esferas).

Ao longo das entrevistas, não sendo a crítica das representações das presidentas na mídia tão fundamental, comecei a observar, portanto, quais eram os elementos constitutivos do pensamento-ação das ativistas feministas. Nessa seção, apresento um pouco do que constatei com o material empírico em relação a esses questionamentos que surgiram no contexto da descoberta do campo, para além da questão midiática. Da mesma forma que o eixo anterior, separei em dimensões que se mostraram padrão na minha observação de campo e que se interconectam nessa seção: a) A luta anticapitalista; b) A luta antiestado; c) A luta *das mulheres* (*versus* a participação dos homens); d) A luta pelo aborto legal e seguro; e) A luta pelo fim dos feminicídios (sob o lema de *ni una menos*).

Conforme adiantei no tópico anterior, a discussão em torno do sistema capitalista mostrou-se presente, em maior ou menor medida, em praticamente todas as entrevistas. Da mesma forma, estavam nas discussões do congresso do qual participei em Buenos Aires, no material físico que Natacha me disponibilizou, nas palestras, redes digitais sociais, etc. Nesse sentido, as ações feministas numa luta anticapitalista confirmaram e concretizaram algo também central no debate acadêmico feminista pós/de-colonial, apresentado no Capítulo 2. Por isso, uso a expressão colocada por Chandra Mohanty (2003) de *patriarcado capitalista*<sup>120</sup>, já que, tanto pelas leituras pós/de-coloniais, quanto pelas entrevistas com feministas e com base nos demais materiais de campo, a manutenção do patriarcado está intrinsecamente atrelada ao sistema capitalista. Como a autora indiana coloca, “o capitalismo é seriamente incompatível com visões feministas de justiça social e econômica”<sup>121</sup> (Mohanty, 2003, p. 9), percepção semelhante à das ativistas com quem dialoguei, como abordarei, a seguir.

Como disse anteriormente, minha primeira entrevistada, Natacha, já iniciou a apresentação do coletivo na afirmação de que o maior objetivo do seu grupo, associado a um partido político socialista, era derrotar o capitalismo. Segundo ela, é preciso que essa luta seja central, junto a homens trabalhadores, que também são explorados por esse sistema econômico. Contudo, segundo ela, há demandas que são específicas das mulheres, como o caso da legalização do aborto, razão da necessidade do coletivo *Las Rojas* dentro do partido. Para Natacha, a primeira bandeira feminista delas é, então, pelo aborto, porque, para ela, o capitalismo necessita que a mulher não escolha sobre o seu corpo, de forma a reproduzir vidas e, portanto, força de trabalho que irá gerar bens na sociedade. Tal perspectiva condiz com o que é apresentado no livro *Caliban y la bruja*, indicado por Cecília, na nossa entrevista, conforme já mencionei. Afinal, a historiadora italiana, Silvia Federici (2017), diz que o corpo da mulher “se converte em uma máquina de produção de trabalhadores. Assim que se instituem tantas leis e práticas para penalizar o aborto, para criminalizar todas as tentativas que fazem as mulheres para controlar seus corpos”. De acordo com Natacha, o primeiro passo do movimento feminista deve ser, portanto, o compromisso de que as mulheres entendam que o corpo delas não é do Estado, da Igreja, de ninguém, e que cada mulher deve ter autonomia para decidir sobre si mesma. Da mesma forma, Natalia, da agrupação *Las Piqueteras*, disse

---

<sup>120</sup> Segundo a autora, ela se apropria da formulação proposta pela teórica e ativista Zillah Eisenstein (1988).

<sup>121</sup> Capitalism is seriously incompatible with feminist visions of social and economic justice.

que “a luta pelo aborto legal, contra os feminicídios, é uma chave feminista latino-americana muito importante.”<sup>122</sup>

Além disso, segundo Natacha, o capitalismo oprime, mais fortemente, as mulheres, numa percepção similar à de Cecília, que disse que, na atual conjuntura econômica, as mulheres têm que trabalhar mais, para ter (ou almejar) os mesmos direitos dos homens. Além disso, ela atentou para as jornadas duplas de trabalho, já que, ao chegarem em casa, as mulheres têm ainda mais afazeres, associados a papéis femininos do cuidado com a casa, com os filhos, com a vida doméstica, o que nem sempre é valorizado socialmente e tido como trabalho. Federici (2017) também discute a desvalorização do trabalho doméstico, propondo uma ressignificação interessante, que vai de encontro com o que as ativistas me apresentaram. A autora diz: “Como se pode dizer que produzir a vida das novas gerações, educar, conversar, é menos criativo do que construir uma casa, um carro, uma cadeira, um brinquedo? Por isso é importante para mim resignificar esse trabalho. (...) Deve ser parte da luta.” Nessa lógica estruturada socialmente, segundo minhas interlocutoras, no final do dia, não sobra tempo para que as mulheres possam viver vidas mais plenas, completas. Para Cecília, uma das lutas do *Ni Una Menos* é, portanto, para que as mulheres tenham tempo livre para se divertirem e viverem vidas criativas, alegres.

Nós temos muito essa ideia, de que não podemos ficar escravas do mundo, trabalhando na rua, voltando em casa e trabalhando em casa, nunca tendo um momento para curtir. Sempre esgotada, sempre fazendo mil coisas. Isso não é certo, né? Porque os homens tem muito tempo livre, eles jogam futebol, assistem futebol, está cheio de coisas para eles fazerem. Mas nós temos que estar o tempo todo trabalhando. (Cecília).

Além disso, ela disse que a Argentina está passando por um momento histórico de maior concentração de capital e que, “por isso, tem um processo maior de violência contra os sujeitos vulnerabilizados, que vão ser despossuídos.” Segundo Cecília, na atual conjuntura, o Estado tem retirado dinheiro de pessoas que dependem de projetos de proteção social (ela comparou com o Brasil, dando exemplo do Bolsa Família), ou seja, sobretudo mulheres pobres, negras, imigrantes. “Todo esse dinheiro do Estado eles querem concentrar em mãos privadas”. Além disso, ela afirmou que estão lançando uma nova fase do capitalismo que, para ela, tem a ver, também, com “produção de subjetividades vulneráveis”, especialmente mão-de-obra barata. Na sua interpretação, para justificar a exploração de determinados indivíduos, constroi-se uma imagem inferiorizada deles. Nessa lógica, ela dá exemplo das travestis. Segundo Cecília, concebeu-se, socialmente, a imagem das travestis enquanto

---

<sup>122</sup> La lucha por el aborto legal, contra los femicidios son una clave feminista latinoamericana muy importante.

inferiores, de forma a retirá-las direitos e condições financeiras e de trabalho. Assim, ela aponta para a estrutura econômica do *patriarcado capitalista* (Mohanty, 2003), que, em seus termos, é ainda mais forte que a estrutura simbólica desse sistema. Ela diz: “Não tem como mudar, se não mudar a estrutura econômica. Por isso, a gente aponta para a estrutura econômica do patriarcado, não para a estrutura simbólica só.” Além disso, Cecília apontou para o fato de que meninas jovens são as que mais sofrem desse sistema. Para ela, recentemente, voltamos, com força, para o trabalho invisibilizado, escravo, para as redes de narco violência, para o trabalho infantil.

Está cheio de meninas assim, cheio. De meninas que trabalham como “mulas”, mas são obrigadas, não são voluntárias. Meninas que são obrigadas a ser escravas sexuais, traficantes, assim, tudo conspira... a economia formal é de uma exploração muito maior das mulheres. Então tudo na verdade é uma conspiração. Se fala até de uma *guerra contra as mulheres*. Há uma guerra, porque é uma guerra pelo dinheiro. *Para tirar o dinheiro, tem que tirar a humanidade das pessoas. A discriminação está na base da exploração.* (Cecília, grifos meus).

Cecília, então, disse que o movimento feminista em Buenos Aires começou a expor, recentemente, com maior força, essas questões, tanto da estrutura econômica capitalista e patriarcal, que oprime mais as mulheres (sobretudo as negras, pobres, imigrantes e da comunidade LGBT), quanto ao fato de que os homens são sujeitos que reproduzem violência também em prol de seu benefício, seu privilégio. Nesse sentido, ela problematizou, também, a participação dos homens no movimento feminista. Ela disse:

Todo mundo pergunta qual é o lugar dos homens nesse movimento. Eu acho um saco quem pergunta isso. Porque, na verdade, não tem lugar nenhum (risos). O lugar é nosso! É o nosso movimento. Claro que eles podem acompanhar e seria bom que eles deixassem de matar as meninas, para começar. Para começar, deixem de matar meninas e vão lavar a louça, e depois a gente se fala. Porque eles querem muito protagonismo, eles querem ir e explicar o que nós temos que fazer. A gente não vai aceitar. (Cecília).

Natacha e Cecília, ao tratarem da crítica anticapitalista e da luta pelo aborto legal enquanto algo central, narraram que uma das táticas do movimento foi a criação de uma *hashtag* #ElEstadoEsResponsable (O Estado é Responsável), para denunciar, ao mesmo tempo, os feminicídios e as mortes por abortos clandestinos. Nesse sentido, fortemente associada à luta anticapitalista e anti-neoliberal, está a luta antiestatal, já que, para essas mulheres, a responsabilidade dessa situação estrutural de opressão às mulheres é, sobretudo, do Estado. Assim, o não-direito ao aborto legal, segundo elas, seria a forma mais violenta de controle estatal sobre os corpos das mulheres. Além disso, são também responsabilidade do

Estado os altos índices de feminicídios e a situação de pobreza no país, que afeta mais a vida das mulheres.

*O Estado golpeia muito forte as mulheres, muito mais do que os homens, porque a pobreza é maior para nós, o desemprego é maior para nós. Quando tem pobreza, claro que tem mais violência na casa também, ou quando um homem perde o emprego, ele chega em casa e bate na mulher. Assim, não só na família heterossexual, mas também no mundo laboral. A violência neoliberal bate muito nas mulheres.* (Cecília).

Não é à toa, portanto, que a bandeira “ni una menos” foi ressignificada por outros grupos. Natacha e Natalia citaram o movimento em diversas ocasiões. Ficou claro, para mim, sua importância no contexto argentino. Nas ruas, na universidade, no Facebook, no Twitter, vi esse lema, recorrentemente, e, após conversa com Cecília, entendi que se tratava, por vezes, de apropriações das mais distintas, e não necessariamente de intervenções do próprio coletivo, que, segundo ela, é composto por, aproximadamente, dez mulheres. Considero que essa apropriação se deu porque o lema, expresso nessas três palavras, traduz o objetivo maior da luta feminista latino-americana, qual seja, de que as mulheres não sejam violentadas e assassinadas pelo seu gênero. Nenhuma mulher a menos, nenhum ato de feminicídio, *machismo*, misoginia, é o que as feministas estão reivindicando. Tamanha a relevância que tomou essa bandeira no país, Natalia me contou que uma das conquistas do movimento *Ni Una Menos* foi a criação de uma *Unidade Especializada em Violência de Gênero* (UFEM), criada para casos de violência contra mulheres e pessoas LGBTI, que, segundo ela, o governo Macri quer encerrar.

Outro ponto colocado por todas as entrevistadas foi o fenômeno, em 2016, de presas políticas, já que mulheres, sobretudo indígenas, estavam sendo presas, unicamente, por serem ativistas. Justificava-se essa criminalização por participação em protestos ou “desacato à autoridade”, que já mostra, por si só, a violência e a imposição do poderio estatal. Natalia relatou o caso da prisão de Milagro Sala, uma importante líder comunitária política indígena que foi encarcerada em menos de um mês do governo Macri. Sobre o ocorrido, que ela nomeou de um método de “terrorismo de Estado,” disse:

Nesse momento, estamos denunciando o governo de direita de Macri, que está tentando estabelecer um regime sem direitos políticos em Argentina, com métodos de terrorismo de Estado. O assassinato de militantes populares e o encarceramento de Milagro Sala, presa por ser mulher, indígena e opositora, demonstram isso. Lutamos pela liberdade de Milagro e pela renúncia de Macri, ou sua remoção por *impeachment*. (Natalia).<sup>123</sup>

---

<sup>123</sup> En este momento estamos denunciando al gobierno derechista de Macri que está intentando establecer un régimen sin derechos políticos en Argentina, con métodos del terrorismo de Estado. El asesinato de militantes

Nesse contexto de mulheres sendo presas por militância, Cecília também disse que o movimento feminista passou a dar mais ênfase política sobre essas questões nas postagens nas redes sociais, nas assembleias, reuniões. Além disso, conforme já mencionei na categoria analítica anterior, ela relatou que algumas militantes jornalistas do coletivo *Ni Una menos* passaram a interferir nos meios tradicionais. Contudo, Cecília enfatizou que elas combinam o ativismo na mídia com as redes sociais digitais e, principalmente, com os protestos de massa. Ela também contou que, após grande pressão feminista, o governo argentino começou a responder com campanhas (ela cita as do metrô, que já mostrei), mas que eram sempre promessas ilusórias. Ela disse: “Por que fazer esses cartazes, em vez de usar o dinheiro para programas verdadeiros? Como o governo também tenta fazer propaganda com isso? Porque o *Ni Una Menos* é um movimento anti-Macrista, totalmente, e a gente declara isso.” Da mesma forma, Natacha, o tempo todo, posicionava-se contra o governo Macri. Ela, inclusive, explicou que, mesmo no governo de Cristina, o movimento feminista era antiestado, e, justamente por isso, todas as manifestações eram na *Plaza de Mayo*, onde se localiza a sede da presidência da república argentina, conforme já disse. Natacha acrescentou que, inclusive nas províncias, os protestos são em locais políticos, num movimento de pressionar o Estado e, ao mesmo tempo, posicionar-se contra ele. Essa descrença no Estado, inclusive do governo de Cristina, aponta um dos motivos pelos quais o tema das representações midiáticas da presidenta não foi tão central às conversas, já que as preocupações feministas argentinas encontram-se, também, em outro lugar.

Nesse sentido, observei que, ao mesmo tempo que as feministas ativistas buscam uma independência dos sistemas institucionais - midiáticos, governamentais e mercadológicos, elas também buscam incidências nesses espaços, em dimensões específicas - por exemplo, na luta pelo aborto legal, por equiparações salariais, entre outras questões políticas. Natalia, por exemplo, reclamou da necessidade de maior presença de mulheres na mídia, para “denunciar esse governo machista e misógino”. Por outro lado, Cecília criticou a recente implementação da lei anti-assédio e de leis políticas como formas de transformação social. Da mesma forma, Natacha criticou uma investida de algumas feministas no governo de Cristina, de “lobby parlamentar”, que consistia em exigir dos deputados e das deputadas que assinassem um documento para pressionar a presidenta a legalizar o aborto. Ela criticou essa forma de

---

populares y el encarcelamiento de Milagro Sala, presa por ser mujer, indígena y opositora, lo demuestra. Peleamos por la libertad a Milagro y la renuncia de Macri o su remoción por juicio político.

ativismo por dentro das lógicas políticas formais e disse: “é preciso lotar as ruas, é preciso ir à *Plaza de Mayo*, e ser centenas de milhares de mulheres exigindo o aborto legal. Essa é a maneira que vamos obtê-lo!”<sup>124</sup> Natalia acrescentou o caráter global do movimento feminista: “A luta contra este governo e os governos patriarcais e machistas deve estar associada à revolução das mulheres em todo o mundo.”<sup>125</sup>

As práticas e formas de resistências delas não dizem, necessariamente, de estratégias no sentido político-institucional ou de uma disputa hegemônica pelo aparato estatal. São lutas nas ruas, na construção de sentido de solidariedade umas com as outras e, sobretudo, de redes permeadas por sentimentos, afetos, cuidado com as outras, formas criativas e alegres de atuação, que não cabem na política institucionalizada. Retomo ao pensamento de Mohanty (2003), também centrado numa crítica anticapitalista enquanto necessária ao feminismo do Sul. Afinal, ela diz que as hierarquias patriarcais, racistas e classistas advindas do capitalismo são chaves para a opressão às mulheres, mas que as lutas contra essas práticas capitalistas, “vibrantes, criativas e formas coletivas de mobilização e organização, sempre fizeram parte da nossa história.” (p. 147).

Além disso, Natalia disse que a política repressiva do governo Macri gerou um senso de maior dificuldade, nas mulheres, para assumir a militância. Contudo, ela afirmou a necessidade de união e luta. “Diante dessa política do Macrismo, respondemos com organização e luta”<sup>126</sup>. As palavras de Natacha em relação às marchas feministas, por sua vez, revelam o caráter alegre do movimento: “Bom, se puder vir ao 8 de março, seria tão bom (...) você vai ver, é muito lindo. As marchas do movimento de mulheres são as mais lindas de todas, são alegres.”<sup>127</sup> As redes de feministas com as quais conversei na Argentina, portanto, não querem transformar algo fora delas, mas desejam construir um lugar entre elas, para se protegerem. Não é algo apenas responsivo, mas criativo, para dentro. Essas mulheres estão construindo formas de vidas delas mesmas, em estratégias de se juntar, estratégias do comum, do corpo. Se o corpo da mulher é um corpo muito violentado pelo Estado, então é preciso cuidar das violências que são diariamente executadas contra esse corpo. Nesse sentido, os

---

<sup>124</sup> Hay que llenar las calles, hay que ir a Plaza de Mayo, y ser cientos de miles de mujeres exigiendo el aborto legal. Esta es la manera en que lo vamos a obtener.

<sup>125</sup> La lucha contra este gobierno y los gobiernos machistas y patriarcales tiene que estar asociada a la revolución de Mujeres en todo el mundo.

<sup>126</sup> Ante esa política del Macrismo le respondemos con organización y lucha.

<sup>127</sup> Bueno, si podés venir para el 8 de marzo, estaría re bueno (...) vas a ver, es muy lindo. Las marchas del movimiento de mujeres son las más lindas de todas, son alegres.

*saberes das feministas* - especialmente na constituição dessas redes de atuação - não são abstratos, mas, como já disse, vêm das próprias experiências.

Em relação ao governo de Cristina, as feministas argentinas foram bastante críticas: “Não foi um feminismo forte no kirchnerismo, mesmo tendo a primeira mulher reeleita presidenta”, disse Cecília. Natacha, inclusive, associou o crescimento do movimento feminista argentino ao seu governo: “Então, nesse sentido, entendemos que Cristina, o que menos concedeu, foi ao movimento de mulheres, justamente, por isso, o movimento de mulheres na Argentina é tão grande”<sup>128</sup>. Natacha acrescentou outra percepção crítica em relação à atuação da presidenta, de que ela não estava lutando nas ruas, com as mulheres e com os trabalhadores “que ela tanto defende”<sup>129</sup>. Em suas palavras, “Ela está cômoda em sua casa, no Calafate.”<sup>130</sup> Da mesma forma que Cecília, contudo, ela relatou que houve esperança quando Cristina foi eleita, pelo fato simbólico de ser a primeira mulher a chegar à presidência.

Mas ela foi a primeira presidente eleita. Obviamente, foi muita esperança, sobretudo para os setores da juventude, para os setores dos trabalhadores também, de que eles realmente iam mudar e de que ela, como mulher... isso, se confiava. Teve o matrimônio igualitário, vai conceder o aborto. Se confiou muito em Cristina. (Natacha).<sup>131</sup>

Levando em conta que o aborto seria a maior forma de violência e dominação estatal do corpo da mulher, para as ativistas, o posicionamento da presidenta Cristina, em relação à temática, foi o que mais as decepcionou. Como cristã, extremamente religiosa, a presidenta era assumidamente contra o aborto. Cecília disse: “ela nunca, em quinze anos, treze anos, falou bem do aborto e nem quis aprovar a lei, mesmo ela sendo contra, poderia ter aprovado, mas não. Então, foi muito progressivo para travestis e LGBT em geral, mas não para as mulheres.” Natacha acrescentou: “O Estado, tanto Cristina, quanto antes, como hoje, com Macri, não faz nada para modificar essa situação. Não dá o aborto legal, não dá pressuposto para a lei de violência, não dão pressuposto para a lei do tráfico.”<sup>132</sup>

Embora o Estado seja tão opressor, as resistências e os mecanismos de subversão e agrupamento mostram um lado muito bonito e alegre da militância feminista - algo que notei

---

<sup>128</sup> Entonces, en ese sentido, entendemos que Cristina a lo que menos le otorgó fue al movimiento de mujeres, justamente. Por eso el movimiento de mujeres en Argentina es tan grande.

<sup>129</sup> Que tanto defiende.

<sup>130</sup> Digamos, está cómoda en su casa en el Calafate.

<sup>131</sup> Pero ella es la primer presidente electa. Obviamente, fue mucha esperanza, sobre todo para los sectores de la juventud, para los sectores de los trabajadores también, de que ellos realmente iban a hacer un cambio y de que ella como mujer... esto, se confiaba. Tienes el matrimonio igualitario, va a dar el aborto. Se confió muchísimo en Cristina.

<sup>132</sup> El Estado, tanto Cristina antes, como hoy Macri, no hace nada para paliar esa situación. No dan el aborto legal, no dan presupuesto para la ley de violencia, no dan presupuesto para la ley de trata.

central na luta dessas mulheres é a força que as mantém e move. Todas falavam muito de um desejo de rir, de ser feliz, de viver o que escapa das lógicas produtivas, organizadas, disciplinadas, racionalizadas. Em vários momentos, Cecília, Natacha e Natalia falavam da importância das marchas e da atuação nas ruas, enquanto um espaço de reunião, de expressão artística e subversiva. As marchas feministas, conforme narradas pelas ativistas, portanto, são um exemplo perfeito de como a alegria e a criatividade coletiva podem tornar-se poderosamente subversivas. Além disso, ao compartilhar aquele espaço público comum entre mulheres, elas criam laços de confiança, de união, de pertencimento a uma luta maior. Em uma fala, Natacha descreveu, emocionada e com um sorriso no rosto, bem essa sensação:

Sim, apesar disso, não é uma coisa lúgubre e triste. É tão linda a luta. Nós, do *Las Rojas*, vamos com batucada, cantamos e tudo, é divertido... pegamos canções do tribunal e as transformamos em canções feministas. Tipo, todas as coisas machistas transformamos em coisas lindas e feministas, e contra o governo. E está bem, é muito lindo. As marchas são... é o mais lindo da militância. (Natacha).<sup>133</sup>

O capitalismo e o Estado, portanto, segundo minhas interlocutoras, querem banir o afeto das relações, circunscrevendo-o num âmbito privado, ou querem colonizá-lo dentro de um jeito específico de experiência, por exemplo, da maternidade. Espera-se, por exemplo, que mães sejam afetuosas e dóceis, já que é um papel feminino que diz ao âmbito privado, conforme a discussão acadêmica do Capítulo 1. Assim sendo, segundo essas estruturas, o afeto é do campo das relações privadas. Nesse sentido, o movimento feminista argentino, a partir da minha experiência de campo e do meu contato com o pensamento-ação dessas mulheres, que lutam diariamente por caminhos subversivos, mostrou resistir, fortemente, a essas estruturas capitalistas e estatais rígidas, duras, que matam mulheres. Duas outras falas das minhas interlocutoras resumem bem a potência alegre e otimista dos movimentos feministas em Buenos Aires:

Nós entendemos que as coisas mudam lutando nas ruas. As mulheres já entenderam isso, então te dá muito otimismo, apesar das coisas horríveis que acontecem e do terrível que é ser mulher na Argentina, que recebe menos, que tem um trabalho precarizado, que o aborto não é legal e outros. Entende que isso pode mudar, porque as mulheres entenderam que tem que estar nas ruas lutando por seus direitos, e isso é uma das coisas maravilhosas que a Argentina tem (...) Sim, e te dá mais

---

<sup>133</sup> Sí, aparte es eso, no es una cosa lúgubre y triste. Es re lindo de la lucha. Nosotras, de Las Rojas, vamos con batucada, cantamos, todo, es como divertido... agarramos las canciones de cancha y las transformamos en canciones feministas. Tipo, todas las cosas machistas las transformamos en cosas lindas y feministas, y contra el gobierno. Y está bueno, es como muy muy lindo. Las marchas son... es de lo más lindo de la militancia.

vontade, é isso, te dá mais convicção na luta militante, em dedicar sua vida a isso, que é possível. (Natacha).<sup>134</sup>

Fazemos, assim, muita brincadeira. Queremos fazer uma revolução feliz também, não uma coisa séria, antiga, careta, queremos fazer uma coisa que tenha a ver com as jovens. (...) A juventude está mais ligada ao Ni Una Menos porque elas não querem viver nesse mundo mais e elas acham que podem mudar esse mundo. (...) Nós temos muito essa ideia [de direito à felicidade], de que não podemos ficar escravas do mundo, trabalhando na rua, voltando em casa e trabalhando em casa, nunca tendo um momento para curtir. (Cecília).

Dessa maneira, notei, na minha breve, porém intensa, experiência de campo, que a luta feminista argentina é, principalmente, pelo direito ao corpo, e a uma vida alegre e livre para ser o que cada mulher desejar. A violência que acomete o corpo das mulheres vem, fortemente, do aparato repressor estatal e do sistema econômico capitalista. Contudo, como Cecília colocou, a violência às mulheres constitui uma cadeia maior que se inicia com as simbólicas, como as que sofreu Cristina Kirchner nos meios de comunicação. Nesse sentido, ainda que a presidenta tenha tido um discurso empoderador às mulheres e tenha denunciado a violência simbólica que ela mesma sofreu, como Dilma e Michelle também o fizeram, ela não cumpriu com a principal pauta dos movimentos feministas, ou seja, o direito ao aborto, que move 70 mil mulheres nas ruas nos protestos. Assim, a conquista simbólica de ter uma mulher nesse alto cargo de poder não se concretizou uma transformação social que essas mulheres feministas idealizavam, motivo pelo qual uma defesa mais forte à violência simbólica que ela viveu não se expressou nas vozes que encontrei.

---

<sup>134</sup> Nosotros entendemos que las cosas se cambian luchando y en la calle. Y las mujeres lo han entendido, entonces eso te da mucho optimismo, a pesar de las cosas terribles que pasan y de lo terrible que es ser mujer en Argentina, que ganas menos, que tienes un trabajo precarizado, que el aborto no es legal y demás. Entendés que eso te puede cambiar porque las mujeres han entendido que tienen que estar en la calle luchando por sus derechos, y eso es una de las cosas más maravillosas que tiene Argentina. (...) Sí, y te da más ganas, es eso, te da más convicción en la lucha militar, en dedicar tu vida a eso, a que es posible.

#### 4. Chile: Lucha por experiencias y saberes sororales

Imagem 9 - “Pare con el machismo.” Intervenção anônima em San Pedro de Atacama



Fonte: Fotografia da autora.

Respirar para sacar la voz  
Despegar tan lejos como un águila veloz  
Respirar un futuro esplendor  
Cobra más sentido si *lo creamos los dos*  
Liberarse de todo el pudor tomar de las  
Riendas no rendirse al opresor  
Caminar erguido sin temor  
*Respirar y sacar la voz*

(Ana Tijoux, Chile, 2011)

Em 20 de abril de 2016, cheguei em Santiago, para a segunda etapa de campo. Da mesma forma que na Argentina, já havia entrado em contato com vários grupos feministas<sup>135</sup>, mas, ainda que muitas tivessem se mostrado abertas a me receber, a conversa raramente desenvolvia a um ponto prático, com data e local. Insisti com muitas delas e, até minha ida, tinha encontros marcados com três feministas. Além disso, fui convidada a participar de uma assembléia da *coordinadora* do *Ni Una Menos Chile*, ao enviar uma mensagem no Facebook delas. Por fim, tinha encontrado, também, no Facebook, um evento feminista para discutir estratégias latino-americanas de aborto clandestino. Sentia-me mais preparada, inclusive, em relação ao espanhol e desejava, dessa vez, ter mais interlocução com as feministas de lá, além de outras experiências, como protestos ou reuniões. De fato, tive uma vivência muito mais extensa, visto que realizei seis entrevistas, pessoalmente, tive dois encontros feministas muito importantes e participei de uma exposição fotográfica sobre a luta histórica de mulheres e feministas no país.

Em 20 e 21 de abril de 2016, já nos primeiros dias na cidade, tive minha primeira experiência feminista, num encontro de mulheres para discutir estratégias de execução de abortos clandestinos de forma segura, já que, no Chile, essa prática é ilegal<sup>136</sup> e também central na luta feminista. O evento foi convocado por um grupo feminista que vou nomear *Hermanas*, para não revelar a identidade verdadeira, de forma a proteger as integrantes, já que elas têm o objetivo principal acompanhar mulheres em situação de aborto clandestino. Duas etapas constituíram o evento; no primeiro dia, apresentação e discussão sobre estratégias latino-americanas de aborto feminista (com palestrantes de vários países do continente) e, no segundo, sobre estratégias de defesa feminista para mulheres que abortam em clandestinidade. Fui com a intenção de estabelecer diálogo com feministas presentes, contudo, não tive a oportunidade e, pelo clima do evento, optei não me apresentar enquanto pesquisadora feminista, sobretudo dada a temática central<sup>137</sup>. O encontro aconteceu numa casa, um

---

<sup>135</sup> Grupos chilenos que eu entrei em contato: *Frente de Género de la Revolución Democrática*, *Observatorio Contra el Acoso Callejero Chile*, *Ni Una Menos Chile*, *Frente Feminista de Izquierda Autónoma*, *Miles Chile*, *Feministas Autoconvocadas*, *Marcha de Mujeres Chile*, *La Alzada*, *Brigada de Propaganda Feminista*, *Corporación Humanas* e *Pan y rosas*.

<sup>136</sup> Apenas em agosto de 2017, o Congresso chileno aprovou a lei que permite o aborto em três casos: risco de vida da mulher, inviabilidade fetal de caráter letal e estupro (mesma situação das mulheres brasileiras e argentinas). Até a minha ida, o aborto era ilegal, sob qualquer circunstância. A presidenta Michelle Bachelet, inclusive, se mostrou favorável à conquista, fruto da luta feminista chilena. Ela escreveu, em seu Twitter, “Hoy las mujeres recuperamos un derecho básico que nunca debimos perder: decidir cuando vivimos momentos de dolor. #YoApoyo3Causales” (Jara, 2017).

<sup>137</sup> Por algum tempo, refleti se era ético apresentar esses dados, já que não pedi licença das participantes para tal. Contudo, a escola era aberta às mulheres, a discussão foi gravada em vídeo e disponibilizada *online*. Assim, é um material público, ainda que eu tenha optado por não nomear o coletivo, as palestrantes, e o título do evento.

ambiente acolhedor, rodeado de mulheres, em que sentávamos no chão, próximas, lado a lado. Tive uma experiência intersubjetiva intensa que, já nos primeiros dias, consolidou uma percepção do movimento feminista chileno pleno de força, organização e potência política.

Em 22 de abril de 2016, no dia seguinte a esta experiência única da rede feminista abortista, participei da assembleia da *coordinadora Ni Una Menos Chile*. Estava entusiasmada pelo convite, por poder observar o encontro de um coletivo que também constituiu minha pesquisa de campo na Argentina. Quando cheguei lá, encontrei mais mulheres do que esperava, em torno de 30 a 40. Fiquei surpresa pelo número de participantes reunidas e organizadas, especialmente num sábado, que se estendeu de 14 às 20h. Aos poucos, fui percebendo que a assembleia era a oitava do grupo, recém se conformando em Santiago. Assim, havia uma diversidade de integrantes, como feministas autônomas e participantes de outros coletivos (partidários ou não), de diferentes idades e profissões. Notei, contudo, que não havia mulheres negras e indígenas. Todas reivindicavam para si e para seus grupos essa bandeira (*consigna*) *ni una menos*, mas com várias discordâncias iniciais em relação à constituição da organização, que pretendia potencializar o movimento feminista na cidade e no país.

Um dos dissensos da assembleia foi sobre a participação de mulheres que pertenciam a partidos políticos ou cargos dentro do Estado, as quais elas nomeavam *feministas militantes* em contraposição às *feministas autônomas*. Essa discussão levou várias horas e trouxe elaborações importantes acerca da relação das feministas chilenas com a política, tanto em relação ao poder formal, quanto à política feminista. Por um lado, feministas *autônomas*<sup>138</sup> demandavam um movimento antipartidário e antiestado; por outro, feministas *militantes* reivindicavam também participação na gestão da *coordinadora* do *Ni Una Menos* e que essa organização não fosse separatista, tal qual é a *política institucional patriarcal*, conforme elas diziam. Relato, com mais detalhes, o debate construído nessa assembleia e na experiência anterior, na escola de estratégias abortistas, posteriormente, no eixo analítico *políticas feministas*, no qual apresento quais são as lutas políticas das feministas chilenas.

---

Utilizo esse conteúdo com muito respeito às integrantes, as quais agradeço por todo conhecimento adquirido. Enquanto feminista, exponho os dados, justamente, para exaltar uma importante forma de pensamento-ação feminista nesse contexto local.

<sup>138</sup> Conforme já mencionei no capítulo referente à Argentina, há essa pluralidade nos coletivos feministas latino-americanos: alguns pertencem a partidos políticos, outros não. Posteriormente, encontrei bibliografia que também trata dessa constituição (*feministas institucionalistas x autônomas*, nos termos acadêmicos) histórica dos movimentos feministas na região. Para uma perspectiva teórica feminista acadêmica, ver Virginia Vargas (2002), Ximena Bustamante (2010) e Sónia Alvarez (2001).

Em 24 de abril de 2017, há poucos dias da minha partida, tinha duas entrevistas agendadas e já estava ansiosa para ouvi-las. Contudo, um pouco antes do encontro com uma feminista integrante da ONG *Miles Chile*, com foco em direitos sexuais e reprodutivos, recebi uma mensagem de cancelamento. Mais uma vez, via-me frustrada por imprevistos do campo (na Argentina, também fui avisada do cancelamento de uma feminista, quando já estava na porta do local de encontro) e pela percepção de desinteresse delas em falar comigo. Segui em contato com várias outras feministas, até chegar a hora da minha primeira conversa com Valentina, representante do coletivo feminista autônomo *La Alzada*. Além de me repassar-me seu conhecimento sobre o pensamento-ação feminista do seu grupo e sobre sua trajetória de luta, indicou-me quatro outras mulheres feministas, quando mencionei que não tinha conseguido muitos contatos. Tal ato de compartilhamento e solidariedade feminista foi decisivo para meu campo, no Chile, e trouxe-me algumas implicações metodológicas, como uma proximidade dessas feministas que entrevistei no contexto local (entrevistei três do grupo *La Alzada*, duas da *Frente de Género de la Revolución Democrática* e uma feminista autônoma, ex-ativista, que trabalhava com Valentina). Não considerei essa menor heterogeneidade de coletivos um problema, haja vista que conheci e ouvi feministas de vários outros grupos na assembléia do *Ni Una Menos* e na escola abortista da *Hermanas*. É certo que as mulheres nessas duas experiências, para além das entrevistas, não estavam falando sobre a temática inicial da minha pesquisa, mas sobre estratégias políticas feministas chilenas, que, na minha ida ao Chile, já tinha tomado a centralidade da investigação, após a incidência do pensamento feminista ativista no campo na Argentina.

Todos os dias, ao voltar para o apartamento que eu tinha alugado para minha estada, avistava, próximo ao metrô onde descia, uma exposição de fotografias na parte externa do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, que me parecia de mulheres. Ficava curiosa, mas, muito imersa no campo, sobretudo, com foco nas entrevistas, não parava para ver. Em 25 de abril de 2016, no último dia, antes de pegar minhas malas e partir, lembrei-me disso e dei uma breve passada por lá. Qual foi minha surpresa ao ver que era uma exposição fotográfica chamada *Mujeres Chile*, retratando a história das lutas sociais e políticas dos movimentos de mulheres e feministas no país. Não sei se o olhar etnográfico fica mais atento, ou se tive sorte de encontrar, por acaso, essa exposição. Contudo, emocionei-me muito com a forma como eu estava encerrando o campo em Santiago, que foi tão forte para mim. Como eu tinha pouco tempo antes de ir embora, fotografei todas as imagens e legendas, para poder observar e ler com calma, de volta para casa. Com os olhos marejados, fiquei fascinada com a

força presente na luta histórica dessas mulheres, que perpassa vários momentos, como a luta sufragista e por direitos políticos; a luta pelo egresso e pelos mesmos direitos dos homens nas universidades; a luta por espaços profissionais; a luta contra a subordinação no trabalho, quando elas alcançaram patamares na indústria; a luta de mulheres indígenas e campesinas; a luta durante a ditadura e depois, para encontrar presos políticos; a formação de vários grupos<sup>139</sup>, partidários ou autônomos, entre tantas outros momentos que compunham a bela exposição.

A exibição fotográfica iniciava-se com a história de mulheres no século XIX, mostrando condições de exploração e má remuneração no trabalho doméstico, no trabalho como lavadeiras e na prostituição. Após uma detalhada cronologia histórica, que mencionava alguns momentos de luta feminista, como os citados acima, a exposição terminava com a eleição da presidenta Michelle Bachelet, em 2006, como a mais recente “conquista” das mulheres no país, segundo quem organizou. Achei importante mencionar essa exposição, ainda que eu não vá me ater ao conteúdo histórico apresentado ali<sup>140</sup>, porque foi algo encontrado espontaneamente no processo de campo e, sobretudo, para honrar as belas palavras de Paulina, uma das minhas entrevistadas chilenas, que disse: “aqui no Chile, há feministas que levam quantidade de anos e que têm muito mais experiência, e ainda nos falta aprender com elas, né? Como é importante isso da transferência, dessa memória... e sentir que somos partes de uma *história maior ainda*.”<sup>141</sup>

---

<sup>139</sup> Alguns grupos que apareceram na cronologia histórica, exposta em fotografias e textos, foram: *Club de Señoras* (1915); *Consejo Federal Femenino* (1917); *Federación Unión Obrera Femenina* (1921); *Círculo de Lectura*, que depois virou o *Consejo Nacional de Mujeres* (1922); *Partido Cívico Femenino* (1922); *Unión Femenina de Chile* (1926-1946); *Asociación de Mujeres Universitarias* (1931); *Comité Nacional Pro Derechos de la Mujer* (1933); a primeira organização feminina Mapuche, *Sociedad Femenina Araucana Yafluayin* (1937); vários partidos políticos liderados por mulheres, além das organizações que surgiram de partidos políticos; *Federación Chilena de Instituciones Femeninas* (1944); *Partido Femenino Chileno* (1946); *Unión de Mujeres Chile* (1952); *Agrupación de Mujeres Democráticas* (1973-1976), no apoio pelos presos políticos pela ditadura; *Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos* (1975); *Movimiento feminista y coordinadoras de organizaciones* (1983-1989); as organizações sindicais, como a *Comisión Nacional Campesina* (1981) e o *Sindicato de Trabajadoras de Casa Particular* (Sintracap, 1983); o *Movimiento de Mujeres Pobladoras* (1980); a *Colectiva Lésbica Feminista Ayuquélén* (1984); e *Coordinadoras del Movimiento de Mujeres* (1983).

<sup>140</sup> Conforme disse, não pretendo, nesta dissertação, apresentar um histórico do movimento de mulheres e feministas nos três países, mas me ater às trajetórias recentes e situadas das mulheres que conheci no percurso etnográfico. Para ver, a partir de lentes acadêmicas, sobre essa história, recomendo o livro *50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil, Chile*, organizado pelas sociólogas brasileiras Eva Blay e Lucia Avelar (2016). Para a história do feminismo brasileiro, especificamente, ver Céli Pinto (2004); do feminismo chileno, ver Lulieta Kirkwood (1986) e Edda Gaviola et al. (1994); e do feminismo argentino, ver Dora Barrancos (2007).

<sup>141</sup> Acá en Chile hay feministas que llevan cantidades de años y que tienen mucho más experiencia, y todavía nos falta aprender de ellas, no? Como es súper importante como es esto del traspaso, esta memoria... y sentir que somos parte como que de una historia más grande todavía.

Apresento, a seguir, os achados do campo, segundo *eixos analíticos*. No primeiro eixo (*Pedagogias feministas*), exponho um pouco da trajetória das entrevistadas e do processo de aprendizagem feminista delas. Além disso, também apresento, brevemente, as análises delas em relação ao governo de Michelle Bachelet, para localizar o posicionamento delas a respeito disso, de antemão. No segundo eixo (*Mídia e visibilidade feminista*), exponho como as feministas olham para a mídia chilena. No terceiro (*Políticas feministas*), atendo-me às formas políticas de luta que compõem o pensamento-ação delas.

#### **4.1. Pedagogias feministas**

##### **Valentina**

Cheguei à casa da minha primeira entrevistada à noite, no único horário que ela conseguiu me encontrar, após seu trabalho. Fui recebida, com muita calorosidade, por ela e por uma amiga brasileira, também feminista, residente em Santiago, que pediu para participar do encontro, interessada em ouvir nossa conversa. As duas trabalhavam juntas num projeto da ONU, voltado para questões de gênero. Ao chegar lá, notei que era uma casa só de mulheres. Estavam as duas e outra moradora, que se apresentou também como feminista, junto à sua filha, que deveria ter por volta de seis anos. Valentina brincou com a menina: “conta para ela que você já é feminista!” Senti-me em casa, num ambiente bastante acolhedor e sororo. Finalmente, tinha encontrado uma ativista feminista chilena disposta a estabelecer uma troca comigo. Além disso, ela era afetuosa, comunicativa e demonstrou grande interesse no diálogo.

Nossa conversa durou, aproximadamente, uma hora e meia, e Valentina falou bastante sobre o contexto político chileno e o movimento feminista em Santiago. Ao contar da sua trajetória enquanto feminista, ela disse que havia se graduado em Geografia e que, aos poucos, tinha se aproximado de temáticas como Geografia de Gênero e Geografia Feminista. Segundo ela, desde criança, tinha proximidade política com o *movimento libertário*. Na universidade, portanto, ela passou a integrar a *Frente de Estudiantes Libertários*. Nesse período, ela começou a ler mais sobre as diversas formas de opressão e passou a buscar um coletivo feminista com esse mesmo enfoque político. Então, ela encontrou *La Alzada*, que é um grupo feminista libertário, fundado por mulheres que faziam parte desse mesmo movimento estudantil, mas que sentiam falta de uma abordagem feminista, propriamente.

Ela contou que tinha passado grande tempo em *La Alzada*, mas que, recentemente, tinha se afastado do ativismo feminista, por causa da falta de tempo, devido ao seu trabalho no CEPAL, que ela caracterizou como um *feminismo institucional*. Segundo ela, contudo, foi o ativismo feminista que motivou seu desejo de trabalhar com questões de gênero. “[No CEPAL] é um feminismo muito mais institucional, e é muito distinto a trabalhar *na base* ou em *temas coletivos*, mas, de alguma maneira, estou trabalhando em gênero e é isso que quero”.<sup>142</sup> Ela também me disse que, atualmente, estava com planos de trabalhar mais com algo *territorial*<sup>143</sup>, voltado para mulheres migrantes vindas da América Central. Após a tarde toda na assembléia do *Ni Una Menos Chile*, no sábado, já me sentia mais próxima do léxico feminista chileno, o que facilitou uma compreensão mais ampla das entrevistas e da formulação conceitual delas. No final da entrevista, ela me indicou o livro *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*, da pesquisadora e ativista negra Yuderkys Espinosa et al. (2015), um importante material para o feminismo latino-americano, e disse que queria se aproximar mais da perspectiva feminista *decolonial*.

Não considerei um problema o afastamento recente de Valentina do coletivo, já que ela teve, por muito tempo, experiência política feminista advinda do ativismo. Na minha conversa, posteriormente, com Bernadete, feminista no Brasil, ela disse que uma das maiores dificuldades do movimento feminista é a permanência das mulheres no ativismo, devido às altas cargas de trabalho, às jornadas duplas e às mudanças, como maternidade e relações conjugais. Algumas feministas do *Ni Una Menos*, durante a assembléia, também disseram sobre o privilégio que era poder *somar-se ao ativismo*, dadas as pressões que sofrem as mulheres para cumprir tantas outras atividades socialmente. Ainda que elas estivessem se referindo, sobretudo, à mulheres de classes sociais menos privilegiadas, o próprio caso de Valentina mostra que a rotatividade do movimento feminista se dá muito por causa de outros caminhos que as mulheres seguem, os quais dificultam suas permanências nessa luta.

Quando perguntei para Valentina o que era ser mulher no Chile, ela disse que era uma realidade “muito, muito dura”<sup>144</sup>, porque o país era muito *machista* e que elas eram sobrecarregadas, constantemente, a pressões sociais, como o *cuidado*. Ela disse: “tem que ser inteligente, tem que ser mãe, tem que ser... e começam a fazer uma soma de opressões e de

---

<sup>142</sup> Es un feminismo mucho más institucional y es muy distinto a trabajar en base o temas del colectivo pero de alguna manera estoy trabajando en género que es lo que quiero.

<sup>143</sup> Na assembleia do *Ni Una Menos* me tornei familiarizada com esse termo (territórios, territorial) que, segundo as feministas chilenas, diz de regiões que não sejam a capital chilena, ou seja, outras vilas, cidades do interior, zonas rurais e indígenas do país.

<sup>144</sup> Muy, muy, dura.

pressões que não te permitem se desenvolver como uma mulher livre, de nenhuma maneira.”<sup>145</sup> Já nesse começo da conversa, ela mencionou a questão dos *estereótipos de gênero*, nesses termos, e disse que a publicidade chilena, por exemplo, sempre tratou mulheres enquanto coisas, objetos. Assim como Cecília, na Argentina, Valentina deu bastante foco na questão dos *estereótipos de gênero* na nossa conversa e disse que afetava, fortemente, a perspectiva de meninas mais novas, pois constituía a ideia do que é ser mulher no país e de que o espaço público, por exemplo, não é destinado a elas. Justamente, por esse motivo, que ela se aproximou do que ela e as integrantes do coletivo *La Alzada* nomeiam *feminismo libertário*, que diz de uma luta pela liberdade plena da mulher, de ser o que ela quiser (que darei mais ênfase em *políticas feministas*).

Na continuidade do seu pensamento sobre como os estereótipos de gênero constroem a visão das meninas sobre o que é ser mulher, quando elas ainda são muito novas, ela apontou para o fato de que, nesse sentido, a eleição de Michelle Bachelet mudou a situação chilena em termos de *representação*. Afinal, uma mulher num cargo da presidência passou a ser uma realidade, não algo distante, como até então. Contudo, sobre a presença de uma mulher nesse cargo, ela problematizou:

Em temas políticos, bom, sim, temos agora no comando uma presidenta mulher, no seu segundo mandato, mas não houve tantas mudanças estruturais. Estruturalmente, seguem os mesmos problemas que tivemos nos anos 1990, mas, sim, mudou muito em *temas de representação*, porque Bachelet levou para trabalhar no seu governo muitíssimas mulheres a mais do que em qualquer outro governo, e isso é um dado forte, bastante indiscutível, sim. Agora como isso foi feito é também bastante questionável, simplesmente foi como incorporar mulheres, um pouco como uma cortina, que não tem uma razão estrutural de peso. Criou-se também o *Ministerio de la Mujer y Género*, ou seja, em igualdade de gênero; mas em assuntos críticos que tem a ver com temas indígenas, com temas que tenham algo que seja estrutural, ou dívidas históricas que Chile tem há mil anos, não se posicionam em nenhuma parte. Então, esse não-posicionamento repercute apenas como uma *perspectiva de gênero super institucional*, super de cortina, que *não é transformadora* e que não chegou às *bases*, muito menos chegou no *nível coletivo*, nos temas de educação. Finalmente, estão instalando temas de peso, tal qual o aborto por três causas, que começa a ser discutido e falado pelas pessoas, mas isso foi agora por último, é verdade. <sup>146</sup> (Valentina, grifos meus).

---

<sup>145</sup> Tienes que ser inteligente, tienes que ser madre, tienes que ser... y empiezan a hacer una suma de opresiones o de presiones que no permiten desarrollarte como una mujer libre de ninguna manera.

<sup>146</sup> En temas políticos, bueno si bien tenemos ahora al mando una Presidenta mujer y que es su segundo mandato como que no han habido tantos cambios estructurales. Estructuralmente siguen los mismos problemas que tuvimos en los 90', pero sí ha cambiado mucho en temas de representación; porque Bachelet ha llevado a trabajar a su gobierno muchísimas más mujeres que en cualquier otro gobierno y eso es un dato duro, como bastante indiscutido, es así. Ahora como se ha hecho esto también es bastante cuestionable, simplemente es como incorporar mujeres un poco como pantalla, no tiene una razón estructural de peso. Se creó también el Ministerio de la Mujer y Género, o sea en igualdad de género, pero en asuntos críticos que tienen que ver con temas indígenas, con temas que tienen que sean algo estructural o deudas históricas que tiene Chile hace miles de años no se posicionan desde ninguna parte. Entonces este no-posicionamiento finalmente repercute en solamente como una perspectiva de género súper institucional, súper de pantalla, que no es transformadora y que

Assim, ela coloca, logo no começo da nossa conversa, seu posicionamento em relação ao governo da presidenta Bachelet. Há vários pontos importantes em que ela toca, os quais retornarão depois, em diálogo com outras feministas. Em primeiro lugar, a questão da *representação política* e da presença de mulheres nos cargos de poder formal. Ela mostra como essa inclusão, por si só, não foi capaz de transformar as bases da sociedade chilena, constituindo-se, apenas, uma perspectiva de gênero institucional e, portanto, não-transformadora. Além disso, ela atenta para uma falta de coletividade nas proposições dentro da política formal, o que vai de oposto com o que depois ela vai dizer da *política feminista* que é, por sua natureza, coletiva, baseada no *comum*. Várias outras feministas com as quais conversei também apontaram para o caráter *simbólico* de ter uma mulher na presidência, mas que, para elas, essa presença não se converteu em mudanças estruturais e, muito menos, em relação às pautas feministas.

No dia seguinte da minha conversa com Valentina, que retornará nos outros eixos analíticos, fui ao encontro de Francisca, uma ativista *militante* da *Frente de Género*, que é um grupo feminista que faz parte do partido político *Revolución Democrática*. Como já era quase o fim da minha estada em Santiago, conversei, no mesmo dia, com Anita, do mesmo grupo que Francisca; com Maria, uma *feminista autônoma* e ex-ativista<sup>147</sup>, que trabalhava com Valentina; com Paulina e Pilar, também integrantes da *La Alzada*. No fim da noite, tinha um encontro com Pilar, do grupo *Pan y Rosas*, mas ela não pôde me encontrar, por motivos de saúde. Foi um dia muito intenso, em que atravessei a cidade de Santiago, de metrô e a pé, numa experiência etnográfica profunda, tanto em termos de desvendar a cidade, seus bairros, suas paisagens urbanas, sua constituição geográfica, que se tornou mais familiar, quanto de conversar com várias mulheres feministas num mesmo dia, construindo, na minha cabeça, conexões entre as falas e uma rede desses coletivos e do movimento feminista local, que tento organizar, em alguma medida, no presente texto.

## Francisca

---

no ha llegado a las bases, tampoco, no ha llegado al nivel colectivo, no ha llegado a temas de educación. Por fin se están instalando temas te peso, tal como el aborto tres causales que empieza a ser discutido y hablado por gente, pero eso es ahora último, la verdad.

<sup>147</sup> Optei por não contar sua trajetória pessoal, dado que ela não está no ativismo há mais de 16 anos, o que descobri só durante a nossa interação. Ainda assim, por ser uma ativista mais velha, com uma perspectiva mais histórica do movimento, sua contribuição foi, igualmente, importante.

Conheci Francisca na manhã seguinte, em sua casa, um ambiente aconchegante, cheio de cores e vida. Socióloga, ela disse que sua trajetória profissional sempre esteve ligada “ao desenvolvimento de projetos sociais e comunitários, vinculados à participação, fortalecimento, organização e articulação de atores”<sup>148</sup>. Nesse sentido, ela trabalhou com meninas e meninos, no Peru, na República Dominicana e no Chile. Em Santiago, ela disse que seu enfoque passou a ser mais com questões ambientais e que seu último trabalho foi ligado ao *Centro de Creación en la Municipalidad de Providencia*, que tinha a ver também com a questão da participação cidadã. Em relação à sua entrada no movimento feminista, Francisca disse que sempre se aproximou das ideias feministas de forma indutiva, quando era criança, mas que foi no âmbito universitário que ela teve oportunidade de compreender melhor “os fundamentos e o que realmente significava.”<sup>149</sup> Ela contou que havia estudado na *Universidad Católica de Chile*, mas que esses conhecimentos não vieram de disciplinas, pois, na época, essa temática não era abordada no currículo, como é hoje, em algumas universidades. Contudo, seu envolvimento com temáticas de gênero se deu no contexto acadêmico, quando ela se envolveu em outros “pequenos espaços de formação feminista”<sup>150</sup>, como clubes de leitura e outras atividades coletivas, como um grupo de *stand up e comédia feminista*, do qual ela ainda fazia parte.

Em várias trajetórias feministas, portanto, o ambiente universitário e do movimento estudantil foi importante para a entrada das mulheres no ativismo, como já apareceu e aparecerá em outras biografias. Contudo, não pelo conteúdo propriamente das disciplinas, mas pela possibilidade de auto-organização, coletivização e articulação extra-acadêmica, propícia do espaço efervescente estudantil. Francisca disse que o feminismo sempre esteve de forma *transversal* na sua vida, mas que ela não se ligou a organizações específicas, por longo tempo. Recentemente, contudo, ela passou a integrar ao coletivo *Frente de Género*, associado ao partido político *Revolución Democrática*, como uma forma de se aproximar-se também de um “ponto de vista político formal” e da “agenda de gênero do país”, e que ela já desejava, há tempo. Em relação ao que era ser mulher no Chile, ela disse, como Valentina, que era um país extremamente *machista*, mas que ela era privilegiada, por tido a chance de ir à universidade, uma realidade de uma elite restrita do país. Nas suas palavras:

O que é ser mulher no Chile não se pode ler sem outros elementos sócio-culturais, como *classe e raça*, a nível sócio-econômico, a nível sócio-educativo. Chile é um país

---

<sup>148</sup> En el desarrollo de proyectos sociales y comunitarios vinculados con participación, fortalecimiento, organización, articulación de actores.

<sup>149</sup> Los fundamentos y que es lo que significaba realmente.

<sup>150</sup> Pequeños espacios de formación feminista.

tremendamente segregado, em termos sócio-econômicos, ou seja, os mesmos temas que te digo agora, só posso dizê-los desde a *posição privilegiada* de uma mulher que foi à universidade, e isso, em Chile, faz parte não só da elite, mas sim de uma *elite educativa*.<sup>151</sup> (Francisca, grifos meus).

Nesse sentido, enfatizou que ela não vivia o pior de ser mulher no Chile, já que a situação de mulheres pobres não se comparava à sua. Francisca disse que “sendo uma mulher pobre, você não tem nada, ou seja, cai no mais completo abandono, nas mãos de qualquer pessoa sem escrúpulos.”<sup>152</sup> Assim, ela apontou, fortemente, a necessidade de levar em consideração questões de classe e raça para definir a realidade enquanto mulher, tal qual as feministas acadêmicas decoloniais apontam com a perspectiva da *interseccionalidade* (Curiel, s.f; Espinosa-Miñoso, 2014). Da mesma forma, ela disse que ser mulher no Chile não era tão diferente de o ser em outros países latino-americanos, mas que não era igual para todas as regiões, mencionando, também, as mulheres em zonas rurais, indígenas e imigrantes, que sofrem a opressão patriarcal, fortemente.

Em seguida, ela contou que, há aproximadamente três anos, havia tido uma relação sexual sem preservativo e que tomou a pílula do dia seguinte (que Valentina me disse que era extremamente difícil de adquirir no Chile e que Anita contou que foi uma conquista feminista apenas em 2010), mas que não funcionou. Então, Francisca teve que comprar uma passagem de urgência para Cuba, que custou dois mil pesos, para, então, fazer um aborto lá. Nesse momento, ela pediu-me desculpas por “fugir do tema da pesquisa”, mas disse que contava aquilo como uma *experiência pessoal* que a deixou com muita indignação e tristeza, porque ela pensava quantas outras mulheres não poderiam fazer o mesmo, numa situação como a dela. Ela disse que, a todo tempo, refletia que tinha a oportunidade de escolher, dada sua condição financeira, mas quantas outras estavam desprotegidas e não poderiam fazê-lo. Nesse sentido, ela esclareceu que as temáticas de gênero, no país, são, por vezes, colocadas para debaixo do tapete, mas que o movimento de mulheres estava dando a volta, *visibilizando* e *conscientizando* mulheres e homens de questões importantes, como a do aborto.

Logo em seguida, ela expôs que, diante dessa situação, a eleição da presidenta Bachelet tinha tido grande importância *simbólica* para o país, ainda que fossem inúmeras as

---

<sup>151</sup> Qué es ser mujer en Chile no se puede leer sin los otros elementos socioculturales como clase y raza a nivel socioeconómico, a nivel socioeducativo. Chile es un país tremendamente segregado en términos socioeconómicos, o sea, los mismos temas que te digo ahora, entonces yo sólo te puedo hablar desde la posición privilegiada de una mujer que fue a la Universidad, o sea que tuvo la oportunidad de ir a la Universidad y eso en Chile te hace parte no [solo] de la elite pero sí de una elite educativa.

<sup>152</sup> Siendo una mujer pobre no tienes nada, o sea caes en el más completo abandono, en manos de cualquier persona sin escrúpulos.

críticas ao seu governo. Tal percepção se repetiu na fala de quase todas as entrevistadas chilenas, conforme abordarei, ao longo do capítulo. Assim, ela disse:

Alguém pode ter muitas críticas a seu governo, mas, desde um ponto de vista simbólico, as meninas que crescem hoje no Chile, ou que tem 10 anos, 12 anos, tem uma referência de uma mulher que pode chegar a ser presidenta, e isso eu acredito que seja sumamente importante, desde o ponto de vista simbólico.<sup>153</sup> (Francisca).

Nesse sentido, Francisca apontou, também, a questão da *representação política* e da importância simbólica da presença de mulheres nesses espaços institucionais, tal qual Valentina colocou, anteriormente. Contudo, ela também fez críticas ao governo de Bachelet e disse que, tamanhas as injustiças sociais no país, sua presença, por si só, não *transformaria* a sociedade, que necessitava de uma *mudança cultural*. Ela também mencionou a criação do *Ministerio de la Mujer* no governo da presidenta, mas disse que foi instaurado enquanto um ministério à parte, ou seja, de forma *denominativa*, cujas elaborações não eram *transversais* aos outros ministérios e, portanto, ineficientes. Ela disse que, na sua percepção, era necessário que a discussão de gênero fosse feita em distintos níveis, não de forma isolada, em um ministério específico, já que isso faz parte de uma *mudança cultural* mais ampla na sociedade. “Sem uma mudança cultural, têm-se, decisores, sem critério. É impossível fluir, ou seja, estão olhando para as decisões debaixo da lupa de gênero, sem antes ter gerado essa mudança cultural.”<sup>154</sup>

De forma semelhante à Valentina, Francisca questionou a política formal tal qual está dada, que não é suficiente para uma transformação mais ampla em relação às questões de gênero. Sobre o governo de Bachelet, propriamente, ela fez outras avaliações negativas, especialmente em relação ao posicionamento dela, como mulher. Segundo a ativista, Bachelet, influenciada por um contexto político *machista*, nunca deu ênfase aos temas de gênero, “tendo a voz que tem e o poder que tem no país.”<sup>155</sup> Além disso, segundo Francisca, ela envolveu sua família em cargos políticos, o que “simplesmente não se pode fazer”<sup>156</sup>, pois são “coisas que a marcam, que, por ser mulher, fez ou não fez tal coisa”<sup>157</sup>.

## Paulina

---

<sup>153</sup> Uno puede tener muchas críticas a su gobierno pero desde un punto de vista simbólico, las niñas que crecen hoy en Chile o que hoy en día tienen 10 años, 12 años tienen un referente de que una mujer puede llegar a ser Presidenta y eso creo que es sumamente importante, desde el punto de vista simbólico.

<sup>154</sup> Sin el cambio cultural tienes como tomadores de decisiones que no tienen criterio. [Así], es imposible fluir, o sea, están mirando las decisiones de todos bajo la lupa de géneros sin antes haber generado este cambio cultural.

<sup>155</sup> Teniendo la voz que tiene en el país y el poder que tiene en el país.

<sup>156</sup> Simplemente no se debe hacer.

<sup>157</sup> Cosas se le tilden que por mujer hizo o no hizo tal cosa.

Assim que terminei a conversa com Francisca, corri em direção à casa de Paulina, minha terceira entrevistada chilena, do coletivo *La Alzada*. Quando cheguei, estava um pouco atrasada, por ter perdido o controle do tempo no encontro anterior, já que nunca concluía o fluxo de uma entrevista (sempre esperava que elas o fizessem), tamanho era meu entusiasmo em ouvi-las. Pedi desculpas, e ela abriu um largo sorriso, que, ao longo da nossa troca, notei que integrava sua personalidade, leve, calma e acolhedora. Era quase horário de almoço, a vizinhança já emanava cheiro de comida, mas, mesmo assim, ela me recebeu, junto com sua gata, com muita paciência e abertura, numa conversa que durou uma hora. Acredito que, assim como Valentina, ela morava com outras mulheres (fui criando histórias de vida mentalmente, para além do que elas falavam), num apartamento agradável, sossegado, que me pareceu, também, permeado por união entre mulheres.

Paulina, assim como Francisca, era socióloga e afirmou ser feminista há, mais ou menos, nove anos. Da mesma forma que as duas ativistas anteriores, ela disse que se envolveu no movimento ainda na Universidade, porque uma amiga a sugeriu. “Ela me dizia: 'seria bom que conhecesse um coletivo feminista', porque eu me autodenominava feminista, mas sempre desde a experiência e nunca havia participado de nenhuma *coletividade política*”.<sup>158</sup> Ela contou que o primeiro coletivo de que ela havia participado se chamava *Mujeres Públicas*, num contexto no qual quase todas as integrantes já estavam terminando a faculdade e que ela era a mais nova do grupo. Ela então disse que “depois, muitas das que participavam do coletivo começaram a ter menos tempo, por causa dos seus trabalhos, da vida familiar e esse tipo de coisa”<sup>159</sup>. Mais uma vez, a questão da dificuldade de mulheres de se manterem no ativismo, apareceu também na fala de Valentina.

Porque é muito difícil para as mulheres se organizarem e terem uma *actividade política*, com a quantidade de carga laboral que vivemos, porque, apesar de muitas sermos profissionais e estudantes, que é diferente, provavelmente, da realidade que viveram nossas mães. Apesar disso, o trabalho doméstico segue sendo... ocupando um lugar central na vida das mulheres, de maneira *transversal*, e nós, feministas, muitas vezes não ficamos de fora disso, e vão se somando as tarefas.<sup>160</sup> (Paulina, grifos meus).

---

<sup>158</sup> Ella me decía: 'sería bueno que conociera un colectivo feminista', porque yo me autodenominaba feminista, pero siempre desde la experiencia y nunca había participado de ninguna colectividad política.

<sup>159</sup> Después, muchas de las que participaban en el colectivo empezaron a tener menos tiempo por causa de sus trabajos, la vida familiar y ese tipo de cosa.

<sup>160</sup> Porque es muy difícil para las mujeres organizarse y tener una actividad política, con la cantidad de carga laboral que vivimos, porque a pesar de que muchas, claro, somos profesionales y estudiantes, que es distinto probablemente de la realidad que vivieron nuestras mamás. A pesar de eso, igual el trabajo doméstico sigue siendo... ocupando un lugar central en la vida de las mujeres, de manera transversal, y las feministas muchas veces no quedamos fuera de eso, y se van sumando las tareas.

Esse primeiro coletivo da qual ela fez parte tinha como ação política principal a elaboração de oficinas relacionadas aos direitos sexuais reprodutivos. “Fazíamos oficinas para mulheres que tinham sofrido violência. Fazíamos também férias feministas, com jogos. Nos juntávamos também a discutir muito, politicamente. (...) Para ver documentários.”<sup>161</sup> Ela me disse que elas tinham participado da inauguração da *Linea de Aborto Libre*, outro coletivo de feministas pelo aborto legal. Ela contou que, nessa época, elas também tiveram uma capacitação com a organização holandesa *Women on Waves*, que presta um serviço de aborto seguro em países cuja prática é ilegal. Ela explicou que as integrantes dessa ONG “levavam as mulheres que queriam abortar ao mar internacional e andavam como com uma clínica, ensinando a abortar com pílulas.”<sup>162</sup> Assim, ela disse que esta foi uma das formas de aprendizado e capacitação importante para o grupo, apontando para a *transversalidadade* do movimento feminista em diferentes países.

Como elas tinham forte foco na linha de direitos sexuais reprodutivos, também estavam, constantemente, “falando do prazer, do desfrute da sexualidade, da erotização.”<sup>163</sup> Após o fim desse grupo, Paulina seguiu, paralelamente, participando no movimento estudantil. Ela contou que atuava, sempre, em uma perspectiva feminista, mas, a princípio, *descolectivizada*, ou seja, enquanto autônoma, até quando se uniu à *La Alzada*.

No ano de 2012, saí da universidade, no primeiro semestre, e umas *compañeiras libertárias* contavam que queriam formar um projeto feminista, de uma *organización política*, e eu justamente como já tinha saído da universidade, me fazia falta essa atividade, digamos. Porque a política se transforma como parte da vida cotidiana. Me uni a esse projeto, que começamos no final de 2012, como em outubro, me lembro. Essa organização é a que ainda milito, que se chama *La Alzada, acción feminista libertaria*. (Paulina, grifos meus).<sup>164</sup>

Para mim, era fascinante ouvir a história de vida dessas mulheres, sobretudo os caminhos que elas tinham seguido na luta feminista para chegar até ali - os lugares que percorreram, as escolhas que fizeram, como foi o processo de aprendizagem feminista e como

---

<sup>161</sup> Hacíamos talleres para mujeres, mujeres que habían vivido violencia. Hacíamos también ferias feministas, con juegos. Nos juntamos también a discutir mucho políticamente. Nos juntamos a ver documentales. Participamos también de la inauguración de la línea de aborto libre acá en Chile.

<sup>162</sup> Llevaban a mujeres que querían abortar al mar internacional y andaban como con una clínica y ellas enseñaban a abortar con pastillas.

<sup>163</sup> Hablando del placer, del disfrute de la sexualidad, erotización.

<sup>164</sup> Y en el año 2012 yo salí de la universidad el primer semestre, y unas compañeras libertarias contaban que querían armar un proyecto feminista, de una organización política, y yo justamente como ya había salido de la universidad me hacía falta esta actividad, digamos. Que se vuelve como tan parte de la vida cotidiana, la política. Me sumé a este proyecto, empezamos a fines de 2012, como en octubre, me acuerdo. Y esta organización es la que todavía milito, que se llama *La Alzada, acción feminista libertaria*.

compartilhavam os saberes que hoje carregam enquanto mulheres ativistas. Durante a fala de Paulina, lembrei-me de quando Natacha, na Argentina, me disse que o senso comum tem a impressão de que as ações feministas são espontâneas, que elas dizem “vamos às ruas protestar!” e, então, pronto, acontece! Mas que, na verdade, por trás de cada ação delas, havia um pensamento, uma elaboração teórica e uma organização coletiva cotidiana e diária. Nesse sentido, reforço o motivo pela qual optei por colocar essa teorização e construção de pensamento-ação no centro da minha dissertação, pois essas mulheres estão elaborando, cotidianamente, saberes fundamentais para as discussões de gênero e feministas. Da mesma forma, Paulina deu bastante ênfase em como elas constroem esse conhecimento, coletivamente e diariamente, seja em encontros, reuniões, capacitações, reflexões individuais, por meio de suas experiências, mas, sobretudo, nos intercâmbios entre si e em conjunto com outras organizações, coletivos feministas e de mulheres.

Ao questionada sobre o que era ser mulher no Chile, Paulina contou-me um pouco mais da sua trajetória pessoal, associando-a ao contexto social e cultural mais amplo do país. Nesse momento, começamos a nos aproximar mais. Suas falas me tocavam profundamente, enquanto mulher e feminista. As histórias que ela compartilhava rememoravam-me as das minhas próprias avós, mulheres também da zona rural que sofreram violência, durante toda a vida. Paulina nasceu em Renca, numa *comuna popular*<sup>165</sup> de Santiago. As mulheres “de sua origem”, segundo ela, sempre viveram muita violência (e ainda vivem), inclusive sua avó materna. Assim, ela enfatizou seus privilégios em relação às mulheres de onde veio. “Hoje em dia, me sinto uma mulher *super privilegiada*, nesse sentido, que optou por outros caminhos. Não é a mesma vida que tiveram, provavelmente, muitas companheiras minhas de escola, de onde me criei, de onde nasci, da minha origem, digamos.”<sup>166</sup>

Na continuidade, ela falou sobre outras violências que sofrem as mulheres chilenas, como a obstétrica e psicológica, provenientes das inúmeras opressões e pressões sociais. “O stress, as crises de ansiedade, as crises de pânico, as depressões, eu creio que são como patologizações da sobrecarga de trabalho que nós, mulheres, temos, a exposição à violência, a

---

<sup>165</sup> De acordo com o *Portal Gobierno Local* (2008), *comunas* são comunidades na Argentina que não tem o número de habitantes suficientes, segundo cada província local, para se constituir enquanto um município. No caso de Renca, localizada na província de San Luis, são 178 habitantes. A expressão *comuna popular* foi colocada por Paulina.

<sup>166</sup> Hoy en día, yo me siento una mujer súper privilegiada en este sentido, como que... ha optado por otros caminos. No es la misma vida que han tenido probablemente muchas compañeras mías de escuela, de dónde yo me cree, dónde yo nascí, de mi origen, digamos.

exposição a diferentes opressões.”<sup>167</sup> Nesse sentido, o *cuidado com o corpo* mostrou-se uma estratégia política feminista fundante para elas, conforme abordarei, com mais afinco, em *políticas feministas*. Reproduzo, por completo, uma frase dela que, além de ter me tocado sensivelmente, diz muito de um conhecimento do contexto chileno, a partir da sua experiência.

Estamos, geralmente, expostas a contextos de muita violência, contextos onde nossos pais são alcoólatras e, geralmente, são muito agressivos. O ver e o viver a violência que sofreram nossas mães, também, como no nosso sistema familiar, é um tema muito complicado, e o feminismo serve, de alguma maneira, para *politizar essa experiência*. Te falo como *desde minha experiência pessoal* e como isso me provocou pelo menos a ser feminista. Como minha experiência de infância, de conhecer a história das minhas avós, que também haviam sofrido violência... e me dar conta que era uma questão comum, lamentavelmente. Tão brutal também, porque algumas de nós vivemos uns tipos de abusos, outras, outros. Creio que a *exposição da violência* é algo como que *transversal* na vida das mulheres. E aqui, bom, na medida em que se vai crescendo na escola, te vão moldando, exigindo... e na universidade também acontece. Há muita *educação sexista*. Na família também, como a exigência de estar em uma relação, de casar, de ter filhos. *É muito difícil que as mulheres possam ter projetos de vida não vinculados a esse mundo tão tradicional*. (Paulina, grifos meus).  
168

Em relação ao governo da primeira mulher presidenta, Paulina foi muito enfática: “eu acredito que Michelle Bachelet não tem nada a ver com o feminismo.”<sup>169</sup> Nesse sentido, ela afirmou que Bachelet nunca sequer havia se declarado feminista (crítica que também apareceu nas feministas argentinas e brasileiras, em relação às outras presidentas) e que era fácil compreender o porquê: “é difícil pedir isso a uma mulher que participa de um partido político que, historicamente, teve uma *estrutura masculina*, uma *política masculinizada e patriarcal*, digamos.”<sup>170</sup> Ela também reforçou que Michelle era parte de uma classe política dominante, que perpetuou o sistema neoliberal no Chile e, portanto, as violências que as mulheres

---

<sup>167</sup> El stress, las crisis de ansiedad, las crisis de pánico, las depresiones, yo creo que son más bien como patologizaciones de la sobrecarga de trabajo nuevamente que tenemos las mujeres, la exposición a la violencia, la exposición a las distintas opresiones.

<sup>168</sup> Estamos generalmente expuestas a contextos de mucha violencia, contextos donde los papás nuestros son alcohólicos, y generalmente son muy agresivos. El ver o el vivir la violencia que sufrieron nuestras mamás, también, como en nuestro sistema familiar, es un tema muy complicado y el feminismo sirve, de alguna manera, para politizar esta experiencia. Te hablo más como desde mi experiencia personal y como... que es que me provocó a mi por lo menos ser feminista, no? Como mi experiencia de infancia, el conocer la historia de mis abuelas, no? Que también habían vivido violencia... y darme cuenta que era una cuestión tan común, lamentablemente. Tan brutal también, porque unas vivimos unos tipos de abuso y otras, otros. Yo creo que la exposición de la violencia es algo como que transversal en la vida de las mujeres. Y acá, bueno, en la medida que se va creciendo en la escuela, te van moldeando, exigiendo también, y en la universidad también pasa, no? Hay mucha educación sexista. En la familia también, como la exigencia de estar en pareja, de casarse, de tener hijos. Es muy difícil que las mujeres posan tener proyectos de vida no vinculados a este mundo tan tradicional.

<sup>169</sup> Yo creo que Michelle Bachelet no tiene nada que ver con el feminismo.

<sup>170</sup> Es difícil pedirle a una mujer que participa en un partido político que históricamente ha tenido una estructura masculina, una política masculinizada y patriarcal, digamos.

inseridas nessa conjuntura sofrem. Como as demais feministas com quem conversei, ela disse sobre a criação do *Ministerio de Equidad e Género*, que, para ela, foi uma intenção de “capitalizar a demanda feminista”<sup>171</sup>, mas que era muito mais uma “estrutura, uma aparência, que não há uma política substantiva que tenha a ver com o feminismo em nenhum caso”,<sup>172</sup> numa interpretação próxima à de Valentina.

Ela acrescentou o fato de que os feminicídios, no Chile, estavam aumentando e de que não havia tido uma resposta do governo a essa situação brutal. Por fim, ela disse que talvez, algumas *feministas institucionais* ou *institucionalistas* poderiam sentir que Bachelet tenha feito algumas coisas em relação às questões de gênero, mas que, para elas, enquanto *feministas libertárias*, “Michelle Bachelet *no representa* ou *no representou* nunca o movimento chileno em nenhum caso. (...) Não representa nenhuma transformação substancial da condição de opressão que vivemos as mulheres, as pessoas transexuais, travestis, lésbicas”,<sup>173</sup> apontando para outras interseções que complexificam a realidade das mulheres. Contudo, observei que mesmo as feministas partidárias, ou envolvidas mais fortemente com o Estado, também faziam críticas à Bachelet, como a entrevistada seguinte, Anita.

### **Anita**

Após longa e calorosa conversa com Paulina, fui ao encontro de Anita, no metrô. Por minha sorte, ela estava na mesma região, então consegui locomover-me a tempo de alcançá-la no seu horário de almoço. Fomos, juntas, a um restaurante-café, onde compartilhamos uma deliciosa refeição chilena, enquanto conversávamos sobre a história do movimento feminista do país e o contexto político da região. Anita era muito comunicativa, simpática e articulada, motivo pela qual, por vezes, ela deixava a comida de lado para, generosamente, compartilhar seus amplos conhecimentos comigo. Ao questioná-la sobre sua trajetória, Anita me disse que era advogada e que, há aproximadamente três anos, tinha se envolvido com o movimento feminista, por meio da *Frente de Género da Revolución Democrática*, que, na época em que ela iniciou, era um movimento social, mas agora era um partido político. Contudo, ela disse, assim como outras feministas, que sua identificação enquanto mulher feminista era anterior a

---

<sup>171</sup> Capitalizar la demanda feminista.

<sup>172</sup> Es más bien una estructura, una apariencia, no hay una política sustantiva que tenga que ver con el feminismo en ningún caso.

<sup>173</sup> Michelle Bachelet no representa o no ha representado nunca al movimiento feminista chileno en ningún caso. (...) Para nosotras, no representa ninguna transformación sustancial de la condición de opresión que vivimos las mujeres, las personas transexuales, travestis, lesbianas.

“essa formalidade”, desde quando ela era criança. Ela disse que, aos poucos, começou a notar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, e como o feminismo era muito mais *transformador*. Assim, começou a buscar feministas que tinham percepções da sociedade tais como as delas, para *coletivizar essa luta*, unindo-se a outras mulheres com os mesmos objetivos.

Então, bom, eu creio que isso é o primeiro, você sente um pouco de raiva, não consegue entender, e logo isso gera uma energia e *uma energia transformadora*. Isso te leva a buscar pessoas que tenham as *mesmas inquietudes* que você, e depois já buscar trabalho ali, e depois de gerar trabalho, provavelmente, também contactar ou articular, gerar trabalho *em conjunto com outras feministas*. (Anita, grifos meus).<sup>174</sup>

Anita disse que, como advogada, já tinha sofrido opressão de gênero, fortemente, no âmbito universitário e laboral. Ela questionou, por exemplo, o fato de as universidades de Direito terem disciplinas de Direitos Humanos que, de alguma forma, tocam nas questões de gênero, mas que, na prática, a realidade era outra. Ela disse que, nas faculdades de Direito, comumente, há o mesmo número de mulheres e homens, mas que, quando as mulheres ingressam no trabalho, não recebem o mesmo respeito nesses lugares e são, constantemente, questionadas pela forma como exercem a profissão. Segundo ela, foi essa percepção, baseada na sua *própria experiência*, que a moveu em direção a encontrar um *lugar coletivo* para discutir essas questões e lutar contra essas opressões, encontrando, posteriormente, a *Frente de Género*. Sobre essa diferenciação, ela disse:

As mulheres não recebem o mesmo nível de consideração para fazer o mesmo trabalho, não apenas em termos monetários, não sendo pagas o mesmo tanto, mas porque, constantemente, têm que viver condutas machistas, o tempo todo; e seu trabalho nunca é igualmente validado pelo homem, ou sempre se espera o dobro delas, por serem mulheres, capazes de fazer cem coisas ao mesmo tempo.<sup>175</sup> (Anita).

De forma um pouco distinta das conversas anteriores que tive, Anita falou muito do histórico do movimento feminista e de mulheres no Chile, desde o contexto da luta pelo direito ao voto. Foi um conhecimento muito agregador, já que, até então, eu tinha ouvido mais sobre o contexto do feminismo contemporâneo. Ela me deu um panorama muito rico, citando mulheres que fizeram história no país, como Elena Caffarena, no contexto sufragista, e Julieta Kirkwood, no contexto de redemocratização do país, após a ditadura militar (que também

---

<sup>174</sup> Entonces, bueno, yo creo que eso es lo primero, uno siente un poco de rabia, como que no logra entender y luego eso genera energía y una energía transformadora y eso te lleva a buscar personas que tengan las mismas inquietudes que tú y después ya buscar un trabajo allí y después de generar un trabajo, probablemente también contactarte o articular, generar trabajos en conjuntos con otras feministas.

<sup>175</sup> A las mujeres no se les otorga el mismo nivel de consideración por efectuar el mismo trabajo no sólo en términos como monetarios, que no se le pague lo mismo, sino que constantemente tienen que vivir conductas machistas todo el tiempo y su trabajo nunca es igualmente validado por el hombre o siempre se espera el doble de ellas por ser mujeres que son capaces de hacer cien cosas a la vez.

apareceram na exposição fotográfica que citei). Ao dizer dessa trajetória, ela mencionou algumas divergências feministas históricas no país, apontando, assim, como várias mulheres o fizeram na reunião *Ni Una Menos*, para a diferença entre as feministas *militantes* e *autônomas*. Nesse momento, ela mencionou o *Miércoles Negro*, no dia 8 de março de 2016, que aconteceu em vários países latino-americanos, como na Argentina, como *Paro Internacional de Mujeres*. Segundo Anita, naquele dia, estavam todas nas ruas, reunidas pelo fim da violência contra a mulher, mostrando que, naquele contexto, não importavam as divergências, mas o senso de união e coletividade. Ela disse, inclusive, que foi nesse contexto que surgiu a *coordinadora Ni Una Menos*.

Sobre o que significava ser mulher, ela disse que o Chile era um país muito conservador, “no qual não há direito; não há aborto; em geral, não há educação sexual”, ou seja, não se ensinam nas escolas sobre mecanismos para evitar a gravidez e temas relacionados. Ela citou, por exemplo, que a conquista da pílula do dia seguinte era muito recente, em 2010, mas que se deu, apenas, pela pressão do movimento feminista. Nas suas palavras sobre essa conquista, “creio que a primeira vez que Chile se mobilizou, fortemente, com a demanda social feminista, depois da chegada da democracia, foi com a pílula do dia seguinte.”<sup>176</sup> Além disso, ela disse que existe uma Direita muito conservadora que ainda governava o país, um dos motivos pelas quais as mulheres estavam lotando as ruas.

Em relação ao governo de Bachelet, Anita analisou que, antes de se eleger, ela prometeu uma agenda de governo com propostas que pareciam avançar muito o país, mas que não as cumpriu, por falta de apoio político interno. Então, para Anita, evidentemente, ela ganhou as eleições com um projeto que se poderia considerar relevante, mas que, no entanto, depois de vencê-las, ela não teve apoio no Congresso a favor dos projetos que, efetivamente, “prometeu aos cidadãos”. Nesse sentido, ela citou o projeto de aborto “por três causas” (*Ley de aborto en tres causales*), que Bachelet era a favor, mas que nunca havia saído do papel, até o presente momento (como disse, posteriormente, foi aprovado). Mais uma vez, Anita apontava as dificuldades dentro da política formal, institucional, em conformidade com o que as outras feministas vinham dizendo, sobre os limites dessa forma de fazer política.

## Pilar

---

<sup>176</sup> La primera vez que Chile se moviliza fuerte es con la demanda social feminista después de llegada la Democracia es con la píldora del día después.

Após todas essas entrevistas, peguei, novamente, o metrô, que já me era familiar, e fui à casa de Pilar, para minha última entrevista no Chile. Já estava anoitecendo, o céu era rosado, mas as ruas ainda estavam cheias de gente. Pensava se deveria sentir medo, ao andar sozinha, à noite, por lugares que não conhecia, mas vi, ao descer no metrô, muitos trabalhadoras e trabalhadores nas ruas, lojas e bares. Já era mais de oito da noite, mas via outras mulheres caminhando sozinhas. Imaginava se elas também estavam com medo, como eu, mas como me dava força encontrá-las no caminho. Ao chegar no endereço, vi que era um prédio enorme e imaginei quantas vidas ali habitavam, quais histórias de mulheres compunham aquele cenário, tais como a de Pilar.

Mesmo já sendo noite e o fim de uma segunda-feira exaustiva, ela me recebeu com muita afetividade, simpatia e abertura. Eu já quase não tinha bateria no celular, e no próprio corpo, já que havia saído às oito da manhã. Mesmo assim, conversamos, também, por quase uma hora. Pilar prendeu toda minha atenção, sem que eu sequer percebesse o tempo que passou. Foi uma conversa muito leve, plena de afeto e troca de conhecimentos. Sentia-me já próxima a *La Alzada*, haja vista que ela era minha terceira entrevistada desse grupo. Acredito que isso foi um ponto positivo, pois pude ouvir, sob diferentes trajetórias de vida, a respeito de uma mesma forma de coletividade feminista, como, infelizmente, não tive a oportunidade na Argentina e no Brasil. Pude entender, mais a fundo, sobre como funcionava o grupo, qual era sua história, como eram algumas das mulheres que o compunham.

Pilar contou que era formada em Letras e professora de literatura e das línguas castelhana e inglesa. Fiquei radiante quando ela elogiou meu espanhol, que, de fato, tinha evoluído ao longo da estrada. Ela contou que, atualmente, estava atuando em um projeto universitário que preparava estudantes para a *prueba nacional* para entrar na Universidade (equivalente ao Enem, no Brasil). Tal projeto, chamado PACE, era voltado, sobretudo, para estudantes vulneráveis que, se cumprissem as atividades do programa, teriam a chance de ingressar na universidade e cumprir a carreira vocacional que desejassem. Concomitantemente, ela atuava no ativismo feminista, sobretudo com *La Alzada*, mas com outras instâncias também.

Pilar disse que tinha feito parte do *movimento estudantil libertário*, tal qual Paulina, mas que esse grupo se dissolveu, ao longo do tempo, segundo ela, porque havia práticas *masculinizadas*, com “companheiros com práticas super machistas, apesar de ser uma

organização que se dizia libertária, horizontal, de esquerda.”<sup>177</sup> Assim, ela apontou, indiretamente, para alguns dos princípios que constituíam o seu coletivo feminista, que se desenvolveu independentemente desse movimento estudantil (ainda que, inicialmente, estivessem interligados). Além disso, ela disse tinha uma revista artística, chamada *Zánganos*, que buscava reforçar a arte no Chile e na América Latina. Embora não fosse uma revista propriamente feminista, ela afirmou que a temática era transversal ao conteúdo, “claro, também, é uma forma de potenciar esses outros saberes que, de repente, na ciência ou na academia não foram hegemônicos”.<sup>178</sup> Tamanha foi minha satisfação ao ouvir essa frase, haja vista que, semelhantemente, colocar o pensamento feminista ativista nesses espaços hegemônicos de ciência era meu maior objetivo com a pesquisa. Além disso, ela disse que também era fotógrafa e que atuava a partir da fotografia jornalística, registrando, por exemplo, as marchas de mulheres.

Em relação a ser mulher no Chile, ela afirmou que era muito árduo, dadas as condições sociais e dado o não-reconhecimento do trabalho doméstico, por exemplo, “que fazem com que ser mulher seja algo mais difícil, mas, ao mesmo tempo, acontecem, finalmente, em outras partes de América Latina e fora do continente, inclusive”<sup>179</sup>. Em relação às especificidades chilenas, ela enfatizou que a família era o primeiro lugar de enfrentamento das mulheres feministas, já que o pensamento, em geral, era muito *conservador e machista*. Além disso, de acordo com ela, a ditadura, muito recente, era algo que marcava o contexto do país, sobretudo as diferenças entre as gerações pré-ditadura e pós-ditadura. Para Pilar, a *brecha generacional* era uma grande questão, pois esse período gerou uma “espécie de conhecimento de atuar o fazer silêncio”<sup>180</sup>, que as gerações posteriores não consentiam. Ela mencionou que, recentemente, em *La Alzada*, elas tinham assistido a um documentário sobre uma casa chamada *Venda Sexy*, que era um local de tortura e violência sexual no período ditatorial. Pilar disse que, nas entrevistas, ao perguntarem às mulheres, por volta de sessenta anos, o que tinha acontecido naquele local, elas respondiam coisas como “na realidade, sim, teve isso, mas não quero falar sobre, não sei muito.”<sup>181</sup>

---

<sup>177</sup> Súper masculinizadas, los mismos compañeros con practicas súper machistas, a pesar de ser una organización que dice ser libertaria, horizontal, de izquierda.

<sup>178</sup> Claro, también es una forma de potenciar esos otros saberes que de repente la ciencia o en la academia se no ha hecho hegemónicos.

<sup>179</sup> Que hacen que sucede en Chile y que hacen que ser mujer es algo más difícil, pero lo mismo sucede igual al final en otras partes de Latinoamérica y fuera del continente incluso.

<sup>180</sup> Una especie de conocimiento de actuar en hacer silencio.

<sup>181</sup> En realidad sí, hubo esto, pero no quiero hablar, no sé mucho.

Então, obviamente, creio que até os anos 1990 foi muito mais potente a opressão que sofreram as mulheres, e que isso gerou esse silêncio, esse *medo a manifestar-se e a expressar-se* (...). Mas sim, sinto que houve uma virada, claro, como digo depois da ditadura que questionou, justamente, porque... que questionou essas formas e aí dando mais elementos às *mulheres para que possam ir ganhando sua voz*.<sup>182</sup> (Pilar, grifos meus).

Em relação ao governo de Bachelet, Pilar também afirmou que sua eleição havia sido, de fato, um marco para o país, devido à “visibilização da mulher na política partidária”<sup>183</sup>, mas que era uma questão meramente *simbólica*, já que, ainda que ela fosse mulher, fazia parte de um sistema político com *práticas masculinizadas* e, portanto, que não transformaria a sociedade chilena tal qual elas desejavam. Segundo ela, “não há nada mais vertical que política partidária, independente de qual seja”<sup>184</sup>. Além disso, que esses espaços estão cheios de práticas *machistas*, já que as principais vozes são masculinas. Contudo, que era importante ter mulheres nesses espaços, ao menos para *desmasculinizar* a política partidária. Nos seus termos:

Alí há uma mulher que se colocou à frente, mas, muitas vezes, por termos estratégicos, mas, claro, resgato enquanto *algo simbólico*, e que é sempre melhor ter mulheres dentro desses partidos e desse partidarismo, porque ter mulheres é, finalmente, como uma *forma de visibilização que está desmasculinizando o espaço*. Ainda assim, tampouco vejo como uma conquista específica, valorizo como uma visibilização da mulher, mas não considero uma conquista tão decisiva, já que segue havendo uma verticalidade e segue sendo um espaço masculinizado da política partidária. (Pilar, grifos meus)<sup>185</sup>.

Observa-se, portanto, uma ambivalência do que o movimento feminista chileno diz em relação à presença feminina nos espaços políticos formais - ao mesmo tempo que elas enfatizam uma importância simbólica e de visibilidade da eleição de uma mulher à presidência, não a consideram efetiva em termos de mudanças estruturais maiores, já que esses espaços são, ainda, masculinos, *machistas*, com práticas exclusivamente verticais. A título de exemplificação, Pilar disse que a presidenta Bachelet nada havia dito ou feito sobre o caso de Nábila Rifo, que também foi mencionada por Valentina, Paulina, Francisca, Anita, um caso recente, extremamente emblemático do país, em que uma mulher sofreu violência de

---

<sup>182</sup> Entonces obviamente creo que hasta el 90 fue mucho más potente la opresión que sufrieron a las mujeres (...) y que esto que ha generado este silencio, este miedo a manifestarse y a expresarse (...) Pero si siento que hay un vuelco, claro como digo después de la dictadura que ha cuestionado justamente, porque... que ha cuestionado estas formas y ahí dando más elementos a las mujeres para que puedan ir ganando a su voz.

<sup>183</sup> La visibilización de la mujer en la política partidista.

<sup>184</sup> No hay nada más al final que sea más verticalista que la política partidista. Da lo mismo cual sea.

<sup>185</sup> Ahí hay una mujer e se puso adelante, pero por muchas veces por términos estratégicos, pero, claro, lo rescatamos y yo creo lo rescato como un respecto simbólico y de que siempre es mejor tener mujeres dentro de esos partidos y este partidismo, porque tener mujeres es como por último como una visibilización que está desmasculinizando el espacio. Aún así, tampoco lo veo como un logro específico, lo valoro como una visibilización de la mujer, pero no considero tampoco un logro tan decisivo en términos de que, claro, sigue habiendo una verticalidad y sigue siendo un espacio masculinizado el de la política partidista.

gênero a ponto de lhe arrancarem os olhos. Elas disseram que Bachelet só se manifestou depois que o movimento feminista fez um grande ruído, foi às ruas, visibilizou o caso. Pilar enfatizou que o mesmo aconteceu com a mapuche Francisca Liconao, que foi condenada, injustamente, por invasão de privacidade e fez uma greve de fome em protesto à situação, o que a levou ao hospital e quase à morte.

Há [ainda] muito que *transformar*...claro, para uma marcha *Ni una Menos*, La Moneda<sup>186</sup> projeta algo, Bachelet se expressa, mas, fica por isso e nada mais. Torna-se propagandístico. Ser uma mulher ali é algo bom, mas, no final, a posição dela ou a voz dela não se faz mais forte, não se fez mais forte, por ser mulher, por estar ali. O primordial segue sendo essa lógica partidária. No final, são centrais essas grandes vozes masculinas dentro do partido. *Então, claro, por mais que seja mulher, segue obedecendo, igualmente, a essa lógica.* (Pilar, grifos meus).<sup>187</sup>

Após minha última conversa com Pilar, fui embora de Santiago, encerrando o campo de pesquisa. Contudo, antes de retornar ao Brasil, passei, brevemente, por São Pedro de Atacama, pois era um grande desejo meu e queria aproveitar a chance de estar no Chile. Ao caminhar pela cidade, avistei duas intervenções feministas que registrei em fotografias. A primeira, que abre este capítulo, numa placa de trânsito escrita *Pare con el machismo*, que traz um dos pedidos mais fortes das feministas chilenas. A outra intervenção era em relação à Francisca Liconao, que Pilar mencionou (Imagem 10), para dizer do silêncio devastador de Bachelet em relação ao caso. Valentina disse que tampouco a ministra da *Mujer y de Igualdad de Género*, na época, disse algo a respeito. Sobre o caso, ela disse que Francisca

esteve encarcerada e, depois, foi ao hospital, onde ficou por muito tempo, em uma situação de tortura horrível que não só reflete níveis de injustiça para as mulheres, mas uma brutalidade contra os Direitos Humanos, contra os Direitos Indígenas, uma perseguição política aos mapuches, brutal, que é uma história que se tece há muitíssimos anos. (Valentina).<sup>188</sup>

Da mesma forma que as argentinas acusavam o Estado por ser responsável pelos feminicídios e por toda violência de gênero no país, as chilenas também diziam, nas entrevistas e na pixação, “o Estado assassina mulheres mapuches. Liberdade à Francisca Liconao”, culpabilizando, também, o aparato estatal pela violência às mulheres, sobretudo

---

<sup>186</sup> *La Moneda* é a sede da Presidência da República do Chile.

<sup>187</sup> Hay mucho por lo que transformar... claro, para una marcha Ni Una Menos La Moneda proyecta algo, Bachelet se expresa, pero ahí queda y nada más. Se vuelve propagandístico. Ser una mujer está bien dentro de ahí está bien, pero al final, la posición de ella o la voz de ella no se hace más fuerte, no se hizo más fuerte, ni si ha hecho más fuerte porque ella es mujer, o sea, porque está ahí. Sino que sigue siendo lo primordial lo que opera ahí es la lógica partidista, lo digo el centrado y al final son estas grandes voces masculinas dentro del partido. Entonces, claro, por mucho que ella sea mujer, igual sigue obedeciendo a esta lógica.

<sup>188</sup> Estuvo encarcelada y después fue al hospital, en el hospital estuvo mucho tiempo, una situación de tortura horrenda que no solamente te refleja niveles de injusticia para las mujeres sino que una brutalidad contra los Derechos Humanos, contra los Derechos Indígenas, una persecución política hacia los mapuches brutal que es una historia que se teje desde hace muchísimos años atrás.

indígenas. Nessa intervenção, a tinta preta que escorria na parede, de forma bem marcada, remeteu-me ao sangue que escorre na pele das mulheres latino-americanas, diariamente, quando são assassinadas de formas tão brutais. Também me remeteu às lágrimas feministas e de mulheres, mortas e violentadas, todos os dias, nas formas mais injustas. A luta anti-Estado, portanto, mostrou-se também central à feministas no Chile, já que essa estrutura de poder, segundo elas, nada faz diante dessa bruta realidade às mulheres.

**Imagem 10 - “El Estado chileno asesina mapuches.” Intervenção feminista em São Pedro de Atacama**



Fonte: Fotografia da autora.

#### **4.2. Mídia e visibilidade, pelas feministas**

Em relação ao olhar das feministas para a mídia, também no Chile essa temática não foi central às entrevistas, menos ainda que na Argentina (aproximadamente 17% do total, conforme tabulações feitas no *software* NVivo), ainda que tenha aparecido, de forma específica, por causa de algumas perguntas que levei, relativas à temática inicial da investigação. Nesse sentido, separei esta seção em três dimensões, similares às argentinas, quais sejam: a) O olhar das ativistas para as representações midiáticas das presidentas; b) O olhar delas para como a mídia representa casos de feminicídios e o próprio movimento feminista no Chile; c) Uma crítica aos meios de comunicação de massa, sobretudo à televisão,

enquanto detentores de poder a serviço da manutenção de determinados valores culturais, patriarcais e conservadores.

Sobre a representação das presidentas na mídia, a questão da maternidade foi central à crítica que elas fizeram sobre a forma com que os meios de comunicação retratavam Bachelet, sobretudo devido ao envolvimento do seu filho em escândalos de corrupção. A esse respeito, Anita disse que a atitude dos meios era, muitas vezes, culpabilizá-la por esse papel da maternidade em relação ao seu filho, colocando-a como uma má mãe, sem jamais questionar quem era o pai, por exemplo.

O problema era a mamãe, como a mamãe não cuidou, não ensinou bem, não esteve em cima, como se o erro fosse dela, porque, evidentemente, há um papel da maternidade em que as mulheres são 100% responsáveis por isso. (...) Ninguém perguntava pelo pai, todos perguntavam pela mãe e isso sim, efetivamente, era denotadamente machista por parte dos meios de comunicação.<sup>189</sup> (Anita).

Paulina disse que, na sua primeira candidatura, os meios de comunicação a enquadraram como uma mãe que iria “colocar ordem na casa,”<sup>190</sup> criando-se tal imaginário social em relação à presidenta. Igualmente, Anita afirmou que, quando Bachelet iniciou seu primeiro mandato, foi comparada ao presidente anterior, Ricardo Lagos, pois, enquanto ele tinha uma atuação “mais autoritária”, ela tinha uma forma diferente de falar, de ser, “mais conciliadora”. Nesse sentido, criticavam-na por falta de liderança política, com frases como, “precisa vestir as calças”<sup>191</sup>, apontando para a ideia de que só homens têm capacidade para liderar esse cargo político. De forma semelhante, Francisca disse que criou-se, na opinião pública, a ideia de que, como mulher, Bachelet não conseguia separar problemas familiares dos presidenciais e políticos, também em relação ao escândalo em que seu filho se envolveu. Além disso, Paulina contou que outra característica pessoal, da sua aparência física, era comumente apontada nos meios de comunicação, criando-se o apelido nacional, pejorativo, *la Gordi* (a Gorda). Na suas palavras:

Não gosto disso, porque muita gente quando discute politicamente com ela, ou como a criticam, dizem “ah, a gorda faz tudo mal.” Acredito que com as mulheres acontece muito, com as mulheres políticas, que, ao invés de discutir suas ideias políticas, se discute sua aparência, suas características pessoais, sua atitude, sua capacidade de enfrentar. Todas as mulheres, creio que isso seja transversal, sempre temos que estar demonstrando e re-demonstrando que somos capazes de fazer as coisas. Então eu creio que as presidentas não ficam fora disso, ou seja, também vivem sexismo, de

---

<sup>189</sup> El problema era la mamá como la mamá que no lo cuidó, no le enseñó bien, no estuvo encima como que el error es de ella porque evidentemente hay una idea del rol de la maternidad como que las mujeres están 100% abocadas a eso y que son responsables de eso. (...) nadie se preguntaba por el padre, todos se preguntaba por la madre y eso sí, efectivamente era denotadamente machista de parte de los medios de comunicación.

<sup>190</sup> Poner orden en la casa.

<sup>191</sup> Se tenía que poner los pantalones.

todas as formas, e eu creio que os meios visibilizam isso de todas as maneiras.<sup>192</sup>  
(Paulina).

Paulina mencionou, ainda, que ela foi representada, midiaticamente, como uma mulher divorciada e socialista, de forma negativa. Ainda em relação a esse tópico, Anita avaliou que, dadas as violências que Bachelet sofreu nos meios de comunicação, criou-se, no país, o termo *feminicídio político*, no qual a presidenta havia se auto-reconhecido publicamente, relatando sobre as injustiças midiáticas que sofreu, dado seu gênero. Anita compactuou com o termo, ao afirmar: “eu concordo com ela que, quando uma mulher está liderando algo, ou está liderando política, se chega a cometer um erro mínimo, o primeiro que vão dizer é que não tem liderança, que sua liderança é estéril, e isso disseram dela várias vezes”.<sup>193</sup>

Um dos veículos citados e criticados pelas feministas chilenas foi um de Esquerda, chamado *The Clinic*, que, por meio de caricaturas e capas sarcásticas, por vezes, tinha um enfoque extremamente sexista. Após as entrevistas, busquei essas capas e encontrei várias em relação à Bachelet, inclusive a que levei para os encontros no Brasil, posteriormente. Valentina mencionou, com indignação, que não havia nada mais machista que um veículo de direita, do que um de esquerda. Em suas palavras:

Mas o *The Clinic* eu acho terrível, porque me dá muito medo e muita raiva também que a Esquerda, gratuitamente, se confira de alguma maneira como se fossem, supostamente, seres mais sensíveis, também são sensíveis com temas de gênero, também são feministas, todos, e, na verdade, não é assim, ou seja, as bases estruturais da Esquerda são exatamente iguais às bases estruturais da Direita, (...) são machistas, são patriarcais. (Valentina).<sup>194</sup>

Em relação à forma como o movimento feminista era retratado, Anita atentou para o fato de que, em 2015, elas haviam recebido mais atenção midiática, pois, anteriormente, as pautas feministas eram completamente invisibilizadas. Segundo Francisca, contudo, essa tematização na mídia continha o perigo de ser vazia, superficial, e que cabia ao movimento

---

<sup>192</sup> A mi no me gusta esto, porque mucha gente cuando discute políticamente con ella, o como la crítica, dicen “ay, la gordi hace todo mal”. (...) Creo que con las mujeres pasa mucho esto, con las mujeres políticas, que en vez de discutir sus ideas políticas, se discute su apariencia, sus características personales, su actitud, su capacidad de enfrentar, y todas las mujeres, yo creo que esto sea transversal, siempre tenemos que estar demostrando e re-demostrando que somos capaces de hacer las cosas. Entonces yo creo que las presidentas no quedan fuera de esto. O sea, viven también este sexismo, de todas las maneras. Y yo creo que los medios se visibilizan de todas maneras.

<sup>193</sup> Yo sí concuerdo con ella que cuando una mujer está liderando algo o está liderando política, si es que llega a cometer un mínimo error, lo primero que le van a decir es que ella no tiene el liderazgo, que su liderazgo es estéril y eso se lo han dicho muchas veces

<sup>194</sup> Pero el *The Clinic* yo lo encuentro terrible porque me da mucho miedo y mucha rabia también que la Izquierda gratuitamente se confiera de alguna manera como si ellos son supuestamente seres más sensibles, también son sensibles con temas de género, también son feministas, todos, increíble y en verdad no es así, o sea la bases estructurales de la Izquierda son exactamente igual que la base estructural de la Derecha, (...) son machistas, son patriarcales.

feminista conscientizar e visibilizar, socialmente, suas pautas, com propriedade. Pilar também comentou a necessidade de o movimento feminista politizar suas temáticas e dar conteúdo aos temas de gênero e ao feminismo, dado esse processo de *massificação do feminismo*. “Porque a massificação se volta, muitas vezes, ao que se faz no mercado, o que se faz no capitalismo, o que se faz, ao final, as produções, os meios privados, massivos, que tomam isso como moda”<sup>195</sup>, disse ela. Paulina acrescentou que, ainda que algumas pessoas inseridas na mídia tradicional tentassem instalar temáticas de gênero, no geral, a televisão e os meios de comunicação chilenos não tinham nenhuma conexão com os movimentos sociais e, com o movimento feminista, menos ainda. Em relação às temáticas de violência contra a mulher, em sua análise, a mídia produz um processo de *re-violentar* as mulheres. “Além disso, a televisão afia todos os papéis de gênero patriarcais, como da mulher esteticamente bonita, com todas as coisas que as mulheres tem que ter, de forma essencialista”.<sup>196</sup> Tanto Paulina quanto Anita disseram que não havia espaço, na mídia tradicional, para algo *contra-cultural*, tal qual o feminismo, e que isso dificultava uma transformação social e cultural, mais ampla. Por fim, Pilar avalia que isso se dá porque a mídia hegemônica está nas mãos dos mesmos que estão no poder. Ela citou o caso de Sebastián Piñera, um ex-presidente chileno, que era também dono, por exemplo, do *Canal 13*<sup>197</sup>.

Os meios estão no comando, finalmente, de empresários, de gente que está no poder. *E esses que estão no poder são homens*. Não são, em sua maioria, mulheres, de jeito nenhum. Então, claramente, ao ter esse pensamento, toda linha editorial dos meios tem esse mesmo olhar conservador, machista, claro, olhar *nada transformador*.<sup>198</sup> (Pilar, grifos meus).

É importante mencionar que, ainda que eu não tenha conseguido participar de nenhum protesto feminista, tanto na Argentina quanto no Chile, dois dias antes da minha chegada em Santiago, havia tido uma manifestação nas ruas contra o *Canal 13*, por ter mostrado, em um de seus programas, os rostos de mulheres que haviam sofrido violência de gênero, após os ocorridos, com detalhes sobre os casos e as vidas íntimas das vítimas. Além disso, esse mesmo canal tinha apresentado um ginecologista que analisava, clinicamente, o caso de

---

<sup>195</sup> Porque la masificación se vuelve muy a veces a lo que se hace en el mercado, es lo que lo hace el capitalismo, lo que hacen a final las producciones, los medios, los medios privados, los medios masivos, que toman esto como moda.

<sup>196</sup> Y además, la televisión afianza todos los roles de género patriarcales, como la mujer estéticamente bonita, con todas las cosas que tenemos que querer las mujeres y todas las cosas que tienen que querer como esencialistamente.

<sup>197</sup> *Canal 13* é a maior rede de televisão chilena.

<sup>198</sup> Los medios están al cargo al final de empresarios, de gente que están en el poder. Y estos que están en el poder son hombres. No son en su mayoría mujeres, para nada. Entonces, claramente, al tener este pensamiento toda la línea editorial de estos medios o esta misma mirada conservadora, esta mirada machista, claro, mirada no transformadora tampoco.

Nábila Rifo, depois da sua brutal agressão em que, inclusive, lhe arrancaram os olhos, como várias feministas chilenas relataram. Para protestar contra esses casos midiáticos, o movimento feminista organizou-se em frente à sede do *Canal 13*, de forma semelhante que fizeram as argentinas do *Ni Una Menos* contra a capa sexista da revista *Noticias*, em relação à Cristina. A convocatória chilena, feita, também, pela *coordinadora* do *Ni Una Menos*, no Facebook, dizia que as companheiras da *Red Chilena Contra la Violencia Hacia las Mujeres* já estavam encabeçando uma denúncia junto ao *Consejo Nacional de Televisión* e encerrava com as seguintes palavras:

Repetimos que nos parece nefasto que esse tipo de coisas ocorram, enquanto, cada dia, sabemos sobre um novo caso de violência a alguma de nossas companheiras. Enquanto isso, nós, mulheres, estamos fortalecendo nossa organização e elevando nossa voz para dizer “nenhuma a menos!” E decidimos que não somos objetos passivos da violência machista da qual o capitalismo faz um negócio, por isso, essa terça-feira, nos concentramos às 19:30 do lado de fora do Canal 13 para gritar que *nossas opressões NÃO são para shows de TV!*<sup>199</sup> (Coordinadora Ni Una Menos).

### 4.3. Políticas feministas

Como o campo no Chile proveu um material empírico muito extenso em relação às *políticas feministas*, que, inclusive, já perpassaram, fortemente, os tópicos anteriores, organizo essa seção em três dimensões, que se relacionam entre si, mas que são independentes, cronologicamente. Assim, divido esse eixo em: a) O encontro de políticas abortistas feministas; b) A assembleia *Ni Una Menos*; c) As entrevistas.

#### a) O encontro de políticas abortistas

A primeira experiência que tive em Santiago foi no encontro de *estratégias feministas abortistas*. O evento ocorreu numa quinta e sexta-feira, das 18h até por volta das 22h. O local estava cheio, nos dois dias, e era difícil acomodar as pernas, pois tinham mulheres sentadas por todos os lados. Fiquei impressionada com a presença expressiva e com o forte interesse de todas que estavam ali, numa escuta ávida, como a minha. Havia, também, grande diversidade

---

<sup>199</sup> Repetimos que nos parece nefasto que este tipo de cosas ocurran, mientras cada día sabemos sobre un nuevo caso de violencia a alguna de nuestras compañeras. Mientras las mujeres venimos fortaleciendo nuestra organización y elevando nuestra voz para decir ¡ni una menos! Y decimos que no somos objetos pasivos de la violencia machista, de la que el capitalismo hace un negocio, por eso este martes nos concentramos a las 19:30 hrs. afuera de Canal 13 para gritar que ¡nuestras opresiones NO son para shows de TV!

de mulheres - negras, brancas, jovens, mais velhas e lésbicas. O espaço era leve e acolhedor. Lembro-me de o segundo dia ter começado com feministas fazendo *stand up* de comédia com temáticas de gênero, e todas riam, juntas. Assim como na Argentina, o riso e o humor também se mostravam presentes enquanto como constitutiva da política feminista, ainda que as temáticas tratadas fossem densas, como a do aborto.

O objetivo desse espaço, segundo as integrantes, era fortalecer as *redes de apoio feminista*, construindo laços de *cuidado* e de *reciprocidade*, numa troca em que todas pudessem aprender com as histórias umas das outras. Conforme uma das apresentadoras falou, “cada história é singular e não se repete”<sup>200</sup>. Portanto, ela disse que era preciso fazer encontros como esses, tanto de forma a construir *sororidade*<sup>201</sup>, no sentido de acompanhar outras mulheres no acesso à informação e poder sobre ela, quanto de trocar histórias não só de aborto, mas de vida. Ela também falou que são as mulheres que conhecem seus corpos e que, portanto, um *aborto feminista* diz da reivindicação de *autonomia* delas para tomarem suas próprias decisões – “Reconhecendo o saber e o conhecimento de nós mesmas. Porque nós sabemos o que se passa com nosso corpo e o que é melhor para nossas vidas.”<sup>202</sup> Mais uma vez, nota-se a questão da *experiência feminina* enquanto saber, no centro da discussão, como observei na Argentina, além disso, o *cuidado com o corpo* enquanto política feminista primordial, que apareceu também nas entrevistas, posteriormente. Assim, elas advogaram por uma linha de acompanhamento *abortista feminista*, pautada pela segurança, pelo cuidado e pelo apoio entre mulheres.

Além disso, elas defendiam, fortemente, o fim do *juízo* pela decisão da outra, numa reflexão sobre a *culpa social* que as mulheres sofrem ao cometerem abortos clandestinos. Faço uma conexão com o pensamento elaborado por Paulina, acerca das pressões que afetam a saúde física e mental das mulheres, com enfermidades como depressão e ansiedade. Nesse sentido, as feministas apontavam para a rigidez das normas e dos papéis sociais, destinados às mulheres, e para a estrutura patriarcal, que faz com que mulheres também possam oprimir outras. Conforme bell hooks (2000), é preciso ter “a clareza que nos ajuda a lembrar que todos nós, mulheres e homens, fomos socializados desde o nascimento para aceitar o pensamento e a ação sexista. Como consequência, mulheres podem ser tão

---

<sup>200</sup> Cada historia es singular y no se repite.

<sup>201</sup> Sororidade, traduzido do inglês *sorority*, segundo Nana Queiroz (2016), é um termo do feminismo que significa a “irmandade entre mulheres.”

<sup>202</sup> Reconociendo el saber e el conocimiento de nosotras, no? Porque nosotras sabemos que pasa con nuestro cuerpo y sabemos lo que es mejor para nuestras vidas.

sexistas quanto homens”<sup>203</sup> (p.117). Nesse sentido, as feministas apontavam que era preciso romper com o patriarcado como um sistema que afeta a sociedade como um todo. Uma das palestrantes feministas enfatizou que o aborto era uma decisão que foi negada às mulheres, historicamente, e, portanto, que a culpa era fruto da “criminalização social do aborto”, visto que, mesmo quando as mulheres têm direito legal (por exemplo, em caso de estupro, em alguns países latino-americanos), elas são julgadas e estigmatizadas por essa escolha. Nesse sentido, as mulheres desse coletivo propunham um acompanhamento antes, durante e depois do aborto clandestino, de modo que as mulheres pudessem ter *acolhimento* durante todo o processo e, posteriormente, sentirem-se à vontade para contar suas histórias (ou seja, como foi o processo) e trabalhar o estigma que se tem acerca do aborto nas sociedades latino-americanas.

Além de proporem um espaço de *acolhimento, solidariedade e reciprocidade*, elas defendiam que a *informação alternativa* em relação ao aborto deveria chegar ao máximo de mulheres, citando, inclusive, as de experiências rurais e indígenas. Contudo, elas enfatizavam que essa deveria ser uma *troca horizontal* de informações, em que cada uma deveria expor suas experiências, igualmente, na negação da verticalidade de determinados saberes em relação a outros. As palestrantes afirmavam que não eram as provedoras de informação sobre o aborto, mas que estavam ali também para ouvir, trocar, expandir o acesso ao conhecimento, apontando para a horizontalidade dessa rede feminista, em que a proteção, a sororidade e o cuidado importam mais. Além disso, elas davam ênfase nas mulheres negras e pobres, que sofrem mais com a criminalização do aborto, mais uma vez, numa aproximação ao debate feminista acadêmico decolonial, com a questão da *interseccionalidade* (Espinosa-Miñoso, 2014; Curiel, s.f.) e da *colonialidade de gênero* (Lugones; 2015). Relembrei, mais uma vez, das palavras da teórica e ativista negra bell hooks (2000), de que “a revolução feminista sozinha não irá criar tal mundo; nós precisamos eliminar racismo, elitismo classista, imperialismo.”<sup>204</sup> Outro ponto exposto durante o diálogo foi a necessidade de redes protetivas “cara a cara”, ou seja, para além do ambiente virtual, em que o abraço importa, a presença corporal importa e o acolhimento é sensível. Isso também foi apontado por uma feminista na assembléia *Ni Una Menos*, segundo a qual o “Facebook, o whatsapp e o email só servem para

---

<sup>203</sup> And that clarity helps us remember that all of us, female and male, have been socialized from birth on to accept sexist thought and action. As a consequence, females can be just as sexist as men.

<sup>204</sup> Feminist revolution alone will not create such a world; we need to end racism, class elitism, imperialism.

uma comunicação operativa, nada mais que isso. Nas discussões políticas na *web* não se vê cara, intenção, então não serve.”<sup>205</sup>

É importante mencionar, contudo, que a página da *Hermanas*, no Facebook, tem mais de trinta mil curtidas e é um ambiente também pautado por forte acolhimento e abertura às mulheres. Nesse espaço, elas disponibilizam um email para que mulheres em situação de aborto possam procura-las para esse acompanhamento, marcado por reciprocidade e sororidade. Elas colocam frases como “somos uma rede de mulheres para mulheres. Tudo vai sair bem.”<sup>206</sup> e “nunca mais sozinhas, nunca mais culpadas, nunca mais com medo”<sup>207</sup>. Além disso, muitas das convidadas para esse debate do qual participei eram de outros países latino-americanos, como Equador, Bolívia, Argentina e Colômbia. Nesse sentido, notei uma forte rede de articulação feminista, possibilitada também pelas redes sociais digitais, em relação, sobretudo, à pauta específica do aborto nos países da região, mostrando, mais uma vez, a importância dessa temática nas regiões latino-americanas.

#### b) Assembleia Ni Una Menos

No segundo dia, participei da assembleia *Ni Una Menos*, em que a principal temática foi a caracterização da *coordinadora* que elas estavam formando, ou seja, quais seriam os objetivos, visão, missão, etc. Conforme destaquei, a discussão acerca da participação feminista *militante* ou *autônoma* foi central. Segundo as *militantes*, a luta feminista precisava unificar-se, não o contrário, então essas questões não eram relevantes. Uma feminista *autônoma*, por sua vez, questionou o fato de que muitos homens que integram partidos políticos cometem violência contra as mulheres, então que haveria, ali, um problema. Além disso, algumas *autônomas* sugeriram que as feministas *militantes* poderiam ser *cooptadas* pelo sistema político formal. Várias feministas posicionaram-se contra essa ideia de *cooptação*. A grande problemática da discussão era que tal desconfiança de algumas feministas se dava por uma descrença nos partidos políticos e na política formal em si. Contudo, como algumas disseram, essa ideia de *cooptação* ia contra a proposição central da luta feminista, de união entre mulheres por um propósito maior, qual seja, o fim da desigualdade e da violência de gênero. Uma delas, por exemplo, disse, “nós nos conhecemos

---

<sup>205</sup> Facebook, whatsapp y correo solo sirven para una comunicación operativa, y para nada más que esto. Las discusiones políticas en la web no ven las intenciones, las caras, entonces no sirven.

<sup>206</sup> Somos una red de mujeres para mujeres. Todo va a salir bien.

<sup>207</sup> Nunca más solas, nunca más culpables, nunca más con miedo.

nas ruas, nos conhecemos lutando, cada uma de nós quer o bem da outra”.<sup>208</sup> Além disso, ela afirmou que valorizava muito mulheres militantes, porque tinha vivido essa experiência e não a queria nunca mais em sua vida. Todas riram, juntas. Outra, participante do *Pan y Rosas*, ou seja, *feminista militante*, disse, semelhantemente:

Por favor, companheiras, somos as que estamos nos organizando e estamos nas ruas. Trabalhamos *em conjunto* e temos um foco único com nossas companheiras, de que *não nos sigam matando*. Então, quando falam de *cooptar*, ou seja, como estamos atacando a nós mesmas? É importante que esse seja um movimento de mulheres.<sup>209</sup> (Grifos meus).

Outra companheira do mesmo coletivo complementou:

A definição da *coordinadora* tem que ser uma *coordinadora* de mulheres por *nenhuma a menos*. Uma coordenadora de mulheres que lute para que *não nos sigam matando*. Para que não nos sigam estuprando. Então, a partir dessa definição, a questão da *representação dos partidos* não deveria ser um problema, porque, realmente, eu sou do *Pan y Rosas*, igualmente, mas a mim não interessa que vocês venham aqui e depois apareçam no Parlamento dizendo “nenhuma a menos.” Ou seja, se isso implicar um avanço para as mulheres. Essa é uma discussão mesquinha, que estamos fazendo, quando nossa grande preocupação deveria ser a partir desse acordo que temos que queremos que não nos sigam matando e como podemos alcançar esse objetivo. Então, para mim, a definição da coordenadora Ni Una Menos tem que ser: *que todas se somem a esse espaço*. Todas. As que querem impulsionar essa política, que estamos definindo aqui, tem que ser parte. Ou seja, as anticapitalistas, que lutam pelos direitos das mulheres, que lutam para que não nos sigam matando: tem que ser parte. Discutamos algo concreto. Até agora isso não aconteceu. Eu clamo para que tenhamos uma coordenadora que se defina de mulheres, uma coordenadora que diga que é contra a violência contra as mulheres. Que está nas ruas, lutando, por outros direitos. *Que não seja excludente dos partidos. É impossível exigir que rescindamos de nossas convicções políticas.*<sup>210</sup> (Grifos meus).

---

<sup>208</sup> Porque nosotras nos hemos conocido en las calles y nos hemos conocido luchando. Cada una de nosotras nos quiere su bien.

<sup>209</sup> Por favor, compañeras, somos las que estamos nos organizando y estamos en las calles. Trabajamos en conjunto y tenemos un foco único con nuestras compañeras que es que no nos sigan matando. Entonces, cuando hablan de cooptar, o sea, como estamos atacando a nosotras mismas? El importante es que este sea un movimiento de mujeres.

<sup>210</sup> La definición de la coordinadora tiene que ser una coordinadora de mujeres por ni una menos. Una coordinadora de mujeres que luche, para que no nos sigan matando. Porque no nos sigan violentando. Entonces, desde esta definición, es que... la cuestión de la representación de los partidos no debería ser un problema, porque realmente... Yo soy de Pan y Rosas, igualmente, pero a mi no me interesa que una de ustedes venga acá y después aparezca en el Parlamento diciendo “ni una menos”. O sea, si es que esto implica un avance para las mujeres. Esta es una discusión mesquinha, que estamos dando nosotras, cuando nuestra gran preocupación tiene que ser a partir de este acuerdo que tenemos que queremos que no nos sigan matando y de cómo podemos alcanzar este objetivo. Entonces, para mí, la definición de la coordinadora Ni Una Menos tiene que ser: que todas se sumen a este espacio. Todas. Las que quieran impulsar esta política, que nosotras estamos definiendo acá, tiene que ser parte. O sea, las anticapitalistas, que luchan por los derechos de las mujeres, que luchan para que no sigan nos matando. Tienen que ser parte. (...) Discutamos en concreto. Hasta ahora eso no ha pasado. Yo llamo a que tengamos una coordinadora que se defina de mujeres, una coordinadora que diga que está contra a la violencia hacia a las mujeres. (...) Luchando en las calles, luchando por otros derechos. Que no sea excluyente de los partidos. Lo otro, que las compañeras rescindamos de nuestras convicciones políticas es imposible.

Em contraposição, feministas autônomas atentavam para o fato de que elas não poderiam construir um tipo de política “com as mesmas estruturas patriarcais que as dos partidos políticos”, num sentido similar ao que as feministas que entrevistei disseram, sobretudo em relação ao governo de Bachelet. Uma análise de uma delas sintetiza essa ideia, dita por várias outras:

Seguimos invisibilizadas por milhares de anos. Então, por favor, nós somos as que vivemos a violência. Nós somos as que vivemos o assédio nas ruas desde oito anos de idade. Portanto, nosso pensamento é distinto das estruturas nacionais que já cumpriram seu ciclo. Porque nenhuma estrutura tradicional, patriarcal, pode demonstrar êxito. Nenhuma. *Não podemos construir um poder igual ao que estamos combatendo, companheiras. Temos que construir algo diferente.* Esse é o tema. Estamos paradas em um sistema patriarcal, tentando viver nisso. *Tentando construir nossas próprias ideias.*<sup>211</sup> (Grifos meus).

Outra feminista mencionou que, “quando falamos de política, estamos falando de *disputas de poder na sociedade*, não tem a ver com partidos, necessariamente, então o feminismo é altamente político, porque quer reverter, modificar as estruturas de poder existentes.”<sup>212</sup> Nesse sentido, portanto, uma maior diversidade do grupo era algo positivo, não o contrário, afinal, apenas com debates políticos coletivos era possível encontrar formas diferentes de fazer política feminista. Ela acrescentou “há diferentes ramos do feminismo, pelo menos o fundamental, como problematizar a realidade e desafiar as estruturas de poder, nós podemos fazer”.<sup>213</sup> Segundo outra feminista presente no encontro, “essas tensões são necessárias para o crescimento - discutamos, politicamente, mas não nos insultemos, porque isso danifica profundamente o movimento e gera um dano a nós mesmas, enquanto indivíduos,”<sup>214</sup> atentando, igualmente, para a construção de redes feministas *sororas* e *acolhedoras*.

Ainda que essa tensão tenha se estendido por horas, no final, houve uma discussão produtiva e positiva. Em relação à dinâmica da assembléia, a fala era por inscrição, ou seja, cada mulher, que quisesse se pronunciar, levantava a mão, e quatro mulheres organizavam a

---

<sup>211</sup> Hemos seguido invisibilizadas por miles de años. Entonces, por favor. Nosotras somos las que vivimos la violencia. Nosotras somos las que vivimos el acoso callejero desde los ocho años. Por lo tanto, nuestro pensamiento es distinto a las estructuras nacionales que ya han cumplido su ciclo. Porque ninguna estructura tradicional, patriarcal, puede demostrar éxito. Ninguna. (...) No podemos construir un poder igual al que estamos combatiendo, compañeras. Tenemos que construir algo diferente. Ese es el tema. Estamos paradas en un sistema patriarcal, tratando de vivir en esto. Tratando de construir nuestras propias ideas.

<sup>212</sup> Cuando hablamos del político estamos hablando de disputas de poder en la sociedad. No tiene que ver necesariamente con un partido, por ejemplo. Y en este sentido, el feminismo es altamente político, porque lo que quiere es revertir, cambiar las estructuras de poder existentes.

<sup>213</sup> Hay distintas ramas del feminismo, por lo menos en el fundamental, en cuanto problematizar la realidad y desafiar las estructuras de poder, creo que es importante lo que nosotras podamos hacer.

<sup>214</sup> Estas tensiones son necesarias para el crecimiento. Las discutamos políticamente, pero no insultemos. Esto daña profundamente el movimiento. Esto genera un daño a nosotras como individuos.

ordem de falas. Foram em torno de 20 mulheres que se pronunciaram, por isso, foi tão longa a assembleia. O encontro foi dividido em duas partes, durante a tarde. No intervalo do almoço, procurei uma das mulheres que estavam na organização. Apresentei-me como pesquisadora feminista brasileira, disse que havia sido convidada para a assembleia, e propus que conversássemos depois, com mais calma. Expliquei, brevemente, sobre minha pesquisa e, naquele momento, recebi uma resposta ríspida de que aquele era seu horário de almoço e de que não daria para a conversa acontecer. Esclareci que ficaria em Santiago por mais alguns dias, ela anotou meu email e nunca me procurou.

Esse foi um dos momentos mais frustrantes do campo. Sentia-me rejeitada e intrusa àquela assembleia, ainda que, minutos antes, elas estivessem falando sobre sororidade e da importância das redes feministas latino-americanas. Lembro de ter almoçado sozinha, por ter tido vergonha de interagir com outras feministas, refletindo sobre o rumo do campo e da minha pesquisa. Questionava, mais uma vez, o tema da investigação, minha abordagem e a própria carga que a apresentação como “pesquisadora” carregava. Queria ter explicado melhor minha intenção, como feminista, mas não tive a oportunidade. Faltavam-me palavras em castelhano para tal. Perguntava-me se seria possível, de fato, alinhar a luta feminista ativista com a acadêmica. Questionava-me, a todo instante e fortemente, sobre meu lugar de privilégios no âmbito universitário.

Na segunda parte do encontro, esse grande grupo de mulheres foi separado em círculos menores, de cinco a dez, para discutirem, mais profundamente, sobre os tópicos que moveriam e pautariam a organização. Integrei-me a um deles e participei da conversa, apenas ouvindo o que elas tinham para dizer. Apresentei-me, novamente, e elas se mostraram mais abertas. Sentadas na grama de uma praça aberta, tínhamos uma folha de papel norteadora, para discutir os fundamentos que comporiam o *Ni Una Menos* chileno. No documento, chamado *Definiciones y Lineamientos Políticos*, constavam os seguintes *subtemas*: *Caracterización de la organización*; *Participación política activa de las integrantes en la organización*; *Ética y autoregulación*; *Política internacional*; *Orgánica*.

Dentro de cada um desses *subtemas*, constavam, ainda, três tópicos: *visión*, *misión*, *objetivos*. Para guiar esses três tópicos, havia também, *Acuerdos previos*, *Preguntas guía*, *Respuestas/Acuerdos*. A fim de exemplificação, em *Ética y autoregulación*, chegou-se à seguinte definição: “Sororidade e sua prática diária, social e privada dentro da

organização”<sup>215</sup>. Uma das perguntas que guiaria o grupo era: como colocamos em prática a sororidade? Naquele momento, lembrei-me do incidente anterior que, na minha percepção feminista, não simbolizava sororidade entre mulheres, pelo contrário, mas o interpretei como uma ação de distanciamento do meu lugar de acadêmica. Ainda assim, sentia-me muito grata por estar ali, aprendendo com os saberes de tantas feministas. Em relação à caracterização do movimento, temática que mais me interessava, construiu-se a seguinte *visión*: “coordenadora contra todas as violências às mulheres”<sup>216</sup>, “antipatriarcal, autônoma, antiracista, anticapitalista e não-partidária”.<sup>217</sup> Em relação à *misión*, “Lutamos para denunciar e visibilizar todas as violências”,<sup>218</sup> “organizadas nas ruas”.<sup>219</sup> Em *objetivos*: denunciar violências, visibilizar violências, realizar ações, educar e difundir.

Após longa discussão, nesses grupos menores, todas se reuniram de novo, na mesma sala onde tudo começou, e cada representante, escolhida coletivamente, apresentou o que cada grupo menor tinha acordado sobre as visões e missões que moveriam a organização *Ni Una Menos*. Sobre a participação de mulheres partidárias, elas concordaram que não fazia sentido separá-las da *coordinadora*, já que todas têm um papel fundamental de levar as ideias feministas para os seus cotidianos, inclusive dentro das estruturas políticas formais. Conforme uma delas disse: “Estamos aqui num sentido de unidade, entre mulheres, com um fim comum. Estamos para agrupar e não para setorizar. Estamos aqui para impulsionar ações.”<sup>220</sup>

Contudo, ficou definido que o que fosse decidido nas assembleias, em conjunto, deveria ser respeitado por todas, nos demais espaços de atuação feminista e independente das suas inclinações político-partidárias. Assim, elas apontaram para *organización democrática e colectiva* e para a *solidariedade entre mujeres*, mesmo diante de diferenças e da necessidade de união dos diferentes feminismos. A euforia no final da reunião, por terem chegado a um acordo, foi algo bonito e emocionante. Ficou claro que, mesmo com tantas diferenças políticas, no final das contas, o que importava era a luta feminista contra todo e qualquer tipo de opressão às mulheres, sobretudo às negras, indígenas e pobres.

Um último ponto interessante é que, em determinado momento, um subgrupo levantou a bandeira *decolonial* e uma das feministas criticou essa perspectiva e disse que era “muito

---

<sup>215</sup> Sororidad y su practica diária, social y privada, dentro de la organización.

<sup>216</sup> Coordinadora contra todas las violencias hacia las mujeres.

<sup>217</sup> Antipatriarcal, autónoma, antiracista, anticapitalista y no-partidista.

<sup>218</sup> Luchamos para denunciar y visibilizar todas las violencias.

<sup>219</sup> Organizadas en las calles.

<sup>220</sup> Estamos aquí en un sentido de unidad, entre las mujeres con un fin común. Estamos para agrupar y no para sectorizar. Estamos aquí para impulsar acciones.

masculinista”. Outras concordaram com ela, e lembro-me de algumas terem dito que não sabiam a definição exata do termo decolonial, então que era melhor não se definirem assim. Elas não adentraram muito nessa discussão, mas achei um dado intrigante, haja vista que a crítica decolonial havia muito contribuído para minha própria construção teórico-metodológica feminista do Sul. Sigo achando que é possível um diálogo entre o pensamento ativista feminista e as teorias decoloniais feministas, conforme venho mostrando ao longo do texto. Contudo, refleti bastante se essa percepção anti-decolonial, ou seja, de um termo calcado academicamente, não era a mesma pela qual a ativista tinha se recusado a falar comigo, qual seja, devido a uma percepção da academia distanciada do movimento feminista, de um lugar masculinista, positivista, que só quer sugar empiria a seu benefício e manutenção de privilégios. Obviamente, nem todas as ativistas feministas têm essa percepção, como as que estão mais próximas da academia, ou mais abertas a ela (como as tantas que se abriram para minha pesquisa). Ainda assim, depois dessa fala e da dificuldade que eu tive de entrar em contato com algumas delas, a ideia de uma pesquisa que aproxima esses lugares de saber que nem sempre estão em diálogo, mostrou-se ainda mais importante para mim, afinal, é preciso, nos termos das feministas, *despatriarcalizar* e *descolonizar* também o lugar da academia.

### c) Entrevistas com feministas

Em relação às entrevistas, foram seis longos e densos diálogos, transcritos em um pouco mais de 100 páginas, nas quais me debrucei, por muito tempo, após minha volta, para conseguir organizar textualmente. Nesse sentido, para facilitar a sistematização do amplo conhecimento compartilhado comigo pelas feministas ativistas, separei esse eixo nas seguintes dimensões: a) A Luta anti-Estado; b) A luta pela conscientização e visibilização anti-sexista; c) A luta pelo cuidado coletivo (do corpo e da mente); d) A luta pela liberdade e autonomia (sobretudo, pelo aborto livre); e) A luta interseccional (de raça, etnia, classe, orientação sexual, etc.). Esses eixos, que não são apresentados de forma linear, mas de forma *transversal*, como tem sublinhado o pensamento das ativistas chilenas, também transpassaram, fortemente, as discussões e o pensamento feminista, elaborado, anteriormente, tanto na escola feminista abortista quanto na assembléia da *coordinadora Ni Una Menos*. Contudo, atenho-me, neste momento, às entrevistas, propriamente.

No eixo *pedagogia feminista*, a ênfase anti-Estatal já foi apresentada, haja vista que todas as mulheres que entrevistei no Chile se mostravam críticas ao governo da presidenta

Michelle Bachelet e, principalmente, às estruturas políticas formais de poder. Contudo, é importante enfatizá-la também nesse eixo, já que, muito do que as feministas estão lutando é por uma política diferente da que está dada, institucionalmente, que elas nomeiam *masculinista, patriarcal, machista*. Nesse sentido, parte do que elas reivindicam para a luta feminista refere-se à construção de algo novo e *transformador*, nos termos de muitas delas.

As feministas chilenas, por conseguinte, estão lutando por uma mudança estrutural maior, que se dá por meio das *bases* e de *forma coletiva*, não de forma representativa, como na política institucional. A presença de Bachelet na presidência, portanto, “não representa ou nunca representou o movimento feminista, em nenhum caso”<sup>221</sup>, nas palavras de Paulina e, de diferentes formas, na elaboração de várias delas. Afinal, Bachelet está inserida numa política institucional que as feministas tanto repudiam, quanto descreem. Para as ativistas chilenas que entrevistei, as questões de gênero são *transversais* às inúmeras esferas sociais e, por isso mesmo, é preciso uma mudança cultural *transformadora*. Dessa maneira, para elas, a inserção de uma mulher na política formal é uma conquista meramente *simbólica*, já que tem efeito de *visibilizar* sua presença num espaço historicamente dado como masculino. Segundo elas, como parte dessa política masculinista, Bachelet não teria ferramentas para fazer muito, além de seguir essa lógica estruturada sumamente por homens. Nesse sentido, a política feminista diz de algo construído, coletivamente, junto às comunidades, conforme Paulina:

Eu creio que o mais importante é que as soluções se construam de maneira coletiva e que essas soluções tenham que ser resolvidas por cada comunidade, porque cada comunidade tem um contexto, características especiais e específicas. Aqui no Chile, isso se dá de maneira muito notória, porque temos lugares, territórios, muito diversos, muito distintos, e com pessoas que vivem uma cotidianidade muito distinta, porque aqui em Santiago se vive de maneira diferente, como vivem feministas em Arica, como vivem feministas no Sul, na vulcania, então não podemos crer nessa política de democracia representativa que busca que todos sejam iguais.<sup>222</sup> (Paulina).

Além disso, as feministas deram muita ênfase ao fato de que o Estado chileno contribui para manutenção do patriarcado e, fortemente, para a violência contra as mulheres. Em relação a isso, Paulina disse que “o Estado não faz nada à respeito [da violência contra as mulheres], porque o Estado é o que se encarrega de difundir o patriarcado através de todas as

---

<sup>221</sup> No representa o no ha representado nunca al movimiento feminista chileno en ningún caso.

<sup>222</sup> Y yo creo que lo más importante es que las soluciones se construyan de manera colectiva y que estas soluciones tienen que ser resueltas por cada comunidad, porque cada comunidad tiene un contexto, características especiales y específicas. Acá en Chile, esto se da de manera muy notoria, porque tenemos lugares, territorios muy diversos, muy distintos y con personas que viven una cotidianidad muy distinta, porque acá en Santiago se vive de manera muy distinta, como viven feministas en Arica, como viven feministas en el Sur, a la vulcania, entonces no podemos creer en esta política como tan de democracia representativa que busca que todos seamos iguales.

suas instituições: a família, a escola, os hospitais.”<sup>223</sup> Nesse sentido mais amplo, muitas delas definiram o contexto chileno como extremamente *conservador*, em que as pressões sociais às mulheres são inúmeras, cuja constituição já se inicia na *estrutura familiar*. Pilar avalia que a luta feminista, dessarte, já começa dentro de casa e nas relações familiares e interpessoais, de amizade e trabalho. Assim, para elas, o feminismo é um movimento *político e contracultural*, nas palavras tanto de Paulina quanto de Francisca, ou seja, oposto às estruturas políticas, familiares, sociais, tais quais estão dadas, de forma mais ampla.

Por esse ângulo, remeto ao pensamento de Foucault, sistematizado pela teórica feminista McLaren (2016), apresentado no Capítulo 2. Afinal, segundo a autora, “a análise de poder de Foucault como onipresente e disperso coincide com as alegações feministas de que o poder está presente em várias áreas da vida” (McLaren, 2016, p. 89). Assim, a luta política não se localiza, exclusivamente, na disputa pelo aparato estatal, já que o poder não se exerce apenas de um centro irradiador que se impõe por obrigação e de forma exterior à ação, mas, antes, de forma biopolítica, gerando disciplina nos corpos para seguir e reproduzir certas disposições que se apresentam como verdadeiras nas formações discursivas dispostas em redes de poder. Segundo Paulina, a política feminista é ampla e diz respeito a várias instâncias que não têm ligação com o Estado. Para ela, a luta delas em relação a essa instituição formal é, exclusivamente, por direitos como o aborto livre e seguro. Em suas palavras:

Então, para nós, a política está nas comunidades, nas organizações sociais, nos sindicatos, em todos os lugares, não no Estado, não nessas instituições. Apesar de que, evidentemente, temos uma luta pelo aborto livre e queremos que as mulheres possam ser assistidas no sistema público de saúde.<sup>224</sup> (Paulina).

Dessa forma, “do mesmo modo, tanto ele [Foucault] quanto as feministas expandem o universo do político para incluir questões previamente consideradas privadas, como os relacionamentos pessoais, sexo e corpo” (p. 89). Além da descrença no Estado enquanto instrumento político, as feministas criticaram a violência que esse aparato exerce sobre o corpo e sobre a vida das mulheres. Segundo Paulina, o Estado chileno é, além de tudo, muito repressor. Ela relata que, após uma série de feminicídios em 2015, elas foram em frente ao *Palácio da La Moneda* (a sede da presidência), com fotos de todas as mulheres que tinham

---

<sup>223</sup> Y el Estado no hace nada al respecto, porque el Estado es lo que se encarga de difundir el patriarcado a través de todas sus instituciones: la familia, la escuela, los hospitales. Entonces, la verdad... Michelle Bachelet no representa o no ha representado nunca al movimiento feminista chileno en ningún caso.

<sup>224</sup> Entonces, para nosotras, la política está en las comunidades, en las organizaciones sociales, en los sindicatos, en otros lugares. No en el Estado. No en estas instituciones. A pesar de que evidentemente tenemos una lucha por el aborto libre y queremos que las mujeres deban ser asistidas en el sistema público de salud.

sido brutalmente assassinadas e que, mesmo sendo em torno de 30 participantes, num ato pacífico, elas foram muito reprimidas. “Nos mandaram uma quantidade de policiais que era totalmente excessiva em relação à quantidade de pessoas que éramos. (...) Bom, além do que os policiais riam da gente, nos insultavam, nos agrediam verbalmente, fisicamente.”<sup>225</sup> Em relação a esse caso episódico, Paulina disse que, naquele momento, Bachelet estava ali dentro e nada fez.

Diante das violências que sofrem as mulheres chilenas, não só em relação ao Estado, Anita analisou, de forma semelhante a várias delas, que o movimento feminista servia, portanto para *politizar* as experiências pessoais, de forma coletiva. Em vários momentos, elas falavam, portanto, do caráter político das organizações feministas e, sobretudo, coletivo, que se dá na união, no compartilhamento de saberes e nas formas de resistir às opressões. Pilar, por exemplo, assinalou a necessidade de *armar redes* entre mulheres e feministas. A esse respeito, ela disse, de forma bem otimista:

Armando essa rede nós vamos nos fazendo mais fortes. Nós vamos fazendo uma quantidade, *um corpo feminista que não é só individual, mas que também pode ser coletivo* e, aos poucos, bom, as mudanças sociais são com o tempo, são lentas, lentas. [Mas] sou muito positiva em termos de pensar no futuro, que está avançando, que já avançou, certamente, a passos lentos, mas, pouco a pouco, reforçando nossos laços entre mulheres, sinto que é a principal forma de ação frente a esse cenário em que nascemos.<sup>226</sup> (Pilar, grifo meu).

Além disso, elas criticavam, fortemente, o esvaziamento das temáticas feministas que estavam se massificando nas instituições, de forma estratégica, neoliberal. Afinal, ao esvaziar os conteúdos feministas, perdiam o sentido transformador da luta. Segundo Valentina, o feminismo ativista é diferente daquilo que se coloca nos meios de comunicação tradicionais e no Estado, como aconteceu com o *Ministerio de la Mujer y de Igualdad de Género*. Nos seus termos:

Creio que [nesses espaços], se foca muito em um feminismo econômico, um feminismo institucional, em que o único apelo é para que as mulheres ganhem o mesmo que os homens, que estejam trabalhando todas, mas não há um questionamento estrutural de como se tece o patriarcado, e é horrível, por isso que

---

<sup>225</sup> Nos mandaron una cantidad de personal policial que era totalmente desmesurado con respecto a la cantidad de personas que habíamos ahí. (...) Bueno, y a parte que los policiales se reían de nosotras, nos insultaron, nos agredieron verbalmente, físicamente.

<sup>226</sup> Y a través de armar esta red nos vamos nos haciendo más fuertes. Nos vamos haciendo una cantidad, un cuerpo feminista que no es solo individual, sino que también puede ser colectivo y ahí a poco, bueno, los cambios sociales son muy en el tiempo, son lentos, lentos. (...) Soy muy positiva en términos de pensar en el futuro, se está avanzando, se ha avanzado, seguro a pasos lentos, pero de a poco hay que darse más, a través de reforzar nuestros lazos entre mujeres, siento que es la forma principal de cómo de acción frente a este escenario en el que nacimos.

creio que não houve mudanças transcendentais ou que foram, realmente, transformadoras.<sup>227</sup> (Valentina).

Nesse sentido, ela disse que esse era um *feminismo branco, heterossexual e colonial*, que não está atento a várias questões que interseccionam a luta, como raça, etnia, classe e orientação sexual. Valentina avaliou que essa perspectiva institucional tinha uma lógica desenvolvimentista (*desarrollista*), a partir de um olhar neoliberal, de como a mulher deve se inserir no trabalho, por exemplo, sem levar em consideração a realidade complexa de tantas vidas. Para ela, nesse tipo de feminismo, as mulheres têm que gerar dinheiro, gerar vida, gerar muitas coisas, a favor do sistema patriarcal, mas que não há uma reflexão em temas políticos por trás, ou seja, há um esvaziamento de conteúdo, que gera um discurso geral em relação ao feminismo. Como ela disse, “a violência é bastante transversal, então é preciso, sim, ampliar um pouco o olhar para ver quais são as opressões que recaem sobre as mulheres (...) que vão desde a etnia, a classe, desde o tema *colonial*, desde temas de *interseccionalidade*”<sup>228</sup>.

Em relação a essa discussão, em inúmeras falas apareceu um apontamento da posição de privilégios dessas feministas em relação a outras realidades de mulheres chilenas, como das indígenas, negras, do Sul do país e pobres. Conforme Francisca, ao relatar sua experiência de aborto em Cuba, suas opressões não se comparavam às das mulheres pobres, que sequer tinham direito à escolha, por falta de condições financeiras. Da mesma forma, Paulina disse que se sentia privilegiada em relação às mulheres “da sua origem”, uma *comuna popular* em Santiago. Pilar, por sua vez, deu destaque para a realidade do Sul do país:

O Sul é tremendamente patriarcal em suas práticas, o abuso sexual é algo totalmente comum, pouco questionado, a violência intrafamiliar, e também coisas como de cada dia, o abuso das mulheres que andam sozinhas, em diferentes partes. (...) Realmente, porque Chile está super, super centralizado. (...) Então não é só ser mulher no Chile, mas ser mulher na capital e em outras partes (...) muito mais precárias nesses setores, e eu estou na capital.<sup>229</sup> (Pilar).

---

<sup>227</sup> Yo creo que se enfoca mucho desde un feminismo económico, un feminismo institucional donde a lo único que se apela es que las mujeres ganen lo mismo que los hombres o que estén trabajando todas pero no hay un cuestionamiento estructural de cómo se teje el patriarcado y eso es horrible por eso creo que no hay habido cambios como que tan trascendentales o que han sido realmente transformadores.

<sup>228</sup> La violencia es bastante trasversal pero sí ampliar un poco la mirada a ver cuáles son las opresiones que recaen sobre las mujeres (...) que van desde la etnia, desde la clase, desde el tema colonial, desde temas de interseccionalidad.

<sup>229</sup> El Sur es tremendamente patriarcal en sus prácticas, el abuso sexual es algo totalmente común, poco cuestionado, la violencia intrafamiliar, y también cosas como de cada día, el abuso a las mujeres que andan solas, en distintas partes. (...) Ahí realmente porque Chile está súper, súper centralizado. (...) Entonces, no es solo ser mujer en Chile, sino ser mujer es ser mujer en la capital y en otras partes, (...) entonces es mucho más precario en estos sectores y yo estoy en la capital.

Por fim, novamente, colocou-se, na centralidade, o *corpo* na luta feminista, que é inseparável das questões de saber e poder, aproximando o pensamento ativista das mulheres ao de Foucault (McLaren, 2016). Nesse sentido, o corpo é tanto onde as mulheres mais sofrem a opressão, sobretudo estatal, quanto o instrumento político de ação feminista capaz de resistência e transformação. Segundo Paulina, “é muito importante, para nós, que a política tenha a ver com o corpo”, afinal, “é um território super político.”<sup>230</sup> Pilar fez, inclusive, uma relação do corpo político com o nome do coletivo feminista, *La Alzada*. Ela disse que elas encaravam “o corpo como um agente ativo, o corpo da mulher é também um corpo político. Um corpo político e feminista. Então, aí movem-se todas as estratégias de alçada (*alzamiento*), como diz nosso nome, a alçada do feminismo para dismantelar isso.”<sup>231</sup> Assim, ela aponta o corpo como território de luta pela autonomia e pela liberdade das mulheres.

Nesse sentido de olhar para o corpo enquanto *ferramenta de luta política*, nos termos de Paulina, a criminalização do aborto no Chile, que, até então, era ilegal sob qualquer circunstância, “é a completa penalização com respeito ao que fazemos com nossos corpos, é absurdo o grau, no fundo, de como o Estado é capaz de castigar as mulheres, em todos os níveis, ou seja, é gravíssimo”,<sup>232</sup> tal qual colocou Anita. Nesse sentido, a luta pelo corpo se faz ainda mais significativa, enquanto um território de *disputa de poder*. Em relação ao uso do corpo como estratégia feminista, Paulina apontou para o seu uso em trabalhos políticos em comunidades, organizações, ou seja, de forma coletiva. Afinal, segundo ela, a política masculinizada está diretamente ligada à cabeça, ao racional, portanto, as feministas reconhecem que suas corporalidades estão muito reprimidas e devem ser liberadas e usadas a favor da luta política.

Então, precisamos nos expressar, mover-nos, utilizar as expressões artísticas enquanto ferramentas políticas. Nesse sentido, é muito importante o teatro, a expressão corporal, expressar, tocar-nos, fazermos carinhos, *respirar, aprender a respirar bem*, que isso seja parte de nossas metodologias de trabalho e também nossa política, no fundo. Como quando estamos discutindo politicamente, não nos esquecermos que temos um corpo com emoções, digamos. A isso que se refere [o corpo enquanto território político], a dar mais protagonismo ao corpo, de maneira completa, integral, que não estamos só pensando, porque isso é muito androcêntrico, como que

---

<sup>230</sup> Es muy importante para nosotras que la política tenga que ver con el cuerpo. (...) Es un territorio súper político.

<sup>231</sup> El cuerpo como un agente activo, el cuerpo de la mujer es también un cuerpo político. Un cuerpo político y feminista. Entonces, ahí moverse a todas las estrategias de alzamiento, como dice en nuestro nombre, el alzamiento del feminismo para dismantelar esto.

<sup>232</sup> Es la completa penalización con respecto a lo que hacemos con nuestros cuerpos, es absurdo el nivel, en el fondo, como el Estado es capaz de castigar a las mujeres en todos los niveles, o sea, es gravísimo.

funcionamos apenas racionalmente. Muito falso, além de tudo.<sup>233</sup> (Paulina, grifos meus).

Assim, retomo à música que inicia esse capítulo, que diz que é preciso *respirar para sacar la voz*. Num sistema patriarcal que oprime o corpo das mulheres e retira o direito de escolha delas, as feministas resistem a essa situação, de forma política, dando protagonismo, justamente, ao que mais sofre opressão: o próprio corpo. Se o poder opera no e através do corpo, é preciso politizá-lo e usá-lo como instrumento a favor da emancipação, conforme mostraram tanto as feministas chilenas quanto as argentinas. Por fim, é importante mencionar que as feministas advogam pelo uso político do corpo, tal qual seu cuidado, de forma coletiva. No final da minha conversa com Paulina, quando eu já nem estava mais gravando a entrevista, mas seguíamos conversando, ela disse que ela e suas companheiras da *La Alzada* se preocupavam muito com a saúde física e mental umas das outras, já que são tantas as opressões e pressões que sofrem as mulheres, razão dessa prática solidária ser extremamente essencial. Ela me disse que, nos encontros feministas, umas perguntavam às outras sobre como elas estavam se sentindo fisicamente e psicologicamente, novamente, tirando a racionalidade política do jogo e colocando as emoções e a subjetividade na centralidade da ação e do pensamento delas.

Um pouco após meu retorno ao Brasil, a ativista Paulina enviou-me um vídeo (pois mantive, no Facebook, contato com algumas das feministas que conheci) de divulgação de um evento produzido por ela e por outras companheiras feministas, chamado *Hacemos Feminismos: encuentro de experiencias y saberes sororales*, título que, não por acaso nem por metáfora, nomeia este capítulo etnográfico. Transcrevo, quase na totalidade, o conteúdo do vídeo, com enorme potência política, para encerrar esse capítulo, já que traz os traços mais importantes da luta feminista que as chilenas me transmitiram em todas as experiências na minha intensa estada lá.

Olá, esse é um vídeo para difundir a sistematização de *Hacemos Feminismos*, encontro de experiências e saberes sororais, realizado no dia 20 de maio de 2017, no Sindicato de Trabalhadoras de Casa Particular (Sintracaap). Os objetivos do encontro

---

<sup>233</sup> Entonces, necesitamos expresarnos, movernos, utilizar las expresiones artísticas como herramientas políticas. Y en este sentido es muy importante el teatro, la expresión corporal, expresar, tocarnos, hacernos cariños, respirar, aprender a respirar bien, que esto sea parte de nuestras metodologías de trabajo y también de nuestra política en el fondo. Como cuando estamos discutiendo políticamente, no nos olvidar que tenemos un cuerpo con emociones, digamos. A esto se refiere, a dar mayor protagonismo a el cuerpo de manera más completa, integral, que solo a lo que estamos pensando, porque esto es muy androcéntrico, como que solo funcionamos racionalmente. Y es súper falso, además.

foram: convocar e reunir diferentes experiências de cúmplices, coletivos e organizações feministas para intercambiar perspectivas e ferramentas práticas que nos permitem enriquecer nosso trabalho político. Reconhecer a importância que tem os corpos no fazer da política feminista. Visibilizar a importância de metodologias artísticas, participativas e de educação popular, para o trabalho político dos movimentos feministas. Realizamos uma convocatória, convidando a coletivos que propuseram oficinas práticas com metodologias participativas, evitando estilos expositivos de fórum ou conversatório. (...) Aprendemos metodologias populares, artísticas e corporais desde organizações de companheiras feministas, em que o fazer prático de nossas organizações gera conhecimento desde um poder subalterno e crítico às formas hegemônicas. Queremos trabalhar com elas, e, assim, acompanhar sororalmente, em nossas lutas, que estamos levando a diferentes territórios. Nosso corpo é um território de prazer, de luta, de conhecimento e poder. Consideramos que é uma prática central reconhecer o corpo desde o carinho, a sororidade, a emocionalidade nas oficinas (...). Nossos aprendizados foram: ao iniciar uma atividade, nos apresentarmos desde “o que gostamos de fazer ou fazemos”, para, assim, nos posicionarmos desde o fazer e não apenas desde a teoria, que por vezes nos divide, criando espaços sororais em que os vieses diminuem e aumente a amorosidade entre as feministas. É muito recomendável colocar o corpo no centro de qualquer espaço pedagógico feminista, visibilizando e gerando uma conexão sem preconceitos, decolonial, reconhecendo a multiplicidade e diversidade de identidades e formas de ser. Usar a arte para fazer política feminista há sido, sempre, maravilhoso. Permitimo-nos validar nossas emocionalidades, expressar-nos, ser criadoras, fora dos cânones estéticos tradicionais. O processo criativo é, também, político. Nossos problemas privados tornam-se públicos, é a politização da intimidade. O riso e o humor geram maior conexão. Além disso, a conversação e a afetividade nos espaços íntimos também pode ser uma metodologia que facilite o encontro e intercâmbio de biografias, saberes, experiências, sensibilidades, trajetórias. (...) Reconhecer a experiência e a trajetória das companheiras e organizações feministas é muito importante. Isso vai construindo nossa história política e nos iluminando com suas experiências e sabedorias. Isso é um exercício de memória. O movimento feminista é circular, porque recorremos o que já aprenderam e outras irão recorrer ao que aprendemos, e assim, infinitamente. Um encontro pode ser um lugar perfeito para criar produtos coletivos que resgatem as vivências das participantes. Explorando e compartilhando os distintos significados que tem as experiências nesses espaços. (...) Não acreditamos em hierarquias. As organizadoras estão para facilitar os processos, atividades, oficinas, e não para serem protagonistas. Criar espaços de sororidade é prioritário na construção de feminismos e, dessa vez, foi mais fácil fazê-lo desde os fazeres e saberes. Muitas vezes, emulamos formas de fazer política masculina. Isso não nos permite desatar os nós que o patriarcado nos colocou. Valorizar e reconhecer a forma que nós fazemos política é fundamental para transformarmos a nós mesmas e a nossas comunidades e territórios. Para fazer um encontro feminista, só é necessário duas (ou mais) almas cúmplices, que tenham o desejo de gestar e organizar um espaço de compartilhamento em torno de temáticas que nos envolvem. Nesse caso, Hacemos Feminismos foi um território propício para o intercâmbio e aprendizado de metodologias, reconhecendo e visibilizando como levamos à prática nossos discursos e sentires feministas. Por isso, e por muito mais, sigamos fazendo feminismos. (Hacemos Feminsimos, 2017).

## 5. Brasil: luta pela vida das mulheres

Imagem 11 – “É Pela Vida das Mulheres.” Ato Unificado em Belo Horizonte



Fonte: Fotografia da autora.

Na chuva de confetes *deixo a minha dor*  
Na avenida, deixei lá  
A pele preta e a minha voz  
Na avenida, deixei lá  
A minha fala, minha opinião  
A minha casa, minha solidão  
Na avenida, dura até o fim  
Mulher do fim do mundo  
Eu sou e vou, até o fim, cantar.

(Elza Soares, 2015, Brasil)

Começar um capítulo feminista etnográfico no meu país não é fácil. Não tem dia de chegada, não tem dia de partida. Vivo aqui, como mulher e feminista, então a pesquisa se imbrica, fortemente, com minha própria história. Sem dúvidas, nos dois últimos anos, mais do que nunca, andei pelas ruas com um olhar feminista. Contudo, há uma estrada, anterior a esse processo, que se mistura com o que escrevo, nas seguintes páginas. Precedente ao mestrado, há outras marchas, palestras, reuniões e diálogos com ativistas. O movimento feminista brasileiro, muito anteriormente à pesquisa, já alimentava meus afetos, aspirações e trajetória, pessoal e acadêmica.

Inicialmente, pensei em focar meus esforços em outra cidade. Fui a São Paulo, no encontro com uma feminista do grupo *AzMina*, que acompanho há alguns anos, cujo trabalho sempre admirei. Desejava entrevistar outras ativistas de lá, já que é a maior capital econômica e cultural do país, tal qual Buenos Aires e Santiago, e tem uma importância central na divulgação de movimentos sociais e políticos no país. Contudo, ao longo da pesquisa, vivendo em Belo Horizonte, fui me aproximando do movimento feminista aqui e me deixei levar pelo campo. Para não ter uma discrepância metodológica, em termos do número de cidades, optei por dialogar com feministas de coletivos nacionais, com atuações, portanto, que abrangem as duas cidades. Ainda assim, o que apresento, a seguir, foi um pouco do que vivi, nos dois últimos anos, em Belo Horizonte, São Paulo, Florianópolis, Campina Grande e tantas outras cidades que fizeram parte das minhas experiências feministas nesse período.

8 a 10 de junho de 2016. A primeira lembrança de experiência feminista que tenho, nesses dois últimos anos, já no contexto da pesquisa, foi ainda no ambiente acadêmico, no *Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades*, em Campina Grande, na Paraíba. Conforme disse, no Capítulo 2, tive a oportunidade de participar de um minicurso sobre epistemologias e metodologias feministas, com a pesquisadora mexicana Jimena Hernández, numa experiência que, já no primeiro semestre do mestrado, me moveu fortemente do lugar. Mulheres de várias partes do Brasil integravam o minicurso, que tinha o propósito de ser um espaço de construção feminista acadêmica coletiva que foi muito produtivo. Esse congresso diz, também, da minha própria ruptura acadêmica. Afinal, fui para apresentar um artigo sobre a temática da *representação de mulheres na mídia*, que me interessava, naqueles primórdios do mestrado. Nos três dias de evento, contudo, ouvi muitas pesquisadoras e teóricas-ativistas feministas, inclusive a mexicana Patricia Castañeda, que palestrou acerca das epistemologias feministas do Sul. Saí do minicurso e do congresso com forte questionamento às minhas escolhas de pesquisa, ao entrar em contato tanto com as

metodologias e epistemologias feministas, quanto, em alguma medida, com o pensamento feminista decolonial. No congresso, havia pesquisadoras latino-americanas à frente dessa discussão, que, para mim, era ainda tão incipiente.

8 de março de 2017. Após minha pesquisa de campo na Argentina, já estava claro, para mim, que a temática da representação midiática não seria mais central à pesquisa, dado que o pensamento-ação feminista tinha tomado conta da formulação do problema de pesquisa. Como disse no capítulo argentino, após as entrevistas, comprometi-me a integrar a manifestação do dia 8 de março, que as argentinas estavam chamando de uma greve internacional de mulheres. Sentia-me animada por unir-me ao movimento feminista, numa manifestação que estava sendo articulada em rede latino-americana e mesmo global. Ajudei na divulgação do *Ato Unificado em Belo Horizonte*, que tinha como temática *É pela vida das mulheres - Contra as reformas Trabalhista e Previdenciária*<sup>234</sup> e também participei do protesto. No dia do ato, antes de sair de casa, enviei uma mensagem para as argentinas as quais eu havia entrevistado, uma vez que, nos nossos diálogos, elas enfatizaram bastante a importância dessa data enquanto ação política. Após minha mensagem, Natacha publicou no seu Facebook:

Compartilho uma bela mensagem que recebi de uma companheira de luta Paula Lopes, do Brasil: "Um poderoso dia de luta para as mulheres argentinas e as companheiras de *Las Rojas*! Vocês são inspiradoras! Estamos juntas no Brasil!" Hoje paramos e saímos às ruas em todas as partes, contra os Macri, os Temer, os Trump, porque eles são os responsáveis pela violência que nós, mulheres, vivemos, porque eles são responsáveis para que, todos os dias, morram várias e várias mulheres, por causa de abortos clandestinos, porque eles são responsáveis para que milhares de mulheres sejam exploradas sexualmente e nós dizemos: basta! Decidimos nos irmanarmos com as companheiras de todos os países em um grito internacional que faça o mundo tremer! Hoje dizemos que os governos são responsáveis! (Natacha).

Fiquei feliz ao ver que, após nossa troca, na Argentina, ela me considerava uma companheira de luta feminista, tal qual eu a via. O ato em Belo Horizonte começou por volta das 16h e, assim que pude, uni-me à concentração de feministas, na Praça da Liberdade, que ia em direção à Praça Sete, dois centros de encontro políticos da cidade, onde vários movimentos sociais se reúnem para distintos protestos. Contudo, o céu estava escuro, aparentava chover, e assim foi. Lembro-me de ver mulheres com blusas e pinturas feministas nos rostos voltando

---

<sup>234</sup> A Reforma Trabalhista e Previdenciária eram duas principais propostas do governo do presidente Michel Temer, cuja tramitação no Congresso brasileiro era recente e, portanto, o tema da manifestação. Conforme muitas feministas que conversei, a classe trabalhadora seria a mais atingida por essas propostas e, sobretudo, as mulheres, dada a desigualdade de gênero e as duplas jornadas de trabalho, motivo pelo qual essas eram, também, pautas feministas brasileiras.

para casa, com cartazes molhados, destruídos, e de me sentir triste por essa dispersão. Queria parar a chuva e sentia que era, também, uma injustiça da natureza às mulheres, justo naquela data tão importante. Mesmo vendo mulheres correndo, dissipando-se, também via outras com sombrinhas, resistindo à tempestade, na chuva, firmes. Reforço que não era branda, mas tinha uma força que, há semanas, a cidade não via e que, inclusive, estava aguardando. Ainda que o céu estivesse desabando, contudo, as mulheres seguiam marchando. Quando chegamos à Praça da Estação, já no final do ato, vi várias feministas correndo, molhadas, em direção às fontes (que ficam no chão, lançando água para cima), conforme a imagem que abre o capítulo (Imagem 11). Foi emocionante ver a vivacidade e a alegria da luta feminista, que, mesmo na adversidade, se mantém firme. Ainda com tanta chuva e com poucas mulheres presentes num ato preparado para ser um dos maiores dos últimos anos, elas se mantinham ali, unidas.

Participei de outros atos, depois desse, como no dia 13 de novembro de 2017, contra a PEC 181<sup>235</sup>, e sempre senti, nas manifestações feministas, uma vibração que me inspirava e me movia. Os atos são alegres, cheios de música, *sororidade* e gritos de luta. Posteriormente ao 8 de março, ouvi a socióloga, feminista, indígena, Avelin Buniacá Kambiwá, que tem uma importância política no contexto local<sup>236</sup>, falando sobre o dia. Ela disse que muitas mulheres brancas ficaram tristes com a chuva, dada a dispersão das feministas no ato, mas que, para ela, a chuva era “a mãe Terra chorando” e enviando força às mulheres. Emocionei-me, bastante, com sua fala, ao lembrar da minha própria decepção, naquele dia, enquanto mulher branca, com um olhar colonizado, que não conseguia ver a chuva como uma força potente. Retomo às palavras de Elza Soares, que abrem este capítulo, já que as feministas, naquele dia histórico de luta, também deixavam, na chuva, as suas dores.

30 de julho a 4 de agosto de 2017. Outro momento marcante da minha trajetória etnográfica feminista, nesses dois últimos anos, foi no *13º Congresso Mundos de Mulheres (MM)*, que aconteceu, conjuntamente ao *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (FG)*, em Florianópolis, Santa Catarina. Fui para apresentar um artigo acadêmico que continha uma primeira sistematização textual da minha pesquisa, após a qualificação, em junho. O simpósio

---

<sup>235</sup> A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 181 previa o fim do aborto legal nos casos que são, atualmente, permitidos no Código Penal Brasileiro (gravidez por estupro, risco à gestante e feto anencéfalo), e havia sido recém aprovada por uma comissão de deputados (sendo 18 homens e uma mulher, a única que foi contra). Assim, a PEC 181 colocava em risco alguns direitos das mulheres brasileiras, motivo pela qual feministas de várias cidades se mobilizaram nas ruas.

<sup>236</sup> Avelin foi candidata à vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em Belo Horizonte, nas eleições de 2016, lançada pela proposta de movimentação política *Muitas Pela Cidade que Queremos*, que pretendia diversificar a Câmara Municipal, com foco na representatividade (incluindo mulheres negras, LGBTQs, etc.) e um mandato coletivo. Para ver mais: <http://www.somosmuitas.com.br>.

temático que escolhi, para apresentar o trabalho, foi *Pesquisa-intervenção feminista: perspectivas, desafios e interseções teórico-políticas*, que tinha como foco as discussões metodológicas e epistemológicas feministas. Na sessão, conheci várias pesquisadoras brasileiras, de diferentes áreas do conhecimento, do Direito à Enfermagem, que estavam elaborando pesquisas feministas em seus campos de atuação, reforçando (nos termos das feministas chilenas) a *transversalidade* das questões de gênero. Discutimos as dificuldades, sobretudo em algumas áreas, de assumir tais investigações, mas também a importância dessa inserção na academia, ainda tão androcêntrica. Exterior a essa inserção acadêmica, vi que o movimento feminista brasileiro estava presente, com força, no evento. Ativistas e coletivos, das mais diversas naturezas, compunham a cena, indicando uma proximidade da discussão acadêmica com a militante no Brasil.

Um momento marcante, para mim, foi a roda de discussão *Mulheres construindo outras mídias*, em que ativistas feministas de diferentes coletivos de jornalismo independente contavam suas experiências comunicacionais, alternativas à mídia hegemônica. Alguns grupos que participaram dessa roda foram as *Blogueiras Negras*, *Blogueiras Feministas* e o *Portal Catarinas*. Entrei em contato, posteriormente, e consegui retorno das *Blogueiras Feministas*, através de Bia, que foi uma das minhas entrevistadas. Naquele encontro, elas contaram sobre a trajetória dos grupos, ressaltando conquistas e dificuldades. Novamente, elas avaliaram a dificuldade das mulheres de se manterem no ativismo, dado que muitas tinham trabalhos paralelos, além da estigmatização do movimento feminista e da violência *online* que elas sofriam, constantemente, por tratar, publicamente, de questões de gênero. Contudo, elas também falavam muito da potência de construir novas redes de comunicação feministas e de como esses portais *online* tinham contribuído para popularizar o feminismo no país. Lembro de uma das falas que dizia que era emocionante ver uma sala rodeada de mulheres, para discutir feminismo e ativismo, já que, há alguns anos, essa discussão era restrita a um nicho. De fato, a sala estava cheia de mulheres e tinha uma grande força coletiva. Em contraposição, uma feminista negra disse que, ainda que essas redes *online* fossem muito importantes, no contexto nacional, que era, ainda mais urgente, dialogar com comunidades que não estão, necessariamente, conectadas às redes digitais.

Outro momento do evento, que optei por expor neste texto<sup>237</sup>, foi a mesa redonda *Filosofia feminista na América Latina*, composta pelas pesquisadoras feministas Carla

---

<sup>237</sup> Ao longo desses dias, em Florianópolis, tive uma imersão, tanto em termos de discussões acadêmicas, quanto de proximidade com o movimento feminista, nas ações ativistas que acompanhei, em forma de debate, dança,

Rodrigues (UFRJ), María Luisa Femenías (Universidad Nacional de La Plata) e Marcia Tiburi (Unirio), e pela dirigente nacional do setor de gênero do Movimento Sem Terra (MST), Atiliana Brunetto. O auditório estava lotado, com mulheres sentadas em todas as cadeiras e no chão, espremidas, lado a lado. Fiquei surpresa pelo número de participantes e ao ver quantas outras pesquisadoras estavam interessadas nas temáticas feministas e de gênero no país. Estima-se que foram por volta de 8.000 mulheres presentes no evento, que parecia uma realidade paralela ao contexto do país, que passava por uma virada conservadora e repressora às pautas de gênero, como as feministas apontaram no campo. Afinal, o evento era composto por mulheres brasileiras, negras, LGBT, indígenas, de comunidades rurais, Movimento Sem Terra, de outros países latino-americanos e até do *Norte global* (Mohanty, 2003). Mulheres *subalternas* que, por vezes, não são ouvidas, tal como coloca Spivak (2010), comandavam as discussões.

Marcia Tiburi, nessa roda de conversa, disse sobre a dificuldade das mulheres filósofas, sobretudo na academia. Ela expôs que era um ambiente extremamente masculino e cujo pensamento era “servil à Europa”, apontando para a necessidade de descolonizar a universidade. Na continuidade, ela contou que se voltou à literatura, porque não queria ter que citar filósofos, homens, canônicos, para que suas elaborações teóricas tivessem autoridade, aceitação e relevância. Ela falou que as palavras das mulheres não eram autorizadas, academicamente, e que era necessário “transformar o lugar de fala num lugar de luta”. Nesse sentido, ela apontou para a indispensabilidade de assumirmos, como pesquisadoras feministas, nossas formulações, independente de citações que nos são impostas, academicamente, em formatos tão rígidos, já que, em suas palavras, “a citação é política”. Tiburi disse: “eu falo de mim e não estou autorizada a falar de mim”, questionando sobre a experiência das mulheres enquanto forma de conhecimento, que aproximo da elaboração das feministas chilenas.

A pesquisadora argentina, María Luisa Femenías, elaborou uma fala em diálogo com o pensamento da teórica decolonial María Lugones, apontando para as imposições hegemônicas de raça e gênero e para as estruturas coloniais que persistem culturalmente, como o eurocentrismo europeu. Atiliana Brunetto, por sua vez, enfatizou a satisfação que era compor essa roda de conversa, em nível de simetria às outras palestrantes, cujo pensamento é desenvolvido, sobretudo, academicamente. Afinal, segundo ela, na maior parte das vezes, ela

---

arte, e na *Marcha Internacional de Mulheres por Direitos*, no último dia, que encerrou as atividades, com mulheres feministas do evento lotando as ruas da cidade. Optei apenas por destacar alguns pontos que tocam nas temáticas da pesquisa, mais especificamente.

e suas companheiras de MST eram “objeto de pesquisa” e não sujeitas que constroem elaborações teóricas próprias e que podem falar sobre questões feministas e de gênero. Ela disse, também, como, inicialmente, o feminismo branco havia sido rejeitado por várias integrantes do MST e como foi preciso um trabalho interno para que elas construíssem seus próprios feminismos, distintos de outras experiências de mulheres.

Após esse evento, comecei a preparar-me para as entrevistas no Brasil. Separei um número de coletivos feministas do país, indutivamente, amparada pelo meu conhecimento prévio e pela minha proximidade com o movimento feminista, mas também levei em consideração grupos que encontrei e conheci nesses encontros acadêmicos e da militância feminista. Entrei em contato com vários deles<sup>238</sup>, mas não obtive muito sucesso, inicialmente, tal qual na Argentina e no Chile. Era ainda mais frustrante não conseguir me aproximar de feministas do meu próprio país, que tinham contribuído também minha trajetória pessoal e acadêmica, portanto, comecei a pensar em estratégias de aproximação. Uma explicação no site do grupo feminista *Think Olga*,<sup>239</sup> acerca de pedidos de contribuição para pesquisas acadêmicas, apontou outra possibilidade sobre a dificuldade de entrar em contato com ativistas feministas:

Sempre ficamos honradas de saber que a *Think Olga* foi escolhida como fonte de estudo para uma pesquisa de gênero. Mas, infelizmente, não poderemos ajudar com entrevista ou fornecendo conteúdo para além do que já disponibilizamos em nosso site e redes sociais. Como somos uma ONG em crescimento, com uma equipe pequena, não temos tempo hábil para atender a todos os pedidos que chegam diariamente com a atenção que merecem, sendo assim, tivemos que adotar a política de não atender a pedidos acadêmicos, para que nenhum estudante acabe sendo favorecido.

Posteriormente, quando consegui entrevistar, pessoalmente, Nana, do grupo *AzMina*, e Flavia, do *Pão e Rosas*, elas também apontaram a falta de tempo, devido às atividades que exercem como ativistas e à dificuldade de contribuir para pesquisas acadêmicas. Diante desse obstáculo, a estratégia que adotei foi ir atrás delas, pessoalmente, em eventos já marcados. Assim, consegui minha primeira interlocutora, Nana, pois vi no Facebook a divulgação de uma palestra sua em São Paulo.

---

<sup>238</sup> Os grupos brasileiros que entrei em contato foram: *AzMina*; *Think Olga*; *Nós mulheres da periferia*; *Blogueiras Feministas*; *Não me Kahlo*; *Marcha das Vadias*; *Pão e Rosas*; *Parada Brasileira de Mulheres*; *Portal Catarinas*; e *Marcha Mundial das Mulheres*.

<sup>239</sup> Foi um dos primeiros grupos que entrei em contato, porque foi sugerido por Nana, do grupo *AzMina*, e dada minha maior proximidade, conforme apresentei no Capítulo 1. Afinal, foi um dos primeiros coletivos em que vi sobre a discussão de mulheres políticas retratadas na mídia, desde uma perspectiva ativista. Contudo, não recebi retorno delas, até encontrar esse esclarecimento no site oficial.

Tal qual nos capítulos etnográficos da Argentina e do Chile, apresento, a seguir, os dados da pesquisa de campo no Brasil, segundo os mesmos eixos: 1) *Pedagogias feministas*; 2) *Mídia e visibilidade, pelas feministas*; e 3) *Políticas feministas*. No primeiro eixo, abordo de onde essas mulheres vêm e falam<sup>240</sup> e como construíram seus saberes como ativistas feministas. Além disso, exponho o posicionamento delas acerca do governo da presidenta Dilma Rousseff, construído em diálogo com suas perspectivas feministas. No segundo eixo, demonstro como as feministas brasileiras enxergam a mídia hegemônica brasileira e como instauram formas outras de visibilidade comunicacional, com estratégias políticas e formas de pensamento coextensivas. Por fim, apresento quais formas de políticas feministas elas constroem, cotidianamente e coletivamente, o que, em larga medida, se faz em contraposição ao poder político formal.

### **5.1. Pedagogias feministas**

#### **Nana**

Em 20 de agosto de 2017, cheguei em São Paulo, para minha primeira entrevista no Brasil. Optei por ir devido a uma palestra, organizada pelo coletivo feminista *AzMina*, que seria ministrada por Nana, chamada *Introdução ao feminismo: de onde veio o movimento, pra onde vai e como ele afeta a minha vida?* Já conhecia esse grupo, que foi um dos primeiros com os quais tive aproximação no movimento feminista brasileiro, muito antes da pesquisa. Dada minha proximidade com o coletivo, avaliei que era uma boa interlocução, sobretudo porque elas têm uma proposta de jornalismo feminista independente, mediante a *Revista Azmina*, permeada por discussões sobre política (formal, mas não só) e, principalmente, por ser uma forma de comunicação contra-hegemônica. Inscrevi-me na palestra e, antes de ir, entrei em contato com Nana, por email. Ela me respondeu, com abertura, que podíamos conversar sobre a minha pesquisa, antes ou depois da sua apresentação. No final da entrevista, ela disse que tinha sido bom eu ir ao seu encontro, já que ela, provavelmente, não teria tido tempo para conversar comigo, virtualmente, em razão de sua rotina e de sua carga de trabalho. Usei a mesma tática, posteriormente, em Belo Horizonte, com o grupo *Pão e Rosas*.

---

<sup>240</sup> Não apresento a trajetória das feministas que conversei virtualmente, Bia e Letícia, porque, infelizmente, não pude ter uma dimensão subjetiva de suas trajetórias e constituições feministas, mas também utilizo os saberes feministas, que elas compartilharam comigo, nas outras dimensões.

Assim que cheguei no local da palestra, antes do horário marcado, apresentei-me e esperei Nana, até que ela pudesse falar comigo, já que estava bem envolvida na organização, junto a outras integrantes do grupo *AzMina*. Sentia-me ansiosa para minha primeira interlocução, no Brasil, com um coletivo que tanto tinha contribuído para minha própria formação enquanto feminista. Nana veio, então, ao meu encontro e iniciamos a entrevista. Deixei o celular cair e ela disse que também era desastrada assim, para eu não me preocupar. Rimos juntas e, logo de cara, vi que era extrovertida, tinha um jeito descontraído e leve.

Conversamos por alguns minutos, mas tivemos que interromper o diálogo, para que ela começasse a palestra. Fiquei apreensiva, porque Nana dialogou por, aproximadamente, quatro horas, e eu não queria insistir para que ela ainda estendesse mais comigo. Contudo, no final da discussão (já que não foi uma palestra expositiva, mas interativa com o público), ela disse que não tinha esquecido de mim e que fazia questão de continuar a entrevista, porque adorava falar sobre esses temas. Fomos juntas, na chuva, até um café, na Paulista, uma das mais importantes avenidas da cidade e palco de vários protestos dos movimentos sociais do país, tanto que, anteriormente à nossa conversa, vi várias intervenções feministas nas paredes, orlhões e, sobretudo, em semáforos de trânsito, conforme a Imagem 12.

### **Imagem 12 - Intervenção feminista na Avenida Paulista em São Paulo**



**Fonte: Fotografia da autora.**

Da mesma forma que no Chile, onde encontrei uma intervenção feminista na placa de trânsito que dizia “pare con el machismo”, interpretei que essa intervenção feminista, presente em

praticamente todos os semáforos ao longo da Paulista (um instrumento de trânsito que controla quando o pedestre deve parar), clamava pela mesma coisa, qual seja, parar com a violência de gênero.

Quando chegamos ao café, quente e acolhedor, ao contrário das ruas molhadas de São Paulo, senti que o ato de Nana de compartilhar seus saberes comigo, num chuvoso domingo à noite, depois de uma tarde de profunda elaboração teórica, mostrava *solidariedade feminista* (Mohanty, 2003). No começo da conversa, ela disse que não se lembrava da primeira vez que havia ouvido a palavra *feminismo*, mas que, desde sempre, se entendia feminista, enquanto conceito. Segundo Nana, o feminismo tinha aparecido para ela de forma prática, antes que ela começasse a teorizar a respeito. Quando tinha aproximadamente 7 anos, o pai de Nana a pediu para lavar a louça e ela respondeu que só faria se ele também o fizesse, questionando-o: “por que você está me mandando fazer, se você nunca faz?” Assim, ela gracejou que tinha dado muito trabalho para seu pai, porque indagava, cotidianamente, sobre a divisão de tarefas entre meninas e meninos, desde sua própria experiência, apontando para a socialização diferenciada pelo gênero, que coloca diferentes expectativas nas crianças.

Eu gostava de sair da caixinha. Eu não sei se era porque eu tinha muita identificação com meu pai, quando eu era criança, mais do que com minha mãe, então talvez isso tenha me feito achar que era estranho que eu tinha que ser igual à mamãe, porque eu era tão igual ao papai. E essas barreiras de gênero, pra mim, sempre foram muito borradas. Barreira de gênero não, *barreira de estereótipo de gênero*. (Nana).

Já no começo do diálogo, portanto, ela apontou para a questão dos *estereótipos de gênero*, que apareceu, bastante, ao longo das suas análises, tal qual se deu com Cecília, na Argentina, e Valentina, no Chile, mostrando-se uma conceituação usada tanto na academia quanto no ativismo. Nana disse que começou a pesquisar gênero quando estava ainda na Universidade de São Paulo (USP), quando estudante de Jornalismo, e que seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) havia sido sobre mulheres no sistema penitenciário brasileiro, que, depois, se tornou o livro *Presos que menstruam*. Ela afirmou que aquele já era um trabalho feminista, ainda que ela não fizesse parte de nenhum coletivo, até então. Nana ressaltou que, na época, o feminismo no Brasil não tinha “essa coisa organizada de maneira massiva” e que, nos últimos cinco anos, o movimento havia se *massificado e democratizado*, nos seus termos. Ela disse que, quando estava na universidade, sentia um distanciamento do ativismo feminista. “Esses ambientes de militância me davam medo, me davam sensação de agressividade, de receio de

falar, etc. e tal, então eu não participava.” Ainda assim, ela lia muito a respeito do feminismo e o encarava como algo constituidor da sua vida.

Ao sair da faculdade, já exercendo a profissão de jornalista, Nana pontuou que colocava, em todas as suas reportagens, o recorte de gênero. Contudo, ela acrescentou, “não como quem tem uma agenda, mas como quem enxerga que são temas importantes que estavam *sub-representados* na imprensa”, apontando, também, para a questão da representação midiática e da invisibilização das pautas de gênero na mídia tradicional. Nesse contexto, ela disse que conheceu Juliana de Faria, do *Think Olga*, pois a entrevistou para uma reportagem para a campanha *Chega de Fiu Fiu*<sup>241</sup>. Ela disse que se inspirou, fortemente, nela e pensou que podia, também, seguir um caminho junto ao ativismo.

Nessa época, Nana foi ao Congresso brasileiro tirar uma fotografia, sem blusa, em protesto à cultura de estupro. Na foto, seu rosto é sério, seus braços tampam os seios, com a frase seguinte escrita: “eu não mereço ser estuprada”. Lembrei-me do episódio, quando ela contava, pois havia ganhado muita repercussão, num contexto em que uma pesquisa brasileira recém-lançada apontava que a opinião pública era de que uma mulher com alta exposição do corpo merecia ser agredida. O protesto de Nana tomou uma dimensão que sequer ela imaginava, tanto alavancando a discussão sobre cultura de estupro no país, quanto colocando a ativista em risco.

No dia seguinte, tinham duzentas mil mulheres postando a mesma foto e a presidente [Dilma] queria me encontrar e a [apresentadora de TV] Fátima Bernardes queria me entrevistar. Foi uma coisa surreal. E eu recebi quase quinhentas mensagens de ameaça ou ofensa, a ponto de a ministra, que na época era a Menegucci, me levar na Polícia Federal, pra ver se eu entrava em algum programa de proteção, temporariamente, porque estavam com medo. Era muita ameaça, então não dava pra saber o que que era sério e o que não era. Em geral, eram ameaças de estupro ou de violência física. Ameaçaram a minha mãe, fizeram um evento “Estupro coletivo da mãe da Nana” e tinham duas mil pessoas confirmadas. (Nana).

Nana disse que essa reação de agressividade, em vez de paralisá-la e deixá-la amedrontada, foi motora da sua entrada forte no ativismo feminista. Ela analisou o contexto da época: “eu percebi que existia uma demanda, que existia uma maturidade, e [existia] veículo para que as mulheres comesçassem a discutir isso de maneira muito mais *democratizada* e muito mais *massificada*.” Ela referia-se à ampliação da discussão feminista nas redes sociais digitais, mas que, para ela, ainda estava pautada por um “linguajar típico”, em que era necessário “conhecer um certo código para participar”. Nesse sentido, ela avistou uma possibilidade, já

---

<sup>241</sup> *Chega de Fiu Fiu* é uma campanha elaborada pela ONG feminista *Think Olga*, contra o assédio sexual em espaços públicos.

que, na sua avaliação, o feminismo não iria se democratizar com um *elitismo intelectual*, que compunha determinados ativismos da época. Ela analisou que alguns coletivos usavam, por exemplo, termos em inglês para explicar questões feministas do contexto local (como *mansplaining*, no lugar de *condescendência masculina*). Nana avaliou que esses termos da língua inglesa eram excludentes e que era preciso “descolonizar o pensamento” em relação às questões feministas.

Foi aí que surgiu a Revista AzMina, (...) como porta de entrada para o feminismo, a ideia de que as pessoas se sintam acolhidas por ela, que seja uma coisa simpática, simples, com profundidade. Mas com simplicidade também. Que a gente explique de maneira bem pedagógica todas as coisas e que construa um diálogo. (Nana).

Ela disse que, no período que morou nos Estados Unidos, avistou, numa banca de jornais, a revista feminista estadunidense, *Bitch*, cujo *slogan* era *The feminist answer to Pop Culture* (A resposta feminista à Cultura Pop), e que pensou “olha, o Brasil também precisa de uma resposta feminista pop, a gente precisa de uma revista que faça um feminismo pop.” Ela enfatizou que era importante um aprofundamento em relação às temáticas de gênero, mas que nem todas as pessoas iriam chegar a certo nível de profundidade e, portanto, era necessário tornar, ao menos, acessível e democrática a discussão feminista.

Quando perguntei a Nana o que era ser mulher no Brasil, ela disse que era difícil responder, mas que, ser mulher, por si só, já era desafiador. Ela afirmou que, quando morou nos EUA, sofreu vários preconceitos, por ser, além de mulher, latina, mas que no Brasil ela não era minoria, apontando, como outras ativistas o fizeram, seus privilégios. Ela relatou que nosso país era extremamente *machista*, principalmente em relação ao assédio – “Eu acho que o assédio sexual é um dos maiores problemas que o Brasil tem. A naturalização do estupro, a nossa *cultura do estupro* é muito arraigada.” Ela associou essa cultura a elementos constituintes da personalidade do brasileiro, como certa cordialidade e humor para abrandar determinados tipos de discriminação. Além disso, ela criticou estereótipos em relação, sobretudo, às mulheres feministas e ao estigma social que elas sofriam, condizente com o pensamento tanto das ativistas argentinas, quanto chilenas.

Eu acho que o brasileiro tem mania de dissolver o machismo dele em piada, e achar que tudo bem, que se ele empacotar em uma piada, está tudo bem o racismo, o machismo, etc. E as mulheres que sofrem com esse humor maligno principalmente. E a gente se sente a mau humorada, se reclamar, por causa dessa estratégia de tipo, “simpático”. O machismo é simpático. Então, se você reclama, você é antipática. E ser feminista, no Brasil, é bastante desafiador. Porque a gente sofre muito estereótipo. Eu acho que ser feminista, a gente é muito estigmatizada. Eu me sinto estigmatizada na minha família, nas minhas rodas de amigos. (Nana).

A ativista avaliou que o contexto atual era de crise, mas, ao mesmo tempo, de grande oportunidade para as mulheres brasileiras, numa perspectiva otimista da luta feminista, que ressignifica opressões e dificuldades. Nos seus termos:

Eu gosto desses momentos de crise, porque *a crise vem como uma oportunidade*. Eu sinto que esse é um momento de muita oportunidade para a mulher brasileira. Eu gosto de poder enfrentar esses desafios. Eu sinto que a gente está passando por um *momento de transformação*. A gente já está consciente dos problemas, e a gente está preparada para encarar eles. Isso me parece super positivo e eu tô animada pra esse momento. Eu acho que é um bom momento para ser mulher no Brasil hoje. (...) É um momento bom pra ser mulher, *uma oportunidade de luta que dá sentido pra nossa vida*. Eu gosto disso. (Nana, grifos meus).

Em relação ao governo da presidenta Dilma, Nana foi enfática: “me decepcionou, profundamente. (...) Ela não é a mulher que eu gostaria de ter visto na política.” A ativista avaliou a criação da *Secretaria de Mulheres* e da *Casa da Mulher Brasileira* como dois esforços positivos, mas examinou que “Dilma tinha muito mais discurso do que prática feminista.” Nana criticou, ainda, o fato de a presidenta nunca ter se posicionado como feminista e que isso era muito *apolítico* da sua parte – “Ela, mais do que todo mundo, porque viveu em época de ditadura, sabia a importância do discurso. Lutou pela liberdade de expressão, deveria saber a importância do discurso, a importância de dar nomes”. Nesse sentido, para ela, nem em relação a um posicionamento discursivo como feminista a presidenta aproximou-se do movimento.

Contudo, é importante pontuar que, diferentemente de várias feministas com quem dialoguei, Nana, mesmo com críticas à Dilma, acreditava na entrada do feminismo pelas instituições e pelo poder formal, o que mostra a heterogeneidade dos movimentos feministas, sobretudo em relação à forma de fazer política e atuar nas redes de poder. Nana avaliou:

Eu acredito que a mudança vá se dar sim na política tradicional. Acho, acho que existem... você sabe que na própria luta pelo voto feminino tinha muitas feministas que eram contra a luta pelo voto, Porque elas se recusavam a participar do sistema que já era machista, capitalista. Então existe sempre essa linha de pessoas que acham que a saída não está pelo sistema, porque o sistema já está corrompido. Eu acho que a única saída é pelo sistema, porque ele EStá aí. Claro que, paralelamente, a gente faz a nossa *luta para desconstruir o sistema*, mas enquanto o sistema está aí, a única transformação possível é você se mesclar no sistema e *transformá-lo por dentro*. Por isso que eu acredito na incorporação de lideranças femininas no Congresso, de mulheres candidatas, de mais mulheres presidentas e etcetera. Porque eu acho mesmo que a mudança vai se dar por dentro, não vejo outro meio. (Nana, grifos meus).

Muitas feministas também apontaram a necessidade de haver mais mulheres nesses espaços masculinos, contudo, algumas com posições mais radicais em relação à política formal, como já apresentei. Além disso, ainda com muitas críticas ao governo Dilma, Nana analisou

negativamente sua queda, nomeando-a como uma *manobra política* que prejudicou muito mais a vida das mulheres, tal qual Flavia, minha segunda entrevistada expôs.

## **Flavia**

Após minha ida ao Chile, já de volta ao Brasil, vi num tapume da *Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas* (FAFICH), onde estudo, em Belo Horizonte, a divulgação de uma palestra e lançamento de livro do grupo feminista *Pão e Rosas*, cuja temática era *feminismo e marxismo*. Infelizmente, já havia passado a data do evento, mas fiquei surpresa, pois não conhecia o grupo brasileiro e havia tomado conhecimento desse coletivo no campo argentino e chileno, onde tive interlocução com feministas do *Pan y Rosas*, ainda que não tivessem se desenvolvido para entrevistas. Fiquei feliz de ver que essa organização também estava presente no Brasil e, assim, entrei em contato com elas, via Facebook. Uma feminista respondeu-me, prontamente e com muita abertura, que uma companheira belorizontina poderia conversar comigo, afinal, o grupo está em várias cidades e, para minha sorte, também em Belo Horizonte. Começamos a trocar mensagens e ela pediu-me que enviasse as perguntas, virtualmente, porque era mais fácil dessa forma. Enviei as questões, mas não recebi retorno imediato. Após algumas semanas aguardando pelo retorno da entrevista, a feminista, que estava em contato comigo, convidou-me para um evento com a mesma temática da palestra que eu tinha visto no tapume na FAFICH, porém, dessa vez, na *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais* (PUC Minas). A palestrante era, justamente, quem iria responder às minhas perguntas, mas não havia feito, até então. Fiquei feliz, porque era uma oportunidade de ir ao seu encontro, tal qual fiz com Nana, em São Paulo.

Em 22 de novembro de 2017, fui em direção à PUC, na data do evento, mas, no meio do caminho, mais uma vez, fui pega por forte chuva. Era quarta-feira e o trânsito estava pavoroso, justamente por causa disso. Fiquei lembrando das palavras de Avelin, sobre a mãe natureza chorando, para dar-me forças e seguir até o fim. Fiquei uma hora no trânsito e cheguei na palestra atrasada. Vi que havia poucas pessoas presentes, mas Flavia falava com entusiasmo, como se fosse para uma multidão. Ainda com o atraso, consegui ouvir o que ela tinha para dizer, acerca de alguns dos princípios do movimento *Pão e Rosas*, na luta por uma revolução feminista transformadora, inclusive já se mostrando contra as instituições políticas formais tal qual estruturadas hoje. Flavia citou o golpe institucional da presidenta Dilma e o retrocesso político pelo qual o país estava passando, e que, na sua análise, mostrava a

fragilidade do sistema político formal atual e do próprio sistema capitalista. Apontarei, ao longo do capítulo, alguns pontos da sua apresentação, assim como da exposição de Nana, em São Paulo.

Após a palestra, elas mesmas, do *Pão e Rosas*, vieram falar comigo, porque me reconheceram, por meio de uma lista de assinaturas que circulava no local. Flavia pediu-me desculpas por não ter tido tempo, até então, de responder às perguntas da entrevista. Eu disse que não havia problema e que, inclusive, preferia conversar com ela pessoalmente. Assim, agendamos um encontro para a semana seguinte, na *Faculdade de Educação* (FAE) da UFMG, local em que uma das integrantes do grupo estudava. Elas também me convidaram para uma confraternização pós-palestra, em um bar, próximo à PUC, e eu aceitei, feliz por poder conhecê-las. A noite foi agradável, conheci várias mulheres feministas integrantes do *Pão e Rosas* (e algumas que tinham ido para conhecer o grupo, ou integrar-se a ele), ouvi um pouco da história delas, contei um pouco da minha, sobretudo em relação à pesquisa. Gradualmente, eu ia conhecendo melhor o coletivo feminista e suas integrantes, e elas iam me conhecendo, igualmente, numa troca de mútua-afetação. A conversa era simétrica, elas me perguntavam da minha pesquisa, com interesse, eu também perguntava, com entusiasmo, sobre elas e o grupo. Fiquei feliz por estar ali e pela recepção tão *sorora e acolhedora* entre mulheres.

Em 29 de novembro de 2017, após uma semana, encontrei Flavia, na FAE, para a entrevista, e Maria, outra integrante do grupo, que pediu para participar da conversa. Era uma quarta-feira à tarde, dessa vez ensolarada, e eu estava muito animada para ouvi-la. Flavia tinha uma voz calma e serena, que me transmitia paz. Ao encontrá-la, disse-me que havia passado no mestrado naquela mesma faculdade, e tamanha foi minha felicidade. Disse a ela que a universidade precisava de mais pesquisadoras mulheres e feministas. Após um café na cantina, sentamos em um espaço que ela me contou que havia sido criado no contexto das ocupações estudantis<sup>242</sup>, em 2016.

Primeiramente, ela começou a contar-me um pouco da sua trajetória, enfatizando que sempre gostou do tema do feminismo, desde criança, mas que havia se colocado numa

---

<sup>242</sup> Em 2015, estudantes secundaristas em São Paulo ocuparam escolas contra a reorganização do ensino público paulista, proposta pelo governador do estado, Geraldo Alckmin. Em 2016, essa articulação inspirou outras ocupações que se expandiram por todo país, contra a proposta de reforma do Ensino Médio, criada pelo governo do presidente Michel Temer, com a Medida Provisória (MP) 746, e contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 (depois renomeada PEC 55), que congelou os investimentos do governo federal por 20 anos. As ocupações, em escolas estaduais e universidades públicas, foram marcadas por forte resistência estudantil e estratégias micropolíticas criativas, como esse espaço coletivo que Flavia me apresentou, cheio de pinturas, sofás e espaços de socialização.

perspectiva militante apenas na universidade, especificamente em 2005, durante um processo de greve de trabalhadoras terceirizadas na USP, onde ela estudava.

Elas começaram uma movimentação em relação às questões salariais, aos direitos cotidianos que, como trabalhadoras precárias, tinha uma série de ataques aos salários, às condições de vida muito grande e um nível de opressão bastante grande também, no cotidiano. E daí elas começaram uma organização, com ajuda do sindicato de trabalhadores da USP, e na época eu já estava militando no que seria a organização do MRT<sup>243</sup>. (Flavia).

Conforme Flavia, ela e outras estudantes, num contexto bastante elitista da USP, uniram-se às trabalhadoras, para que a greve fosse vitoriosa. Depois desse episódio, surgiu a organização *Pão e Rosas*, no Brasil, que já estava presente em vários outros países, como na Argentina, o primeiro país onde o grupo se constituiu. Ela disse, inclusive, que elas escreveram um livro a respeito dessa história, chamado de *A precarização tem rosto de mulher*, com base no relato de Silvana Araújo, uma das linhas de frente da greve nessa época e também fundadora, posteriormente, do *Pão e Rosas*. Em relação a essa obra, ela disse, “a gente até fala que é um *livro militante*, que não é um livro para ficar na estante, porque é um livro para ser apropriado por todas as mulheres”, apontando para o caráter político do material e como uma das formas que elas constroem e visibilizam o pensamento-ação. O coletivo também me apresentou outros livros constitutivos da sua pedagogia feminista: *Manifesto Internacional do Pão e Rosas* (s.f.); *Mulher, Estado e Revolução* (Goldman, 2014); *Feminismo e Marxismo* (D'atri e Assunção, 2017); e *Pão e Rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo* (D'atri, 2017); *Lutadoras* (D'Atri; Funas, 2006).

Em relação ao governo de Dilma, Flavia disse que, anteriormente à sua primeira eleição, já havia se instalado uma divisão do movimento feminista brasileiro, porque muitas estavam otimistas e esperançosas com a possibilidade de uma mulher na presidência, contudo, o coletivo *Pão e Rosas* tinha um posicionamento de que aquela mudança não avançaria as pautas feministas. Ainda com as divergências, que mostram a heterogeneidade do movimento feminista, ela apontou que elas tinham um “debate fraterno” com os demais grupos com opiniões distintas. Já nos primeiros debates presidenciais, Flavia avaliou que o fato de a presidenta não se posicionar em relação à questão do aborto, antes mesmo de ser eleita, demonstrava que seu governo não se aterias nas pautas feministas. “Então, isso foi uma coisa bastante evidente, de como esse governo não traria as conquistas necessárias para uma realidade de tanta violência, de tanta opressão, de tanta agressão, feminicídio, estupro e

---

<sup>243</sup> O Movimento Revolucionário de Trabalhadores (MRT) é uma organização política que luta pela revolução socialista.

mortes por aborto clandestino.” Ela acrescentou que essa realidade afetava, sobretudo, as mulheres negras e pobres, e que Dilma havia rasgado uma das principais bandeiras feministas. Já nesse momento, ela apontou a perspectiva de luta do *Pão e Rosas*.

Desde aquele momento [pré eleição], a gente colocava todo esse debate, como parte de fortalecer a *organização das mulheres*, sem ter nenhuma ilusão de que aquele governo poderia trazer alguma resposta à luta por nossa emancipação. Isso tem que ser *obra das mulheres*, junto com os trabalhadores, combatendo as grandes fortunas, combatendo essa elite racista, machista que a gente tem no nosso país. Isso é parte da organização que a gente acredita ser necessária para a luta das mulheres, *numa perspectiva anticapitalista e revolucionária*. (Flavia, grifos meus).

Após uma longa conversa sobre o contexto político brasileiro (especialmente em relação ao governo da presidenta), sobre o sistema capitalista, que tanto violenta o corpo das mulheres, e sobre as formas de atuação políticas do grupo, perguntei-lhe sobre o que era ser mulher no Brasil. Sem dúvidas, esse foi um dos momentos mais emocionantes do campo, porque, ao elaborar seu pensamento em relação a essa questão, Flavia chorou, numa fala muito potente, plena de subjetividade e energia feminista. Naquele momento, aproximamos-nos, fortemente. Emocionada, eu a abracei, num gesto de sororidade e reciprocidade, porque eu sentia, exatamente, o que aquelas palavras significavam, como mulher que também vive no Brasil. Vi, nos seus olhos verdes, que se tornavam vermelhos, e nas suas lágrimas, a luta de tantas outras mulheres na história, em diferentes lugares e sociedades pelo mundo afora.

Ser mulher no Brasil é sofrer assédio no transporte público. Ser mulher no Brasil é ter que encarar todo o peso da culpa de sofrer uma agressão. Ser mulher no Brasil é você ser educada, quando pequena, que você vai ter que ter todo cuidado que toda mulher tem de cuidar da sua família, e de fazer a dupla jornada de trabalho. Ser mulher no Brasil é você chegar no seu trabalho e ouvir dum chefe superior, machista e racista, que você não vale nada. Ser mulher no Brasil é você não ser valorizada por todos os esforços cotidianos que você faz na escola, na universidade, no trabalho. Ser mulher no Brasil é ter que colocar uma agulha no útero para acabar com uma gravidez, escondido, porque ninguém pode saber. Ser mulher no Brasil é morrer quando recorre à saída da escolha de fazer um aborto. Ser mulher no Brasil carrega todas as ideias que vem desde, para as mulheres negras, inclusive, a época da escravidão, de que ela está ali para servir a um empresário, grande parte das vezes, branco. Então, tudo isso, é ser mulher no Brasil. E isso não é fácil. Agora, ser mulher no Brasil é, também, ser parte das escravas insurretas, é trazer no sangue, o sangue de Dandara. Ser mulher no Brasil é ser as mulheres que se levantaram contra a ditadura. Que tiraram o sutiã e que queimaram da maneira que elas achavam a mais subversiva. Ser mulher no Brasil é ser a mulher que vai parar e falar “não trabalho mais, porque eu sou mulher no Brasil. Só que eu sou mulher, acima de ser no Brasil. Eu sou mulher e sou trabalhadora, e não quero mais viver nesse mundo”. (Flavia).

Maria, que estava presente, também chorava e, naquele momento, ao trocarmos olhares, emocionadas, próximas, unidas, tive certeza que, se eu tivesse percorrido outros caminhos

metodológicos, que não me levassem a essas mulheres, eu teria perdido muitas histórias potentes de luta que me fortaleceram a cumprir essa etapa acadêmica e de vida. Tive certeza, naquele potente encontro entre mulheres, que, quando começamos a sonhar um sonho comum (Solari, 2015), nos modificamos, nos transformamos e nos afetamos em prol de algo coletivo, maior. Conforme as belas e impactantes palavras da pesquisadora argentina, Natalia Fischetti (2017),

Isso é o feminismo: nós, mulheres, não estamos sozinhas, o que acontece com uma, acontece a todas, e o que não acontece, também, hoje e ancestralmente. Não estamos sozinhas em sofrimento, nem na anestesia. Isso é/são o/os feminismo/s latinoamericano/s: um grande coletivo, um grande encontro para transformar uma sociedade violenta e injusta.<sup>244</sup> (p. 22).

É importante pontuar, também, que Flavia enfatizou que grande fonte de conhecimento das ativistas do Pão e Rosas era advinda de um respeito a saberes de mulheres que participaram de lutas feministas e revoluções, pelo mundo, como a luta contra a ditadura, no Brasil, e a Revolução Russa, etc. Nesse sentido, ela avaliou:

Então, desde o Pão e Rosas, a gente traz a ideia dessas mulheres, que carregam no sangue a mesma revolta das escravas insurretas no Brasil, das trabalhadoras que fizeram as greves gerais na década de 70, 80, que estão voltando a fazer agora. Então a *memória de mulheres* como Rosa Luxemburgo, que foi uma das grandes mulheres revolucionárias. (...) Então a gente traz a ideia dessas mulheres (...) que conseguiram condensar toda essa história de insubordinação, de resistência, e de luta, transformando em uma força capaz de colocar esse sistema de miséria abaixo, que mantém a maioria da população como escravos assalariados, na perspectiva de construir um mundo novo, um mundo em que o fato de ser mulher vai ser apenas uma característica a mais, e não todo o peso que isso carrega no capitalismo. (Flavia, grifo meu).

## **Bernadete**

Bernadete foi minha última entrevistada no Brasil e nesta pesquisa, encerrando um importante ciclo acadêmico. Eu já havia entrado em contato com a *Marcha Mundial das Mulheres* (MMM) da qual ela faz parte, pelo Facebook, mas não obtive retorno delas. Era uma perspectiva feminista que muito me interessava, já que é uma mobilização popular de mulheres, aliada a vários outros movimentos populares, como o MST e a Via Campesina. Quem me indicou ir ao encontro dela, diretamente, foi uma amiga, ativista feminista.

---

<sup>244</sup> Eso es el feminismo: las mujeres no estamos solas, lo que le pasa a una, nos pasa a todas y lo que no le pasa, también, hoy y ancestralmente. No estamos solas en el sufrimiento ni en la anestesia. Eso es el/los feminismo/s latinoamericano/s: un gran colectivo, un gran encuentro para transformar una sociedad violenta e injusta.

Integrante do coletivo *Caminhada das Lésbicas e Bissexuais da Grande BH*, minha amiga tinha uma visão ampla do movimento na cidade, já que fazia parte de uma importante rede feminista local. Assim, prontamente, ela conseguiu o contato de Bernadete.

Em 20 de dezembro de 2017, fui ao encontro de Bernadete, no seu local de trabalho, no centro de Belo Horizonte, onde, durante a conversa, podíamos ouvir ruídos que constituem a cena de um local também de grande efervescência política dos movimentos sociais da cidade. Ao escutar uma voz num megafone, num ato que não reconheci de qual movimento era, lembrei-me de quantas vezes não eram dos protestos feministas, então achei que combinava com o momento. Bernadete começou afirmando que tinha começado sua trajetória nos movimentos sociais de forma atípica, já que no âmbito da Igreja. Rimos juntas, pois não disfarcei minha surpresa com essa associação. Então, ela explicou que havia iniciado na Pastoral Social, muito influenciada pelas mulheres da sua família, sua mãe e avó, mas que, logo depois, se integrou também ao movimento estudantil. Como estudante de Enfermagem, ela expôs que se aproximou do movimento feminista porque sua área era composta, predominantemente, por mulheres e que, junto a algumas delas, ela começou a questionar porque elas eram tão mal remuneradas e não valorizadas nessa categoria.

Nesse período, por volta de 2003 e 2004, ela avaliou que a *Marcha* estava muito fortalecida e que foi onde ela e outras companheiras de curso encontraram “essa reposta, no sentido de entender a divisão sexual do trabalho e de que lugar era esse do cuidado, que a enfermagem ocupava, (...) e o que tinha a ver com as lutas feministas”. Assim, elas participaram de uma oficina contra a *mercantilização do corpo* e da vida das mulheres, e que tinha um caráter artístico, através de músicas, com a *Batucada Feminista da MMM*. Foi nesse encontro com a *Marcha* que ela se encontrou no movimento feminista. Em 2006, ela detectou que a MMM estava muito desarticulada, porque o grupo havia nascido de uma articulação com mulheres sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas que, com o tempo, várias delas foram saindo. Contudo, nesse contexto, aconteceu o *Primeiro Encontro Nacional da Marcha Mundial das Mulheres* em Belo Horizonte, o qual reuniu mulheres do país todo. Bernadete disse que, na época, por volta de cinco mulheres tinham permanecido no grupo em Belo Horizonte, mas que, dada a potência do encontro, elas resolveram unir forças para potencializá-lo na cidade.

Então, a gente começa num processo de diálogo com várias organizações que tinham aqui, não necessariamente organizações de mulheres, mas movimentos populares que a gente tinha contato, e as mulheres da Via Campesina. Aqui também tinha um Foro das Articulações, que reunia vários movimentos populares, ONGs, sindicatos. A gente começa a participar desse espaço e começa a participar também de um espaço

que era um estágio interdisciplinar de vivência, não sei se você já ouviu falar, que chamava EIVI<sup>245</sup>, que era um espaço de formação e vivência de estudantes de várias áreas nas áreas de reforma agrária. Com isso, vinha gente de Minas Gerais inteiro, na verdade, vinham pessoas de outros estados, outros países, para participar. Aí isso faz com que a Marcha comece a ter uma organicidade em todas as cidades, porque vinham militantes, estudantes, e tal, que começam a fundar núcleos da Marcha nesses lugares. (...) Também mulheres trabalhadoras rurais começam a se identificar com essas pautas do feminismo e tal, então a gente promove um processo de articulação. As mulheres do norte de Minas, trabalhadoras, as mulheres ali da Zona da Mata e Leste também se organizam em torno desse processo da Marcha. Então, a gente começa a fazer uma grande movimentação no estado. (Bernadete).

Durante a conversa, ela avaliou que as trabalhadoras rurais tinham um papel muito importante no processo delas, assim como as mulheres sindicalistas e do movimento estudantil. Ela colocou que no norte de Minas Gerais havia, por exemplo, o *Coletivo de Mulheres do Norte de Minas*, que articulava dezenove cidades. “Colocam três mil mulheres lá nas ruas, só a partir da população delas, então tem uma força aí.” A mesma coisa na Zona da Mata e na Zona Leste, que têm movimento de mulheres que também fazem parte da MMM e que são de trabalhadoras rurais. Para ela, “é um processo grande também de mobilização.” Nesse sentido, notei que era uma perspectiva bem distinta dos feminismos anteriores, que articulam, mais fortemente, as experiências de mulheres urbanas com as rurais.

Da mesma forma, seu posicionamento em relação ao governo da presidenta Dilma apresentou dissemelhanças com os demais. Nas suas palavras, “olha, o que a gente vai percebendo é que tanto os governos, vamos dizer assim, Lula e Dilma, tiveram avanços importantes para a luta das mulheres.” Nessa continuidade, ela apontou para a importância do *Instituto Maria da Penha* e para o projeto de política de valorização do salário mínimo.

Essa perspectiva da valorização do salário mínimo, para a gente, foi uma das principais medidas, (...) que influencia na redistribuição de renda e, para as mulheres, isso faz uma diferença enorme, porque, se a gente vai fazer um levantamento, são as mulheres que recebem a grande maioria, nessa faixa salarial do salário mínimo, muitas vezes até abaixo dele. Para a gente, essas medidas são medidas bastante importantes, que trouxeram benefícios na perspectiva de responder a uma especificidade a essa coisa de ser mulher no campo da violência, mas também mesmo em medidas mais estruturais, como essa coisa da valorização do salário mínimo. Acharmos que *não necessariamente correspondeu à expectativa*, (...) no âmbito geral, de avançar em *medidas realmente estruturantes*, de reformas mesmo, que fossem nas raízes da desigualdade mesmo. Mas, se a gente fizer um comparativo com tudo que a gente já teve no Brasil, a gente acha que teve avanços assim. (Bernadete, grifos meus)

Assim, ela avaliou que o governo da presidenta Dilma não correspondeu a tudo aquilo que elas achavam “que poderia ter avançado nos governos com características populares”, mas

---

<sup>245</sup> O Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção (EIVI) é um projeto pedagógico de extensão criado junto ao Movimento Sem Terra (MST), em áreas de reforma agrária e junto a comunidades rurais.

que programas como esses, do salário mínimo, de titularização de terras em nome das mulheres e mesmo o do *Bolsa Família*, na sua análise, tinham contribuído para a melhora na situação de vida das mulheres no país, sobretudo das trabalhadoras rurais.

As trabalhadoras rurais, por exemplo, reforçam esses programas, inclusive de aquisição de alimentos, do programa de fornecimento de alimentos para as escolas, como programas, por exemplo, que possibilitaram elas terem autonomia econômica, coisas que, antes elas não pensavam muito nisso, sempre ficavam muito mais subordinadas aos seus companheiros. (Bernadete).

Contudo, ainda que ela tenha defendido esses programas específicos, enfatizou que não foram suficientes para mudanças estruturais e que o golpe institucional demonstrou que, “mesmo que não seja uma mulher, vamos dizer assim feminista, com projetos explicitamente feministas, o quanto a presença do patriarcado na estrutura do Estado e na nossa própria sociedade é acionada com maior força,” apontando também para a fragilidade do poder formal e sua constituição patriarcal. Além disso, ela analisou que, no processo do *impeachment*, a presidenta foi deslegitimada enquanto gestora e que “isso teve um *simbolismo* negativo para as mulheres”, nas suas palavras. A reação das mulheres, na sua avaliação, contudo, não foi de passividade, mas de dizer “Peraí! Nós somos sim [boas gestoras], nós queremos esse espaço, reivindicamos!”, apontando para a importância simbólica de mulheres no poder formal. Na sua análise:

Quando a gente vai, com esse público, que a gente trabalha cotidianamente, vê que fez muita diferença. Quando a gente faz essas análises macro, a gente olha e sabia que podia avançar mais, mas o diferencial que fez na vida dessas mulheres é muito grande, é muito... A gente não tem dimensão. A gente só vai dimensionando quando vê agora, as pessoas voltando para a situação de rua, tendo que vender coisas que antes elas não precisavam vender, mulheres tendo que, de novo, arcar com triplas jornadas de trabalho, porque tem que flexibilizar, porque agora já não tem mais a creche. Você vai vendo um desmonte. Nesse desmonte das políticas que a gente está vendo que a gente dá conta que, se aquilo estava ruim, se não estava no ideal, estava muito melhor do que a gente já está sentindo hoje na vida das mulheres. (Bernadete).

Quando a questioneei sobre o que era ser mulher no Brasil, ela também se emocionou bastante, numa fala que me tocou profundamente, enquanto feminista e brasileira. Trocamos, nesse momento, olhares feministas, *sororos*, que compartilhavam, como ela disse, tanto a dor quanto a esperança de transformação. Afinal, ela analisou como somos um povo que, ao mesmo tempo que sofre com as injustiças e as violências desde a colonização, também resiste, criativamente, transformando a dor em luta potente.

Eu acho que ser mulher aqui no Brasil é estar o tempo todo se confrontando entre o elemento da subordinação, dessa *lógica que ainda é colonial, que casa com esse elemento do racismo*. Então, a gente está nesse lugar que, para as mulheres isso se torna mais forte. Ao mesmo tempo, ser esse sujeito, ser essa sujeita, que *pode também romper esse processo*. Me vejo como esse sujeito coletivo capaz também de

transformar essa lógica de subordinação, justamente, porque a gente tem menos a perder, na forma como essa sociedade está organizada. *Então a gente também é esse sujeito transformador.* Então eu me vejo muito nesse lugar, que muitas vezes parece contraditório e a gente também vai oscilando, porque tem momentos mais duros, onde que a gente sente vontade de falar “olha, não. não acredito que estamos nessa história”. Mas, ao mesmo tempo, que esse *potencial de força, de organização, de possibilidade de transformação.* Então acho que tem a dureza e tem a possibilidade. Eu acho que o povo brasileiro em si também tem uma possibilidade de criatividade, de aprender com a sua história, inovar também na forma como faz isso, que eu acho que traz muito isso pra gente também, dessa possibilidade também de pegar nas suas próprias mãos as rédeas das coisas, mesmo diante de todo massacre. Porque a gente também é um povo fruto de massacre, e que as mulheres estão nisso intrinsecamente. Desde os estupros com as indígenas, com a prostituição em torno, produzida a partir das mulheres negras, da escravidão, de tudo isso. Mesmo assim, *é um povo que é também forjado na resistência e que as mulheres tem um papel muito significativo nisso. Então, acho que ser mulher no Brasil é a mescla dessas duas coisas. Da dor e da dureza, e da resistência e da força, da possibilidade de transformar nossas realidades.* (Bernadete, grifos meus).

## 5.2. Mídia e visibilidade, pelas feministas

Em relação ao olhar das feministas para a mídia, algo que ficou central nas entrevistas foi o papel dos meios de comunicação de massa na criação de uma imagem negativa da presidenta Dilma, a qual, segundo elas, contribuiu para fortalecer o processo de *impeachment* e revelar, mais fortemente, como os meios contribuem para a manutenção do sistema patriarcal. Nesse sentido, a discussão dos *estereótipos de gênero* também apareceu mais fortemente, ainda que nossos diálogos não tenham tido centralidade nas temáticas midiáticas, da mesma forma como foi na Argentina e no Chile. No Brasil, impressionantemente, a questão da mídia compôs apenas aproximadamente 10% das conversas (segundo dados tabulados no *software NVivo*), especialmente porque foi a última etapa de campo e eu já tinha modificado a pergunta de pesquisa e a própria forma de conduzir as entrevistas. As políticas feministas, as trajetórias e as pautas do movimento eram focos principais dos diálogos.

Em relação a essa primeira formulação da mídia constitutiva do patriarcado, Bernadete afirmou, assim que lhe mostrei as capas de revista, que “a gente tem essa análise de que o patriarcado é um elemento estruturante da forma como que organiza a sociedade e, pra gente, a mídia também é a expressão disso.” Na continuidade da análise, “então, eu acho que é uma expressão que vocaliza mesmo como que esses que *hegemonizam o poder* veem as mulheres.” Nesse sentido, ela disse que, para elas, a mídia era o *quarto poder* da sociedade, já que contribuía para a expressão da divisão do trabalho e para a mercantilização do corpo das mulheres, além de ser “uma das principais ferramentas de atacar essas mulheres que estão no

cargo máximo do poder.” Assim, Bernadete pontuou que a mídia era uma *ferramenta* que contribuía para dar *visibilidade* ao patriarcado e para derrubar e desvalorizar quem está na luta contra esse sistema, como o movimento feminista. Anteriormente à temática da mídia, ela tinha analisado sobre a necessidade de *despatriarcalizar* o Estado, em vez de colocar mulheres na política formal, apenas enquanto ato representativo (que retornará em *políticas feministas*). Então, ela fez uma instigante associação dessa luta com a questão midiática:

Então, acho que a mídia, na verdade, faz parte desse processo de *articulação e do instrumento de vocalização dessa forma de poder* também, dessa forma de organização que tem a sociedade onde o patriarcado faz parte. Por isso que, na hora que a gente debate essa coisa da *despatriarcalização do Estado*, que precisa se *construir um outro sistema político, que não seja nessa base onde o patriarcado seja um elemento*, tem a ver com isso. Porque, num Estado, ou num sistema político que tem o patriarcado como sua base também estruturante, as mulheres vão ser tratadas assim. Mesmo quando elas são as maiores chefes, as maiores autoridades do país, assim. Então, acho que a mídia tem um papel extremamente importante nisso. (Bernadete, grifos meus).

Em contraposição à fala de Bernadete, Flavia disse que a *grande mídia* vivia uma contradição, ou seja, ao mesmo tempo “que se vê obrigada a assimilar alguns questionamentos de padrão de gênero, devido à força dos últimos anos do movimento de mulheres, isso não é o objetivo pra ela.” Nesse sentido, ela apontou um caráter mais relacional da mídia, que também pauta o que a sociedade está discutindo, contudo, para Flavia, por uma questão mercadológica. Segundo ela, o grande objetivo da mídia hegemônica “é vender um produto, no caso, vender a notícia e transformar isso em *ideologia de dominação*.” Assim, da mesma forma como a fala de Bernadete, ela apontou para o caráter ideológico da mídia, qual seja, de manutenção do sistema *capitalista patriarcal*, aproximação que faço ao termo acadêmico de Chandra Mohanty (2003). Flavia também fez uma análise próxima à de Cecília, na Argentina, em relação ao que ela avaliou da violência de gênero na mídia ser o início de uma cadeia que naturaliza a violência contra as mulheres. Da mesma forma, ela apontou os privilégios das mulheres presidentas, tal qual Natacha. Ela analisou:

Imagina, se fazem isso com mulheres que são presidentes da república, o que não acontece no dia-a-dia com grande parte das mulheres? Assim, essas mulheres, que são mulheres quase intocáveis, que tem tudo na sua vida garantida, e parte de todos os privilégios, e que são parte das decisões mais importantes dos rumos políticos do país, se fazem isso com elas, *se naturaliza que no cotidiano uma menina vai ser morta porque não gosta do menino*. Então é parte de naturalizar essa violência... não só de naturalizar, mas de aprofundar essa realidade de violência contra as mulheres. (...) É uma *violência simbólica* que traz com ela uma ideologia reacionária, uma ideologia machista. (Flavia, grifos meus).

Na sequência, ela disse que, portanto, ela e as companheiras do *Pão e Rosas* lutavam para a “construção de um mundo novo”, revolucionário, anticapitalista e anti-patriarcal, que retornarei em *políticas feministas*. Além disso, ela iniciou uma análise dos *estereótipos de gênero* que perpassavam as notícias em relação à presidenta Dilma, tal qual Nana e Letícia o fizeram. Nas palavras de Letícia, a mídia tradicional brasileira “abusa dos estereótipos quando isso gera cliques e muitas vezes desinforma e reforça opiniões preconceituosas.” Segundo ela, os *estereótipos femininos* são utilizados, também, com propósitos políticos e financeiros. Nesse sentido, Flavia avaliou algumas capas de revista que levei:

Então, a gente chega em momentos que caem em capas bizarras como essa (aponta para capa da Dilma na Istoé), que elas reproduzem vários mecanismos de dominação da mulher. E transformam em estereótipos, ou seja, a mulher fetichizada, transformada em um objeto sexual, como nessa capa (aponta para capa da Cristina), seja na mulher histórica, que surta, e que não tem a sua autonomia, não tem o seu autocontrole (aponta para capa da Dilma). Ou essa capa da Cristina, imagino que não tão chocante como essa da Dilma, mas que seja um cotidiano de como se usa a imagem da Cristina Kirchner, devido a como se corresponde às características dela, com determinado padrão de beleza que existe nos nossos dias. O controle do corpo, a criação de estereótipos. (Flavia)

Nana apontou para dois principais estereótipos que a mídia utilizou, sobretudo na época do impeachment, em relação à Dilma: o primeiro, da mulher *louca*, tal qual Cecília avaliou em relação a Cristina; o segundo, da mulher que *não pode ter força e autoridade*. Segundo ela, essa característica, da força, era avaliada de forma positiva apenas quando em relação a homens. Assim, ela relatou que a colocavam como “sapatona”, de forma a associar a orientação sexual com sua força, já que não é um atributo tipicamente “feminino.” Nana explicou:

Apesar de eu não gostar do estilo de governo dela, ela claramente tinha muita força, era uma mulher de força. O *esforço simbólico* de vender a Dilma como uma pessoa autoritária, histórica, etcetera, é uma coisa que no homem nunca teria. O poder no homem é valorizado. Eu vi até uma arte no Facebook que comparava as capas dos homens em postura de raiva e de autoridade, e a Dilma como foi vendida como louca e essa confusão da identidade de gênero, com orientação sexual que se deu também. Essa ideia de que ela era sapatona porque ela tinha autoridade. (Nana, grifo meu).

Além disso, ela associou essa imagem de força da presidenta Dilma com a de Margaret Thatcher, já que ela “ficou para a história como a dama de ferro, a mulher autoritária, gritona e meio sem noção.” Contudo, na sua avaliação, Thatcher tinha muito mais oratória que Dilma, o que também foi motivo pela qual a presidenta brasileira foi tida como não inteligente e incapaz de liderar. Nesse sentido, ela associou a criação pública da imagem de Dilma com sua queda no governo. “Uma das razões pelas quais Dilma caiu foi porque existiu uma campanha de mídia bastante concisa em torno de pregar ela enquanto uma mulher autoritária, ao invés

de uma autoridade. Uma mulher que não tinha equilíbrio emocional, que não tinha capacidade de liderar.”

Nana também enfatizou o fato de Cristina estar ao seu marido, ex-presidente. Nesse sentido, ela colocou: “Então ela era bem a mulher por trás do grande homem, mas você vê que nem esse lugar aceitaram que ela tivesse. Nem a mulher por trás do grande homem. Eles queriam que ela não fosse a grande mulher e ponto.” Da mesma forma, Bernadete avaliou uma capa da presidenta Dilma, na Revista Época, em que ela estava sozinha, com o título “a solidão de Dilma”, enquanto um discurso que foi construído midiaticamente a respeito do seu lugar de mulher. Ela analisou: “a mulher tem que ter um cara, do lado, se não tem, quem que é essa mulher”. Assim, ela apontou para as pressões sociais de gênero que também afetaram as presidentas, que não eram casadas, como Dilma e Bachelet, e mesmo Cristina, após a viuvez.

Nana também avaliou as capas de revista que levei, em relação a Cristina e Michelle, sobretudo como o corpo da mulher é colocado enquanto algo central midiaticamente, quando o mesmo não ocorre com o corpo do homem. Com relação à capa de Bachelet na praia, de traje de banho, ela disse:

Eu fico pensando, eles nunca colocariam uma foto do Lula ou do Temer de sunga, na praia. Nunca. Nunca. Nunca. Não, isso não se vê. Um presidente de sunga. Porque *o corpo do presidente não existe*. (...) Eu acho que o problema nem seja ter a presidente de biquíni na praia, porque pessoas vão de biquíni na praia, e é natural que as pessoas sejam também um corpo. Mas me admira que o mesmo comportamento não seja dado aos homens presidentes, porque se fosse o mesmo comportamento, eu não veria problema nessa capa, por exemplo. (Nana, grifo meu).

Ainda em relação à questão do corpo, ela analisou: “Os homens políticos podem ser apenas o político, a mulher, não. *Ela é sempre o corpo e a política*. E aí, se ela é bonita, ela é penalizada por ser bonita, se ela é feia, ela é penalizada por ser feia. É inacreditável.” Mais uma vez, o corpo na centralidade das discussões feministas, enquanto um território de poder. Além disso, ela avaliou que esse foi o motivo pela qual a presidenta Dilma foi levada a fazer dietas absurdas, antes da sua eleição. Da mesma forma, foi o motivo pela qual Cristina apareceu retratada de forma sensualizada em tantas capas de revista, o que não aconteceu com a presidenta Dilma, por exemplo. Assim, Nana colocou que, em ambos os casos, há um caráter de penalização em relação às presidentas mulheres. “Se você é a Dilma, você é penalizada por não ser um objeto sexual, e se você é bonita, você é penalizada por ser um objeto sexual.”

Após a crítica aos veículos de comunicação de massa, que, na análise das feministas brasileiras, contribuíram para legitimar o golpe institucional da presidenta Dilma, elas apontaram formas alternativas de fazer comunicação, pelo qual elas lutam nos seus cotidianos, e formas outras de visibilidade que o movimento feminista quer. Flavia avaliou o Esquerda Diário, que é um portal de notícias de esquerda, mas sem vinculação partidária, do qual o *Pão e Rosas* era associado. Ela disse que as notícias sobre a violência contra a mulher eram as que mais viralizavam, dado que a abordagem delas é completamente diferente da feita pela mídia tradicional. Para Flavia, enquanto a *grande mídia* apresentava casos de violência de forma sensacionalista, elas, do *Pão e Rosas*, estavam preocupadas tanto em nomear esses casos enquanto feminicídios, quanto em mostrar que as mulheres estavam organizadas na luta contra essa realidade. Nos seus termos:

As denúncias de feminicídios, ou a expressão de lutas e conquistas no que se refere à luta das mulheres, isso gera, sim, um nível de repercussão muito grande. O Esquerda Diário é também uma expressão disso. Então, também nesse sentido, é uma *ferramenta muito revolucionária*, porque está colocando os temas da mulher não de maneira sensacionalista, que faz a grande mídia, colocando todos os detalhes mórbidos de um assassinato de uma mulher, por exemplo. É uma tristeza enorme, quando a gente vê isso nas capas dos jornais. Mas colocando como o que acabou de acontecer como um *feminicídio*, e que a gente tem que, a cada mulher que é assassinada, a gente colocar a perspectiva de que outras milhares vão se organizar. Então, por um lado, a gente tem a mídia sensacionalista, e os grandes meios de comunicação, e, do outro, de uma outra perspectiva, a gente batalha para não só contribuir para divulgação de notícias com olhar desde a esquerda, mas também com esse cuidado de como irradiar as ideias para colocar abaixo esse sistema que gera uma realidade de tanta tragédia. (Flavia).

Semelhantemente, Bernadete contou que a MMM tinha um coletivo de comunicadoras, exclusivamente, para pensar na questão da comunicação, da divulgação e da visibilidade do movimento. Ela analisou: “Porque mesmo na comunicação, a gente não é só um coletivo auto-organizado, é um coletivo que discute também como a comunicação é produzida, como que ela é forjada.” Sobre esse aspecto, ela disse que elas estavam inseridas no *Fórum Nacional de Democratização da Mídia* e em vários espaços e eventos, não necessariamente ligados com o movimento feminista, como o Rio+20, que é a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*. Ela apontou que várias mulheres da *Marcha* já iam a esse tipo de evento, contudo, com “tarefas que não eram necessariamente tarefas de visibilidade”. Assim, vislumbraram essa possibilidade e passaram a participar desses espaços também como forma de visibilizar as pautas feministas, porque viram que, quando se inseriam neles, “a forma como são apresentados os textos é diferente.”

Flavia, do *Pão e Rosas*, por sua vez, disse que uma das formas de visibilidade recentes, que elas haviam elaborado, era por meio de palestras sobre temas históricos, relacionados com o movimento feminista. Ela avaliou que, quando a Revolução Russa fez 100 anos, por exemplo, elas receberam convites de inúmeras escolas e de outros locais para tratar dessa temática. Disse que elas tinham recebido muito reconhecimento devido ao resgate teórico e histórico das lutas das mulheres, num sentido revolucionário e anticapitalista.

É interessante porque é o Pão e Rosas e porque é a Revolução Russa. A Revolução Russa, porque foi o processo, a experiência mais profunda dos trabalhadores desde o ponto de vista de sua experiência política, na luta por uma sociedade nova, realmente livre, emancipada, no qual as mulheres tiveram um papel de protagonistas. Então, nesse sentido, também foi a experiência mais profunda da radicalização política das mulheres e que a gente interpreta isso desde uma perspectiva feminista e revolucionária. Por isso a Revolução Russa. E o Pão e Rosas, por isso, por interpretar esse momento de uma perspectiva anticapitalista e revolucionária, e colocar o escândalo que é uma coisa que foi posta cem anos atrás, que a gente está tendo que debater cem anos depois. Porque a Revolução Russa colocou na ordem do dia o direito ao aborto, colocou na ordem do dia a socialização do trabalho doméstico e o fim da dupla jornada, isso há cem anos atrás. Cem anos depois, a gente está tendo que denunciar a menina que é assassinada com dez tiros, porque o menino não quis namorá-la. Isso é o capitalismo. Então, também, essa evidência do Pão e Rosas, sendo chamado para muitos debates, permite a gente abrir núcleos ou organização local. (Flavia).

Nana, por sua vez, falou que elas tinham, além de um projeto de jornalismo independente, que é a *Revista AzMina*, que funciona para divulgar material feminista no âmbito digital, um projeto educacional, com palestras tais como as que eu tive oportunidade de participar, cursos e *workshops*<sup>246</sup>. Ela elucidou:

O educacional trabalha muito em multiplicadores, então a gente foca muito em professores, jornalistas, promotores da justiça, etc. Esses grupos que podem multiplicar a mensagem. Então a gente já fez um curso super legal, eu adoro ele, que é pra treinar professores para identificar os sinais de abuso sexual infantil e ajudar aos alunos, e também treinar os alunos para que eles não virem estupradores no futuro. (...) A gente tá tentando agora um curso de jornalismo não machista. (Nana).

Por fim, outra forma de visibilidade das feministas brasileiras são as próprias marchas, protestos e ocupação de espaços públicos. Bernadete deu bastante ênfase no 8 de março, tal qual as argentinas, porém, numa perspectiva diferente. Ela pontuou que elas tinham uma

---

<sup>246</sup> No site do Educacional d'Azmina, elas listam algumas possibilidades de atividades presenciais que o grupo oferece. Em relação às palestras, são opções: *Comunicação não machista; Introdução ao feminismo; Cultura do estupro; Direitos das mulheres e os direitos humanos; Como se comunicar com a mulher do século XXI; Violência contra a mulher e o que isso tem a ver com você; Diversidade sexual e gênero; Crimes contra a mulher; Sistema carcerário feminino; Como construir um ambiente de trabalho livre de machismo e aumentar a produtividade da equipe; A jornada da heroína ou como nossas narrativas insistem em não colocar as mulheres no protagonismo*. Em relação aos cursos que elas oferecem: *Como a publicidade pode ser amiga das mulheres e Análise sobre os principais crimes contra as mulheres*. Por fim, os workshops dados: *Onde estão as mulheres chefes? e Combate ao assédio no ambiente corporativo*.

perspectiva mais próxima aos movimentos populares, não aos movimentos que queriam a greve internacional.

Porque a gente tem uma história de construir essa perspectiva do Oito num campo que a gente chama de um campo popular, assim, que é essa ligação com esses movimentos, principalmente do campo. (...) Esse ano, a gente foi construindo essa perspectiva que, para nós, nacionalmente, tinha uma pauta comum, que era a luta contra a reforma da previdência, então foi esse bojo que a gente foi construindo. (...) Aí tinham coletivos, grupos que traziam essa perspectiva do Paro, da Greve, mais com o tema da violência. Então, a gente se somou a esse processo, construindo um processo de unidade, mesmo com essa perspectiva diferente, e pactuamos de fazer atividades também diferenciadas, que a gente se encontrasse em determinado momento. (Bernadete).

Naquela ocasião, portanto, as mulheres da MMM não se encontraram com feministas de outros coletivos, na concentração da Praça Sete, porque elas estavam, anteriormente, ocupadas no prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), “nessa perspectiva de dar visibilidade”, nos seus termos. Afinal, a temática delas era, sobretudo, contra a Reforma Trabalhista e da Previdência. Assim, ela colocou que elas, junto a uma movimentação de professoras, saíram da Praça da Assembléia, para, então, encontrar outras movimentações (as que vinham da Praça Sete, as que vinham de outras cidades do interior, etc.). Ela também relatou a questão da chuva, que dissipou o movimento, contudo avaliou sobre esse dia: “Mas foi um processo que a gente acha que foi vitorioso, assim, porque foi um dos Oitos mais mobilizados que a gente teve. A gente conta em torno de umas dez mil mulheres aí na somatória desses atos que a gente foi construindo.” Lembrei-me da elaboração, também positiva, de Avelin, já que ambas apontaram a força desse dia político, mesmo na chuva.

Outra forma de visibilidade que as mulheres da MMM construíram coletivamente, que retornará em *políticas feministas*, foi uma marcha que teve a duração de dez dias, indo de Campinas a São Paulo, mobilizando diferentes cidades e mulheres de todo país. Por fim, ela mencionou a *Batucada Feminista da MMM*, que é, também, uma forma de visibilidade artística, criativa, pautada pela música, “construindo qual é a síntese do debate e quais são as palavras de ordem que a gente expressa em som”, nos seus termos. Mais uma vez, nota-se a questão artística e criativa na centralidade do movimento feminista.

### **5.3. Políticas feministas**

Em relação às políticas feministas no Brasil, após uma imersão no material de campo, pelo fato de eu ter conversado com movimentos com perspectivas bastante distintas, foi

difícil, inicialmente, organizar uma conexão entre as diversas formas de fazer política feminista no país. Enquanto as mulheres do *Pão e Rosas* possuem uma perspectiva anticapitalista e revolucionária, cuja maior aliança é com as trabalhadoras e trabalhadores, as da *Marcha Mundial de Mulheres*, também num prisma anticapitalista, têm uma perspectiva de aliança aos movimentos sociais populares e, sobretudo, com as mulheres trabalhadoras rurais. Já o grupo *Azmina* assume uma atuação voltada para a construção de um jornalismo feminista alternativo à mídia hegemônica, além do foco na educação de gênero no âmbito institucional, tal qual as *Blogueiras Feministas*, que atuam na direção de uma construção coletiva de informação e conteúdo feminista contra-hegemônico, no âmbito *online*. Ainda assim, tentei sistematizar algumas dimensões importantes da luta feminista no Brasil, contemporaneamente, que, conforme disse, também se apoia no meu conhecimento prévio, adquirido das marchas, reuniões, palestras e outros encontros com o movimento ao longo dos anos. São elas: 1) A luta contra os retrocessos do golpe; 2) A luta anticapitalista 3) A luta antirracista; 4) A luta pelo recorte interseccional e na construção de solidariedades possíveis entre mulheres diferentes.

Em relação à primeira dimensão, optei por apresentá-la antes das demais, porque acredito que foi unívoca aos diferentes feminismos que encontrei. Foi um consenso que o processo de *impeachment* da presidenta Dilma foi um golpe institucional, conservador, neoliberal<sup>247</sup> e que trouxe inúmeros retrocessos para a vida das mulheres no país. Além disso, foi um entendimento comum que a misoginia e o *machismo* foram bases desse processo político. Por fim, foi também unanimidade a percepção de que as mulheres tiveram um protagonismo forte na lutas políticas de resistência que vieram com o golpe, como, por exemplo, contra o próprio processo de *impeachment*, como as ocupações estudantis secundaristas e universitárias e as inúmeras manifestações nas ruas; contra a Reforma da Previdência e Trabalhista; no grito pelo Fora Temer; contra a PEC 181; enfim, em relação a todas os *ataques* (segundo Flavia) e *medidas golpistas* (nas palavras de Bernadete) que acompanharam esse processo político do país que se iniciou no golpe, mas que segue tendo eco.

Segundo Flavia, o *golpe institucional* foi resultado de uma crise orgânica que já vivia o país, tal qual vivem outros na América Latina. Ela avaliou que, nesses momentos de crise, surgem perspectivas tanto conservadoras, quanto revolucionárias. Ela explica: “Acho que esse

---

<sup>247</sup> É importante ressaltar que num material que Bernadete me deu, produzido coletivamente pela MMM, elas usavam a conceituação *golpe parlamentar-jurídico e midiático*, apontando para a mídia enquanto central nesse processo.

primeiro fator é importante, inclusive pra gente entender a movimentação nacional e internacional do próprio movimento de mulheres, que realçou o movimento feminista em todo mundo.” Assim, ela menciona a *Primavera Árabe*, a organização do *Ni Una Menos* na América Latina e mesmo a movimentação das mulheres estadunidenses, no contexto da eleição do presidente Trump, no “coração do imperialismo, que havia décadas que não existia algo assim.” Ela continua sua avaliação: “Então é interessante que, num momento de crise orgânica, também as mulheres, que são parte dos setores mais oprimidos, têm uma revolta muito grande do que é o símbolo da velha maneira de governo das classes dominantes.”

Em seguida, Flavia afirmou que a evidência máxima de que havia sido um *golpe reacionário* foi seu caráter *machista* e misógino, visto seu grande ataque aos direitos democráticos e, sobretudo, aos direitos das mulheres. Nana avaliou que o ataque à presidenta Dilma compreendia um ataque às mulheres, motivo pela qual os movimentos anti-*impeachment* eram liderados, principalmente, por elas.

Eu acho que esse componente de machismo, no movimento anti-Dilma, ele era explícito, as pessoas percebiam isso. Tanto que os movimentos anti-Impeachment eram, na sua maioria, liderados por mulheres. Tinha muito grupos de mulheres na rua, naquela época, e as mulheres se sentiam particularmente atacadas. É de um simbolismo muito grande que a nossa primeira presidenta do país saía escorraçada a gritos de “vagabunda.” É de um simbolismo muito triste para as mulheres, principalmente quando gente tem esse Congresso aí, em que 9% ou 10% é de mulheres. A nossa situação política já é pífia, quando a gente conquista um cargo máximo, parece que a reação das pessoas é falar “tá vendo, bota mulher no poder, olha o que elas fazem.”

Em relação ao caráter *machista* do golpe, apontado pelas feministas, Flavia analisou que, para além da narrativa, que se centrava na figura da presidenta Dilma, essa manobra política foi parte de uma série de *ataques* ainda maiores às mulheres, para além da simbologia, que era tirar uma presidenta do seu cargo político.

O golpe abre espaço ainda mais para todas essas questões que atingem diretamente as mulheres. Então é evidente que, o fato de que tem uma narrativa extremamente machista, que coloca todo seu ódio contra a figura de uma mulher, que é a Dilma Rousseff, foi uma coisa abominável. Agora, isso era uma parte de ataques mais profundos que estavam sendo preparados, então, desde o grupo de mulheres, a gente fez uma denúncia em todos os aspectos. Não só desse discurso, mas desse projeto que é um projeto muito perigoso para os trabalhadores, porque coloca os direitos deles e das mulheres como algo a ser retirado e atacado. (Flavia).

Bernadete relatou que, após uma reunião coletiva para avaliar as pautas da MMM para 2018, elas tinham colocado as *medidas golpistas* na centralidade das pautas políticas de resistência. Segundo ela, “a gente está muito embrenhada nisso. A gente continua achando que essa é nossa principal luta do período.” Ela apontou que, em união com outros movimentos sociais, elas estavam elaborando, para o ano eleitoral de 2018, um *Congresso do*

*Povo*, “nos municípios, nos estados, para discutir, com o povo, quais são as saídas que ele aponta para essa perspectiva do golpe.” Segundo Bernadete, antes do processo de *impeachment* da presidenta Dilma, elas tinham se envolvido, em 2013, num plebiscito pela constituinte, construindo um debate acerca da necessidade de *despatriarcalizar* o Estado.

Porque, para a gente, era importante ter mais mulheres, por exemplo, na política, e ampliar a participação. Mas, se a gente não fizesse esse processo de *despatriarcalização*, que era uma mudança radical na forma como o sistema político tá organizado, que passa por essa lógica patriarcal, isso também não seria suficiente. Então, a gente foi discutindo essa coisa de como que é construída a política, em qual base, porque é que as mulheres não acessam isso, porque as políticas, muitas vezes, não refletem aquilo que queremos. As próprias políticas públicas, não refletem, mas também que espaço é esse que as mulheres, quando acessam, também não conseguem permanecer. (...) Então, na hora que veio o golpe, e utilizando desse elemento [de gênero] em torno da Dilma, só confirmou o que a gente estava dizendo nesse processo de mobilização. (Bernadete).

Em relação à segunda dimensão, ficou claro, no campo, que a luta feminista, tal qual para as chilenas e argentinas, deveria ser simultânea a uma luta contra o racismo e contra o capitalismo, enquanto sistemas também hegemônicos, articulados entre si. Dimensões anti-patriarcais, antirracistas e anticapitalistas mostraram-se indispensáveis entre si. Contudo, conforme já disse, a perspectiva anti-capitalista apareceu, sobretudo, com Flavia e Bernadete, enquanto central aos seus grupos, mas a questão da luta anti-racista teve força em quase todas as elaborações feministas.

Em relação ao capitalismo, Flavia avaliou que “a luta pelo direito das mulheres tem que ser organizada para colocar abaixo esse sistema”, afinal, “mesmo depois de séculos de existência, continua (...) uma desigualdade tão grande entre homens, mulheres, negras e brancas, e que essa é a essência do capitalismo”. Além disso, ela acrescentou que “o capitalismo se utiliza da opressão para manter o seu controle, a sua dominação” e que muitas feministas rejeitavam essa radicalização política, mas que para elas, do *Pão e Rosas*, uma sociedade de igualdade não se daria num sistema capitalista. Bernadete não falou tanto sobre a luta anti-capitalista, na nossa entrevista, mas todo material que ela me forneceu colocava essa pauta na centralidade. Conforme um dos livretos que ela me deu, “a articulação do patriarcado com o racismo e o capitalismo demonstra a capacidade destes sistemas de se remodelar para preservar através dos tempos.” Assim, Flavia disse:

Então daí a necessidade da organização das mulheres, para lutar por um novo mundo. Um novo mundo, sem nenhum tipo de opressão, sem nenhum tipo de exploração, em que cada um possa dar segundo as suas possibilidades e capacidades, e receber segundo as suas necessidades, que é o grande ideal do comunismo, e que o grande objetivo que é emancipar todas as mulheres, em primeiro lugar, as mais oprimidas e exploradas por esse sistema. Então, assim, essa é uma batalha cotidiana que a gente tem e que buscamos aumentar (...) a cada ataque contra as mulheres, a cada

assassinato de jovens nesse sistema, mostrar esse sentido profundo e esse verdadeiro radicalismo político que traz a luta das mulheres. (Flavia).

A questão da *interseccionalidade* também se mostrou fortemente relevante da pauta feminista brasileira, tal qual é na discussão acadêmica decolonial (Espinosa-Miñoso, 2014; Curiel, s.f.). Algumas elaborações utilizavam esse termo específico<sup>248</sup>, outras, apenas a mesma ideia. Na palestra que Nana deu em São Paulo, ela analisou que a interseccionalidade é a percepção de que nós, mulheres, “não somos uma categoria única, a gente é uma categoria que tem várias identidades (...) que se entrelaçam, e que elas colocam a gente em patamares diferentes de direito, de oportunidades, de opressões, de alegrias e tudo mais.” Na nossa conversa, em seguida, ela disse que todas as pautas d'Azmina procuravam ter recorte interseccional. Letícia também apontou essa preocupação em considerar especificidades de classe, raça e orientação sexual.

Bernadete, ao explicar a marcha que elas fizeram, durante dez dias, de Campinas a São Paulo, contou um episódio que dialoga com essa preocupação do movimento feminista com as distintas interseções que amplificam as opressões das mulheres. Ela mencionou que eram várias, reunidas, nessa ocasião, “tinham as estudantes, as quilombolas, as indígenas, as trabalhadoras rurais, as lésbicas.” Nesse contexto, ela disse que um grupo de mulheres da Economia Solidária também participava, e que elas eram muito religiosas – “Elas faziam os encontros e rezavam o terço, rezavam uma Ave Maria, nas preparações. E a gente foi discutindo com elas os temas também que iam aparecer”, como a questão do aborto, por exemplo.

Elas foram entendendo que elas podiam não fazer um aborto, mas que seriam solidárias com aquelas que queriam. Então um processo muito massa, assim, de você ir dialogando e as mulheres indo incorporando como forma de solidariedade, mesmo sabendo que elas têm escolha. (Bernadete).

Nesse contexto de mulheres autoorganizadas (ela disse que eram quase dez mil reunidas), inicialmente, houve um estranhamento das mulheres trabalhadoras rurais e da Economia Solidária com um grupo de lésbicas também presentes. Assim, aos poucos, elas tiveram que ir construindo, fortemente, esse debate, pautado na compreensão e na solidariedade entre mulheres. Bernadete avaliou que esse diálogo, mesmo que não incidisse, instantaneamente,

---

<sup>248</sup> Segundo as *Blogueiras Negras*, Kimberlé “Crenshaw, professora de Direito, cunhou o termo Feminismo Interseccional na década de 80, embora tenha admitido que mulheres negras já falavam sobre essa interseccionalidade de opressões muito antes dela.” Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2015/09/29/feminismo-interseccional-um-conceito-em-construcao/>> Acesso em 5 de jan de 2017.

naquela ocasião, gerava reflexão e poderia refletir, posteriormente, em posturas de enfrentamento à lesbofobia.

Então, essa coisa também de confrontar as mulheres com as várias realidades das outras, e de falar, “olha, isso aqui é o que nos junta, não é só você que sofre isso, por isso que a gente está se unindo”. Aí a gente fez esse processo da ação, que pra mim foi uma das coisas fantásticas nesses momentos. A gente vai também construindo essa perspectiva dos encontros maiores, das mulheres se encontrarem também para ir se reconhecendo. Mesmo que você parta de uma realidade que parece muito específica, você vai vendo outras, que partilham, que trocam, que fortalecem. (Bernadete).

Por fim, numa perspectiva também de *interseccionalidade*, mas relativa à classe econômica, ela contou que posteriormente, numa ação internacional da MMM, uma companheira que estava fortemente envolvida nos processos não pôde ir, porque havia sido agredida pelo marido, justamente para que ela não pudesse viajar. Ela expôs que foi um momento muito triste para elas, especialmente porque o tema da violência é central nas pautas delas, mas que justamente nos processos coletivos, essa solidariedade e força se constituíam para a luta feminista.

Muitas vezes, as mulheres acham que não são capazes de romper com os relacionamentos, romper com o ciclo da violência que estão sofrendo, porque, às vezes, estão numa posição também de dependência, que não é só afetiva, mas econômica, têm filhos, tem não sei o que. Então fica difícil. Mas acho que quando a gente vai também fazendo esses *processos coletivos*, vai dando *possibilidade de escolha*. (Bernadete).

Em relação a essa questão da violência nos relacionamentos, por vezes atrelada à dependência econômica e emocional, associa a fala de Bernadete com a de Flavia, que explicou o que as “rosas” no nome *Pão e Rosas* significava. Ela disse que uma das coisas interessantes que elas aprenderam com a *Revolução Russa* foi em relação ao amor livre. Flavia contou que, naquele momento histórico, havia inúmeras “propostas de publicizar experiências novas no que se referia ao amor livre e às relações, (...) para que fossem relações baseadas na confiança e não na dominação de uma pessoa por outra.” Assim, ela disse que o pão na luta delas referia-se a direitos básicos na vida das mulheres. As rosas, por sua vez, “pela beleza da vida”, ou seja, pelo direito à arte, à cultura, à felicidade e à liberdade para viver vidas plenas. Assim, por relações que pudessem ser baseadas no amor, na liberdade das pessoas, e não “para a manutenção do sistema capitalista patriarcal que precisa da família enquanto base estruturante.”

## Considerações finais

Foi na experiência de campo e no meu envolvimento intersubjetivo que minha preocupação de pesquisa deixou de ser em observar o que o pensamento feminista latino-americano estava produzindo acerca das representações midiáticas e passou a focar, muito mais, nas produções comunicacionais e de resistência que estas mulheres estão realizando, de modo a enfrentar a grave situação de desigualdade e violência de gênero. Embora a temática das *representações machistas* na mídia, tal como as feministas nomeavam, tenha sido o ponto de partida para a constituição desses diálogos e relações afetivas, o campo levou-me a outra direção muito mais instigante. Associo as elaborações das ativistas feministas em relação à mídia com a da teórica bell hooks (2000), de *mídia de massa patriarcal*, já que, em ambos os casos, há denúncia feminista de que a mídia de massa é patriarcal, imperialista, capitalista, branco-supremacista.

Mediante uma escuta interessada sobre o que minhas interlocutoras tinham a dizer, observei que elas me apresentavam, com muito mais ênfase e mais detalhes, seu pensamento sobre o movimento feminista e suas trajetórias e formas de constituir um mundo. Assim, ao mesmo tempo que não deixei de lado as negatividades estruturais e linhas de força e poder, que sempre me instigaram, passei a ressaltar, muito mais, o trabalho criativo e inventivo das feministas no enfrentamento de questões de visibilização, memória e justiça, e na constituição de uma luta de afetação cotidiana e micropolíticas feministas, voltadas às corporalidades vívidas, aos afetos, à solidariedade e ao cuidado entre mulheres.

Alguns achados do campo etnográfico, nos três países, apontam que há forte diálogo entre as feministas latino-americanas, em relação às pautas e lutas num contexto mais amplo, continental, embora existam nuances e ênfases notadas tanto no nível das trajetórias quanto no nível coletivo, seja ele agrupamento ou mesmo a *comunidade imaginada* (Mohanty, 2003) que os ativismos acabam por constituir. Nesse sentido, exalto algumas lutas comuns que apareceram, fortemente, como a luta pela liberdade e autonomia do corpo das mulheres (que se expressa, sobretudo, na luta pelo aborto livre, legal e seguro); a luta anti-patriarcal, indissociada da luta contra outras estruturas sociais, como o capitalismo e o racismo, que também violentam, fortemente, o corpo e a vida das mulheres; a luta pelo cuidado (coletivo) com o corpo, que nega uma política racional, androcêntrica, pautada apenas pela mente, enquanto instrumento político; a luta pelo fim de todas os tipos de violência contra as mulheres, das violências simbólicas, discursivas, tais como as que viveram as presidentas, aos

feminicídios, enquanto o ponto final de uma *cadeia de violências*; a luta interseccional (dado que as experiências de violência são sobrepostas com categorias como classe, raça, etnia e orientação sexual); a luta pela construção de uma política autoorganizada (por vezes, antiestatal), que não depende das estruturas políticas formais para existir; a luta pelo direito a felicidade, alegria, criatividade, e liberdade para cada mulher viver plenamente, como desejar.

Além disso, há, em muitos grupos, uma rede de mulheres mais ampla, internacional, que se articula contra a violência de gênero, sob qualquer circunstância, e aponta uma *política de solidariedade feminista*, nos termos de Mohanty (2003), para além de fronteiras nacionais ou ampliando a noção de *fronteira* (Andalúzia, 1987). Nesse sentido, as ativistas feministas avaliaram que, como a violência contra as mulheres é global, histórica, estrutural, é preciso uma caminhada que reúna esforços coletivos. Ao longo das entrevistas, várias experiências, mais contemporâneas ou históricas, foram lembradas, como força motora desse movimento mundial, quais sejam, o *Paro Internacional de Mujeres*, idealizado na Argentina, que mobilizou países da América Latina toda; a própria constituição do *Ni Una menos*, não só como grupo ativista, mas como uma bandeira apropriada por vários países e coletivos; a *Primavera Árabe*, que eclodiu no norte da África e no Oriente Médio; a *Black Monday*, que foi a greve das polonesas; a *Revolução Russa*, que marcou a memória de uma revolução protagonizada por mulheres; a *Women's March*, nos EUA, contra a eleição do presidente Trump, entre tantas outras experiências pelo mundo. Contudo, elas avaliaram que é preciso olhar para as especificidades dos contextos culturais locais, *situados*, como sugerem as epistemologias feministas (Haraway, 1995; Harding, 1987; Fichetti, 2017; Castañeda, 2008, 2012). Nesse sentido, as feministas apontaram a questão do aborto como central nas regiões latino-americanas e também associaram o caráter autoritário dos Estados com o silenciamento das pautas das mulheres como heranças de períodos ditatoriais e do processo mesmo de colonização dos nossos países. Nesse sentido, é possível uma aproximação das formulações ativistas com a ideia de *colonialidade de gênero* (Lugones, 2015), de que a distinção hierárquica entre homens e mulheres foi construída e imposta, brutalmente, desde o processo de colonização. Ser mulher no contexto latino-americano foi marcado, então, pela dureza, pela dor, pela violência histórica, mas, sobretudo, pela resistência, pela luta e pela capacidade inventiva e criativa de resistir às diferentes opressões.

Em relação às especificidades de cada caso, ficou claro, na Argentina, maior centralidade na luta pelo direito à felicidade e por uma revolução criativa, artística, fora das instituições. Relembro a frase da anarquista lituana que, inclusive, compartilhei com uma das

feministas argentinas: “Si no puedo bailar, no es mi revolución.” Se o sistema patriarcal capitalista quer controlar e mercantilizar o corpo das mulheres, nos processos de acumulação de capital, elas resistem com o próprio corpo, retirando-o do âmbito laboral (marcado por sobrecarga) nas greves feministas, ou, de forma oposta, pela política da presença e diferença nas ruas, que se enchem de euforia, dança, música e potência viva de corpos alegres e livres. Nas marchas argentinas, o grito é contra o presidente Macri, pelo aborto livre, pelo fim da violência contra as mulheres e pelo fim dos feminicídios. Em relação às contribuições feministas para as teorias da comunicação, o conceito de que a mídia *re-vitimiza* mulheres em situação de violência pareceu promissor (e merece também mais atenção, futuramente), tal qual a ideia de que a violência de gênero, na mídia, é *simbólica* e o início de uma *cadeia estrutural* de violências, cujo ponto máximo é o feminicídio, ou seja, a retirada de vida das mulheres.

No Chile, o corpo também foi colocado como um *território político* da luta feminista, mas, dessa vez, sobretudo, na forma do cuidado das mulheres umas com as outras. Nesse sentido, as redes feministas de solidariedade e proteção mostraram-se formas potentes de ação política. Se a violência estatal e capitalista é uma das formas de controle e manutenção dos corpos das mulheres, elas reagem na defesa feminista da saúde dos seus corpos e mentes, lutando por condições que não as adoeçam (e, muito menos, as matem). Nesse sentido, é preciso conhecer e reconhecer corpos diferentes e as vidas que ali habitam, para além de uma racionalidade androcêntrica. Além disso, as chilenas apontaram, fortemente, a *transversalidade* das questões de gênero e das formas de poder e biopoder (ultrapassando a próprio noção de poder disciplinar), sobretudo fora das instituições, numa conceituação que merece atenção maior em estudos posteriores. Outra elaboração teórica que me pareceu promissora em relação à questão comunicacional, foi a de que a mídia *re-violenta* os corpos das mulheres quando tratam das violências que elas sofreram, inclusive os feminicídios. Assim, se mídia, Estado e capitalismo, que compõem uma sociedade patriarcal, são contra as mulheres, a construção de tempos, ações e espaços alternativos, calcados em união, respeito, organização e solidariedade entre elas, é arma de luta, ainda que não sejam pautadas por consensos compulsórios ou permanentes.

Em relação ao Brasil, o campo apontou que os desafios feministas foram intensificados após o *golpe institucional*, que elas também nomearam *neoliberal* e *midiático*. Nesse sentido, dado o contexto de *medidas de ataque* aos direitos das mulheres, sobretudo no que se refere às questões trabalhistas, com as Reformas Trabalhistas e da Previdência (devido

à divisão sexual do trabalho), e ao controle do corpo, com a PEC 181 (devido à restrição ao aborto), as mulheres estão unindo esforços para barrar os retrocessos políticos em relação às pautas feministas, num processo coletivo e unificado, ainda que os grupos discordem em várias questões e mesmo nos instrumentos de luta política. Assim, o protagonismo das mulheres foi destaque em relação às lutas contra o atual contexto político *conservador*. É possível observar que as opiniões acerca do governo da presidenta Dilma foram díspares: algumas apontaram pontos positivos em relação ao seu projeto político; outras, para a decepção que foi o seu governo em relação às pautas feministas; e até mesmo uma descrença da sua presença nesse cargo, antes mesmo da sua eleição. Ainda assim, foi um consenso que sua queda foi uma *manobra política* que carregou, consigo, uma série de *medidas de retrocesso* às mulheres. Além disso, que a mídia *patriarcal e capitalista* serviu ao golpe, fortalecendo a imagem negativa da presidenta, por meio da manipulação de *estereótipos de gênero* que se aproximam, fortemente, dos que foram apresentados na discussão acadêmica do Capítulo 1. A luta das mulheres brasileiras, portanto, também pelo direito ao corpo, contra a opressão capitalista, por vidas plenas e por uma transformação cultural (sobretudo, em relação à estrutura familiar), mostrou-se ainda mais potente dado o contexto político atual que favorece, segundo elas, pequenos grupos da elite do país, detentores de poder econômico.

Em relação a aproximações da Parte I e II, é possível observar que distintos saberes (acadêmicos e ativistas, no caso desta pesquisa) sobre a mesma realidade podem dialogar. Nesse sentido, destaco que são possíveis aproximações acerca das discussões sobre *estereótipos de gênero*, tanto na concepção como algo colonial, que inferioriza e hierarquiza, tal qual Bhabha (2003), bem como, mais especificamente, em relação à sua reprodução na mídia hegemônica (Van Zoonen, 1996; Laudano, 2010; Biroli, 2011; Hasan e Gil, 2016, Mota-Ribeiro, 2015;). Nesse sentido, destaco que as contribuições das feministas ativistas muito fortalecem os estudos feministas de mídia e deveriam receber mais atenção em pesquisas que tratam dessas temáticas. Além disso, há uma proximidade com o debate sobre *interseccionalidade* (Espinosa-Miñoso, 2014; Curiel, s.f.), *colonialidade de gênero* (Lugones, 2015), crítica à distinção *sujeito/objeto* (Everardo, 2012), crítica *anticapitalista* (Mohanty, 2003; Federici, 2004) e, mais fortemente, acerca de *poder* (McLaren, 2016), em que matrizes de conceituação distintas podem operar. Assim, ressalto ainda mais possível e potente a união dos saberes feministas ativistas latino-americanos com as perspectivas feministas teóricas pós/de-coloniais. Contudo, é importante enfatizar que, ainda que sejam possíveis diálogos, as feministas ativistas também estão formulando conceitos e teorização acerca dessas temáticas,

conforme foi mostrado nos capítulos etnográficos, e que esse conhecimento deve ser colocado em simetria com o pensamento acadêmico. Portanto, esforços posteriores podem apontar melhor também alguns distanciamentos e tensões entre os feminismos acadêmicos e ativistas.

Outra percepção interessante é a de que os movimentos feministas latino-americanos contam muito com (re)produção de material no Facebook, nos sites dos coletivos, no Twitter, etc. Assim, essas mulheres utilizam-se de plataformas dominantes para instaurarem redes de mobilização (inclusive para convocar mulheres para ações offline) e conteúdos anti-hegemônicos, anti-capitalistas, anti-patriarcais. Ainda que sejam ambientes também de forte controle (por exemplo, quando assinamos os termos de compromissos desses espaços virtuais), as redes digitais permitem não só divulgação de conteúdo relevante e de resistência, mas uma capacidade organizativa dos movimentos feministas. As redes digitais têm sido, habilmente, usadas por essas redes minoritárias, que criam espaços específicos para exercícios de distribuição de informação e (des)informação - tirar da forma - da mídia. Muitas assembléias, reuniões e marchas feministas, conforme o campo mostrou, são articuladas e convocadas pelas redes sociais digitais, motivo pela qual considero que seja um local importante para observar em futuras pesquisas.

Por fim, em relação ao que me moveu nesta pesquisa, há uma avaliação unânime quanto aos significados de ter mulheres eleitas nos cargos políticos máximos do poder executivo nacional, mas os ganhos de representação simbólica não significam, necessariamente, mudanças estruturais, sobretudo em relação às pautas feministas. Afinal, conforme as ativistas, essas estruturas políticas formais são *patriarcais*, *masculinizadas*, *verticais*. Portanto, mesmo que os projetos políticos das presidentas e suas próprias trajetórias (conforme o Capítulo 1) pudessem aparentar menos conservadores e preocupados com as causas sociais, a política formal, tal qual está dada, não favorece que as intenções se concretizem. Por isso, duas conceituações importantes do campo foram *despatriarcalizar* e *desmasculinizar*, em relação à política formal. Afinal, mesmo que as feministas também discordassem da presença feminina em cargos de poder formal (algumas favoráveis, outras, descrentes), o caráter *patriarcal*, *masculinista* e *vertical* da estrutura política foi apontado tanto para provar que essa não era uma saída, quanto de que era preciso modificar as estruturas políticas para que a presença de mulheres nessas instâncias não fosse apenas simbólica.

Com relação ainda à aproximação dos casos, é preciso destacar que as brasileiras foram mais enfáticas no simbolismo patriarcal e misógino da retirada da presidenta Dilma,

eleita democraticamente, do seu cargo. Nesse sentido, elas também apontaram, mais fortemente, os ganhos do governo da presidenta, sobretudo em comparação ao retrocesso conservador que veio após sua retirada do poder. Contudo, ainda que no caso brasileiro tenha havido uma ligeira esperança no Estado (seja uma esperança de *despatriarcalizá-lo*, ou uma esperança mais liberal, no sentido de ações dentro das instituições), ficou evidente, após o campo, que a luta feminista latino-americana não é apenas no Estado ou no sistema político, mas em aliança com as mulheres trabalhadoras, rurais, sindicalistas, indígenas, com a juventude, com os movimentos estudantis, sendo todas essas formas de articulação inventivas e próximas às expressões artísticas e criativas.

No processo longo de construção e desconstrução da pesquisa, cujas rupturas e *autocrítica* (Spivak, 1999) foram fundamentais para constituir uma epistemologia feminista viva, percebi qual era a verdadeira potência do meu trabalho, de caráter epistemológico. Conforme Haraway (1995), é preciso, sempre, desconstruir a ideia de pesquisadora com identidade fixa. Nesse sentido, admito que a pesquisadora que entrou nessa jornada já não é mais a mesma, já que, inicialmente enrijecida num lugar academicamente estabelecido, passou a preocupar-se com a vivacidade das experiências, o caráter imprevisível das trocas comunicacionais, afetivas e pessoais, num esforço subjetivo voltado para micropolíticas do cotidiano. Posso dizer que me modifiquei e fui modificada por todas essas experiências, enquanto pesquisadora e feminista.

É difícil chegar ao fim de uma trajetória tão intensa, intersubjetiva e resistente, que não cabe nas conclusões desse texto. Todas as experiências que vivi e senti e todas as interações entre mulheres feministas produziram, além de amplos conhecimentos e saberes, laços que revolucionaram não só minha pesquisa, mas minha forma de ver o movimento feminista e a academia. Ao longo de dois anos, foram muitos sorrisos, lágrimas, abraços, trocas profundas, subjetivas, vigorosas e revigorantes. Talvez eu não encontre essas mulheres novamente, nesse mesmo contexto, mas, quiçá, construamos outras lutas feministas, juntas. Sem dúvidas, encontrar-nos-emos nas marchas e nos gritos que nos unem. Minha mão também estará estendida, para elas, como fizeram comigo. Afinal, foram muitos os caminhos que percorri, nunca sozinha, mas em conjunto com elas, ativistas, intelectuais, pesquisadoras, teóricas, lutadoras. Chego ao fim com a certeza de que, se é difícil assumir uma pesquisa feminista, vale a pena o risco, porque é dele que vêm conhecimentos que florescem da resplandescente interação entre mulheres, os quais não estão em livros, não estão em dissertações, mas que, podem, sim, estar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AALBERG, T., & JENSSEN, A. T. *Gender Stereotyping of Political Candidates*. Gothenburg Nordicom Review, 28(1): 17-32. 2007.
- ADICHIE, Chimamanda. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AHMED, Sarah. Cultural Feminism. In: Code, Lorraine. *Encyclopedia of Feminist Theories*. London and New York: Routledge. 2000.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands: the new mestiza - La frontera*. 1st. ed. San Francisco: Aunt Lute, 1987.
- BADIOU, A. *São Paulo: a fundação do universalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 11, p. 89-117, Ago. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010333522013000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522013000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 5 jan. 2018.
- BARCINSKI, Mariana; CAPRA-RAMOS, Carine; WEBER, João; DARTORA, Tamires. *O Marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino*. *Ex aequo*, n. 28, p. 87-100, 2013.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003
- BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, nº 34. Campinas, 2010, p. 269-299.
- \_\_\_\_\_. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* 2011, n.6, pp.71-98.
- \_\_\_\_\_. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 90, p. 45-69. set. 2010.
- \_\_\_\_\_. O público e o privado. IN: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: Uma introdução*. Boitempo Editorial. 2014.
- BISWAS, Andrea. La tercera ola feminista: cuando la diversidad, las particularidades y las diferencias son lo que cuenta. *Casa del Tiempo*, 6(68): 65-70. 2004.
- BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia. *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017. 352 p.
- BRAGA, José Luiz. *Constituição do Campo da Comunicação*. São Leopoldo: Verso e Reverso, vol. XXV, n. 58, janeiro-abril, 2011.
- BUROTTO, Alessandra; TORRES, Carmen (et.al). *Y votamos por ella*. Michelle Bachelet: miradas feministas. Santiago de Chile: Fundación Heinrich Böll Cono Sur, 2010.
- BUSTAMANTE, Ximena. Del XI EFLAC y otros demonios. *Debate feminista*, ano 21, vol. 41, 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 8a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_; SCOTT, Joan W (org.). *Feminists theorize the political*. New York: Routledge, 1992.

CASTAÑEDA, Martha Patricia. *Metodología de la investigación feminista*. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (CEIHC) de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). México, DF: Fundación Guatemala, 2008.

\_\_\_\_\_. Etnografia feminista. In: GRAF et.al. *Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales*. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias. Facultad de Psicología, 2012.

COLAÇO, Thais Luiza; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. *Novas perspectivas para a Antropologia Jurídica na América Latina: o Direito e o Pensamento Decolonial*. Coleção Pensando o Direito no Século XXI. vol. IV. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Nueva York: Routledge, Chapman and Hall. 1990.

CORRÊA, Laura; DA SILVEIRA, Fabrício. Representação. In: *Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação*. FRANÇA, França; MARTINS, Bruno; MENDES, André (Org.). Belo Horizonte: PPGCom – UFMG, 2014. p. 123-126.

CURIEL, Ochy (s. f.). *Gênero, raza, sexualidad debates contemporaneos*. Disponível em: <[http://www.urosario.edu.co/urosario\\_files/1f/1fld1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf](http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1fld1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2018.

DE JESUS, Jaqueline. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989)>. Acesso em: 5 jan. 2018.

DE LIMA, Iana. *O que é objetificação da mulher?* Politize, 2016. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/o-que-e-objetificacao-da-mulher/>> Acesso em: 5 jan. 2018.

DEMBROUCKE, Celina. Exploring Media Representations of Argentina's President Cristina Fernández de Kirchner. *Feminist Media Studies*. Vol. 14, No. 6. 2014.

DESAI, Manisha. 2002. "Transnational Solidarity. Women's Agency, Structural Adjustment, and Globalization." In: Nancy A. Naples & Manisha Desai. *Women's Activism and Globalization: Linking Local Struggles and Transnational Politics*. New York: Psychology Press. 15-33.

DE SOUSA, Boaventura. *Para descolonizar Occidente. Más allá del pensamiento abismal*. Buenos Aires: CLACSO. 2010.

DUTRA, Michele. *Um útero todo seu: público e privado nos posts sobre aborto das Blogueiras Feministas*. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.

EL CIUDADANO. *Los desafíos de las mujeres en latinoamerica*. 2015. Disponível em: <<http://www.elciudadano.cl/2015/03/09/151297/los-desafios-de-las-mujeres-en-latinoamerica/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

EL INTRANSIGENTE. "No me gusta que me teman": las frases más duras de Cristina Kirchner contra Macri. Mirá el video. 2016. Disponível em: <<http://www.elintransigente.com/politica/2016/4/20/no-gusta-teman-frases-duras-cristina-kirchner-contra-macri-mira-video-379350.html#>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Cartografias dos estudos culturais* - Uma versão latino-americana. Ed. on-line. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 240 p.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys Espinosa-Miñoso *Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica*. El Cotidiano, n. 184, março-abril, 2014, pp. 7-12. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco Distrito Federal, México. Disponível em: <<https://www.minutouno.com/notas/3040614-cristina-a-mi-me-decian-yegua-puta-y-montonera-y-nometimos-pres-a-nadie>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

EVERARDO, Maribel Ríos. Metodología de las Ciencias Sociales y Perspectiva de Género. In: *Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales*. Org: Norma Blazquez Graf, Fátima Flores Palacios, Maribel Ríos Everardo. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias. Facultad de Psicología. 2012.

FÉLIX, Gloria. Positivism. In: Code, Lorraine. *Encyclopedia of Feminist Theories*. London and New York: Routledge. 2000.

FERNANDES, Carla. As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.5, n.14, p.69-85, jun.-set. 2012.

FERNÁNDEZ, Cristina. "No me gusta que me teman": las frases más duras de Cristina Kirchner contra Macri. Mirá el video. El Intransigente, 2016. Disponível em: <<http://www.elintransigente.com/politica/2016/4/20/no-gusta-teman-frases-duras-cristina-kirchner-contra-macri-mira-video-379350.html#>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

FISCHETTI, Natalia; ALVARADO, Mariana. Inscripciones feministas. Notas críticas sobre la (re) producción del conocimiento. In: *Las mujeres y las niñas en educación*. Revista Venezolana de Estudios de la mujer. Universidad Central de Venezuela. Centro de Estudios de la Mujer. Nro 45, vol 20. 2015.

FISCHETTI, Natalia. Al ritmo del tambor: una entrada a la epistemología feminista latinoamericana (In: Dossier: Epistemologías feministas latinoamericanas; *Solar. Revista de Filosofía Iberoamericana*, Lima, año 12, vol. 12-1. 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989. p. 296.

\_\_\_\_\_; *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_; *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1976, p. 89.

FRANÇA, Vera; CORRÊA, Laura. *Dilma Rousseff: transição de imagens no processo de construção de uma mulher presidenciável*. Japaratinga, 2009. Disponível em: <[https://www.academia.edu/5582245/Dilma\\_Rousseff\\_transicao\\_de\\_imagens\\_no\\_processo\\_de\\_construcao\\_de\\_uma\\_mulher\\_presidenciavel\\_com\\_Vera\\_Franca](https://www.academia.edu/5582245/Dilma_Rousseff_transicao_de_imagens_no_processo_de_construcao_de_uma_mulher_presidenciavel_com_Vera_Franca)>. Acesso em: 5 jan. 2018.

GUERRINA, Roberta. Sexism. In: Code, Lorraine. *Encyclopedia of Feminist Theories*. London and New York: Routledge. 2000.

HASAN, Valeria; GIL, Ana Soledad. La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de Argentina. *Revista de estudios de género La ventana*. Vol. 5, No 43. 2016. Disponível em: <<http://www.revistascientificas.udg.mx/index.php/LV/article/view/5838/5334>.UNESCO> Acesso em: 5 jan. 2018.

hooks, bell. *Feminism is for everybody: passionate politics*. Cambridge: South End Press. 2000.

\_\_\_\_\_. *Ensinando a Transgredir. A Educação Como Prática da Liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

\_\_\_\_\_. Intelectuais Negras. Estudos Feministas/Dossiê Mulheres Negras, v. 3, n. 2, p. 464-478. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1995.

GADRET, Débora. Os enquadramentos sobre Dilma Rousseff nas notícias do Jornal Nacional. *Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero*. Vol. 2, Ano 2. Dezembro, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comtempo/article/viewFile/7487/6887>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT*. São Paulo: SJDC/SP, 2014. 44p. Disponível em: <[http://www.recursohumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha\\_diversidade.pdf](http://www.recursohumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2018.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, Coimbra, 2008. p. 115-147.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu* (5). 1995.

HARDING, Sandra. Introduction: Is There a Feminist Method? In: \_\_\_\_\_. *Feminism and Methodology: Social Science Issues*, pp. 1-14. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. *The Science Question in Feminism*, Ithaca, NY: Cornell University Press (1986).

HINE, Christine. 2000. *Virtual Ethnography*. London: Sage Publications.

REVISTA ISTOÉ. *As explosões nervosas da presidente*. 2016. Disponível em: <[https://istoe.com.br/edicao/894\\_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/](https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/)> Acesso em: 5 jan. 2018.

JALALZAI, Farida. *Women Presidents of Latin America: Beyond Family Ties?* New York: Routledge Press, 2016.

JARA, Alejandra. *Bachelet por aborto: “Las mujeres recuperamos el derecho a decidir cuando vivimos momentos de dolor”*. La Tercera, 2017. Disponível em: <<http://www.latercera.com/noticia/bachelet-aborto-las-mujeres-recuperamos-derecho-decidir-cuando-vivimos-momentos-dolor/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

KROLOKKE, Charlotte & SORENSEN, Anne Scott. *Gender Communication Theories & Analyses: From Silence to Performance*. Sage: 2006.

LAUDANO, Claudia. Mujeres y medios de comunicación: reflexiones feministas en torno a diferentes paradigmas de investigación. *Las palabras tienen sexo*. Buenos Aires: Artemisa Comunicación. 2010. p. 40-54.

LIMIC, Tijana. Para un diálogo interepistémico y decolonial entre feministas occidentales y no occidentales. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 23, p. 133-156, Dec. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-24892015000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892015000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 5 jan. 2017.

LINO, Tayane. O *locus* enunciativo do sujeito subalterno: uma análise da produção científica de bell hooks e Gloria Anzaldúa. 2014. 173 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais.

LOPES, Laís. O que é gênero? *Gênero, sexualidade e direito: uma introdução*. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

LORDE, Audre. *I am your sister: Black women organizing across sexualities*. New York, Dover Publications: 1985.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, jan. 2015. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

MABEL, Yany. Instagram. *Capas de revista sexistas expostas em manifestação feminista argentina*. Belo Horizonte: Instagram, 11 de outubro de 2016. Disponível em: <[https://www.instagram.com/p/BLcJOKTgPi4/?taken-by=yany\\_mabel](https://www.instagram.com/p/BLcJOKTgPi4/?taken-by=yany_mabel)> Acesso em: 5 jan. 2018.

MAFFIA, Diana. Epistemología feminista: la subversión semiótica de las mujeres en la ciencia. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, n. 28, 2007.

MANIFIESTO. *Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente*. Rita Laura Segato [et al.]. Karina Andrea Bidaseca (Org). 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: IDAES, 2016.

MATOS, M. 2008. *Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357. Disponível em: <[http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S0104-026X2008000100005&script=sci\\_arttext](http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S0104-026X2008000100005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 5 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. O Campo Científico-crítico-emancipatório das Diferenças como Experiência da descolonização Acadêmica. In: *Teoria Política e Feminismo*, Vinhedo: Editora Horizonte, 2012, p. 47-101.

\_\_\_\_\_. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, June 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782010000200006&lng=en&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200006&lng=en&nrm=is)>. Acesso em: 5 jan. 2018.

MAYORGA, Claudia. Entrevista com Claudia Mayorga. *Mídia, misoginia e golpe*. In: Janara Kalline Leal Lopes de Sousa [et al.]; organização Elen Cristina Geraldês ... [et al.]. – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2016. 316 p.

MCROBBIE, Angela. *In the culture society*. Routledge, London and New York, 1st edition, 1999.

MCLAREN, Margaret. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016. (Coleção Entregêneros).

MENDONÇA, Ricardo; SIMÕES, Paula. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun 2012, vol.27, no.79, p.187-201.

MIGUEL, Luiz Felipe. Gênero e representação política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: Uma introdução*. Boitempo Editorial, 2014. Kindle Edition.

\_\_\_\_\_; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. *Opin. Publica*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 55-81, Jun 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762009000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 5 jan. 2018.

\_\_\_\_\_; *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGNOLO, Walter. Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (Coords.). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa. 1998.

MINIĆ, Danica. Feminist publicist strategies: Women's NGOs' media activism and television journalism in Serbia and Croatia. SAGE. *Media, Culture & Society*. Vol. 36(2) 133-149). 2016.

MOHANTY, Chandra. *Feminism without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham, N.C.: Duke University Press. 2003.

\_\_\_\_\_. "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses." In: Mohanty, Chandra T.; Russo, Ann; Torres, Lourdes (Ed.). *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington: Indiana University Press. 1991. 51-81.

\_\_\_\_\_; ALEXANDER, Jacqui. *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*. London/New York: Routledge. 1997.

MONDZAIN, Marie José. *Imagem, ícone, economia. As fontes bizantinas do imaginário contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

MORAGA; Cherríe; ANZALDÚA, Gloria. (eds.) *This Bridge Called my Back: Writing by Radical Women of Color*. Nueva York: Kitchen Table/Women of color. 1983.

MOTA-RIBEIRO, Silvana. Identidade feminina, representações sociais e “feminilidade”. In: \_\_\_\_\_. *Retratos de mulher: construções sociais e representações visuais do feminino*. Porto: Campo das Letras, 2005. p. 15-38.

REVISTA NOTÍCIAS. *El goce de Cristina*. 2012. Disponível em: <<http://noticias.perfil.com/2012/09/07/el-goce-de-cristina/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

OKEKE, Philomena. Feminist Epistemology. In: Code, Lorraine. *Encyclopedia of Feminist Theories*. London and New York: Routledge. 2000.

OLEA, Raquel. Michelle Bachelet: fases y facetas de su representación pública. In: BUROTTO, Alessandra; TORRES, Carmen (et.al). *Y votamos por ella*. Michelle Bachelet: miradas feministas. Santiago de Chile: Fundación Heinrich Böll Cono Sur, 2010.

OLIVEIRA, L. *Etnografia e Multissituacionalidade: um caminho de pesquisa para a comunicação*. In: III CIS - Colóquio em Imagem e Sociabilidade: 20 anos de pesquisa em comunicação, 2014, Belo Horizonte. Anais do III CIS - Colóquio em Imagem e Sociabilidade: 20 anos de pesquisa em comunicação. Belo Horizonte: Gris - UFMG, 2014.

ONG THINK OLGA. *Este não é um post sobre política*. Belo Horizonte: Facebook, 2 de abril de 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/thinkolga/photos/a.289412727860922.1073741826.289405207861674/764431693692354/?type=3&theater>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

ORTNER, S. B. *Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal*. Comparative Studies in Society and History. Cambridge University Press, Vol. 37, No. 1, Jan. 1995, pp. 173-193.

O'SHEA, María, José; Alejandro, TRUJILLO. *Michelle Bachelet*: "Si un Presidente hombre está pasando por una situación difícil, nadie habla de debilidad, de falta de liderazgo." La Tercera, 2016. Disponível em: <<http://www.latercera.com/noticia/michelle-bachelet-presidente-hombre-esta-pasando-una-situacion-dificil-nadie-habla-debilidad-falta-liderazgo/>> Acesso em: 5 jan. 2018.

PANKE, Luciana; IASULAITIS, Sylvia. *Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais*. Opin. Publica, Campinas, v. 22, n. 2, p. 385-417, Aug. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762016000200385&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000200385&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 5 jan. 2018.

PARNAIBA, Cristiane dos Santos; GOBBI, Maria Cristina. Mulheres na política e na mídia brasileira: breve histórico e cenário atual. Girona: *Revista Communication Papers*, No 3, 2013, p. 51-63.

PINTO, Céli. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro). 119 p.

PISCOPO, Jennifer M. *Do Women Represent Women? Gender and Policy in Latin America*. Ph.D. Dissertation. San Diego: The University of California, 2011.

PORTAL GOBIERNO LOCAL. *Banco de Conocimientos: Comuna*. Disponível em: <<http://www.gobiernolocal.gob.ar/wiki/doku.php?id=comuna>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

HTUN, Mala; Jennifer Piscopo. *Presence without Empowerment? Women in Politics in Latin America and the Caribbean*. Conflict Prevention and Peace Forum, Dez. 2010.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, Apr. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2011000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

QUEIROZ, Nana. *Termos em inglês estão elitizando o feminismo*. 2016. Disponível em: <<http://azmina.com.br/2016/04/termos-em-ingles-estao-ELITIZANDO-O-FEMINISMO/>> Acesso em: 15 jan. 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 1989. p. 117-142.

REVISTA CAPITOLINA. *Glossário de termos do feminismo*. 2015. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/glossario-de-termos-feminismo/>> Acesso em: 5 jan. 2018.

REVISTA NOTÍCIAS. El goce de Cristina. 2014. Disponível em: <<http://noticias.perfil.com/2012/09/07/el-goce-de-cristina/>> Acesso em: 5 jan. 2018.

RICHLIN, Amy. Sexism. In: Code, Lorraine. *Encyclopedia of Feminist Theories*. London and New York: Routledge. 2000.

SARMENTO, Rayza. *Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)*. 2017. 219 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SCHROCK, Richelle. The Methodological Imperatives of Feminist Ethnography. *Journal of Feminist Scholarship*. Issue 5 (Fall). 2013.

SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*. Vol. 91, No. 5. 1986. pp. 1053-1075

SEMÍRAMIS, Cynthia. *Feminazi: ignorância a serviço do conservadorismo*. 2010. Disponível em: <<https://cynthiasemiramis.org/2010/12/07/feminazi-ignorancia-conservadorismo/>>.

SILVA, Uca. Palavra de mujer. In: BUROTTTO, Alessandra; TORRES, Carmen (et.al). *Y votamos por ella*. Michelle Bachelet: miradas feministas. Santiago de Chile: Fundación Heinrich Böll Cono Sur, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa & André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. "Who Claims Alterity?" In: KRUGER, Barbara; MARIANI, Phil (Ed.). *Remaking History: Discussion in Contemporary Culture*. Seattle: Bay Press, 1989. p. 269-92.

\_\_\_\_\_. *A Critique of Post-Colonial Reason: Toward a History of the Vanish*

*ing Present*. Cambridge: Harvard University Press, 1999, p.112-148.

STOCKER, Pâmela; DALMASO, Silvana. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(3): 398, set.-dez./2016, 679.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

THALOS, Miriam. Feminist Methodology. In: Code, Lorraine. *Encyclopedia of Feminist Theories*. London and New York: Routledge. 2000.

VALDÉS, Teresa. "El Chile de Michelle Bachelet ¿Género en el poder?" *Pennsylvania: Latin American Research Review*, 2010.

VAN ZONEN, Liesbet. *Feminist media studies*. London: Sage, 1994.

VARELA, Nuria. *Feminismo para principiantes*. Barcelona: Ediciones B. 2005.

VAZ, Geraldo Frances. *O que é que a Dilma tem? Os enquadramentos da presidenta e da mulher Dilma Rousseff na mídia*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

WALSH, Catherine. "Sobre el género y su modo-muy-otro". En: *Alternativas descoloniales al capitalismo colonial/moderno*. Pablo Quintero. Comp. Ediciones del Signo: Buenos Aires, Argentina, 2015. pp. 165-181.

WEBER, Max. *Ensayos sobre Sociología de la Religión*. 2. ed. Trad. esp. Madrid: Taurus, 1992. v. I.

WEYMOUTH, Lally. *Why does everyone in Brazil hate their president?* Washington Post. 2015. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/opinions/brazils-president-dilma-rousseff-points-to-the-sexual-bias-of-her-critics/2015/06/25/6f938e40-1aeb-11e5-bd7f-4611a60dd8e5\\_story.html?utm\\_term=.d22a357b18d0](https://www.washingtonpost.com/opinions/brazils-president-dilma-rousseff-points-to-the-sexual-bias-of-her-critics/2015/06/25/6f938e40-1aeb-11e5-bd7f-4611a60dd8e5_story.html?utm_term=.d22a357b18d0)> Acesso em: 5 jan. 2018.

WEEDON, Chris. Cultural Theory/Cultural Studies, Feminist. In: Code, Lorraine. *Encyclopedia of Feminist Theories*. London and New York: Routledge. 2000.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, Ed. 1. 2014.

## **ANEXOS**

**ANEXO A – Primeiro modelo de entrevista semiestruturada para campo, na Argentina**

**ANEXO B – Observatório de estudos acadêmicos sobre as presidentas Dilma, Cristina e Michelle, na mídia**

## **ANEXO A - Primeiro modelo de entrevista semiestructurada para campo na Argentina**

### **1. PRESENTACIÓN**

En primer lugar, me gustaría que te presente brevemente, respondiendo:

- 1.1. En cuál grupo feminista participa.
- 1.2.Cuál es tu edad, escolaridad, profesión y dónde nació.
- 1.3. Un poco de tu trayectoria personal en relación al feminismo. Cuándo tuvo contacto por primera vez con el movimiento feminista y desde cuándo se considera feminista.

### **2. FEMINISMO EN ARGENTINA**

Entonces, vamos a comenzar con las preguntas generales sobre feminismo, para que yo pueda comprender con cuál corriente feminista se identifican.

- 2.1. Para ti ¿cómo es la experiencia de ser mujer en el contexto latinoamericano y en el argentino/brasileño/chileno?
  - i) ¿Cuáles son las dificultades cotidianas?
  - ii) ¿Cómo se manifiesta la cultura violenta, también llamada “cultura de la violación”, en Argentina?
  - iii) ¿Por qué considera que es importante, por ejemplo, llamar feminicidio al asesinato de mujeres?
- 2.2. ¿Qué es el feminismo para ti?
- 2.3. ¿Cómo incide el feminismo en tu experiencia como mujer?

### **3. ACTUACIÓN DEL COLECTIVO**

Ahora vamos a hablar, más específicamente, de la actuación de tu colectivo.

- 3.1. Dime un poco la historia del colectivo. Dónde surgió, porqué, etc.
- 3.2. ¿Cuáles son los objetivos o principales pautas de su activismo?
- 3.3. ¿Ustedes cómo se articulan como colectivo? Ej: ¿con qué frecuencia se comunican?, ¿por mail, por Facebook, en reuniones presenciales regulares?
- 3.4. ¿Cómo ustedes se comunican con la sociedad?
- 3.5. ¿Cuáles fueron o han sido las mayores dificultades que ha enfrentado el colectivo hasta ahora?

### **4. RELACIÓN DE LOS COLECTIVOS CON LOS MEDIOS TRADICIONALES**

- 4.1.Cuál es la relación del colectivo o de la organización con los medios de comunicación tradicionales? Ustedes hacen entrevistas, escriben para periódicos o tienen alguna relación con algún medio?

### **5. SOBRE EL GOBIERNO DE CRISTINA**

Me gustaría escuchar un poco sobre qué piensan sobre el gobierno de Cristina desde una perspectiva feminista.

- 5.1. Como fue el gobierno de Cristina desde un punto de vista feminista?

i) Cuáles son las principales críticas y cuáles son los puntos positivos en relación a las pautas de las mujeres?

## 6. SOBRE LAS PORTADAS DE LAS REVISTAS

Bien, ahora entraré más directamente en la temática de mi investigación. Para eso, te voy a mostrar algunas portadas de revistas que fueron muy problematizadas por feministas, por colectivos feministas, especialmente en internet, para que las discutamos.

6.1. ¿Qué piensas sobre el periodismo argentino en relación a las mujeres?

i) ¿A ti te gusta algún vehículo mediático tradicional en especial?



6.2. ¿Qué piensas de esas portadas? ¿Cuáles fueron las impresiones más fuertes en cada uno de los países?

- i) Puede poner énfasis en su país, si se sienten más cómodas, pues comprenden mejor el contexto.
- ii) También puede opinar sobre los vehículos mediáticos en cuestión –cuál es su lugar dentro del contexto del país y cómo eso interfiere en la forma como retratan a esas mujeres.

6.3. ¿Tu te recuerdas de alguna otra portada, artículo, noticia, vehículo mediático o periodístico que haya discriminado a las presidentas con motivo de su género? ¿Y algún caso contrario? ¿Te viene a la mente algún ejemplo positivo de periodismo en relación con estas u otras mujeres políticas o figuras públicas?

6.4. ¿Cómo podemos pensar en un periodismo más humano y respetuoso con las mujeres que ejercen cargos públicos o están en situaciones de poder?

6.5. En sus prácticas diarias de activismo y militancia, ¿discuten estas cuestiones o piensan en formas de resistir esa comunicación sexista?

**ANEXO B - Observatório de estudos acadêmicos, sobre as presidentas Dilma, Cristina e Michelle, na mídia**

<b>Nome do texto</b>	<b>Autor/a(s)</b>	<b>Publicação / Ano</b>	<b>Presidenta(s)</b>	<b>Estereótipos/ Enquadramentos</b>
Women Presidents of Latin America: Beyond Family Ties?	Farida Jalalzai	Women Presidents of Latin America: Beyond Family Ties?, 2016	Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet	Associação com papel social feminino Atribuição da carreira política ao nome familiar Dependência a homem político antecedente Descrição pela aparência física Incompetência associada a incapacidade de governar
Quem cuida das crianças? A representação das mulheres do alto escalão político pelos media	Christina Holtz-Bacha	ComPolítica, 2013	Cristina Kirchner e Michelle Bachelet	Associação com papel social feminino Atribuição da carreira política ao nome familiar Características de personalidade ditas femininas Relação a homem político antecedente
Mulheres e política: analisando a representação sociocultural midiática	Maria Carmen Aires Gomes	Linguagem em discurso, 2007	Cristina Kirchner e Michelle Bachelet	Associação com papel social feminino Associação negativa à militância política Descrição pela aparência física Incompetência associada a incapacidade de governar Passivação ou negação de agência da mulher política Relação a homem político antecedente Rompimento do lugar tradicional da mulher
Liderazgo político y patriarcado mediático: las imágenes políticas de Cristina Fernández y Dilma Rouseff	Jerónimo Ríos Sierra	Revista de Investigaciones Políticas y sociológicas, 2017	Cristina Kirchner e Dilma Rousseff	Associação com papel social feminino Características de personalidade ditas femininas Dependência a homem político antecedente Descrição pela aparência física Exposição da vida privada Rompimento do lugar tradicional da mulher

Exploring Media Representations of Argentina's President Cristina Fernández de Kirchner	Celina Van Dembroucke	Feminist Media Studies, 2014	Cristina Kirchner	Características de personalidade ditas femininas Dependência a homem político antecedente Descrição pela aparência física Exposição da vida privada Falta de atributos ditas femininos/ características tidas como masculinas Incompetência associada a incapacidade de governar Passivação ou negação de agência da mulher política
Primera dama, prima donna? Media constructions of Cristina Fernández de Kirchner in Argentina	Jennifer Piscopo	Cracking the Highest Glass Ceiling, 2010	Cristina Kirchner	Associação negativa à militância política Dependência a homem político antecedente Descrição da aparência Falta de atributos ditas femininos/ características tidas como masculinas Incompetência associada a incapacidade de governar
Medios, Multimodalidad, género y política: Cristina Fernández de Kirchner en Noticias	Sara Isabel Pérez, Ana María Aymá	Revista Observatório, 2017	Cristina Kirchner	Associação com papel social feminino Características de personalidade ditas femininas Dependência a homem político antecedente Erotização da presidenta Exposição da vida privada Falta de atributos ditas femininos/ características tidas como masculinas Situação emocional
Construção de identidades argentinas a partir das representações midiáticas acerca da presidente Cristina Kirchner	Rejane de Oliveira Pozobon, Tabita Strassburger	Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens Universidade Tuiuti do Paraná, 2010	Cristina Kirchner	Descrição da aparência Falta de atributos ditas femininos/ características tidas como masculinas Incompetência associada a incapacidade de governar
The Appearance of Power	Donatella Campus	Women Political Leaders and the Media, 2013	Cristina Kirchner	Dependência a homem político antecedente Descrição da aparência
Em Casa que Mulher Manda, até Galo Canta Fino: análise da construção midiática da personagem Dilma Rousseff	Barcinski et al.	Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, 2014	Dilma Rousseff	Características de personalidade ditas femininas Descrição da aparência física Exposição da vida privada Falta de atributos ditas femininos/ características tidas como masculinas Incompetência associada a

				incapacidade de governar Situação emocional
Angela Merkel e Dilma Rousseff: Crise migratória e processos de framing nos jornais Público e Folha de S. Paulo	Lima et al.	Diálogos Lusófonos em Comunicação e Política, 2016	Dilma Rousseff	Associação negativa à militância política Descrição pela aparência física e aspectos do corpo Exposição da vida privada Falta de atributos ditos femininos/ características tidas como masculinas Incompetência associada a incapacidade de governar
As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro	Carla Montuori Fernandes	Aurora: revista de arte, mídia e política, 2012	Dilma Rousseff	Associação negativa à militância política Dependência a homem político antecedente Descrição pela aparência física Exposição da vida privada
Political violence against women in Brazil: expressions and definitions	Flávia Biroli	Direito & Práxis, 2016	Dilma Rousseff	Descrição pela aparência física e aspectos do corpo Exposição da vida privada Situação emocional
O feminino nas eleições de 2010: o discurso de Veja e Istoé sobre as mulheres candidatas	Mariangela Monfardini Bianchi	Dissertação UnB, 2013	Dilma Rousseff	Associação com papel social feminino Associação negativa à militância política Dependência a homem político antecedente Descrição pela aparência física Exposição da vida privada Passivação ou negação de agência da mulher política
Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos	Flávia Biroli	Cadernos Pagu, 2010	Dilma Rousseff	Associação com papel social feminino Associação negativa à militância política Descrição pela aparência física Exposição da vida privada Falta de atributos ditos femininos/ características tidas como masculinas
Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política	Flávia Biroli	Revista Crítica de Ciências Sociais, 2010	Dilma Rousseff	Associação com papel social feminino Associação negativa à militância política Descrição pela aparência física Exposição da vida privada Falta de atributos ditos femininos/ características tidas como masculinas

Dilma Rousseff: transição de imagens no processo de construção de uma mulher presidenciável	Vera França e Laura Corrêa	Transformações da Mídia: Presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências, 2009	Dilma Rousseff	Dependência a homem político antecedente Descrição pela aparência física e aspectos do corpo Exposição da vida privada Falta de atributos ditos femininos/ características tidas como masculinas
Um olhar sobre os estereótipos de gênero na mídia: o retrato de Dilma Rousseff na edição especial de Época pós-eleição 2010	Viviane Gonçalves Freitas	2º Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdade, 2014	Dilma Rousseff	Associação com papel social feminino Descrição pela aparência física Exposição da vida privada Falta de atributos "femininos" Incompetência associada a incapacidade de governar
O que é que a Dilma tem? Os enquadramentos da presidenta e da mulher Dilma Rousseff na mídia	Frances Geraldo Vaz	Dissertação (UFMG), 2013	Dilma Rousseff	Dependência a homem político antecedente Falta de atributos "femininos" Incompetência associada a incapacidade de governar
"Quem faz a sua maquiagem? A senhora sabe cozinhar?" Estereótipos sobre o "feminino" na entrevista de Dilma Rousseff à Patrícia Poeta	Rayza Sarmento	XI Politicom, 2012	Dilma Rousseff	Associação com papel social feminino Características de personalidade ditas femininas Descrição pela aparência física Exposição da vida privada Falta de atributos ditos femininos/ características tidas como masculinas
Michelle Bachelet: fases y facetas de su representación pública.	Raquel Olea	Y votamos por ella, 2010	Michelle Bachelet	Associação com papel social feminino Falta de atributos ditos femininos/características tidas como masculinas
Media Coverage of Women Leaders	Donatella Campus	Women Political Leaders and the Media, 2013	Michelle Bachelet	Características de personalidade ditas femininas Incompetência associada a incapacidade de governar
The Appearance of Power	Donatella Campus	Women Political Leaders and the Media, 2013	Michelle Bachelet	Associação com papel social feminino
Press Coverage and Public Opinion on Women Candidates: The Case of Chile's Michelle Bachelet	Sebastián Valenzuela, Teresa Correa	International Communication Gazette, 2009	Michelle Bachelet	Associação com papel social feminino Descrição pela aparência física Incompetência associada a incapacidade de governar, associada a feminilidade

Guidelines for a Non Sexist Representation of Women Politicians in the Media	Núria Fernandez Garcia	Media Literacy and Intercultural Dialogue, 2012	Michelle Bachelet	Associação com papel social feminino
¿Género en el poder? El Chile de Michelle Bachelet.	Teresa Valdés	Latin American Research Review, 2010	Michelle Bachelet	Associação com papel social feminino Ceticismo sobre habilidades de liderança Descrição pela aparência física.

**Fonte: Elaborado pela autora.**